



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE LINGUAGENS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

**JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO  
ALICERÇADO NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

**CUIABÁ-MT  
2022**

JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO ALICERÇADO NA ANÁLISE CRÍTICA  
DO DISCURSO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos de Linguagem, na Área de Concentração de Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof. Dra. Solange Maria de Barros.

CUIABÁ-MT  
2022

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

P436p PEREIRA, Jussivania de Carvalho Vieira Batista.  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO  
ALICERÇADO NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO /  
Jussivania de Carvalho Vieira Batista PEREIRA. -- 2022  
263 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Solange Maria de Barros.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso,  
Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de  
Linguagem, Cuiabá, 2022.  
Inclui bibliografia.

1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Análise Crítica do  
Discurso. 4. Direitos. 5. Jovens transgressores. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: "POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO ALICERÇADO NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO"**

**AUTORA: JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA**

Tese defendida e aprovada em **08 de JULHO de 2022.**

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

**1. PRESIDENTE/ORIENTADORA DA BANCA** Doutora Solange Maria de Barros

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

**2. EXAMINADOR INTERNO DA BANCA** Doutor Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Instituição: Universidade Federal de Rondonópolis

**3. EXAMINADOR INTERNO DA BANCA** Doutor Márcio Evaristo Beltrão

Instituição: Escola Estadual Getúlio Vargas (Cocalinho-MT)

**4. EXAMINADORA EXTERNA DA BANCA** Doutora Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda

Instituição: Universidade Federal de São Carlos –UFSCar/SP

**5. EXAMINADORA EXTERNA DA BANCA** Doutora Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira Almeida

Instituição: UFGO

**6. EXAMINADORA SUPLENTE DA BANCA** Doutora Carolina Akie Ochiai Seixas Lima

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

**7. EXAMINADORA SUPLENTE DA BANCA** Doutora Alexcina Oliveira Cirne

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco

Cuiabá, 08 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MARIA DE BARROS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 13/07/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES, Usuário Externo**, em 13/07/2022, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiola Ap. Sartin Dutra Parreira Almeida, Usuário Externo**, em 13/07/2022, às 22:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Evaristo Beltrão, Usuário Externo**, em 15/07/2022, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **KÁTIA APARECIDA DA SILVA NUNES MIRANDA, Usuário Externo**, em 15/08/2022, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4895956** e o código CRC **27B46E48**.

## DEDICATÓRIA

À Aparecida Borralho, *in memoriam*, por despertar em mim o desejo de pesquisar a temática da socioeducação.  
Ao meu esposo Gilmar Batista e à extensão de nós dois:  
Gilmar Júnior e José Neto.

## AGRADECIMENTOS

Para chegar até aqui percorri um longo caminho permeado de aprendizados, encontros e muita fé. Sou filha de uma mulher semianalfabeta e um ex-quebrador de paralelepípedos que estudou até ensino fundamental I (antiga 4ª série). Sempre moramos no sítio, eu e meus cinco irmãos começamos a trabalhar ainda na infância. Até a idade de 17 anos, eu trabalhava o dia inteiro na roça (carpindo, plantando, colhendo etc.) e estudava em uma escola da comunidade no período noturno. Sempre tive o sonho de cursar uma faculdade, meu lema de vida era: “Quero vencer na vida estudando, sei o quanto é pesado uma enxada”. As pessoas riam, julgavam e diziam que não havia perspectivas de crescimento depois que eu acabasse o ensino médio. Todavia, se há algo em que a Família Vieira possui é garra e persistência. Assim, lá em 2008, quando finalizei o ensino médio, prestei vestibular para o curso de Letras na Universidade Federal de Mato Grosso, e cá estou por longos 13 anos. Fiz graduação, mestrado e agora este prestes a finalizar este doutorado. Nesse processo de doutoramento, eu sou grata:

A Deus pelo dom da vida, por sua misericórdia, bondade, pelo cumprimento de Suas promessas em minha vida e pela sabedoria concedida na escrita, há momentos que só um milagre divino para as palavras saírem. A Ele, seja dada toda honra e glória.

Aos meus queridos pais, José e Josefa, pelo amor e carinho. Mesmo sem muitas condições financeiras, fizeram o melhor para que eu e meus irmãos pudéssemos estudar e por isso estou aqui hoje. Lembro-me que muitas vezes tínhamos pouco para comer, mas sempre teve e sobrou muito amor, principalmente ao próximo, digo sem medo de errar: Papai e mamãe, somos o reflexo desse aprendizado amoroso. Obrigada por acreditarem em nós 6 (seis), toda conquista nossa é vossa também.

À professora Dra. Solange Maria de Barros, minha orientadora, parceira e eterna amiga. Gratidão por confiar a mim a sequência dos estudos iniciados por ti sobre o socioeducativo, espero ter feito o melhor. Sua partilha de conhecimento comigo ao longo destes quase sete anos foi crucial para eu tecer este trabalho. Onde quer que eu vá, exibirei com muito orgulho que fui sua orientanda.

Ao professor Dr. Márcio Evaristo Beltrão, um ser humano que me inspira pela história de vida – bem parecida com a minha – e pela trajetória acadêmica construída. Grata pela leitura que fizestes e pelas contribuições.

À professora Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, pois fechamos mais um ciclo juntas. Que honra ter a primeira professora na UFMT, lá dos tempos de graduação, aqui na

minha banca de doutorado. Querida Carol, gratidão por esse olhar primoroso, cedido em cada linha da tese.

À professora Dra. Katia Aparecida da Silva Nunes Miranda, base inspiradora para os estudos sobre socioeducação no estado de Mato Grosso e no Brasil. As inspirações para a construção do meu trabalho surgiram a partir da leitura sua dissertação e tese. Como sou agraciada pela sua colaboração na análise da minha tese!

À professora Dra. Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira Almeida, que com uma paixão inenarrável pelos estudos da Linguística Sistêmico-Funcional, me apresentou mais uma ramificação dessa teoria, a avaliatividade. Muito obrigada pelo aprendizado, pela atenção com a leitura e a avaliação do meu trabalho.

Ao meu grupo de estudos amado: Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (Nepel). Agradeço aqui em nome dos membros e dos meus amigos queridos: Jonatan Costa, Tulio Adriano, Neiva de Souza, Arivan Salustiano, Antonio Henrique e Alexcina Oliveira. Que bom ter a companhia de vocês nesse percurso. Agradeço pela troca de conhecimentos, pelos textos, viagens, disciplinas e pelos cafés. Somos uma grande família. Levarei vocês comigo para sempre!

À minha amada amiga que a UFMT me concedeu, Ivoneide Soares dos Santos de Jesus, uma parceira que está comigo desde à época da graduação e viveu intensamente este curso de doutorado. Não tenho palavras para expressar toda força, apoio e olhar que você teve para com meu trabalho. Te desejo tudo de lindo e maravilhoso na sua caminhada terrena.

À minha querida amiga Marcella, outra amizade que a UFMT me deu. Gratidão pelos cafés, pelas conversas, pelas festinhas, pela convivência entre nossas famílias. Sucesso na sua carreira acadêmica, logo será mestra.

Às minhas amigas queridas: Sandra, Helliueny, Malquias, Elenice, Isabel, Eliane, Kenia, pelo apoio emocional, pela torcida, pelos encontros, por orarem por mim, por me ouvirem nos momentos de angústia. Ter vocês nesta caminhada foi de grande valia para que eu permanecesse firme.

Aos meus irmãos amados, parceiros e queridos: Edejivânia, Erivânia, Jucivania, Edivania e Zaqueu, pelo carinho e companheirismo, pelas orações, para que eu pudesse chegar até aqui. Aos meus sobrinhos lindos, por existirem e por me fazerem sorrir. Às minhas cunhadas e aos meus cunhados, obrigada pela torcida. Amo vocês!



À minha sobrinha Juliana Cristina que passou dias na minha casa me auxiliando para que eu pudesse escrever, gratidão por tudo e principalmente pelos cafés. Mulher, te desejo muito sucesso, que Deus continue te abençoando ricamente.

À FAPEMAT pelo apoio financeiro para que eu pudesse realizar minha pesquisa. Espero que outras pessoas, futuramente, também possam desfrutar desses benefícios, o povo precisa.

À UFMT, minha passagem por essa instituição fez-me a profissional que sou hoje. Viva a universidade pública e gratuita, do povo para o povo!

Aos participantes desta pesquisa que cederam tempo e disponibilidade para responder aos questionários, participar das entrevistas e da mesa-redonda.

Ao meu esposo, companheiro, amigo, parceiro, Gilmar Batista, por acreditar em mim. São 15 anos de convivência, destes, 11 anos me apoiando nos estudos. Esta conquista também é sua. Muito obrigado por cuidar da nossa casa, dos nossos filhos, pela compreensão nas minhas inúmeras ausências, pelos cafés e pelos abraços. Seu amor foi o combustível para que eu não pudesse desistir nas inúmeras vezes em que pensei que não seria possível chegar até aqui. Obrigada por existir.

Aos meus amados filhos, Gilmar Junior e José Neto, meus meninos, meus parceirinhos, que sempre estão comigo em todos os momentos. Grata a Deus pelas vossas vidas, a vocês todo meu amor!

## EPÍGRAFE

*Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*  
(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

## RESUMO

A educação é um direito universal postulado pela Carta Magna Brasileira (1988). No que tange ao público infante-juvenil, esse direito foi também estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) – documento que norteia os direitos da criança e do adolescente. Contudo, ao pesquisar sobre jovens em situação de vulnerabilidade social, em especial, adolescentes socioeducandos que precisam ser reintegrados ao convívio social, percebe-se que eles vivenciam alguns tipos de exclusão, uma delas é a de reinserção educacional, o que significa que há certa dificuldade dos jovens transgressores em retornar às escolas, após o cumprimento de uma medida socioeducativa de privação de liberdade. A pesquisa teve como objetivo: analisar o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015/2024)*, e também os enunciados de autoridades e gestores públicos que têm atuado na reinserção social, principalmente no retorno escolar de adolescentes, egressos do sistema socioeducativo, que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida e/ou regime de semiliberdade. Como arcabouço teórico-metodológico, farei uso da Análise Crítica do Discurso, (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1985; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) e do Realismo Crítico (BARROS, 2015; BHASKAR, 1986; 1998). Os dados que compõem as análises foram extraídos do *Plano Decenal* e analisados por intermédio do significado acional do discurso, nas categoria da *intertextualidade, negação, metadiscurso, ironia, pressuposições, representação do discurso* (direto e indireto). Posteriormente, foi feita uma análise dos enunciados dos atores sociais que integram o sistema socioeducativo, coletados a partir da aplicação de questionário e entrevistas, valendo-se do uso do significado representacional do discurso, categoria *interdiscursividade e representação de atores sociais*. Os resultados analíticos revelam que há uma consciência da garantia dos direitos que contemplam os jovens transgressores em relação à educação, porém, há muito o que fazer para que, na prática, esses direitos sejam alcançados. O estudo revelou ainda que o *Plano Decenal* privilegia apenas ações voltadas para o cumprimento de medida em meio fechado – internação –, e não prima pelo cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto – semiliberdade e liberdade assistida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Políticas públicas. Análise Crítica do Discurso. Direitos. Jovens transgressores.

## ABSTRACT

Education is a universal right guaranteed by the Brazilian Constitution of 1988. The Statute of Children and Adolescents (1990) also guarantees children and teenagers the right to Education. However, research on young people in situations of social vulnerability, especially juvenile offenders who need to be integrated back into society, has shown that these adolescents experience some types of exclusion, such as difficulty returning to school after complying with a socio-educational procedure depriving them of liberty. The present research aims at investigating the Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015/2024) [Decennial Plan of Educational Assistance of Mato Grosso State] as well as the utterances of authorities and public managers who have been dealing with social reintegration, mainly the return to school of former juvenile offenders who comply with socio-educational procedures of assisted freedom and/or semi-freedom. The theoretical-methodological basis comes from Critical Discourse Analysis (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), Systemic Functional Linguistics (HALLIDAY, 1985; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) and Critical Realism (BARROS, 2015; BHASKAR, 1986; 1998). Data were collected from the Decennial Plan and analyzed by an action-oriented discourse approach in the categories of intertextuality, negation, metadiscourse, irony, presupposition, and discourse representation (direct and indirect). After, utterances of juvenile offenders were collected from questionnaires and interviews and then analyzed by discourse representation, interdiscursivity, and representation of social actors. The findings indicate that juvenile offenders seem to be aware of their rights concerning Education, yet there is still much to be done to achieve these rights effectively. The research presented herein also revealed that the Decennial Plan only favors actions aimed at the compliance of social-educational procedures in confinement - youth prisons - and does not favor the compliance of social-educational procedures in programs of semi-freedom and assisted freedom.

**KEYWORDS:** Education. Public policies. Critical Discourse Analysis. Rights. Juvenile offenders.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
O tema.....	19
<b>CAPÍTULO I SOCIOEDUCAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
1. Socioeducação.....	23
1.2 Código de Menores 1927/1979 .....	26
1.3 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	32
1.4 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase .....	34
1.5 Estudos da socioeducação no Brasil e em Mato Grosso.....	38
1.6 Adolescentes egressos e o direito à educação .....	46
<b>CAPÍTULO II ENTRELACAMENTO ENTRE O REALISMO CRÍTICO, ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL .....</b>	<b>49</b>
2.1 Realismo Crítico .....	49
2.1.1 Realismo Transcendental .....	50
2.1.2 Crítica explanatória.....	54
2.2 Análise Crítica do Discurso .....	57
2.2.1 Discursos e seus significados .....	60
2.2.1.2 Significado Acional .....	61
2.2.1.3 Significado Representacional .....	62
2.3 Linguística Sistêmico-Funcional.....	64
2.3.1 Metafunção ideacional – sistema de transitividade .....	68
2.3.2 Metafunção interpessoal .....	74
2.3.3 Metafunção textual .....	76
2.4 Entrelaçamento entre RC, ACD e LSF.....	78
<b>CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>81</b>
3.1 Pesquisa Qualitativa .....	81
3.2 Pesquisa em ACD: enquadre teórico-metodológico.....	83
3.3 Análise dos dados e categorias analíticas .....	88
3.3.1 Análise de conjuntura .....	89
3.3.2 Análise Documental do Significado Acional do Discurso: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024.....	89
3.3.3.1 Intertextualidade .....	91
3.3.4 Análise dos enunciados.....	93

3.3.4.1 Significado representacional – categorias analíticas: representação de atores sociais e interdiscursividade .....	94
3.4 Aspectos Éticos .....	998
3.5 O <i>corpus</i> e os instrumentos para coleta de dados .....	99
3.6 Participantes da pesquisa .....	105
3.7 Algumas considerações.....	109
<b>CAPÍTULO IV ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>111</b>
4.1 Análise de conjuntura .....	111
4.2 Análise intertextual do PDASMT: distribuição, produção e consumo .....	115
4.2.1 Distribuição do texto por meio de sua cadeia de gêneros: a hierarquia do PDASMT .....	116
4.2.2 Processo de produção do PDASMT .....	119
4.2.3 A Intertextualidade manifestada e constituída no PDASMT .....	123
4.2.4 O consumo do texto a partir da sua articulação interdiscursiva .....	128
4.2.5 Algumas considerações sobre a análise do PDASMT.....	130
4.3 Análise de enunciados - Análise da entrevista .....	131
4.4 Análise dos enunciados – questionário .....	142
4.5 Análise dos enunciados da mesa-redonda do I EnEPEL .....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>187</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Sistema de Garantia de Direitos .....	36
<b>Figura 2</b> – Cenário atual da Socioeducação no Brasil em 2018.....	37
<b>Figura 3</b> – Texto em contexto.....	65
<b>Figura 4</b> – Os sistemas léxico-gramaticais em que as três metafunções se realizam.....	67
<b>Figura 5</b> – Variáveis de Registro.....	67
<b>Figura 6</b> – Processos do Sistema de Transitividade da LSF.....	70
<b>Figura 7</b> – Enquadre teórico-metodológico de pesquisa em ACD.....	84
<b>Figura 8</b> – Categorias de análise da representação dos atores sociais no discurso.....	97
<b>Figura 9</b> – Logotipo do I EnEPEL.....	105
<b>Figura 10</b> – Cadeia de gêneros – hierarquias em PDASMT.....	118
<b>Gráfico 1</b> – Respostas da questão 4.....	142
<b>Gráfico 2</b> – Respostas da questão 5.....	144
<b>Gráfico 3</b> – Resposta da questão 7.....	150

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> – Quantitativo de dissertações e teses – temática socioeducação.....	35
<b>Quadro 1</b> – Produções sobre Socioeducação.....	44
<b>Quadro 2</b> – Três níveis de domínio da realidade....	53
<b>Quadro 3</b> – Linguagem como prática social.....	59
<b>Quadro 4</b> – Junção dos significados do Discurso entre ACD e LSF.....	60
<b>Quadro 5</b> - Componentes da oração.....	69
<b>Quadro 6</b> - Tipos de orações mentais e seus significados.....	72
<b>Quadro 7</b> – Funções da Fala e as Possíveis Reações.....	75
<b>Quadro 8</b> - Sistema temático e Sistema de informação. ....	77
<b>Quadro 09</b> - Estrutura analítica da pesquisa.....	87
<b>Quadro 10</b> – Exemplo de Categoria intertextuais retirado PDASMT (2014).....	92
<b>Quadro 11</b> - Exemplos de análises interdiscursivas por meio do sistema de transitividade.....	94
<b>Quadro 12</b> – Questionário enviado aos participantes... ..	100
<b>Quadro 13</b> – Respostas ao questionário.....	102
<b>Quadro 14</b> – Algumas perguntas direcionadas ao juiz no dia 21 de maio de 2021.....	104
<b>Quadro 15</b> - Estrutura composicional <i>PDASMT</i> .....	120
<b>Quadro 16</b> – Representação do discurso de forma direta.....	124
<b>Quadro 18</b> – Metadiscurso... ..	125
<b>Quadro 19</b> – Pressuposição... ..	126
<b>Quadro 20</b> – Negação.....	127
<b>Quadro 21</b> – Enunciado dos atores sociais que responderam ao questionário – Pergunta 6.....	145
<b>Quadro 22</b> – Resposta dos atores sociais - pergunta 8.....	151
<b>Tabela 1</b> – Quantitativo de dissertações e teses – temática socioeducação.....	38
<b>Tabela 2</b> – Quantitativo de dissertações e teses – socioeducativo.....	39
<b>Tabela 3</b> – Participantes que responderam ao questionário.....	106
<b>Tabela 4</b> – Área de atuação dos participantes.....	108
<b>Tabela 5</b> – Método/formato coleta de dados e participantes.....	109
<b>Tabela 6</b> - Dispositivos analíticos.....	110
<b>Tabela 7</b> – Exemplo de eixo, metas, períodos e responsáveis.....	153



## LISTA DE SIGLAS

- Sigla 1 – (ACD) Análise Crítica do Discurso
- Sigla 2 – (PPGEL/UFMT) Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso
- Sigla 3 – (NEPEL) Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem
- Sigla 4 – (CEJA) Centro de Educação para Jovens e Adultos
- Sigla 5 – (CF) Constituição Federal do Brasil de 1988
- Sigla 6 – (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente
- Sigla 7 – (CEFAPRO) Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso
- Sigla 8 – (SINASE) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- Sigla 9 – (CREAS) Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- Sigla 10 – (CRAS) Centros de Referência da Assistência Social
- Sigla 11 – (RC) Realismo Crítico
- Sigla 12 – (LSF) Linguística Sistêmico-Funcional
- Sigla 13 – (IASP) Instituto de Ação Social do Paraná
- Sigla 14 – (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Sigla 15 – (SAM) Serviço de Atendimento ao Menor
- Sigla 16 – (FUNABEM) Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
- Sigla 17 – (PNABEM) Programa Nacional do Bem-Estar do Menor
- Sigla 18 – (PDASMT) Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso
- Sigla 19 – (FEBEMAT) Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
- Sigla 20 – (ONU) Organização das Nações Unidas
- Sigla 21 – (CDC) Convenção sobre os Direitos da Criança
- Sigla 22 – (OEA) Convenção Interamericana de Direitos Humanos
- Sigla 23 – (CONANDA) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Sigla 24 – (PGPAS) Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo
- Sigla 25 – (SGD) Sistema de Garantia de Direitos
- Sigla 26 – (CNJ) Conselho Nacional de Justiça
- Sigla 27 – (CAPES) Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
- Sigla 28 – (SEJUDH) Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso

- Sigla 29 – (SEDUC-MT) Secretaria de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso
- Sigla 30 – (SESP-MT) Secretaria de Estado de Segurança Pública
- Sigla 31 – (ENS) Escola Nacional de Socioeducação
- Sigla 32 – (FEBEM) Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor;
- Sigla 33 – (FEEM) Fundação Estadual de Educação ao Menor
- Sigla 34 – (AL-MT) Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
- Sigla 35 – (MOSCR) Modelo Simples de Crime Racional
- Sigla 36 – (CEP/UFMT) Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso
- Sigla 37 – (TCLE) Termo de Consentimento Livre Esclarecimento
- Sigla 38 – (CIEP) Centros Integrados de Educação Pública
- Sigla 39 – (ABL) Academia Brasileira de Letras
- Sigla 40 – (OAB-MT) Ordem dos Advogados de Mato Grosso
- Sigla 41 – (CAPES) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Sigla 42 – (PPGE) Programa de Pós-Graduação em Educação
- Sigla 43 – (GMF) Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
- Sigla 44 – (FIOCRUZ) Fundação Oswaldo Cruz
- Sigla 45 – (CRF-MT) Conselho de Farmácia de Mato Grosso
- Sigla 46 – (SME) Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá
- Sigla 47 – (SECJ/PR) Secretaria da Justiça Família e Trabalho do Estado do Paraná
- Sigla 48 – (TSE) Tribunal Superior Eleitoral
- Sigla 49 – (COEJA) Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos
- Sigla 50 – (UNEMAT) Universidade do Estado de Mato Grosso
- Sigla 51 – (CEMSO) Central de Execução de Medidas Socioeducativas
- Sigla 52 – (CIEP) Centros Integrados de Educação Pública
- Sigla 53 – (INEP) Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- Sigla 54 – (UNICEF) Fundo das Nações Unidas para a Infância
- Sigla 55 – (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Sigla 56 – (SUS) Sistema Único de Saúde
- Sigla 57 – (SUAS) Sistema Único de Assistência Social
- Sigla 58 – (ENS) Escola Nacional de Socioeducação
- Sigla 59 – (OCEM) Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso

## INTRODUÇÃO

O desejo e a ideia de pesquisar sobre a socioeducação surgiram em 2015, quando cursei a disciplina de Análise Crítica do Discurso (ACD) regida pela Professora Doutora Solange Maria de Barros, na condição de aluna especial, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Mato Grosso (PPGEL/UFMT). Durante as aulas, tive acesso às dissertações e teses de pesquisas desenvolvidas pelos orientandos de Barros. Nesse processo, conheci muitas teorias, uma delas formulada a partir de estudos sobre a desigualdade social e centrada na redução do sofrimento dos desfavorecidos. Entre os temas pesquisados, o estudo acerca da socioeducação chamou-me a atenção.

Quando conheci o Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (Nepel), grupo de pesquisa da professora Solange Maria Barros, minha orientadora, no qual pesquisadores dedicavam-se a temas tais como as representações da família sobre gravidez na adolescência, traços ideológicos homofóbicos na formação de professores, percepções da linguagem na formação docente em ambiente de socioeducação, a música e a sua influência na vida de jovens que participavam do projeto “Superhação”<sup>1</sup>, estudos de instituições públicas que fazem parte da administração da Escola Meninos do Futuro, entre outros. Fiquei vislumbrada com as possibilidades de estudos sobre a vertente teórica da Análise Crítica do Discurso – ACD.

Ainda nesse período, Aparecida Borralho Dias de Carvalho (2015), *in memoriam*, estava desenvolvendo sua pesquisa de mestrado intitulada *Um estudo crítico das instituições públicas e a Escola Meninos do Futuro: entrelaçando poder e saber*, na qual a autora evidenciava a falta de integração institucional na organização, planejamento e gestão escolar voltados para atender o socioeducativo. O estudo patenteou que a ausência ocorre no nível técnico-burocrático, o que impossibilitaria a necessária integração entre as atividades socioeducativas. A pesquisa trouxe à mostra a premência na sensibilização dos gestores quanto à compreensão dos jovens e adolescentes em pleno desenvolvimento humano. Pontuou-se que a privação de liberdade e o isolamento, sem que haja a promoção do convívio social com a família, escola, projetos e comunidade, podem, seguramente, pôr em risco toda e qualquer forma de sucesso em sua reinserção social. Então, em diversas conversas com

---

<sup>1</sup> O projeto SUPERHAÇÃO é uma idealização de três professoras que realizaram, em 2009, uma especialização à distância para professores da escola pública, com o tema de prevenção ao uso de drogas. O curso fora ofertado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça (MJ). Como aplicabilidade ao trabalho final do curso, resolveram desenvolver o projeto na escola Estadual Mário Spinelli está localizada na Av. Blumenau, 1831- Bairro Morada do Sol em Sorriso-MT. (MARCELINO, 2015, p. 73).

Carvalho, ela incitou-me a olhar para os adolescentes que saem do sistema socioeducativo e voltam para escolas para estudarem, assim, surgiu o desejo de pesquisar essa temática.

Em 2016, ingressei como aluna do mestrado no PPGEL/UFMT e pesquisei sobre a (ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo no ambiente escolar. Para realizar a pesquisa, visitei o Juizado da Infância e Juventude onde identifiquei os adolescentes egressos do sistema socioeducativo e as escolas que frequentavam após cometerem alguma transgressão<sup>2</sup>, além disso conversei com os adolescentes e seus familiares. Logo após, frequentei a Escola Estadual Almira Amorim, na qual pude participar de algumas aulas e entrevistar o corpo docente, alunos e a coordenação pedagógica.

O resultado da pesquisa de mestrado revelou que poucas são as escolas que ofertam vagas para adolescentes egressos do socioeducativo em Cuiabá. O estudo evidencia um quadro de exclusão de direitos estabelecidos pelas legislações vigentes. Das mais de 97 escolas existentes em Cuiabá, apenas uma, o Centro de Educação para Jovens e Adultos (CEJA) Prof.<sup>a</sup> Almira de Amorim Silva possuía alunos que passaram pelo Complexo Socioeducativo Pomeri, em Cuiabá, e atuava no sentido de inclusão desses adolescentes e do reestabelecimento dos seus direitos (PEREIRA, 2017).

A educação é um direito social que, no Brasil, está prescrito na Constituição Federal de 1988 e regido também pela Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e por tantas outras normativas que regem as garantias dos direitos de jovens transgressores. Na minha pesquisa de mestrado, os dados mostraram que esse direito é negligenciado para o jovem que cumpre a medida socioeducativa de privação de liberdade. Revelaram ainda descrença tanto por parte da sociedade quanto do poder político, de que os adolescentes que cometeram algum tipo de transgressão não serão bem-sucedidos nos estudos e/ou prosseguirão estudando após o cumprimento da medida socioeducativa.

Nesta pesquisa de doutorado, será considerado o adolescente egresso do sistema socioeducativo, isso não significa que ele não esteja cumprindo alguma medida socioeducativa que podem ser: a medida IV - liberdade assistida, descrita no artigo 119 do ECA e/ou a medida V - inserção em regime de semiliberdade, presente no artigo 120 do ECA.

---

<sup>2</sup> Transgressão é o ato ou efeito de transgredir; infração, quebra. Transgredir: passar além de; atravessar, desobedecer a; infringir; violar: transgredir uma regra (FERREIRA, 2001, p. 720). O artigo 103 do ECA (1990) a conceitua como o “ato infracional é considerado como uma conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990, p. 56). Contudo, como esta pesquisa é alicerçada num viés emancipatório, farei uso da palavra transgressão em sinônimo a “ato infracional” e adolescente transgressor como sinônimos para: “adolescente em conflito com a lei” e/ou “menor infrator”.

Na minha pesquisa de mestrado, estudei os adolescentes egressos do sistema socioeducativo e o seu retorno ao sistema escolar regular. Nos resultados discuti acerca do impasse com o qual é marcado esse retorno e o descumprimento das normativas vigentes. Dessa discussão surgiram as motivações para esta pesquisa de doutoramento. Agora, o interesse recai sobre as possibilidades de melhoria do processo de reinserção desses adolescentes ao sistema regular de ensino.

Já atuei em duas instituições públicas de ensino da cidade de Várzea Grande, Mato Grosso. As instituições, em questão, foram a Escola Estadual Maria Macedo, no bairro Mapim, e Escola Estadual Dunga Rodrigues, no bairro Parque do Lago. A atuação no contexto da escola pública mostrou-me a necessidade de pensar a educação como prática social transformadora, principalmente, em situações que, em vez de garantir os direitos aos cidadãos, se negam a fazê-lo.

Coerente com este entendimento da função da educação, fundamento este estudo na teoria da Análise Crítica do Discurso, doravante ACD. Formulada por Fairclough (1999; 2003) a ACD, enquanto uma corrente teórica atua como um instrumento de compreensão da vida social por meio da linguagem, que é sua parte constitutiva, bem como de fragilização das relações de poder que oprimem desfavorecidos promovem injustiças sociais. Nesse sentido, a minha temática de pesquisa alinha-se ao propósito da ACD, visto que problematiza uma questão social que impõe sofrimento aos adolescentes já excluídos escolar e socialmente.

Na seção a seguir, descrevo os objetivos do trabalho e como estão divididos os capítulos da tese.

## **O tema**

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa que procura investigar as políticas educacionais para adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Vale aclarar que sendo egresso do sistema socioeducativo, o adolescente ainda continua cumprindo alguma medida socioeducativa descrita no artigo 112 do ECA.

As políticas educacionais podem ser definidas como a junção de práticas governamentais, as quais exprimem as “pretensões dos diversos grupos que constituem o Poder Público e se materializam na gestão ao serem convertidas em ações estatais” (MARQUES; ANDRADE; AZEVEDO, 2017, p. 58).

As políticas públicas constituem importantes ferramentas para efetivação do direito à educação que está consolidado na Constituição Federal (RODRIGUES, 2010; TERRA;

TRINDADE; MASSIERER, 2014), a qual pontua, em seu artigo 205, que é dever do Estado e da família garantir o direito ao ensino.

O objetivo principal dessa tese é analisar o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015/2024)*, bem como os enunciados de autoridades e gestores públicos – por intermédio de questionários e entrevistas – que, de alguma forma, têm atuado na colaboração da reinserção social dos adolescentes, egressos do sistema socioeducativo que cumprem a medida socioeducativa de liberdade assistida e/ou regime de semiliberdade no retorno às escolas.

As três últimas políticas educacionais para a socioeducação em Mato Grosso foram as seguintes: *Estrutura e Concretização de uma Prática Pedagógica nas Unidades Socioeducativas de Mato Grosso (2011)*; *Orientações Curriculares: diversidades educacionais – Orientações Curriculares para a EJA: possibilidades e especificidades locais – Sistema Socioeducativo (2012)*, e por último o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso – 2015/2024 (2014)*. Como já foi citado acima, nesta tese proponho analisar apenas a última política, considerando, inclusive, o contexto no qual foi desenvolvida.

Os objetivos específicos são:

- Investigar de que forma a proposta de política educacional – *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso* – auxilia na reinserção social dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que cumprem a medida socioeducativa: liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade) com a progressão dos estudos;
- Analisar as representações discursivas de autoridades e gestores públicos, acerca dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que cumprem a medida socioeducativa: liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade) e o retorno deles às escolas públicas de Mato Grosso;
- Verificar de que maneira as representações discursivas das autoridades e gestores públicos estão em consonância com as diretrizes da socioeducação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e a Constituição Federal de 1988.

Traçado os objetivos da tese, delinheiro as perguntas de pesquisa que a nortearam:

- 1) Como as interações intertextuais do significado acional do discurso estão apresentadas no *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015/2024*?

- 2) Como as autoridades e gestores públicos têm atuado na colaboração da reinserção social dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que cumprem medida socioeducativa: liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade) no retorno às escolas?
- 3) Quais interações interdiscursivas do significado representacional do discurso acontecem nos enunciados das autoridades?

Este estudo fundamenta-se teórica e metodologicamente no Realismo Crítico (RC) (BHASKAR, 1989; 1998) e na Análise Crítica do Discurso (ACD) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003). Do Realismo Crítico, assume-se a perspectiva da emancipação e transformação da realidade social por meio do conhecimento. Da Análise Crítica do Discurso, a premissa de que a linguagem é socialmente constituída por meio de manifestações discursivas que não são neutras. Nesse sentido, a ACD postula que a pesquisa não é neutra e cabe ao analista crítico do discurso investigar as relações de poder investidas na linguagem, fornecendo ferramentas de compreensão dos mecanismos de produção das desigualdades sociais.

Uma outra teoria que será utilizada para analisar os dados é a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) proposta por Halliday (1985; 1994), Halliday e Matthiessen (2004). A LSF é descrita como uma teoria de cunho social porque faz parte da sociedade e da circunstância de uso para o estudo da linguagem; o ponto central está em compreender como se realiza a comunicação entre as pessoas, a relação entre os indivíduos e deles com a sociedade em geral.

Essa tríade teórico-metodológica fundamentará a análise das práticas discursivas partindo da materialidade linguística (textos) para a construção de uma crítica social, bem como dos mecanismos e estruturas presentes nas ocorrências dos eventos/enunciados que resultam nas práticas sociais. De acordo com Beltrão (2019), essas vertentes teóricas contemplam não apenas a análise linguística, mas também a crítica social, dando destaque ao momento sócio-histórico do evento discursivo para a identificação e análise das estratégias discursivas presentes em enunciados que compõem práticas sociais. Na elaboração desta tese este processo será evidenciado.

Como um marco histórico em todas as vertentes sociais – economia, educação, saúde – vale destacar que durante a elaboração deste trabalho, mas precisamente quando eu iria entrar em campo para coletar os dados, o mundo foi tomado pela pandemia da Covid-19. Um vírus que circulou entre as pessoas, obrigando o fechamento de espaços e instituições, ocasionou a superlotação em hospitais e ainda ceifou a vida de mais de meio milhão de pessoas apenas no Brasil. Tudo isso impactou também nas pesquisas que ocorriam no

momento, inclusive a minha. Foi preciso refazer o caminho metodológico descritos no capítulo 3.

Posto isto, exponho a divisão da tese. No capítulo 1, traça-se um percurso histórico sobre a socioeducação, partindo do Código de Menores (1927; 1979), ECA (2010), até o atual Sinase (2012) a fim de observar seus reflexos nos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que ainda cumprem medida socioeducativa, liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade). Ainda neste capítulo, estão expostos alguns estudos/pesquisa acerca da socioeducação. E, finalmente, explano sobre os adolescentes egressos do sistema socioeducativo e o direito à educação fora dos muros do sistema de privação de liberdade.

Já no capítulo 2, são apresentadas as teorias que embasarão a análise dos dados: o Realismo Crítico de Bhaskar (1975; 1978; 1986; 1998; 2002), a Análise Crítica do Discurso de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) e a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985; 1994) e Halliday e Matthiessen (2004).

Já no capítulo 3, desenha-se um caminho metodológico, trilhado pela pesquisa, compreendendo a natureza da pesquisa qualificativa, pesquisa em ACD, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, os participantes, a construção do *corpus* e os recursos analíticos.

As análises estão descritas no capítulo 4, dispostos na seguinte maneira: inicialmente está exposto a análise de conjuntura; em seguida, através das categorias analíticas do significado acional do discurso o documento mais recente sobre a socioeducação – *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso*; e por último, está a análise dos enunciados retirados de uma entrevista, de um questionário e de uma mesa redonda. Para tanto, ativo para essas últimas análises, as categorias analíticas da interdiscursividade do significado representacional do discurso da ACD e da metafunção ideacional da LSF – transitividade dos processos.



# CAPÍTULO I

## SOCIOEDUCAÇÃO

*[...] enquanto a promulgação de um decreto pelo Ministério da Justiça sobre os delitos juvenis forem julgados com alguma leniência, não chegar ao conhecimento dos tribunais municipais, ou se os juízes locais não tiverem a intenção de respeitar esse decreto, preferindo sentenciar de forma independente, não haverá qualquer mudança no tratamento dos delinquentes juvenis.*  
(FREUD, 1913, p. 190-191).

Neste capítulo, apresento o conceito-base, cerne desta pesquisa: a socioeducação, através de um percurso histórico, desde as primeiras leis sobre a temática até a criação de uma lei específica que traz em seu âmago o conceito e as diretrizes sobre ela. Ele está dividido em quatro partes. Na primeira, discorro sobre o Código de Menores, de 1927, reformulado no ano de 1979, que garantia alguns direitos aos menores que cometessem qualquer tipo de transgressão. Na segunda parte, apresento o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) com ênfase nos artigos voltados para a socioeducação. Na terceira, exponho acerca do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (2012). Na última parte, exponho sobre pesquisas produzidas nos contextos brasileiro e mato-grossense no que concerne à temática da socioeducação, incluindo aspectos da recepção dos socioeducandos nas escolas públicas de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso.

### 1. Socioeducação

Todo adolescente (pelo art. 2º do ECA compreende a idade entre doze e dezoito anos de idade) que comete alguma transgressão fica exposto ao cumprimento de medidas socioeducativas. Esse conjunto de medidas socioeducativas estão cerceadas por um cerne maior: a socioeducação. Os cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná (IASP) revelam que

o ato infracional<sup>3</sup> cometido pelo adolescente revela o contexto de violência e de transgressão do pacto social. Mas, não se deve perder de vista que ele faz parte da sociedade e que a condição de cumprimento de uma medida socioeducativa não o exclui de um contexto maior de transformações sociais. Tal contexto também deve

---

<sup>3</sup> Como já explicitado na introdução, farei uso da palavra “transgressão” ao invés de “ato infracional”. Contudo, quando utilizar citação de outros autores que optam pela nomenclatura “ato infracional”, transcreverei de forma verídica, tal como está exposto.

ser compreendido pela equipe de trabalho na gênese de seu ato infracional, na forma como ele se relaciona com o mundo e em suas perspectivas futuras. (IAPS, 2007, p. 15).

E diante desse contexto, entra em cena a socioeducação. Cabe aqui diferenciar a *educação formal* de *socioeducação*. A Lei nº 9394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, traz em seu artigo primeiro a seguinte declaração acerca do conceito de *educação formal*, dizendo que ele “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996, n. p.).

A educação social e/ou socioeducação possui, conforme Mészáros (2005), uma tarefa educacional e, ao mesmo tempo, de “transformação social, ampla e emancipadora”. (MÉSZÁROS, 2005, p. 76). O autor ainda considera tanto a determinação da educação no processo de transformação do contexto social quanto à interferência do último na educação, ou seja, a inter-relação inerente a tal processo, visto que

a transformação social emancipadora radical é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...] e vice versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam ou fracassam juntas. (MÉSZÁROS, 2005, p. 76-77).

Segundo Costa (2006), os pressupostos da educação social/socioeducação privilegiam o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania, o que implica em uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo mesmo e com o mundo.

Assim, a socioeducação é fundamentada numa base onde é “necessária uma educação social para que o adolescente se insira e torne-se parte da sociedade em que vive, resgatando a visibilidade social, antes exercida por meio da prática de delitos.” (SECJ/PR, 2010, n. p.).

Para Costa (2006), a existência da socioeducação no Brasil tem como missão preparar os jovens para o convívio social sem quebrar as regras de convivência consideradas como crime ou contravenção no Código Penal de Adultos.

A proposta apresentada por Costa (2004) também chama a atenção para a existência da socioeducação como práxis pedagógica, isso ocorre porque ela propõe objetivos e critérios metodológicos próprios de um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo. A socioeducação atua mediante processos educativos orientados para a transformação das circunstâncias que limitam à integração social, para uma condição diferenciada de relações interpessoais, e, por extensão, para a aspiração a uma qualidade melhor de convívio social.

De acordo com Paes (2008), Maraschin e Raniere (2011), Zanella (2011) e Raniere (2014), o conceito de socioeducação nasce com o advento do ECA. No entanto, de acordo com esses autores citados, o Estatuto deixou uma lacuna conceitual e teórica quanto à compreensão do vocábulo socioeducação, tendo em vista que não há definição desse termo, apenas sua forma adjetiva, em expressões como “programa socioeducativo”, “atendimento socioeducativo”, “medida socioeducativa”, “ação socioeducativa”, “práticas de socioeducação”, “política socioeducativa”, entre outras.

O conceito de *socioeducação* aparece no interior da implementação das medidas socioeducativas e passa a ser normatizada com a institucionalização de um conjunto de atividades, que vão da escolarização à profissionalização. (JULIÃO, 2013, p. 187, grifo do autor).

Para Costa (2004), a socioeducação divide-se em duas grandes modalidades: uma, de caráter protetivo, voltada para as crianças, jovens e adultos e em circunstâncias especialmente difíceis, em razão da ameaça ou violação de seus direitos, por ação ou omissão da família, da sociedade ou do Estado ou até mesmo da sua própria conduta, o que os leva a se envolverem em situações que implicam risco pessoal e social. A segunda é especificamente voltada para o trabalho social e educativo, destinado aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Vale ressaltar que a ação socioeducativa requer, portanto, de todas as pessoas que a compõem, esforços para o seu empreendimento, de modo que os fins da socioeducação – educação para o convívio social (COSTA, 2006) – sejam consolidados. Assim, haverá reconhecimento de que o desenvolvimento do ser humano deve dar-se de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser, e que sejam inerentes ao desenvolvimento do sujeito frente aos desafios da vida em liberdade.

A prática da socioeducação não deve ser vista como uma exclusividade para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Ela deve abranger e fazer parte do processo de formação de qualquer criança e adolescente devendo estar ao lado da educação formal e da educação profissional, não pode ser vista como menos importante do que estas (PINTO; SILVA, 2014, p. 147).

Nas palavras de Silva e Mororó (2010), a educação não acontece em espaços vazios, ela depende da interação entre indivíduos, assim, a educação é, por natureza, eminentemente social. Nesse sentido, a socioeducação, ou educação social, prioriza uma aprendizagem voltada para que o jovem possa exercer sua cidadania, e se restabeleça um convívio social. Em suma, o objetivo central da socioeducação é o de proporcionar uma nova condição de relacionamento entre o sujeito e o mundo.

A educação formal, segundo Martins (2004), e a socioeducação, no caso específico, não podem servir para subjugar os sujeitos aos modelos ou adaptá-los ao contexto social. Desta forma, ficaria o entendimento de que a prática educativa compartilha uma visão superficial acerca da formação dos sujeitos, de sua constituição, da forma de enunciá-los nos discursos, corroborando com a manutenção desta organização social, que gera “o empobrecimento objetivo e subjetivo dos indivíduos, o sofrimento físico e psíquico, a violência etc.” (MARTINS, 2004, p. 71).

Já quando falamos no léxico socioeducativo, há de se explicar que é entendido como um sistema que visa atender jovens e adolescentes (sem distinção de cor, raça, classe social) que por algum motivo se envolveu na prática de uma transgressão, foi julgado e recebeu uma medida socioeducativa para cumprir.

No Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2006), o conceito de socioeducação compreende um conjunto de ações sociais e educativas pensado para a formação do adolescente que cometeu uma transgressão. O objetivo é formar um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra o seu contexto sem reincidir na prática de novas transgressões.

A seguir, exponho uma das primeiras normativas, que de forma legislativa, procura atender crianças e jovens transgressores.

## **1.2 Código de Menores 1927/1979**

Anterior a 1927, crianças e adolescentes que cometiam algum tipo de transgressão eram considerados cidadãos sem direitos, pois não havia nenhuma lei, decreto ou normativa que os auxiliassem no processo de ressocialização. Uma das soluções encontradas pelos governantes à época foi criar casas de amparos, que além de atender esse público, também acolhia as crianças órfãs e abandonadas.

Segundo Rizzini (1990), uma das primeiras tentativas de se consolidar tal prática – criação de casas de amparos – foi idealizada por Romão de Mattos Duarte em 1737, quando ele doa à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro uma quantia significativa de dinheiro para que se fundasse a Casa dos Expostos que, por sua vez, deveria oferecer abrigo a crianças órfãs e abandonadas.

A Casa dos Expostos ou ‘roda’, nas palavras de Del Priore (1991), teve uma importância significativa como entidade de atendimento a crianças abandonadas. Para Leite

(1992), a criação destas “casas/rodas” tinha a finalidade de “salvar” a vida de recém-nascidos abandonados, que mais tarde, eram encaminhados para trabalhos produtivos forçados.

As primeiras histórias sobre os cuidados com as crianças/adolescentes da época do Brasil Colonial (séc. XVI e XIX) surgiu dos trabalhos da Companhia de Jesus que, de forma catequética, reunia os órfãos para ensiná-los a ler, escrever e ter bons costumes. Esse ajuntamento foi denominado de “Casas dos Muchachos” que eram instituições que recebiam tanto os “órfãos da terra” quanto os órfãos vindos de Portugal trazidos para ajudar na conquista das crianças e jovens indígenas (DOURADO; FERNANDEZ, 1999; BAPTISTA, 2006). A característica principal das “Casas de Muchachos” foi de propagar o cristianismo por intermédio das crianças.

Assim, do Brasil Colônia ao Brasil Republicano, o sistema de atendimento às crianças e aos adolescentes pobres, órfãos e rejeitadas era ministrado através de instituições religiosas, configurando a única política para esse público.

Durante todo o período colonial e ao longo do primeiro e segundo Impérios, não tivemos no País Instituição Política que atendesse a chamada infância desvalida. Na divisão do Trabalho Social essa tarefa, historicamente, coube em primeiro lugar à Igreja. Santas Casas de Misericórdia, irmandades, congregações e confrarias formaram o conjunto de obras de benemerência com que, durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, o Brasil enfrentou a chamada “questão do menor”. (GRACIANI, 1998, p. 12, grifos do autor).

Ainda sobre o tratamento das crianças e adolescentes no Brasil Império, as autoridades utilizavam o Código Criminal do Império, em seu artigo 13: “Se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correção” (BRASIL, 1830, n. p.), pelo tempo que o juiz ordenasse e que não ultrapasse a idade de dezessete anos.

As políticas sociais do Estado só começaram a ocupar o lugar das caridades misericordiosas e privadas – nos cuidados as crianças e os adolescentes, a partir da segunda década do século XX, que se expandem entre as duas ditaduras – Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985) – e a promulgação dos dois Códigos de Menores: o de 1927 e 1979 (PASSETTI, 2002).

O Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, promulgou o Código de Menores. Com a criação do Código de Menores, apresentou-se aparatos jurídicos para apoiar instituições – através do Poder Judiciário – como: Abrigo de Menores e Casas das Mãezinhas – que trazia em seu bojo cuidados intitulados como médico-jurídicos.

De acordo com Cossetin (2012), esse primeiro Código de Menores tinha como finalidade punir menores de 18 anos que praticavam alguma transgressão. Ele previa também

a assistência a menores abandonados e visava ainda proibir os menores de 12 anos de exercer qualquer atividade remunerada, e também coibia o trabalho noturno de menores de 18. Uma das normativas que prescritas no Código de Menores era a criação de uma Vara Especializada, e também medidas que fossem assistencialistas e protecionistas:

Art. 55 - A autoridade, a quem incumbir a assistência e proteção aos menores, ordenará a apreensão daqueles de que houver notícia, ou lhe forem presentes, como abandonados os depositará em lugar conveniente, o providenciará sobre sua guarda, educação e vigilância, podendo, conforme, a idade, instrução, profissão, saúde, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, adotar uma das seguintes decisões. (BRASIL, 1926, n. p.).

Não havia um plano que abrangesse apenas jovens que praticavam transgressões, o Código abarcava também outros públicos como crianças de rua, doentes mentais, entre outros. Surge a partir dessa lei o plano de “Doutrina de Situação Irregular” no qual aparece a expressão “menor em situação irregular” pela primeira vez (BRASIL, 1927). Essa doutrina considerava que crianças em situação de vulnerabilidade social, moradoras de rua ou que cometessem alguma transgressão deveriam ser enquadradas na mesma situação. Não havia, no decreto, uma separação situacional para cada caso, direcionando para criação de políticas públicas que melhor atendessem cada jovem/criança.

Nas palavras de Saut (2007), o Código de Menores se mostrava repressivo, vertical e antipedagógico, e que os mais pobres seriam a clientela em potencial dessa concepção. Contudo, em 1941 com o intuito de reabilitar o “menor infrator” para o convívio social, foi elaborado, por meio do Decreto-lei nº 3.799/1941, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Para Faleiros (2011), a criação do SAM estava mais ligada com a questão da ordem social, do que com a assistência propriamente dita, pois não passava de uma estratégia de manutenção da ordem (FALEIROS, 2011). Nas palavras de Jesus (2006), o SAM

[...] tinha como objetivo “corrigir” os menores desvalidos e infratores utilizando-se de uma política corretivo-repressivo-assistencial (casas de correção e reformatórios) e que por uso de métodos inadequados e repressivos (violência) no atendimento às crianças e adolescentes este acabou fracassando. (JESUS, 2006, p. 52, grifos do autor).

Passaram-se alguns anos de atuação do SAM, eis que chegamos ao Golpe Militar<sup>4</sup> de 1964. O tratamento de crianças e adolescentes – em especial as que cometiam transgressões –

<sup>4</sup> O Golpe Militar entre 31 de março e 2 de abril de 1964 foi uma conspiração realizada pelos militares contra o governo de João Goulart e posteriormente desencadeou a ditadura militar no Brasil, que perdurou por mais de 20 anos e ficou marcada como um regime repressor que perseguia cidadãos que se posicionavam contra o governo. Além disso, impunha censura sobre a produção cultural e intelectual do país. A Ditadura também ficou marcada como um período extremamente corrupto, uma vez que não havia liberdade para investigar os atos do governo. A desigualdade social disparou e índices da economia – como a dívida externa – agravaram-se bastante.

nessa fase ficou a cargo da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), porque o SAM havia sido extinto pela Lei nº 4.513/64. A extinção do SAM é justificada devido à política de repressão que este órgão realizava junto às crianças e adolescentes. Segundo Gomide (2006), as instalações ofertadas pelo SAM eram inadequadas, os menores ficavam amontoados, os agentes que cuidavam eram despreparados, os dirigentes tinham atitudes omissas, enfim, “o atendimento destas crianças era tão generalizado que o SAM se transformou em sinônimo de horror”. (GOMIDE, 2006, p. 16).

Conforme Jesus (2006), as diretrizes da Funabem baseavam-se na negação do SAM e dos seus métodos inadequados. Liberati (2012) revela que o Governo Militar (1 de abril de 1964 – 15 de março de 1985) tomou para si a responsabilidade da problemática infantojuvenil e decidiu enfrentar a questão da “delinquência” – termo usado no período para designar quem cometia alguma transgressão e eram menores de 18 anos – “como um problema social, integrado ao preceito da Segurança Nacional, sendo criado, então, o PNABEM – Programa Nacional do Bem-Estar do Menor”. (LIBERATI, 2012, p. 46).

As normativas do PNABEM prescreviam que as crianças tivessem suas necessidades básicas atendidas: saúde, amor, educação, segurança social, entre outros. Também estabelecia que a “assistência social deveria ser mais humanizada, calcada em um saber especializado e técnico, prestado por unidades especiais de atendimento”. (ROSSATO, 2008, p. 19).

Faleiros (2011) aclara que mesmo em um período de regime governamental repressivo, como era a ditadura, houve sim mudanças de “estratégias repressivas para uma estratégia integrativa e voltada para a família, com um novo ordenamento institucional, com propósitos educativos e integrativos”. (FALEIROS, 2011, p. 63). Contudo,

[...] a FUNABEM, que se propunha a ‘assegurar prioridades aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximem da vida familiar, respeitar o atendimento de cada região’, acaba se moldando à tecnocracia e ao autoritarismo. (FALEIROS, 2011, p. 65).

Em 1973, no estado de Mato Grosso, durante o governo de José Fragelli (nomeado governador pela Assembleia Legislativa em 3 de outubro de 1970) foi formulada a extensão estadual da Funabem, intitulada de Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febemat). Essa instituição foi a executora das ações de atendimento aos menores privados de liberdade, utilizando do sistema de internação aos adolescentes considerados desajustados aos padrões da sociedade (JESUS, 2006, p. 56).

Tanto a Febemat quanto a Funabem não se distinguiram das políticas de repressões anteriores, pois as ações para crianças e adolescentes não eram separadas conforme as transgressões infracionais praticadas. Jesus (2006) revela que o histórico de fugas, rebeliões e violência contra os internos transformaram as Febems em referência negativa no tocante aos tratamentos dados aos adolescentes que cometiam atos infracionais na época.

No final da década de 1970, foi necessária a mudança no tratamento destinado às crianças e adolescentes, separando cada caso. Por sua vez, o Código de Menores foi remodelado e com a Lei nº 6.697, de 1979, surge o segundo Código de Menores, que tinha como temática uma “lei para todos os menores”, mas, o Código e sua doutrina de situação irregular ainda continuaram a elucidar a ideia de assistencialismo do Código de Menores de 1927 (LIMA, 2017).

O Código de Menores de 1979 trazia no artigo 2º, a definição de menores em situação irregular, categorizando-os de seis formas distintas: I) o menor abandonado; II) a vítima de maus-tratos; III) os que se encontravam em perigo moral; IV) os privados de assistência judicial; V) os desviados de conduta e VI) o autor de infração penal (BRASIL, 1979). Sobre essa última categoria Vieira (2011) ressalta que o referido Código de Menores de 1979 concedia aos magistrados um poder quase que absoluto – tendo em vista que o jovem era submetido a um processo de caráter inquisitório no qual prevalecia a verdade material se sobrepondo aos direitos humanos, colocando o jovem como mero objeto de análise investigatória, não concedendo a participação do advogado, ferindo amplamente as garantias processuais e, por consequência, o desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Apesar de trazer em seu bojo a obrigatoriedade de escolarização e profissionalização dos adolescentes nas unidades de privação de liberdade (centros de socioeducação), estabelecido no nono artigo, no parágrafo segundo da Lei nº 6.697/79, o Código de Menores e sua doutrina da Proteção de Situação Irregular não foram concebidos com o intuito de proteger o direito infanto-juvenil, mas sim para garantir a intervenção jurídica sempre que houvesse qualquer risco material ou moral (HOLANDA, 2012).

Ao longo do tempo, já não permitiam mais tratar os jovens e crianças como “sujeitos sem direitos”, era preciso adequar o tratamento com as novas diretrizes que iam surgindo. A Constituição Federal 1988, no artigo 227, expõe que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, n. p.).



Consoante a esse lema, vale destacar outras ações normativas que também foram acontecendo como: a Declaração de Genebra – adotada pela “Liga das Nações” (1924); a Declaração Universal dos Direitos do Homem adotada e proclamada pela Resolução nº 217-a (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1948; a Declaração Universal dos Direitos da Criança aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959, por meio da Resolução nº 1.386 da qual o Brasil é signatário.

Destacamos ainda a Regra de Beijing ou Regras mínimas da ONU para a administração da Justiça da Infância e Juventude, aprovada pela Resolução nº 40/33, de 1985; a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), da ONU através Resolução nº 44/25, da ONU, de 1989 – ratificada pelo governo brasileiro através do Decreto nº. 99.710, de 1990. Ainda podemos citar as Diretrizes de Ryad para a prevenção da delinquência juvenil da ONU com Resolução nº 45/112, de 1990; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade da ONU pela Resolução nº 45/113, de 1990. Por último, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (OEA) ratificada pelo Brasil em 1992, através do Decreto nº 678 (MIRANDA, 2014, p. 60-61).

O Brasil, influenciado por todas essas legislações, reviu a situação dos menores e criou uma lei específica que regia a situação deles. Dessa forma, a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi sancionada em 13 de junho de 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

De acordo com Ferreira (2010), a troca do Código de Menores de 1979 pelo ECA em 1990 representou uma revolução cultural, pois crianças e adolescentes passaram, no Brasil, a ser juridicamente considerados “sujeitos de direitos”, e não mais menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão.

Para Méndez (1998), a expressão que melhor poderia sintetizar tal transformação refere-se às mudanças do conceito utilizado de “menor” como objeto de “compaixão à repressão à infantojuvenil” para “sujeito pleno de direitos”. O autor sustenta ainda que o modelo do ECA demonstra que é possível e necessário superar tanto a visão pseudo-progressista e falsamente compassiva, de um paternalismo ingênuo de caráter tutelar quanto a visão retrógrada de um retribucionismo hipócrita de mero caráter penal repressivo (MÉNDEZ, 1998, p. 91), que vai em desencontro com o que propõe a socioeducação.

Na próxima seção, discorro sobre o ECA e, em especial, sobre as medidas socioeducativas apresentadas por essa normativa.

### 1.3 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente surge na Era Collor (em 15 de março de 1990 - 29 de dezembro de 1992), como uma normativa em busca de interromper o passado de exclusão de jovens e crianças, da negação da cidadania desses sujeitos que prevalecia no Código de Menores e passa então a almejar a proteção integral à criança e ao adolescente, artigo primeiro (BRASIL, 1990).

O ECA considera criança, a pessoa até doze anos incompletos; e adolescente entre doze e dezoito anos de idade, postulando que esses indivíduos gozam de todos os direitos fundamentais destinados à pessoa humana, “sem prejuízo da proteção integral” (BRASIL, 1990, n. p.). Sobre a Teoria da Proteção Integral, Mário Luiz Ramidoff (2003, p. 151-169) explicita que:

A Doutrina da Proteção Integral que, a partir das ideias de autonomia e garantia, reconhece não só aos adolescentes autores de ações conflitantes com a lei os direitos próprios a todo o sujeito de direito, com a cautela, no entanto, de demarcar a peculiar condição em que se encontra toda pessoa com idade inferior a dezoito (18) anos, haja vista a sua condição peculiar de desenvolvimento da personalidade [...] A subjetividade que se estabelece aqui é a titularidade de direitos, em perspectiva emancipatória (RAMIDOFF, 2003, p. 151-169).

Em relação à educação, o artigo 53 do ECA assinala que tanto a criança quanto o adolescente têm direito à educação. Essa educação visa ao seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assegurados:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Direito a ser respeitado por seus educadores; III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis; V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, p. 40-41).

No que se refere às crianças ou aos adolescentes que cometem alguma transgressão, o ECA (BRASIL, 1990) assevera que eles precisam ser submetidos a medidas socioeducativas e devem receber atendimento especializado, de acordo com a gravidade do ato praticado. Consta ainda que as medidas socioeducativas devem atentar-se para o caráter pedagógico como prescrito no artigo 100.

Compreende-se por medidas socioeducativas aquelas previstas no artigo 112 do ECA, as quais têm por objetivos: I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviços à comunidade; IV) liberdade assistida; V) inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII) qualquer uma das previstas no artigo 101, dos incisos I ao VI (BRASIL, 1990).

*Da advertência* está exposta no artigo 115, no qual lê-se que “a advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.” (BRASIL, 1990, p. 58), ou seja, nesta medida, ao menor far-se-á apenas um aviso ou repreensão verbal ao menor, é de suma importância o conhecimento dos pais ou responsáveis.

*Da obrigação de reparar o dano*, medida apresentada no artigo 116, no qual se observa que “em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima”. (BRASIL, 1990, p. 58).

*Da prestação de serviços à comunidade*, medida apresentada no artigo 117, lê-se:

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. (BRASIL, 1990, p. 58).

*Da liberdade assistida* transcrita no artigo 118: “a liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada a fim acompanhar, auxiliar e orientar o paciente” (Idem). A medida do artigo 119, incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos entre outros:

I) promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes a orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II) supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo inclusive, sua matrícula; III) diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV) apresentar relatório do caso. (BRASIL, 1990, p. 59).

*Do regime de semiliberdade*, medida prescrita no artigo 120, pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para semiaberto, possibilitando a realização de atividades externas, independentemente da autorização judicial. No parágrafo primeiro, são obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. No segundo parágrafo, a medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

*Da internação*, é a medida prevista no artigo 121, no qual a internação constitui a medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O artigo 122 apresenta os casos nos quais as medidas de internação poderão ser aplicadas: I) tratar-se de ato infracional cometido diante grave ameaça ou violência à pessoa; II) por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III) por descumprimento reiterado e injustificável da medida.

O artigo 123 prevê que a internação deverá sempre ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. No artigo 124, estão expostos 15 (quinze) incisos sobre os direitos dos adolescentes quando estiverem na condição de medida socioeducativa de privação de liberdade, dos quais podemos destacar: “XI - receber escolarização; XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; V - ser tratado com dignidade.” (BRASIL, 1990, p. 60-61). E finalmente, no artigo 125, temos a seguinte prescrição: “é dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.” (BRASIL, 1990, p. 61).

Um dos lemas do ECA é a proteção integral de crianças e adolescentes, já em relação aos jovens que cometem atos infracionais está incluso o cerceamento da família e uma maior articulação entre diferentes esferas do governo. Todavia, apesar de estarem detalhadas no ECA, as medidas socioeducativas ainda não eram executadas de maneira específica, e também não contemplavam ao todo os desafios que envolvem os processos de ressocialização dos socioeducandos. Assim, com o intuito de ampliar as normativas prescritas no Estatuto – em relação à socioeducação – foi elaborado em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. De acordo com Liberati (2012, p. 11), as medidas socioeducativas:

[...] até então, era realizado de forma diferenciada em todo território nacional e, muitas vezes, mercê de medidas tomadas espontaneamente por operadores do direito e técnicos sociais, colocando em risco as garantias processuais penais deferidas ao adolescente a quem se atribuía a autoria de atos infracionais.

Nessa vertente, o autor revela que a instituição do Sinase, apresentada a seguir, padroniza as medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que cometeram algum tipo de transgressão.

#### **1.4 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase – foi criado Governo Lula<sup>5</sup> a partir do Projeto de Lei nº 1627/07, sendo aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em 11 de novembro de 2006.

No artigo primeiro, o Sinase é descrito como uma lei que regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente que pratica atos infracionais<sup>6</sup> (BRASIL, 2006). No inciso parágrafo primeiro, temos a seguinte definição:

<sup>5</sup> O Governo de Luís Inácio Lula da Silva foi de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm).

Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (BRASIL, 2006, p. 22).

O plano nacional do Sinase visa, principalmente, o desenvolvimento de ações socioeducativas baseadas em princípios dos direitos humanos e alinhadas às estratégias assentadas em conceitos éticos e pedagógicos. O processo de elaboração do Sinase

[...] concentrou-se principalmente num tema que tem mobilizado a opinião pública, a mídia, e diversos segmentos da sociedade brasileira: o que deve ser feito no enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes enquanto autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos no cumprimento de Medidas Socioeducativas. (BRASIL, 2006, p. 13).

O Sinase (2006) ratifica uma diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa, que implica substancialmente no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Tem como primazia também a necessidade de estabelecimento de metas no que diz respeito à escolarização, à cultura, ao lazer, ao esporte, à profissionalização, ao autocuidado e às oficinas.

No sexto capítulo do Sinase, intitulado de *Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo*, estão dispostos 12 princípios que englobam as ações socioeducativas, levando em consideração os conceitos éticos e pedagógicos:

1. Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios, cuja operacionalidade inscreve-se na perspectiva ético-pedagógica;
2. Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo;
3. Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa;
4. Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas;
5. Diretividade no processo socioeducativo o que pressupõe autoridade competente, diferentemente do autoritarismo que estabelece arbitrariamente um único ponto de vista;
6. Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo;
7. Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa;
8. Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional. Mesmo que as ações desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais;
9. Organização espacial e funcional das unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente;
10. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica;
11. Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa;
12. Formação continuada dos atores sociais. (BRASIL 2012, p. 52-56).

---

<sup>6</sup> Como já dito em nota rodapé da página 23, toda vez que os documentos e/ou normativas sobre a socioeducação utilizarem o termo “atos infracionais”, será escrito da forma que foi mencionada, apesar da minha preferência pelo termo transgressão.

O Sinase constitui-se, assim, de uma política pública destinada à inclusão do adolescente transgressor, que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos políticos e sociais. Essa política tem diversas faces, com diferentes sistemas interligados que atuando de forma diferenciada possibilita a responsabilização (com a necessária limitação de direitos determinada por lei e aplicada por sentença) e satisfação de direitos (BRASIL, 2006).

Por estar inserido no Sistema de Garantia de Direitos, o Sinase deve servir, também, como fonte de produção de dados e informações que favoreçam a construção e o desenvolvimento de novos planos, políticas, programas e ações para a garantia de direitos de todas as crianças e adolescentes, reduzindo-se a vulnerabilidade e a exclusão social a que muitos estão expostos. (BRASIL, 2006, p. 24).

Para viabilizar o cumprimento das ações socioeducativas é preciso englobar várias redes de políticas públicas. O gráfico abaixo demonstra como o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) está disposto no Sinase e como as políticas estão integradas.

**Figura 1 – Sistema de Garantia de Direitos**



Fonte: BRASIL (2006, p. 23).

Para Souza (2008), a socioeducação precisa ser desenvolvida em sistemas de redes para que se possa alcançar a efetividade dos direitos infantojuvenis, afinal,

A ideia de rede tem por base o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, compreendendo os diversos atores que interagem para garantir esses direitos. [...] Assim, esse sistema de garantia apresenta eixos de ação (promoção de direitos, defesa dos direitos e controle social), que criam redes internas e entre si. (SOUZA, 2008, p. 45-46).

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é o que relata o artigo 86 do ECA e tem como intuito efetivar a implementação da *Doutrina da Proteção Integral*. Por meio da gestão compartilhada, governo e sociedade civil definem, no âmbito do Conselho, as diretrizes para a

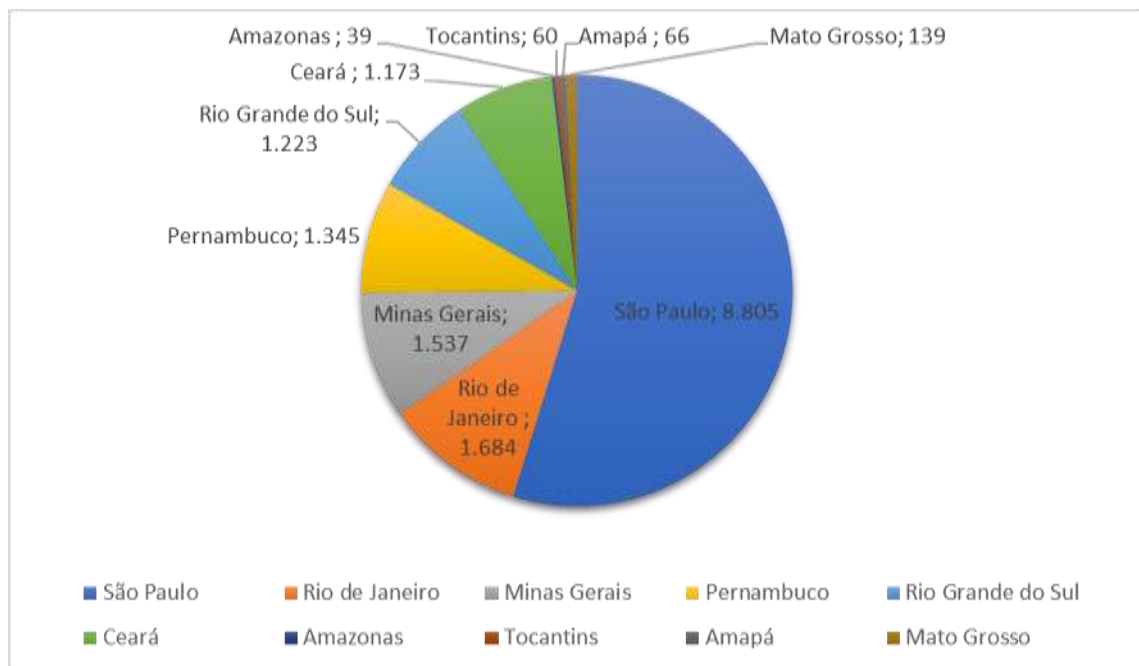
Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2006).

Como o Sinase está inserido no Sistema de Garantia de Direitos, ele serve também como fonte de produção de dados e informações que favoreçam a construção e o desenvolvimento de novos planos, políticas, programas e ações para a garantia de direitos de todas as crianças e adolescentes e reduzindo também a vulnerabilidade e a exclusão social às quais muitos deles estão expostos.

Veronese e Lima (2006) argumentam que a aprovação do Sinase configura um avanço significativo em termos de políticas públicas, especificamente, deliberada para o atendimento aos jovens transgressores, bem como de seus familiares, uma vez que o “Sinase visa promover uma ação educativa no atendimento ao adolescente que cumpre Medida Socioeducativa, sejam aquelas em meio aberto ou as privativas de liberdade.” (VERONESE; LIMA, 2009, p. 30).

O cenário atual da socioeducação no Brasil, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), era de cerca de 22.640 jovens cumprindo alguma medida socioeducativa em 461 espaços socioeducativos até novembro de 2018, distribuídos da seguinte maneira pelos estados brasileiros, levando em consideração os estados com maiores e/ou menores ocorrências.

**Figura 2 – Cenário atual da Socioeducação no Brasil em 2018**



Fonte: Conselho Nacional de Justiça<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87990-ha-mais-de-22-mil-menores-infratores-internados-no-brasil>.

Mato Grosso, o estado estudado nesta pesquisa, em 2018, possuía 139 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em seus 6 (seis) centros de socioeducação localizados nas cidades de Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Cáceres, Barra do Garças, Rondonópolis e Sinop. Considero que adolescente egresso do sistema socioeducativo é aquele que saiu da medida socioeducativa de privação de liberdade, o que não significa que ele não cumpra alguma medida socioeducativa, que pode ser a *prestação de serviços à comunidade* (prevista no artigo 117 do ECA), a *liberdade assistida* (vista na seção V do artigo 118) e/ou o *regime de semiliberdade* (art. 120). Com o intuito de averiguar o que se tem pesquisado sobre a socioeducação em nível nacional e estadual, na próxima seção serão apresentados alguns destes estudos.

### 1.5 Estudos da socioeducação no Brasil e em Mato Grosso

Ao averiguar os programas de pós-graduação do Brasil, encontrei 225 pesquisas sobre a socioeducação. Entre os períodos de 2015 a 2018, localizamos 168 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado. Para tanto, com o intuito de afunilar o processo de busca acessamos o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) usando a palavra-chave “socioeducação”, busquei todas as pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação na área de linguagens. As tabelas a seguir contemplam os dados encontrados.

**Tabela 1 – Quantitativo de dissertações e teses – temática socioeducação**

Ano	Mestrado	Doutorado	Título
2015	1		VITORIANO, CRISTIANE MENDONCA PEREIRA. <b>“Aqui na escola é assim”: explorando o contexto socioeducativo</b> 28/08/2015. 205f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC-Rio.
2016	1		LENHARDT, JORDANA. <b>Percepções acerca da linguagem na formação docente do Centro Socioeducativo de Rondonópolis</b> . 09/12/2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT.
2018	1		ETTO, RODRIGO MAZER. <b>A influência de fatores sociais na linguagem de adolescentes privados de liberdade</b> . 09/04/2018. 156f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa



			Biblioteca Depositária: FARIS MICHAELE.
--	--	--	---

Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

Também utilizei outro filtro para buscar pesquisas desenvolvidas sobre a socioeducação, dessa vez, fazendo uso do vocábulo na sua versão adjetivada: *socioeducativo*. Esse filtro compreendeu um intervalo cinco anos, de 2014 a 2018, tendo como grande área do conhecimento: Linguística, Letras e Artes, englobando as áreas de conhecimento de: Letras, Linguística e Língua Portuguesa. Foram encontradas nove pesquisas, entre elas, quatro foram desenvolvidas por pesquisadores do PPGEL/UFMT. As pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa Emancipatória em Estudos de Linguagem – Nepel, soma-se 6 (seis): Correa (2013), Miranda (2014), Carvalho (2015), Lenhardt (2016), Lima (2016), Pereira (2017).

**Tabela 2 – Quantitativo de dissertações e teses – socioeducativo**

Ano	Mestrado	Doutorado	Título
2014	1	-	MIRANDA, KATIA APARECIDA DA SILVA NUNES. <b>Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social: um estudo crítico das representações de atores sociais</b> 23/05/2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT.
2015	2	-	CARVALHO, APARECIDA BORRALHO DIAS DE. <b>Um estudo crítico das instituições públicas e a Escola Meninos do Futuro – entrelaçando poder e saber</b> . 07/12/2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT.
			OLIVEIRA, LUCIMAR RODRIGUES DE. <b>Jogo de Aventura Argumentativo Caça à Fortuna</b> . 18/08/2015. 90f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais.
2016	1	-	LIMA, JANICE RAQUEL DE. <b>Representações de agentes socieducadores/as: um estudo baseado na análise crítica do discurso</b> . 16/09/2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT.

2017	1	1	PEREIRA, JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA. <b>Fora dos muros do Pomeri: (ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo? Uma análise crítica do discurso</b> ' 06/10/2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT.
			MORAIS, FRANCISCO DAS CHAGAS DE. <b>O interdiscurso na educação popular: um estudo comparativo entre o Meb (Brasil) e a Acpo (Colômbia)</b> . 20/12/2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca Depositária.
2018	2	1	SOARES, VANESSA ARLESIA DE SOUZA FERRETTI. <b>"- Mas tem gente que não entende assim." // "É. É por isso que a gente tá aqui.": A sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades</b> . 15/06/2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária.
			MOREIRA, GISLENE SANTOS. <b>Políticas públicas para a educação prisional no brasil: o caso da literatura no Enem PPL</b> . 17/12/2018. 85f. Dissertação (Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) – Instituição de Ensino: Universidade Federal do Tocantins, Araguaína Biblioteca Depositária: Prof. Francisco Severino de Oliveira Filho.
			BARCELOS, CRISTIANE DA SILVA. <b>Vozes do recriar textos: a produção literária dos internos do CASE, de Caxias do Sul, como representação do contexto socioeducativo em regime de reclusão</b> ' 24/08/2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura) – Instituição de Ensino: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UCS.

Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT) foi o que mais desenvolveu pesquisas sobre a socioeducação todos orientados pela professora doutora Solange Maria de Barros bem como esta tese de doutorado é resultado desta sequência de estudos. Vale ressaltar o que tais pesquisas contemplaram.

O alicerce que fundamenta os trabalhos com a referida temática iniciou-se também com a professora doutora Solange Maria de Barros<sup>8</sup>, no ano de 2006, através de um projeto voltado para formação de professores que atuavam no sistema socioeducativo na Escola Estadual Meninos do Futuro<sup>9</sup>. O projeto desenvolvido neste espaço foi intitulado de *Formação contínua do educador: (re)construindo a prática pedagógica*, e tinha como objetivo formar um grupo de estudos para debater questões sobre ensino e aprendizagem. Por sua vez, o projeto foi desenvolvido, sob a ótica emancipatória com foco na transformação social, haja vista, que os educadores trabalham em um ambiente de vulnerabilidade social. Sobre o desenrolar desse projeto, Barros (2018) relata:

Dos vinte professores que trabalham na escola, apenas três se interessaram em participar do grupo de estudos. Reuníamos, quinzenalmente, para refletir e debater temas inerentes ao ensino e aprendizagem, sob a ótica emancipatória e de transformação social. A curiosidade, somada ao interesse desses poucos educadores, acabou contagiando os demais colegas. Transcorridos dois meses de estudos, já contávamos com vinte participantes. Durante o período em que ministrei o curso de formação continuada, procurei conhecer mais sobre a estrutura da escola e do Centro Socioeducativo Pomeri. Convivendo com os professores, passei a compreender melhor as experiências ali vivenciadas. Procurei também conhecer como eles agiam em favor dos excluídos. Desde então, com a confiança adquirida, passei a fazer parte da escola, ministrando palestras e participando de eventos organizados por eles. (BARROS, 2018, p. 153).

Este projeto citado acima teve sequência com a dissertação de mestrado de Correa (2013)<sup>10</sup> – não consta no catálogo de teses da Capes, por isso não está tabela acima, destacarei aqui, para exemplificar a sequência cronológica que os estudos sobre a socioeducação sob a orientação da professora doutora Solange tem sido desenvolvida. Com a dissertação nomeada de: *Prática pedagógica reflexiva em cursos de formação continuada: um estudo crítico etnográfico*, Correa teve como objetivo investigar as experiências de professores acerca da prática pedagógica reflexiva, em cursos de formação continuada, na Escola Estadual ‘Meninos do Futuro’, localizada no Centro Socioeducativo no Complexo Pomeri, bairro Planalto, em Cuiabá/MT. Por intermédio de observações, entrevistas e participação num curso

---

<sup>8</sup> O que a fez despertar para tal assunto é que nas suas leituras – uma delas o livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, enquanto professora e orientadora na Universidade Estadual de Mato Grosso sentiu a necessidade de pesquisar afincamente sobre a vulnerabilidade social, exclusão social, transformação e emancipação social.

<sup>9</sup> Esta escola é localizada no interior do Centro Socioeducativo Pomeri, em Cuiabá/MT, e atende jovens e adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade, com idade entre 12 a 18 anos, é ofertado ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. Ela é mantida pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) e oferece o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA). Sabe-se que o nome “Meninos do Futuro” foi uma escolha feita pelos próprios adolescentes, em um concurso integrado a uma oficina de pintura e desenho. O nome escolhido se afeiçoa ao futuro buscado pelos jovens, perseguido pelos sonhos, pois esperam, por meio da escola, alcançar uma vida melhor. (BARROS, 2018, p. 153).

<sup>10</sup> Disponível em: [https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1198/1/DISS\\_2013\\_Maria%20Antonia%20Correa.pdf](https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1198/1/DISS_2013_Maria%20Antonia%20Correa.pdf). Acesso em: 08 maio 2022.

de formação continuada com professores que atuavam na Escola Estadual Meninos do Futuro, em sua conclusão de pesquisa, Correa (2013) revelou que a construção de uma prática crítico pedagógica, envolvendo professores que atuam na escola que atendem jovens que cumprem medidas socioeducativas, é necessário a valorização, sobretudo, a oferta de uma formação continuada, estabelecendo “elos entre o ‘saber’ e o ‘fazer’, além de um engajamento socioafetivo por parte do educador, bem como um conhecimento sobre o contexto social no qual se encontram esses jovens, privados de liberdade” (CORREA, 2013, p.117).

No ano de 2014, Katia Aparecida da Silva Nunes Miranda defendeu sua dissertação intitulada de *Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social: um estudo crítico das representações de atores sociais*. Nesse trabalho, a autora aborda as representações dos atores sociais: adolescentes e jovens, da Escola Estadual Meninos do Futuro, localizada no Centro Socioeducativo de Cuiabá (Complexo Pomeri), vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso (Sejudh).

Por meio das produções escritas e entrevistas, os resultados da pesquisa de Miranda (2014) esclareceram que a aproximação com os docentes por meio de suas práticas pedagógicas e a aprendizagem significativa podem ajudar no desenvolvimento dos socioeducandos. Conhecer esse contexto social é fundamental para saber se é um local de humanização, emancipação ou opressão, podendo proporcionar ou não condições de (ex)inclusão social.

Ainda no âmbito do mestrado, o estudo desenvolvido por Aparecida Borralho Dias de Carvalho (2015) intitulado *Um estudo crítico das instituições públicas e a Escola Meninos do Futuro – entrelaçando poder e saber* tinha como objetivo investigar as articulações existentes entre duas instituições públicas de Cuiabá, Mato Grosso: a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), ambas voltadas para a garantia da educação e do direito à integridade dos adolescentes que se encontram privados de liberdade. A pesquisa revelou que não há integração institucional efetiva entre as instituições Seduc-MT e Sejudh, na organização, planejamento e gestão escolar. Ficou evidente também que ambas se veem de forma equivocada, com responsabilidades distintas, contrariando as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

No ano de 2016, houve duas novas pesquisas de mestrado sobre o tema socioeducação que emergiram no PPGEL/UFMT, a de Jordana Lenhardt e a de Janice Raquel de Lima. Lenhardt (2016) desenvolveu seu trabalho sob o título *Percepções acerca da linguagem na formação docente do sistema socioeducativo de Rondonópolis*, e teve como objetivo promover reflexões acerca dos conceitos de letramento crítico no ensino de línguas, sob a

perspectiva emancipatória, em um curso de formação continuada ofertado no ano de 2015, para professores do Centro Socioeducativo em Rondonópolis, interior do Mato Grosso. Os resultados obtidos apontaram que o curso de formação continuada oportunizou percepções acerca da linguagem por parte dos professores da unidade escolar, embora não tenham alcançado uma reflexão mais crítica, bem como disposições para emancipação. O estudo revelou também a necessidade de oferta de cursos de formação continuada, sob o viés crítico da linguagem para professores/as, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, pois formação dessa natureza pode permitir que práticas discursivas com traços opressores e ideológicos hegemônicos possam ser refletidas, problematizadas e até mesmo desestabilizadas.

Por sua vez, a dissertação de Lima (2016) intitulada *Representações de agentes socioeducadores/as: um estudo baseado na análise crítica do discurso* pesquisou a respeito da identificação e análise das representações linguístico-discursivas de quatro agentes socioeducadores/as acerca de sua profissão e formação continuada, e da ressocialização de adolescentes em vulnerabilidade social. A pesquisa esclarece as especificidades da profissão de agente socioeducador/a e a necessidade de investimentos em uma formação continuada profissional/humana para esses profissionais.

Já o objetivo de Pereira (2017)<sup>11</sup>, em sua pesquisa *Fora dos muros do Pomeri: (ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo? Uma análise crítica do discurso*, versou sobre investigar as práticas discursivas de alunos egressos do sistema socioeducativo acerca do seu progresso educacional fora dos muros do Complexo Socioeducativo Pomeri, na capital mato-grossense. As análises expuseram a necessidade de sensibilização por parte das autoridades públicas de Mato Grosso, para que possam ofertar vagas aos alunos egressos do sistema socioeducativo. Também foi observado que uma integração maior por parte das redes de sistemas Seduc-Sejudh, para que os socioeducandos não fiquem desprovidos dos seus direitos, nem à mercê de exclusões sociais. Os enunciados dos adolescentes revelaram ainda que a Escola Estadual Almira Amorim tem contribuído para o processo de ressocialização deles.

Nota-se que todas as pesquisas citadas acima, fazem parte de uma sequência de estudos em torno da mesma temática: socioeducação. Com base no enquadre teórico-metodológico de pesquisa em ACD – explanado no capítulo metodológico – proposto por Fairclough (2003) com base na crítica explanatória de Bhaskar (1989) as pesquisas com base

---

<sup>11</sup> Pesquisa desenvolvida pela autora no PPGEL/UFMT.

teórica na Análise Crítica do Discurso ocorrem de maneira cíclica composta por cinco estágios. Mas, de acordo com Barros (2015) este ciclo tem mais um estágio, o sexto. Neste sexto estágio, apresentado por Barros é possível “definir um novo problema de pesquisa” (BARROS, 2015, p. 110). Deste modo, o objetivo desta pesquisa de doutorado vai de encontro com todas as pesquisas explicitadas acima.

Além das pesquisas de mestrado/doutorado, alguns eventos e obras sobre os temas socioeducativo/socioeducação foram publicados nos últimos cinco anos, tais elementos contribuíram para que a sociedade se voltasse para a situação dessas crianças e adolescentes; e também contribuíram para que políticas públicas fossem aprovadas, com o intuito de salvaguardar os direitos de quem está em processo de ressocialização. A tabela a seguir, ilustra os eventos e obras – (livros e *e-books*) – sobre a socioeducação em âmbito nacional.

**Quadro 1 – Produções sobre Socioeducação**

<b>Evento/obra</b>	<b>Ano</b>	<b>Realização</b>	<b>Local</b>
I Encontro de Psicologia e Socioeducação da Universidade Positivo	2019	Projeto Guiar – Universidade Positivo – Campus Ecoville	Curitiba – PR
II Seminário da Socioeducação: Novos rumos para as medidas socioeducativas em meio aberto.	2019	Núcleo de Socioeducação do NECA	São Paulo – SP
I Mostra de Boas Práticas Socioeducativas da Fundação Renascer	2018	Núcleo Estadual da Escola de Socioeducação	Aracaju – SE
IV Seminário de Pesquisa em Prisão	2018	Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP)	Dourados – MS
Simpósio Nacional em Socioeducação: a escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva	2017	Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS) da Universidade de Brasília (UnB)	Brasília – DF
I Encontro Socioeducativo Sobre Gênero	2017	Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (Secriança)	Brasília – DF
1º Encontro Intersectorial do Sistema Socioeducativo	2017	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Cuiabá – MT

Livro: Desafio da Socioeducação e Responsabilização Social de Adolescentes Autores de Atos Infracionais	2015	Minas Gerais. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais.	Belo Horizonte – MG
---	------	--	---------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Além das pesquisas e eventos descritos acima sobre a socioeducação, há ainda a Escola Nacional de Socioeducação (ENS)<sup>12</sup>, constituída a partir de um documento norteador “Parâmetros de Gestão, Metodológicos e Curriculares da ENS”, que teve aprovação do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), no ano de 2014.

O ENS visa a formação dos/das profissionais que atuam na socioeducação, fator considerado importante para a efetivação dos princípios norteadores das medidas socioeducativas.

A ENS deve garantir que os programas de formação consigam articular a teoria e a prática, à construção coletiva do conhecimento, a troca de experiências, a valorização dos saberes profissionais, a reflexão crítica, a sistematização e o registro das práticas institucionais, bem como a construção de fundamentos teóricos e metodológicos comuns e constituir um acervo bibliográfico referencial para a socioeducação no país. (BRASIL, 2013, n.p.).

A ENS é dividida por regiões: Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. Mato Grosso – estado da nossa pesquisa – está situado na região Centro-Oeste. A ENS, então, é instaurada sob a Portaria nº 055, de 01 de junho de 2015, criação do Núcleo Gestor Estadual da Escola Nacional de Socioeducação do Estado de Mato Grosso. Dentre os objetivos de atuação da ENS temos as seguintes:

- I - Promover e garantir de forma colegiada, articulada, integrada e continuada o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação dos processos formativos para os operadores do Sistema Socioeducativo de Mato Grosso;
- II - Desenvolver, fomentar e qualificar a formação continuada dos diversos profissionais que atuam no sistema socioeducativo proporcionando alinhamento conceitual, metodológico e curricular em âmbito estadual fazendo cumprir as orientações e diretrizes da política nacional de atendimento socioeducativo bem como as metas pactuadas no Plano Decenal Estadual de Atendimento Socioeducativo;
- III - Fomentar o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas, a realização de atividades acadêmicas e a produção de material técnico-científico sobre a socioeducação;
- IV - Desenvolver formas de cooperação e intercâmbio cultural e educativo com instituições do campo socioeducativo em nível estadual e nacional. (BRASIL, 2015, n. p.).

<sup>12</sup> [http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/index.php?option=com\\_content&view=category&id=53&Itemid=236](http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/index.php?option=com_content&view=category&id=53&Itemid=236).

Autores como Abdalla (2013), Costa (1999) e Julião (2015), compreendem que a questão socioeducativa se faz associar a uma mudança de paradigmas que busque perceber o adolescente, autor de ato infracional, como alguém digno de receber um tratamento especializado e focado em uma Educação que o contemple integralmente, de forma a atender seus objetivos.

Em suma, a ENS juntamente com as diretrizes sobre a socioeducação atua em defesa da garantia de direitos para que o adolescente que cometeu alguma transgressão e assim, cumpra sua medida de forma plena e satisfatória. A seguir, discorro sobre os adolescentes egressos do sistema socioeducativo e a relação com a educação.

### **1.6 Adolescentes egressos e o direito à educação**

A organização e o funcionamento do sistema socioeducativo e educação obedecem às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao ECA e ao Sinase. No estado de Mato Grosso, as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso (OCEM), organizada pela Seduc-MT é o documento que orienta o ensino da educação no sistema socioeducativo. Outro documento elaborado pela Seduc-MT, denominado *Estruturação e Implementação de uma Prática Pedagógica no Centro Socioeducativo do Estado de Mato Grosso*, oferece um método de ensino na perspectiva socioeducativa. A orientação para a estruturação e implementação de uma ação socioeducativa é pautá-la em um projeto transformador, de modo que o adolescente infrator vivencie, no interior dos centros socioeducativos, uma escola real e de tempo integral, com conteúdo formal e não formal. Justifica esse encaminhamento o entendimento de que ele permite ao adolescente retomar os estudos e restabelecer a significância da escola em suas vidas; mostrar que o aprendizado ocorre por diferentes vias e que todas elas são espaços de intensa interação humana, em que o conhecimento, seja ele direto e objetivo ou indireto e subjetivo, deve ser construído na dimensão da razão e da emoção (MATO GROSSO, 2011).

Assim, a temática desta pesquisa trata do direito da educação para adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Em minha pesquisa de mestrado, ficou revelado que, os jovens que já cumpriram medida socioeducativa – em meio fechado “internação” – têm encontrado dificuldades para continuar com os estudos fora dos muros das instituições (PEREIRA, 2017). Esse estudo também foi exposto por Zanella (2010), para quem a escola é procurada para reinserir em seu sistema de ensino o aluno autor de “transgressão” há, com recorrência, a alegação de não possuir vagas.



Segundo o Conanda (2006), uma ação socioeducativa deve ser sustentada nos princípios dos direitos humanos, com as ideias de alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada em bases éticas e pedagógicas.

O Parecer CNE/CEB nº 8/2015 concebe que “um dos principais desafios para o acompanhamento realizado pelos serviços e programas é o combate ao preconceito institucional, seja na escola ou em outras unidades das demais políticas setoriais”. (BRASIL, 2015, p. 20). Reforça-se também no documento, que a discriminação pode se manifestar além da “recusa à realização da matrícula, mas também no olhar, nas palavras, no medo ou na indiferença”. (Idem).

O ECA, em seu artigo 53, descreve que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A Carta Magna de 1988 também alude que a educação é um direito universal. Vejamos que não há distinção de pessoas para que haja o gozo do direito educacional, mas como mencionado acima, quando um adolescente comete alguma transgressão, a educação torna-se um direito a ser negado. Nessa hipótese, em relação ao eixo educação, o Sinase propõe a todas as entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas:

- 1) consolidar parcerias com Órgãos executivos do Sistema de Ensino visando o cumprimento do capítulo IV (em especial os artigos 53, 54, 56, e 57) do ECA e, sobretudo, a garantia de regresso, sucesso e permanência dos adolescentes na rede formal de ensino;
- 2) redirecionar a estrutura e organização da escola (espaço, tempo, currículo) de modo que favoreça a dinamização das ações pedagógicas, o convívio em equipes de discussões e reflexões e que estimulem o aprendizado e as trocas de informações, rompendo, assim, com a repetição, rotina e burocracia;
- 3) propiciar condições adequadas aos adolescentes para a apropriação e produção do conhecimento;
- 4) garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com sua necessidade;
- 5) estreitar relações com as escolas para que conheçam a proposta pedagógica das entidades e/ou programas que executam o atendimento socioeducativo e sua metodologia de acompanhamento aos adolescentes;
- 6) desenvolver os conteúdos escolares, artísticos, culturais e ocupacionais de maneira interdisciplinar no atendimento socioeducativo; e
- 7) permitir o acesso à educação escolar considerando as particularidades do adolescente com deficiência, equiparando as oportunidades em todas as áreas (transporte, materiais didáticos e pedagógicos, equipamento e currículo, acompanhamento especial escolar, currículo, capacitação de professores, instrutores especializados, entre outros) de acordo com o Decreto nº 3.298/99. (BRASIL, 2006, p. 59).

Esses jovens que já passaram pela medida socioeducativa de internação, em sua maioria cumprem a medida socioeducativa de *prestação de serviço à comunidade* ou *liberdade assistida*. Em relação ao atendimento educacional para quem cumpre a medida de

prestação de serviço à comunidade, o Sinase assegura que deve ser considerado como “prestação de serviços de relevância comunitária pelo adolescente, buscando uma ação pedagógica que privilegie a descoberta de novas potencialidades direcionando construtivamente seu futuro” (BRASIL, 2006, p. 43). Já o ECA, no artigo 117, parágrafo único, elucida que as tarefas atribuídas aos jovens que cumprem medida socioeducativa de prestação serviço à comunidade, devem estar de acordo com as aptidões do adolescente, devendo ser cumprida durante uma jornada de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou a jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

A liberdade assistida, descrita no artigo 118 do ECA, menciona que para que essa medida seja executada é necessário que: parágrafo 1º a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. No parágrafo segundo a liberdade assistida é fixada no prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, com o aval do Ministério Público e do defensor (BRASIL, 1990).

Já no artigo 119, um dos encargos previstos para o orientador é o de supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula (BRASIL, 1990).

O Sinase (2006) prescreve que o cumprimento de medida socioeducativa em semiaberto – liberdade assistida – tem por objetivo estabelecer um processo de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente.

Em tese, no que tange ao percurso histórico sobre o tratamento de adolescentes que já cometeram/cometem alguma transgressão, desde os primórdios – Código de Menores de 1927 – até os dias atuais – Sinase –, as Políticas Públicas voltadas para esta parcela da população foram ponderadas e executadas para crianças e adolescentes pobres, e então, as legislações acabam atuando, mesmo que de forma sutil como controle e repressão, ora “refletem e refratam todo o processo de organização social, as contradições, as mediações e os avanços, por vezes significativos”. (COSSETIN, 2012, p. 67).

No próximo capítulo, discorro sobre as bases teóricas que nortearão as análises dos dados coletados na pesquisa.

## CAPÍTULO II

### ENTRELAÇAMENTO ENTRE O REALISMO CRÍTICO, ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

*A ciência deve servir para revelar  
algo que sirva para mudar  
a realidade social.*  
(BHASKAR, 1986).

Neste capítulo, apresento as teorias que fundamentarão a análise de dados desta tese, a partir de uma leitura que as interseccionam a favor dos objetivos pretendidos por esta pesquisa, são elas o Realismo Crítico (BHASKAR, 1975; 1978; 1986; 1998; 2002); a Análise Crítica do Discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) e a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1985; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Na primeira seção, descrevo a primeira onda do Realismo Crítico (RC) proposto por Bhaskar (1978; 1998; 2002), na qual discuto os conceitos de “domínios do real”, “realizado” e “empírico”, bem como os significados de emancipação e transformação social para esta corrente filosófica.

Na segunda seção, exponho a Análise Crítica do Discurso (ACD) postulada por Chouliaraki (1999) e Fairclough (1999; 2003) e explico os três significados do discurso: representacional, identificacional e acional.

Na terceira seção, abordo a Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Halliday (1985; 1994) e Matthiessen (2004), teoria que será utilizada para análise da materialidade linguística dos enunciados que compõem os dados desta pesquisa. Na quarta seção, realizo o entrelaçamento teórico entre o RC, a ACD e a LSF.

#### **2.1 Realismo Crítico**

O Realismo Crítico (RC) surgiu em 1975, na Inglaterra, com o filósofo inglês Roy Bhaskar. Essa teoria aparece como uma alternativa para as ciências sociais e naturais, pois destaca a ontologia – questões do ser –, em que o real é mais denso, ou seja, consiste em um mundo objetivo o que distingue uma superfície de algo mais profundo (BARROS, 2015). O RC é assimilado a partir de duas vertentes principais:

(1) a da reivindicação da ontologia como teoria do ser, que é distinta e irreduzível à epistemologia; e (2) a proposição de uma ontologia estratificada compreendendo mecanismos geradores ativos (ou não), dos eventos observáveis (ou não) e dos fatos observáveis (ou não). (VANDENBERGHE, 2007, p. 494).

Para Roy Bhaskar (1978), uma das árduas tarefas da ciência é a produção de conhecimento sobre aqueles mecanismos da natureza, duradouros e continuamente ativos, que produzem os fenômenos do nosso mundo. O filósofo assinala que

a ciência é uma atividade social em curso, em processo contínuo de transformação. Mas o objetivo da ciência é a produção de conhecimento, dos mecanismos de produção dos fenômenos da natureza que combinam para gerar o fluxo dos fenômenos do mundo. (BHASKAR, 1978, p. 17).

Um autor que auxilia na compreensão do RC é Outhwaite (1983). Na visão desse autor, o RC vê a ciência “como uma atividade humana que visa descobrir uma mistura de experimentações e razões teóricas, as entidades, estruturas e os mecanismos – visíveis ou invisíveis – que existem e operam no mundo”. (OUTHWAITE, 1983, p. 322).

Segundo Vandenberghe (2007), o RC é uma corrente filosófica que também perpassa as ciências humanas em uma perspectiva interdisciplinar. Seu conceito e suas instaurações principais devem-se aos trabalhos de Bhaskar e seu esforço de incorporar, nos anos 1970, reflexões sobre a questão ontológica, tanto no domínio da filosofia quanto – na sua posterior transposição – nas ciências humanas.

No Realismo Crítico, as pesquisas sociais não compreendem apenas eventos que transcorrem em um plano linear empiricamente observáveis, uma vez que eventos sociais, por não serem predeterminados e dependerem de condições contingentes, podem ocorrer de maneiras diferentes (SAYER, 2000, p. 14-15).

Bhaskar (1978) dividiu o realismo crítico em três ondas. A primeira onda está ramificada em *Realismo Transcendental*, *Naturalismo Crítico* e *Crítica Explanatória*. A segunda onda é nomeada de *Realismo Crítico Dialético*. Já a terceira onda é denominada de *Realismo Crítico Transcendental*.

Neste trabalho, utilizo somente a primeira onda proposta por Bhaskar – descritos nos tópicos a seguir (Realismo Transcendental e Naturalismo Crítico) –, por trazer as questões dos níveis da realidade, bem como concepções de mecanismos, eventos e estruturas, e também os conceitos de emancipação e transformação que dialogam diretamente com os objetivos e temáticas traçados nesta tese.

### **2.1.1 Realismo Transcendental**

O Realismo Transcendental compreende os objetos do conhecimento como estrutura e mecanismos que geram fenômenos (BHASKAR, 1998). Esses objetos não são fenômenos (empirismo), nem criações mentais impostas ao fenômeno (idealismo), mas sim estruturas reais que operam independentemente do nosso conhecimento.

Roy Bhaskar (1989) formula os princípios fundamentais do Realismo Transcendental em:

1 – *Objetividade*: quando algo é real, mesmo não sendo conhecido; 2 – *Falibilidade*: as proposições se referem não a dados aparentes, infalíveis ou incorrigíveis, mas a uma coisa que vai além disso; 3 – *Transfenomealidade*: quando se ultrapassa as aparências; 4 – *Contrafenomenalidade*: quando o conhecimento da estrutura profunda pode também contradizer as aparências (BHASKAR 1989, p. 6-7, tradução minha).<sup>13</sup>

Roy Bhaskar (1975) revela que as práticas científicas devem ser estudadas transcendentalmente, pois, para o autor, é preciso uma pressuposição de visão de mundo antes mesmo da investigação.

Na perspectiva do RC, o mundo é um sistema aberto com duas proposições científicas, que possuem fatores operantes ao mesmo tempo: uma é a dimensão transitiva e a outra, a dimensão intransitiva. As duas dimensões são inerentes a todas as ciências, sejam elas naturais ou sociais. No entanto, a dimensão transitiva se identifica em um objeto, é causa material ou o conhecimento prévio resultando em um novo conhecimento (dimensão epistemológica).

A dimensão transitiva “depende de conhecimentos anteriores e da atividade do ser humano”. (BARROS, 2015, p. 28). Nessa mesma linha de pensamento, Miranda (2014, p. 24) assegura que o objeto é a real estrutura ou o mecanismo existente que age na produção do conhecimento, realizada pelos sujeitos.

A dimensão intransitiva está relacionada com o conhecimento de cada indivíduo sobre a realidade e os objetos (dimensão ontológica). Assim, “há objetos intransitivos que existem anteriores à pesquisa cuja realidade independe de nosso conhecimento”. (BARROS, 2015, p. 28).

Essas duas dimensões são nomeadas de “paradoxo da ciência” (BARROS, 2015, p. 28), por um lado temos os seres humanos que produzem conhecimento; e por outro lado, há fatos que não dependem de suas ações. Podemos exemplificar da seguinte maneira: uma

---

<sup>13</sup> Texto original: 1) *Objectivity*: “what is known is real whether or not it were known” 2) *Fallibility*: since claims are made about some real thing (and not just our ideas about it), these claims can always be falsified 3) *Transphenomenality*: we can have knowledge of underlying structures that endure longer than appearances, than the manifestations that they generate; knowledge “not just of family likeness but of the molecular structure of DNA.”; 4) *Counter-phenomenality*: knowledge of underlying structures may actually contradict appearances. (BHASKAR, 1989, p.6-7).

pessoa produz e produzirá objetos que dependem de sua ação (carros, computadores, casas, livros), porém, se esse indivíduo deixar de existir, outros continuarão a ocorrer – independentem das ações humanas “o som continuaria a se propagar, corpos pesados continuariam a cair no chão etc.” (BHASKAR, 1978, p. 21).

Sobre a dimensão intransitiva, Resende (2009a) e Ramalho (2013) assinalam que, por um lado, ela refere-se à realidade independente do conhecimento, ou aos objetos do mundo, por outro, remete ao nosso conhecimento sobre a realidade ou sobre os objetos.

Ainda distinguindo as dimensões do conhecimento, Bhaskar (1978) observa que a dimensão intransitiva implica três níveis de realidade: o Real, o Realizável e o Empírico. Tais níveis de realidade trazem consigo estratos físicos, biológicos etc.

As estruturas dos níveis de realidade são diferentes, bem como seus mecanismos e efeitos causais fomentam irregulares efeitos. Na definição de Barros (2015, p. 32), os três níveis de realidade podem ser assim esclarecidos:

O *Real* ou mecanismos causais, poderes, tendências, etc. é o que a ciência deve procurar descobrir; o *Realizado* ou acontecimentos observáveis, sequência de eventos pode ser produzido sob condições experimentais ou ocorrer em conjunturas mais complexas, fora do laboratório; o *Empírico* (fatos ou eventos observados) deve ser somente um subconjunto de ‘b’.

Para Bhaskar (1978), o Domínio do Real pode ser compreendido como tudo o que existe na natureza, sejam objetos naturais – estruturas atômicas e estruturas químicas –, sejam sociais – ideias, relações sociais, modos de produção etc. O real é constituído por estruturas com poderes causais próprios.

O domínio do realizado é uma categoria ontológica e corresponde a eventos que percorrem ou não nossas experiências vividas, os quais podem ser localizados nas estruturas e poderes, de maneira abstrata, e nos eventos experienciados, de modo concreto (MIRANDA, 2014). Barros (2015) assinala que “o domínio do *realizado* consiste de eventos ou atividades que são realizadas e, portanto, geram efeitos de poder, podendo ser observáveis ou não, esse domínio ocorre quando os poderes são ativados.” (BARROS, 2015, p. 33). No Domínio do Empírico estão as experiências efetivas, a parte do potencial e do realizado, a qual é experienciada por atores sociais específicos (RESENDE; RAMALHO, 2011).

A título de exemplificação, esses três domínios da realidade podem ser compreendidos a partir do objeto desta tese. O nível do real corresponde às leis, diretrizes e normativas existentes, que operam independentemente do conhecimento dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo. O nível do realizado acontece quando os adolescentes procuram vagas nas escolas e não as conseguem. O nível do empírico acontece quando os adolescentes

não conseguem/ou têm dificuldades de se matricular numa escola porque já passaram pelo sistema socioeducativo. No nível do empírico, a pesquisa faz-se necessária para desvelar os mecanismos que operam nas estruturas, para que eventos aconteçam.

O quadro a seguir demonstra os três níveis de domínios da realidade.

**Quadro 2 – Três níveis de domínio da realidade**

	<b>Real</b>	<b>Realizado</b>	<b>Empírico</b>
Mecanismos	✓		
Eventos	✓	✓	
Estruturas	✓	✓	✓

Fonte: Barros (2015, p. 35).<sup>14</sup>

Bhaskar exemplifica que “as estruturas sempre são reais e existem independentemente dos padrões de eventos<sup>15</sup>” (BHASKAR (2008, p. 3). Com base nessa formulação, Barros (2015) assevera que, para apreender os objetos e suas estruturas, mecanismos e eventos, é necessário pensar a “causalidade” não apenas como uma relação cercada de eventos (causa e efeito), mas como “poderes causais”, isto é, modo de agir ou mecanismos (BARROS, 2015, p. 35). Nas palavras da autora:

A causalidade como categoria da inteligência tem valor de conhecimento só para o fenômeno, serve para descrever e unificar a experiência, mas não faz conhecer a coisa em si. É, portanto, a realidade do influxo causal que se funda toda ação humana, quer na vida cotidiana, quer na produção artística, quer na educação etc. então, a causa de um determinado fenômeno existe a priori do conhecimento que se tem dele. (PAPA, 2009, p. 145).

Pessoas têm poderes causais para serem capazes de trabalhar, falar, caminhar, reproduzir etc. Ainda, os poderes causais existem independentemente se são exercitados ou não (SAYER, 1984) e a relação entre poderes causais ou mecanismos e seus efeitos não é fixa, mas circunstancial (BARROS, 2015).

Quando alguns fenômenos no mundo são explicados, quase nunca os mecanismos que estão implícitos são observados, porque é preciso considerar também os modos de operação não manifestados e não realizados. Poderes e mecanismos podem estar presentes, mas não ser percebidos imediatamente (BARROS, 2015).

Collier (1994) pontua que as coisas têm os poderes causais que têm por causa de suas estruturas e que estas causam poderes para serem exercitados, dado algum insumo, alguma causa eficiente.

<sup>14</sup> Adaptado de Bhaskar (1998, p. 41).

<sup>15</sup> Texto original: Real structures exist independently of and are often out of phase with the actual patterns of event (BHASKAR, 2008, p. 3).

Nos objetos sociais, as estruturas não podem existir independentemente das “ações” das pessoas. É necessário que as pessoas, através de mecanismos, “movimentem” as estruturas para que eventos aconteçam. Trazendo para o contexto desta pesquisa, é preciso que pessoas enxerguem (mecanismos) os adolescentes egressos do sistema socioeducativo como cidadãos que possuem direitos e, assim, recorram a Seduc-MT (estruturas) para que as vagas na escola (eventos) de fato apareçam.

Essa corrente filosófica – Realismo Transcendental – postulada por Bhaskar permearam as análises discursivas tomando as concepções de Real, Realizado e Empírico, para compreendermos os níveis de profundidade em que as práticas discursivas analisadas acontecem.

### **2.1.2 Crítica explanatória**

Na visão de Bhaskar (1998), as ciências sociais não são neutras, pelo contrário, elas devem ser críticas, com possibilidades de intervenção nas práticas sociais. Nessa perspectiva, os pesquisadores sociais precisam assumir uma posição sobre o que realmente interessa às pessoas acerca do que fazer, dizer, sentir e pensar. Isso pode implicar, às vezes, juízos práticos de valor. A possibilidade da crítica científica exhibe “para as ciências humanas importante impulso emancipatório”. (BARROS, 2015, p. 44).

Nas palavras de Barros (2015), a crítica explanatória esteia um conceito de que os objetos sociais, diferentemente das ciências naturais, devem abranger crenças, incluindo julgamento de valor e ação. As crenças podem ter efeitos sobre a estrutura, impedindo as pessoas de tentar alterá-las (BHASKAR, 1998).

Esse potencial emancipatório da crítica científica move o interesse de Bhaskar (1998) pela estrutura lógica da crítica explanatória:

Eu quero focalizar na estrutura lógica da crítica explanatória. A possibilidade de tal crítica constitui o núcleo do potencial emancipatório das ciências humanas; a possibilidade de efetividade de tal crítica na história da humanidade é, talvez, a única chance de não barbárie, ou seja, a sobrevivência da espécie humana. (BHASKAR, 1998, p. 417).

Nesta mesma trilha, para Barros (2015, p.27) “o conhecimento precisa fazer sentido para que a realidade seja transformada”. É preciso ainda, adentrar nas raízes das problemáticas sociais com suas estruturas, mecanismos e poderes, “enxergando uma crítica explanatória que possa gerar argumentos críticos à transformação social” (BARROS, 2015, p. 27). Considerando a questão dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo, eles



precisam vislumbrar que ações estão sendo realizadas para um apoio de inclusão e não de exclusão, de modo que mudem perenemente a sua realidade de vulnerabilidade social.

Em sua proposta emancipatória, Bhaskar (1998, p. 410) advoga que a liberdade exige mais que conhecimento. Para ele, ser livre demanda conhecer os reais interesses; possuir habilidades, recursos e oportunidade para agir e finalmente estar disposto a agir. Por isso, o conhecimento é necessário, mas não suficiente.

Emancipação está alinhada a um caráter interdisciplinar e ligada aos pressupostos da vida em sociedade. Nesse sentido, emancipar-se sozinho é um percurso incerto. Em sua visão emancipatória e de transformação social, Bhaskar (1998, p. 462) afirma que não se alcança a emancipação apenas pela mudança da consciência, mas também da prática. Ao aplicar esse entendimento à situação dos adolescentes socialmente vulneráveis, compreende-se que o direito deles é real, existe, no entanto, para que sua emancipação, no sentido de não reincidência em atos infracionais, aconteça, é preciso executar um conjunto de ações.

Para Bhaskar (1998), a política emancipatória necessita estar fundamentada em uma teoria científica e revolucionária. Barros (2010, p. 71) ressalta:

Ao construir seu pensamento filosófico sobre emancipação e transformação social, apresenta uma proposta para a ciência social crítica, pois, segundo ele, os mecanismos geradores dos problemas podem ser removidos. Para esse autor, a emancipação não pode ser alcançada apenas pela mudança da consciência; ao contrário, ela deve ocorrer na prática, ou seja, deve passar pela transformação dos próprios agentes ou participantes. (BARROS, 2010, p. 71).

A dúplici união – emancipação e transformação social – tem seu princípio no pensamento filosófico de Roy Bhaskar (1998, p. 462) cuja proposta é destinada à ciência social crítica e suas consequências na práxis social. Para esse autor, a emancipação passa impreterivelmente pela autoemancipação, não se restringindo à transformação da consciência. Constrói-se na prática, ou seja, implica uma transformação social interna e microssocial para um contexto macrossocial (BARROS, 2015, p. 13). Nas palavras de Barros, a estrutura interna é aquela em que prevalecem os sentimentos, ou seja, emoções, valores, crenças etc.

No contexto microssocial, há as questões locais, nelas estão exercidas as forças de trabalho (sala de aula, escritório etc.) e isso envolve uma reflexão crítica, ou seja, a identificação de problemas e, a partir de uma reflexão, a busca de alternativas para saná-los. Alcança-se o nível das relações macrossociais só quando o ser humano está envolvido em projetos sociais e certo de que as “mudanças não ocorrem somente com a consciência dos fatos, mas, principalmente, por meio das ações”. (BARROS, 2015, p. 120-121).

Nesse sentido, as questões microssociais são tidas como acontecimentos locais, passíveis de serem resolvidos apenas por aqueles que fazem parte do contexto restrito, mas as

questões macrossociais são compreendidas como abrangentes porque envolvem pessoas em um contexto amplo; em outras palavras, no contexto macrossocial, o problema é nosso e não apenas meu ou seu.

Por exemplo, uma questão microssocial surge quando faltam vagas nas escolas para adolescentes egressos do sistema socioeducativo, já a questão macrossocial delinea-se no não cumprimento de direitos prescritos em uma legislatura maior, que é a Constituição Federal de 1988, na qual vê-se a relação à educação ser direito de todos. Está pautada nas diretrizes que norteiam esses adolescentes em termos educacionais e com isso promove exclusões e o não cumprimento de direitos prescritos.

Como uma instituição que normatiza e regula diretrizes para a educação, a Seduc-MT não tem propiciado ações que promovam uma emancipação, quiçá uma transformação social dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo, pois as práticas desacertadas – como a falta de vagas nas escolas públicas – tem contribuído de alguma maneira para o seu processo de exclusão, quando por exemplo, é negada uma vaga para os adolescentes como apontou a pesquisa de Pereira (2017). Segundo Bhaskar:

Aquele tipo especial e qualitativo de libertação que é a emancipação e que consiste na transformação, na autoemancipação dos agentes envolvidos, partindo de uma fonte de determinação indesejada e desnecessária para uma desejada e necessária, é, ao mesmo tempo, pressagiado causalmente e acarretado logicamente por uma teoria explanatória, mas só pode ser efetivada na prática. (BHASKAR, 1989, p. 462).

Para Barros (2015, p. 44), “o potencial emancipatório nasce, conseqüentemente, da capacidade da agência intencional e da prática reflexiva, podemos dizer também que os indivíduos possuem poderes causais para reproduzir ou transformar as estruturas”. Dessa forma, impõe-se uma reflexão sobre as práticas políticas educacionais destinadas a adolescentes egressos do sistema socioeducativo, que são implementadas pela Seduc e parceiros que juntos dialogam sobre a socioeducação em Mato Grosso. Como intuições que promulgam as políticas para o sistema socioeducativo, a Seduc-MT, Sejudh e outras, não são capazes de promover a emancipação dos atores sociais, mas, podem promover espaços de discussões e questionamentos visando o cumprimento das diretrizes que norteiam e dessa forma, quiçá, proporcionar a transformação social de adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

A seguir explano sobre a Análise Crítica do Discurso (ACD), outra corrente teórica, da qual farei uso para analisar os dados de minha pesquisa.

## 2.2 Análise Crítica do Discurso

Na década de 1980, Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, disseminou uma abordagem teórica intitulada de *Critical Discourse Analysis*, traduzida posteriormente no Brasil como Análise Crítica do Discurso e Análise de Discurso Crítica. Uma década depois, nos anos 1990, em Amsterdã, um simpósio reuniu linguistas como Teun van Dijk, Gunther Kress, Teo van Leeuwen, Norman Fairclough e Ruth Wodak. A partir deste simpósio os trabalhos, nesta abordagem, ganharam grande notoriedade e consolidação, surgindo então uma rede de teorias metodológicas para a Análise Crítica do Discurso.

Fairclough foi o grande idealizador dessa corrente teórico-metodológica, com obras tais como: *Language and Power* (1989), *Discourse and Social Change* (1992) e *Analysing Discourse* (2003a), que são utilizadas por analistas críticos do discurso.

Fairclough (2003) assinala que fazer análise de discurso é descrever, interpretar e explicar como a vida social se realiza por meio da manifestação linguística, uma vez que o discurso consiste numa prática social interconectada com outras, igualmente importantes, que funcionam como partes constituintes da sociedade (FAIRCLOUGH, 2003).

Para Fairclough e Wodak (1997), essa corrente teórica da linguística contemporânea – a ACD – funciona como um instrumento imprescindível de investigação de discurso para entender as muitas desigualdades sociais materializadas em práticas de discriminação social, preconceito, abuso de poder e violência simbólica.

Assim, a representação por meio da linguagem, na perspectiva da ACD, significa práxis e não apenas um reflexo da realidade (FAIRCLOUGH, 2001). Compreende-se o processo de representação da realidade como uma atividade construída no próprio processo discursivo – na interação da língua entre os usuários – ao mesmo tempo em que acontece também constitui a realidade (FAIRCLOUGH, 2003). Para a ACD, o mundo não é algo dado, mas construído nas relações sociais através de práticas discursivas. Nesse sentido, a realidade se realiza na linguagem, e não a partir dela.

Fairclough (2001a) destaca que a abordagem “crítica” implica, por um lado, mostrar conexões e causas que estão ocultas e, por outro, intervir socialmente para produzir mudanças que favoreçam àqueles(as) que possam se encontrar em situação de desvantagem, como é o caso de egressos do sistema socioeducativo.

Em sua dissertação, Pereira (2017) demonstra que os alunos egressos do sistema socioeducativo enfrentam dificuldades para continuar estudando. De acordo com a autora, os pais e os próprios alunos relatam a exclusão sofrida pelo jovem egresso. A escola dispõe de

vaga e a nega ao aluno, quando descobre sua condição de egresso por meio do histórico escolar.

Para analisar essas “causas ocultas”, ou como diria Papa (2009, p. 150) “as camadas mais profundas da sociedade”, recorre-se à ACD na análise dos dados desta tese, pois há uma situação de desvantagem (negação de direitos, exclusões). Acredito que pode-se intervir socialmente ao realizar esta pesquisa e esclarecer os mecanismos que bloqueiam as estruturas (sejam materiais ou mentais) para que eventos (recusa dos adolescentes nas escolas) aconteçam. Este trabalho pode abrir fissuras nas entidades políticas educacionais e, em decorrência, amenizar os impactos desses eventos na vida dos egressos ou mesmo removê-los.

A ACD também se ocupa do papel do discurso na mudança social e nos modos de organização da sociedade em torno de objetivos emancipatórios. A investigação proposta pela ACD, insere-se num paradigma interpretativo crítico da realidade, pelo qual busca oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso na instauração/manutenção/superação de problemas sociais (MAGALHÃES, 2010).

Para compreender a concepção de discurso nessa perspectiva analítica, na explanação de Fairclough (1989; 1995; 2001; 2003a) e Chouliaraki e Fairclough (1999), é preciso entender que a ACD é uma abordagem interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social. Segundo Fairclough (2001, p. 10), existe um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais.

As práticas sociais são modos mais ou menos estabilizados de produção da atividade humana que se comunicam entre si, formando uma rede, na qual o discurso tece regularidade dos sentidos/sentimentos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; HARVEY, 1996).

Barros (2015) define práticas sociais como articulações de diferentes elementos sociais, associadas com alguma área da vida social, “a exemplo da prática social de sala de aula, de reuniões empresariais etc.” (BARROS, 2015, p. 68).

Fairclough (2001, p. 90) destaca que discurso é o uso da linguagem como forma de prática social, uma forma de ação no mundo. O autor argumenta ainda que a linguagem é percebida como parte irredutível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos sociais, pois, ao mesmo tempo em que molda as relações humanas e constitui identidades, é moldada e constituída por esses elementos.

A seguir, apresento quadro elaborado por Fairclough (2003a, p. 220) para representar a linguagem enquanto prática social.

**Quadro 3 – Linguagem como prática social**

<b>Níveis do social</b>	<b>Níveis da linguagem</b>
Estrutura social	Sistema semiótico
Práticas sociais	Ordens do discurso
Eventos sociais	Textos

Fonte: Fairclough (2003a, p. 220).

No quadro 6, a linguagem é representada em três níveis da prática social. No primeiro, tem-se o nível das estruturas sociais, momento da linguagem como sistema semiótico – com sua cadeia de seleção lexical e gramatical. No nível mediano, a linguagem enquanto prática social está postulada como ordens do discurso, ou seja, as combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, constituindo, assim, o aspecto discursivo de redes de práticas sociais, conforme Fairclough (2003a, p. 220). Finalmente, no estágio mais concreto dos eventos, a linguagem é apresentada como texto – material fundamental com o qual os analistas do discurso trabalham, embora não seja o único.

Desse modo, pode-se dizer que as análises críticas discursivas estão sempre em trânsito nos três níveis da linguagem e que o instrumento de estudo da ACD não é a linguagem apenas como estrutura (sistema semiótico), nem apenas linguagem como evento (textos), mas também como prática social.

Segundo Fairclough (2003a), os três níveis da linguagem, enquanto momentos da vida social, realizam-se em determinados meios sociais, são determinados pelos discursos, são dinâmicos e estão em constante transformação. Conforme o autor, os agentes sociais são influenciados pelas estruturas sociais abstratas, podendo, ou não, por meio de pequenas fissuras, motivados por pensamentos críticos transformadores, romper com os laços hegemônicos e provocar significativas mudanças, tanto nas práticas quanto nas estruturas sociais.

Para Fairclough (2003a *apud* BARROS, 2015), o discurso na situação de substantivo abstrato pode ser apreendido como uma relação entre os elementos semióticos que permeiam a vida social nas mais diversas multimodalidades de significados: legendas, gestos, texto escrito. Já no contexto de substantivo concreto, os discursos são vistos nos diversos modos de estampar as questões da vida em sociedade.

Dessa forma, o discurso, na esteira desse autor, engloba três momentos das práticas sociais. No primeiro, as pessoas realizam ações por meio da linguagem – gêneros (modos de agir). No momento seguinte, o discurso é influenciado e também influencia as estruturas sociais – discursos (modos de representar) e, finalmente, o discurso se molda e os textos

representam aquilo que os discursos permitem – estilos (modos de ser). Na seção a seguir, discorro sobre os significados dos discursos propostos por Fairclough.

### 2.2.1 Discursos e seus significados

No livro *Analysing Discourse*, Fairclough (2003a) ampliou o diálogo teórico entre a teoria da ACD e a LSF. O autor faz uma junção entre as metafunções postuladas por Halliday e os conceitos de gêneros, discursos e estilos, dispondo no lugar de metafunções da linguagem, três tipos de significados: Acional, Representacional e Identificacional.

O significado acional implica em analisar as relações da ação sobre os outros, o significado representacional envolve a análise das maneiras particulares de representar os aspectos do mundo, já o significado identificacional inclui uma análise da identificação de si e aos outros (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Contudo, para esse entrelaçamento de teorias, Fairclough modifica sua versão anterior dos significados do discurso. No quadro a seguir, é possível verificar a ampliação do diálogo teórico entre ACD e a LSF.

**Quadro 4 – Junção dos significados do Discurso entre ACD e LSF**

LSF	ACD Fairclough (1992)	ACD Fairclough (2003)
Ideacional →	Ideacional →	Significado representacional
Interpessoal →	Identitária →	Significado identificacional
	Relacional →	
Textual →	Textual →	Significado acional

Fonte: Resende e Ramalho (2009, p. 61).

Assim, através das três metafunções da linguagem propostas por Halliday, Fairclough (2003a) se apropria da LSF e propõe adequações a essas metafunções. Fairclough, pensando nos significados da linguagem e não somente no funcionalismo da língua em si, divide as três metafunções de Halliday em três significados: ideacional, acional e representacional. Dessa forma, as metafunções projetadas por Halliday – ideacional, interpessoal e textual – dialogam com os significados do discurso postulados por Fairclough: identificacional, representacional e acional.

A partir dessa divisão, Fairclough (2003a) afirma que a análise do discurso textualmente orientada parte da materialidade linguística dos textos, articulando o significado ideacional a estilo, significado acional a gênero e significado representacional a discurso. O

autor também assegura que os três significados acontecem simultaneamente em práticas discursivas.

Segundo Resende e Ramalho (2009), a LSF faz referência a uma teoria da linguagem que se integra com a ACD, porque aborda a linguagem como um sistema aberto, atentando para uma visão dialética que percebe os textos não só como estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores do sistema: toda instância discursiva “abre o sistema para os novos estímulos de seu meio social”. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 41).

Os significados do discurso propostos por Fairclough (2003a) fazem parte dos textos, da mesma forma que as metafunções, na perspectiva da LSF – está explanada na seção 2.3. Logo, a ACD, coligada à LSF, não se respalda apenas na função da língua, mas há toda uma preocupação com a produtividade de significados e seus potenciais de significação.

Nas seções a seguir, estão expostos os significados do discurso, de acordo Fairclough (2003), com ênfase nos significados acional e no representacional, uma vez que serão utilizados na análise. O significado acional é utilizado para a análise do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015/2024*. Já o significado representacional contribui para a análise dos enunciados das representações discursivas de autoridades da Seduc/Sejudh-MT que fazem parte da rede do sistema socioeducativo.

### **2.2.1.2 Significado Acional**

Conforme Fairclough (2003a, p. 27), o significado acional – gêneros – é localizado no texto como modo de (inter) agir nos eventos sociais, aproximando da metafunção relacional de Halliday (1994), pois, ao analisar um texto dois acontecimentos são possíveis de observar: o texto é analisado nos três significados discursivos – acional, representacional e identificacional e como eles são expostos em termos gramaticais e lexicais; bem como procura-se fazer uma conexão entre evento e prática social cujos gêneros, discursos e estilos estão automaticamente envolvidos (BARROS, 2015).

Nesse sentido, cada prática social se apodera de um gênero discursivo particular, articulando estilos e discursos de modo estabilizado em cada momento sócio-histórico e cultural.

Os gêneros constituem o aspecto especificamente discursivo de maneiras de (inter)ação no decorrer de eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65). Logo, gêneros discursivos pressupõem relações com outras pessoas, assim como ação sobre outras pessoas, o

que, em circunstâncias específicas, pode estar relacionado à distribuição assimétrica de poder (FAIRCLOUGH, 2003a).

Assim, os gêneros específicos são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas sociais são articuladas; mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nas formas de ação e interação, ou seja, nos gêneros discursivos e a mudança genérica frequentemente ocorre pela recombinação de gêneros pré-existentes (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 65).

Há para Fairclough (2003a) uma divisão dos gêneros em pré-gêneros e gêneros situados. Os pré-gêneros, na visão do linguista, são grupos abstratos que ultrapassam redes próprias de práticas sociais e que participam de diversos gêneros situados. Os pré-gêneros narrativa, argumentação, descrição são potenciais abstratos que podem ser alçados na composição de diversos tipos de textos: romance, novelas, contos de fadas. Já os gêneros situados são categorias concretas, são “um tipo de linguagem usado na performance de uma prática social abstrata”. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 56). Um exemplo de gênero situado é uma reportagem de revista, que pode alçar diversos pré-gêneros, como narrativas e descrição, entre outros. Uma categoria analítica do significado acional está desmembrada na *intertextualidade*, definida por Fairclough (2016, p. 141) como: “o conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como outros textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para gerar novos textos”. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 141).

O significado acional do discurso será utilizado para analisar o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015/2024* que compõem as políticas educacionais voltadas para os adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Analisarei este documento em questão de produção (construção composicional e a arquitetura textual), distribuição (cadeia de gêneros) e consumo (coerência), pois é ele que leva as resoluções da Seduc-MT até as escolas que irão receber esses adolescentes que já estiveram em privação de liberdade. A seguir discorro sobre o significado representacional do discurso.

### **2.2.1.3 Significado Representacional**

O significado representacional está vinculado ao conceito de discurso como uma maneira de representar os aspectos do mundo. Conforme Fairclough (2003a), o significado representacional de textos inclui aspectos do mundo físico – objetos, relações etc. – e do mundo mental – pensamento, sentimentos, crenças etc.



Diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas (FAIRCLOUGH, 2003a).

As categorias analíticas do significado representacional são: *o significado das palavras, a representação de atores sociais e a interdiscursividade*. Fairclough (2003a, p. 230) ressalta que os significados das palavras e a lexicalização não são construções individuais, mas variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, ou seja, são facetas de processos sociais e culturais mais amplos.

De acordo com Fairclough (2001a, p. 105), um foco de análise recai sobre o modo como os “os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas”, sugerindo que “as estruturações particulares das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia”. O significado das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, são facetas de processos pessoais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2003a).

A respeito desse processo de construção de sentido, Resende e Ramalho (2009) afirmam que a relação entre palavra e significado não é uma constante que atravessa o tempo e a história, ao contrário, muitos significados potenciais são instáveis, o que pode envolver lutas entre atribuições conflitantes de significados – e a variação semântica é vista como um fator de conflito ideológico, pois os significados podem ser política e ideologicamente investidos.

Outra categoria de análise do significado representacional é a representação de atores sociais. Fairclough formulou essa categoria a partir de van Leeuwen (1997), que faz uma descrição sociossemântica de modos pelos quais os atores sociais podem ser representados em textos, e essas representações podem revelar marcas ideológicas.

van Leeuwen (1997) classifica a representação dos atores sociais como um conjunto de elementos linguísticos que se articulam, podendo funcionar para incluir ou excluir pessoas e grupos. A exclusão acontece por meio da supressão/colocação em segundo plano. Já a inclusão acontece através da ativação, passivação, personalização, indeterminação, impersonalização, diferenciação, nomeação, categorização, funcionalização e identificação.

A última categoria de análise do significado representacional é a interdiscursividade ou intertextualidade constitutiva, que está relacionada com as identificações dos diferentes discursos e a forma como são articulados em um texto (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003a). Nas palavras de Fairclough, interdiscursividade é:

[...] relação de um discurso com outros, sendo foco nesse momento da análise a articulação entre os discursos analisados, uma vez que todo discurso tem a propriedade de estar relacionado a outros discursos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 67).

Neste estudo, proponho analisar o documento nomeado de *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015/2024*, bem como as representações discursivas de autoridades da Seduc-Sejudh sobre a reintegração do direito dos alunos egressos do sistema socioeducativo (cumprem a medida socioeducativa de liberdade assistida e/ou regime de semiliberdade) – às vezes negado por alguma instituição – continuarem estudando após cumprirem a medida socioeducativa no meio fechado. Então, farei uso desse significado do discurso – representacional considerando a relação interdiscursiva dos enunciados pronunciados pelos entrevistados. Para tanto, contam os processos utilizados pelos sujeitos da pesquisa, com o apoio no sistema de transitividade, proposto por Halliday (2004). A seguir discorro sobre a teoria da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

### **2.3 Linguística Sistêmico-Funcional**

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) surge no século XX com o antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1932), segundo o qual a língua é uma das mais importantes manifestações de cultura de um povo. A relação entre língua e uso em contexto real de situação influenciou o linguista John Rupert Firth (1890-1960), que passou a fazer as primeiras sistematizações dessa gênese da linguagem. Seguindo essa linha, um aluno de Rupert – o linguista britânico M. A. K. Halliday (1925) desenvolveu as teorias do seu mestre na década de 1960. A partir de então, a LSF tem sido amplamente divulgada e servida de profícuo instrumento de análise linguística (FUZER; CABRAL, 2014). No livro *An Introduction to Functional Grammar*, elaborado por Halliday em 1985, e revisado em 1994, é possível encontrar categorias léxico-gramaticais capazes de difundir a perspectiva teórica da LSF.

A LSF é uma teoria de cunho social porque parte da sociedade e da circunstância de uso para o estudo da linguagem. Seu ponto central é oferecer uma explicação para o fenômeno de comunicação entre as pessoas, a relação entre os indivíduos e deles com a sociedade em geral. É uma teoria semiótica, uma vez que centra a análise no significado e não na forma. Contempla todos os tipos de manifestações linguísticas, tendo em vista que “a unidade semântica é o texto, seu ponto de partida (e não a oração), apresenta-se, portanto, como uma teoria da comunicação humana”. (BÁRBARA; MACÊDO, 2009, p. 90).

Na perspectiva da LSF, a linguagem é um recurso para produzir e trocar significados, utilizada no meio social de modo que o indivíduo possa desempenhar papéis sociais (FUZER; CABRAL, 2014).

Halliday e Matthiessen (1999; 2004) argumentam que a chave para a interpretação funcional da estrutura gramatical é a multifuncionalidade: os componentes linguísticos de uma mesma oração podem ser interpretados sob diferentes enfoques.

Segundo Halliday (1994), todo e qualquer uso do sistema linguístico é funcional relativamente às nossas necessidades de convivência e sociedade. Ao conceber sua gramática, Halliday preconizou uma divisão da linguagem em metafunções que resumem os três tipos de significados realizáveis e decorrem do contexto de situação e cultura em que a interação ocorre.

**Figura 3 - Texto em contexto**



Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 26).

O conceito de contexto de cultura e de situação é importante para a LSF, uma vez que a fusão dos dois contextos é fundamental para a compreensão de um texto (HALLIDAY, 1989). Gouveia (2009) aponta que:

Do ponto de vista da LSF, todo o texto ocorre em dois contextos, um dentro do outro. O primeiro nível contextual é definido pelo contexto de situação, o segundo pelo contexto de cultura. Trata-se de dois níveis que, no plano de estratificação do sistema, correspondem a níveis extralinguísticos, sendo que a sua relação com os níveis linguísticos, em que o extrato do contexto se realiza no extrato do conteúdo. (GOUVEIA, 2009, p. 13).

Contexto de situação é o ambiente imediato no qual o texto de fato está funcionando (FUZER; CABRAL, 2014, p. 27). Para Halliday (1989), a utilização dessa noção serve para

explicar o porquê de certas coisas terem sido ditas ou escritas em uma situação particular e o que mais poderia ter sido dito ou escrito, mas não foi.

Já o contexto de cultura compreende práticas mais amplas associadas a diferentes países e grupos étnicos. Abrange também práticas institucionalizadas em grupos sociais, a exemplo da escola, família, igreja, justiça etc. Nesse sentido, o contexto de cultura “relaciona-se, assim, ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia, convenções sociais e instituições”. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 28).

A comparação entre os dois contextos mostra que contexto de cultura é mais estável que o contexto de situação, já que se constitui de práticas, valores e crenças recorrentes e duradouras em determinadas comunidades e que são compartilhadas no grupo social; e contexto de situação é variável e é constituído do entorno mais imediato no qual o texto está inserido.

Assim, identificadas as variáveis do contexto de situação nos textos a partir de alguns elementos linguísticos e também da função desempenhada pela linguagem, têm-se as metafunções preconizadas por Halliday (1994). A título de exemplificação com o objeto de estudo desta pesquisa, no contexto de cultura temos a Constituição Federal que elucida no artigo 5º: “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, ou nas palavras de Gontijo, Barros, Marques-Santos (2021, p. 58) “todos possuem os mesmos direitos e deveres, independentemente do gênero, cor ou condições físicas” acrescento ainda, que mesmo após uma transgressão o jovem permanece com seus direitos, dentre eles o que se postula no artigo 205 da referida Constituição “a educação direito de todos e dever do estado” (BRASIL, 1988, n. p.).

Dito isto, o contexto de situação compreende a temática desta pesquisa, como o não cumprimento dos direitos dos jovens transgressores em relação à educação – falta de acesso às vagas em escolas-, o não atendimento em sua completude aos adolescentes egressos do sistema socioeducativo ocasiona práticas exclusivas que estereotipam e rotulam esses adolescentes como “cidadãos sem direitos” pelo fato de transgredirem as leis.

De acordo com Fuzer e Cabral (2014, p. 32), metafunções são as manifestações, no sistema linguístico, dos propósitos subjacentes a todos os usos da língua: compreender o meio (ideacional), relacionar-se com os outros (interpessoal) e organizar a informação (textual). As metafunções da linguagem propostas por Halliday (2004) cumprem seu papel funcional na construção de sentidos, através de estruturas distintas, com organização semântica própria.

**Figura 4 – Os sistemas léxico-gramaticais em que as três metafunções se realizam**

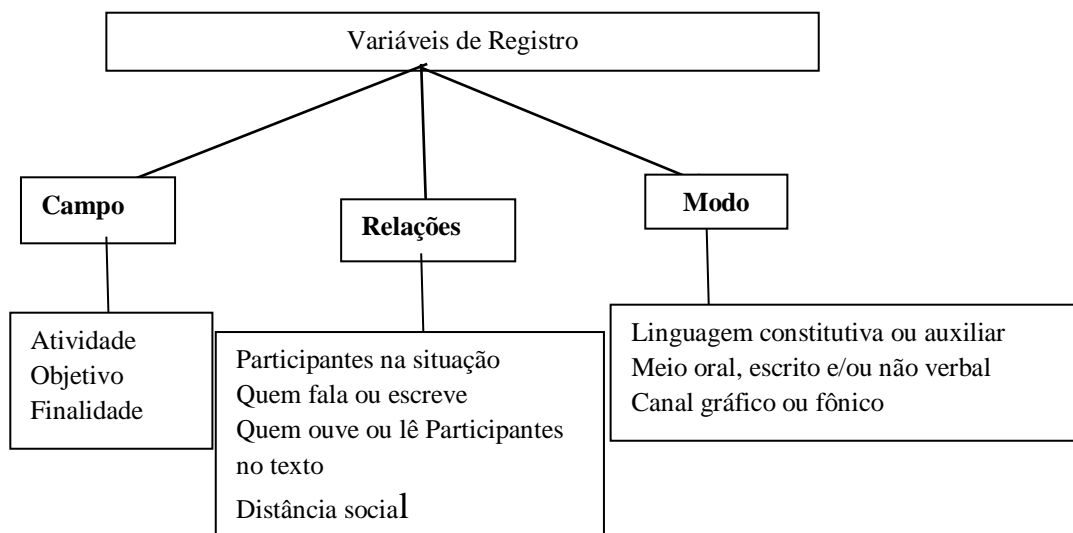


Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 33).

Seguindo a exposição de Fuzer e Cabral (2014), as três metafunções da linguagem indicam a oração como uma unidade gramatical plurifuncional. Ela está disposta de acordo com os significados ideacionais, interpessoais e textuais. Também está distribuída em um estrato semântico, em uma composição alinhada da seguinte maneira: oração como representação, oração como interação e oração como mensagem.

Halliday (1989) mostra que há uma relação sistemática entre a organização da língua, isto é, entre os três tipos de metafunções que ela permite estruturar, e os elementos textuais. Segundo o autor, as variáveis de registro são: campo, relações e modo. O *campo* do discurso, ou sobre o que a interação trata – metafunção ideacional; as *relações* do discurso, ou os papéis desempenhados, e as relações interpessoais presentes no discurso – metafunção interpessoal. E, finalmente, o *modo* do discurso, ou como a língua é organizada para atingir os objetivos aos quais se destina – metafunção textual.

**Figura 5 - Variáveis de Registro**



Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 32).

Aplicando as variáveis de registro a esta pesquisa, pode-se associar ao campo às dificuldades enfrentadas pelos adolescentes egressos do sistema socioeducativo em continuar estudando; à relação, a interação entre os adolescentes e a Seduc-MT, que não dispõe de vagas para esses adolescentes, tendo em vista que a maioria das escolas não aceitam adolescentes que já cometeram transgressão; e ao modo, a linguagem constitutiva de diálogos verbais escritos, argumentativos e expositivos. Nas próximas seções, apresento cada metafunção separadamente.

Como já registrado anteriormente, Halliday (1994) divide as metafunções da linguagem em: ideacional, interpessoal e textual. Para subsidiar a análise dos dados serão consideradas a metafunção ideacional – e o sistema de transitividade para análise dos enunciados dos atores sociais sobre as políticas educacionais para adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que ainda cumpre alguma medida socioeducativa: liberdade assistida e/ou regime de semiliberdade).

### **2.3.1 Metafunção ideacional – sistema de transitividade**

O significado representacional postulado por Fairclough (2003) está relacionado com a metafunção ideacional (variável de registro – campo) de Halliday (1994). Assim, as análises discursivas, desenvolvidas sob a ótica da teoria Linguística Sistêmico-Funcional, fazem uso da metafunção ideacional, que corresponde ao uso da língua, enquanto representação, incluindo tanto o mundo externo como o mundo interno.

Segundo Resende e Ramalho (2009), a função ideacional da linguagem é a representação da experiência, um modo de refletir a “realidade” na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana através da relação simbólica. A unidade de análise da metafunção ideacional é a oração. Então, ao analisar a oração, usa-se o sistema de transitividade, levando-a em consideração como modo de representação.

Mas, a metafunção ideacional pode exercer duas funções distintas: experiencial e lógica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 29). A função experiencial está relacionada à construção de representação do mundo, sendo sua unidade de análise a oração. Já a função

lógica é responsável pelas combinações de grupos lexicais e oracionais, o que analisamos nesse caso, é o complexo oracional (FUZER; CABRAL, 2014).

As orações podem representar acontecimentos, ações, posse, entre outros. Todo esse sistema que engloba participantes, processos e, porventura circunstâncias, “constrói o mundo de experiências gerenciável pelos tipos de processos” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 170), denominado de sistema de transitividade.

A transitividade é compreendida pela LSF como a gramática da oração, como uma unidade estrutural que serve para expressar uma gama particular de significados ideacionais e cognitivos; retrata a realidade expressa no discurso das ações humanas por meio dos seus principais papéis de transitividade: processos, participantes e circunstâncias, “que permitem analisar quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p. 68).

**Quadro 5 - Componentes da oração**

<b>Componentes</b>	<b>Definição</b>	<b>Categoria gramatical típica</b>
Processo	É o elemento central da configuração, indicando a experiência se desdobrando através do tempo.	Grupos verbais
Participantes	São entidades envolvidas – pessoas ou coisas, seres animados ou inanimados –, as quais levam à ocorrência do processo ou são afetadas por ele.	Grupos nominais
Circunstâncias	Indica, opcionalmente, modo, tempo, lugar, causa e âmbito em que o processo se desdobra.	Grupos adverbiais

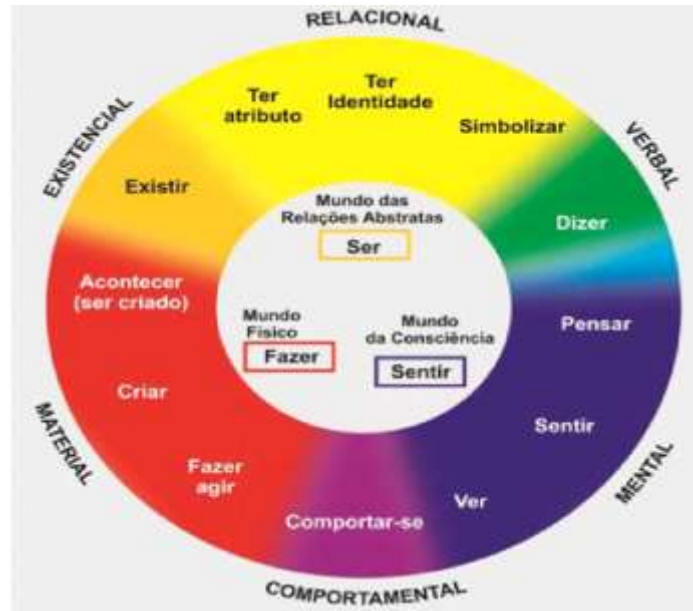
Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p. 177).

Pelo sistema de transitividade, existem seis tipos de processos (verbos), sendo três primários – materiais, mentais, relacionais –, e três secundários – verbais, comportamentais e existenciais. Nas palavras de Furtado da Cunha e Souza (2011), processos são os elementos responsáveis por codificar ações, eventos, estabelecer relações, exprimir ideias e sentimentos, construir o dizer e o existir: realizam-se através de sintagmas verbais. A oração estabelece mudanças conforme o processo e os participantes envolvidos. Processos e participantes são obrigatórios da oração, havendo ainda, em alguns casos, circunstâncias que tendem a auxiliar os processos.

Thompson (1996) afirma que é importante estar consciente de que o sistema de transitividade na gramática tradicional e na LSF possuem significados diferentes. Na Gramática Tradicional, a transitividade se realiza por meio do objeto (direto ou indireto) para categorizar o verbo. Já na LSF, a transitividade tem uma amplitude maior (THOMPSON,

1996, p. 78), abrangendo a descrição da proposição como um todo, o que implica a escolha de processos (elementos verbais) e seus argumentos (EGGINS, 1994, p. 220).

**Figura 6 - Processos do Sistema de Transitividade da LSF**



Fonte: Traduzido de Halliday e Matthiessen (2004, p. 172).

Halliday (2004) explica o significado dessa distribuição dos tipos de processos fazendo uma comparação com o sistema de cores:

A gramática constrói a experiência como um mapa de cores, em que o vermelho, o azul e o amarelo são as cores primárias, e o roxo, o verde e o laranja se formam nas bordas, não como um espectro físico com o vermelho em um extremo e o violeta em outro. (HALLIDAY, 2004, p. 172).

O estudo dos tipos de oração não exige uma normatização. Pode-se iniciar analisando qualquer um dos componentes da “mandala” – ou material, ou relacional, ou mental: “Não há prioridade de um tipo de processo sobre o outro. Mas eles estão ordenados; e é importante que em nossa metáfora concreta e visual, eles formem um círculo, não uma linha”. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 171). A seguir, explicarei os seis tipos de processos, seus participantes e também as circunstâncias – componentes da oração.

Processos materiais são processos de fazer, relacionados a ações do mundo físico, (HALLIDAY, 1994). Os processos materiais são responsáveis pela criação de uma sequência de ações concretas, tanto criativas como transformativas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Esse tipo de processo tem por obrigatoriedade um participante nomeado de ator, animado ou inanimado, ou seja, aquele que provoca mudanças externas, físicas e perceptíveis. Com o desdobramento da oração, o processo pode atingir outro participante – a meta. Assim,



o ator é quem faz a ação, a meta é o participante afetado pela ação do processo material. Há ainda outros participantes: a extensão – que complementa a ação, especificando-a, e o beneficiário – o participante que se beneficia da ação do processo.

Halliday e Matthiessen (2004) classificam os processos materiais em dois tipos principais: criativos e transformativos. Sobre a natureza desses processos, Fuzer e Cabral (2014, p. 47) dizem que “nos processos criativos, o participante é trazido à existência do desenvolvimento, ou seja, passa a existir no mundo (seja exterior ou interior)”. Esses processos podem ser realizados por verbos como: criar, produzir, formar, escrever, pintar etc. Já nos processos transformativos destaca-se mudança de algum aspecto de um participante já existente (FUZER; CABRAL, 2014). Os participantes ator e meta, que preexistem, são modificados, causando assim uma mudança de algum aspecto do mundo físico. Verbos como: fechar, abrir, sujar, cortar, amassar etc., são exemplos que se realizam no processo material transformativos.

Já os processos mentais são os processos de sentir (HALLIDAY, 1994, p. 112) e são relativos ao nosso mundo interior (THOMPSON, 1994, p. 82). Isso significa que esses processos estão relacionados com as ações que se iniciam no mundo material e seguem o fluxo de nosso pensamento (consciência), ou sua representação (HALLIDAY; MATTHIESEN, 2004, p. 197). Nos processos mentais, os participantes são caracteristicamente humanos que sentem, pensam, desejam, denominados de experienciador e fenômeno. O experienciador é o participante de natureza ativa do processo mental, sendo sempre consciente, mesmo quando inanimado (nesses casos, através de antropomorfização ou de metáforas metonímicas) (EGGINS, 2004, p. 227). Exercem a função de experienciador nomes que indicam coletivos de humanos, como família, mundo, vila, comunidade, país; produtos da consciência humana, a exemplo de um filme, uma lembrança; e partes de uma pessoa – em linguagem figurada (FUZER; CABRAL, 2014).

O complemento do processo mental que se refere ao que é sentido, pensado, percebido ou desejado é o participante fenômeno. O fenômeno se realiza tipicamente por grupos nominais. Processos mentais podem ainda projetar orações. No caso, o fenômeno é realizado por outra oração. Essa projeção acontece por meio do pronome relativo invariável ‘que’ ou então pela conjunção ‘se’.

Halliday e Matthiessen (2004) classificam as orações mentais em perceptivas, cognitivas, afetivas e desiderativas.

**Quadro 6 - Tipos de orações mentais e seus significados**

Classificação	Significação	Exemplos de verbos que se realizam nos processos mentais
Oração mental perceptiva	Constroem percepções dos fenômenos do mundo com base nos cinco sentidos: visão, audição, olfato, tato e degustação.	Ver, sentir, perceber, ouvir, suspeitar, provar, cheirar, experimentar etc.
Oração mental cognitiva	Não remetem propriamente aos cinco sentidos, mas trazem o que é pensado a consciência da pessoa.	Achar, suspeitar, recordar, convencer, pensar, sonhar, conhecer, crer, prevenir etc.
Oração mental afetiva/emotiva	Expressam graus de sentimento ou afeição.	Adorar, divertir, sentir, sofrer, temer, etc. fingir, amar, odiar, gostar, adorar.
Oração mental desiderativa	Exprime desejo, vontade, interesse em algo.	Almejar, planejar, querer, esperar, projetar etc.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.<sup>16</sup>

Vale ressaltar que os mesmos verbos podem-se realizar em outros tipos de processos, dependendo dos participantes e dos contextos em que o texto está inserido.

Processos relacionais, conforme Gouveia (2009), expressam a noção de ser e estar em relação a alguma coisa. Para Fuzer e Cabral:

As orações relacionais são comumente usadas para representar seres no mundo em termos de suas características e identidades. Ajudam na criação e descrição de personagens e cenários em textos narrativos; contribuem na definição das coisas, estruturando conceitos. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 65).

Halliday e Matthiessen (2004) classificam os processos relacionais em três tipos: intensivas, possessivas e circunstanciais. Eles ainda podem ser classificados de dois modos: atributivos e identificativos. As orações relacionais intensivas servem para caracterizar uma intensidade, ocorrem com os verbos *ser* e *estar*. As orações relacionais possessivas indicam relação de posse, inclui a posse de partes do corpo, outras relações parte-todo, conteúdo e envolvimento e também de abstrações (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Os verbos típicos desses processos são: ter, possuir etc. Já nas orações relacionais circunstanciais a relação entre os dois termos é de tempo, lugar, assunto, causa, ângulo etc.

Os processos relacionais, no modo atributivo, atribuem a uma entidade de características/qualidades. Os participantes desse tipo de processo é *atributo* e o *portador*. O

<sup>16</sup> Elaborada pela autora com base em Fuzer e Cabral (2014), Halliday e Matthiessen (2004).

portador é o participante que recebe uma qualidade/característica. O participante atributo é a característica atribuída ao portador.

Nos processos relacionais identificativos, há a definição de uma entidade através da outra. Os participantes desses processos são a *característica* – a entidade definida – e o *valor* – o termo definidor ou identificador.

Os processos verbais referem-se aos verbos que expressam o dizer; são os processos do comunicar, do apontar. Situam-se entre os relacionais e os mentais, externando relações simbólicas construídas na mente e expressas em forma de linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Os participantes são: *dizente*, que diz, comunica, aponta algo; *receptor*, participante opcional para quem o processo verbal se dirige; *verbiagem*, participante que codifica o que é dito ou comunicado. Processos verbais se realizam por verbos, como contar, falar, dizer, perguntar etc.

Os processos existenciais são classificados por Halliday e Matthiessen (2004), como aqueles que representam algo que existe ou acontece. As orações existenciais têm pouca recorrência se comparadas aos outros cinco tipos de orações. O processo típico de orações existenciais é “haver” e o participante desse tipo de oração é o *existente*. Vale ressaltar que, por estarem na fronteira entre os processos materiais e relacionais, os processos existenciais podem fundir-se com esses processos.

Halliday e Matthiessen (2004, p. 248) definem os processos comportamentais como “processos de comportamento (tipicamente humano) fisiológico e psicológico, como respirar, tossir, sorrir etc.”. Mas os próprios autores asseguram que os processos comportamentais não possuem elementos de análises tão característicos quanto os outros processos. Esses processos comportamentais são em parte ação, em parte sentir. Assim, o participante prototípico dos processos comportamentais é o *comportante* (um ser dotado de consciência) e opcionalmente um participante denominado de *comportamento* ou *behaviour*.

O último componente do sistema de transitividade são as circunstâncias, que se realizam gramaticalmente por advérbios ou sintagmas adverbiais, e referem-se às condições de realização dos processos, podendo transitar por todos eles e, muitas vezes, localizar os processos no tempo e no espaço. Segundo Fuzer e Cabral (2014), as circunstâncias adicionam significados à oração pela descrição do contexto em que o processo se realiza. As circunstâncias podem ser classificadas como: de extensão (espacial e temporal), de causa, de localização (tempo e lugar), de assunto, de modo, de papel e de acompanhamento.

Essa metafunção ideacional juntamente com o significado representacional serão utilizados na análise da materialidade linguística dos dados, uma vez será considerada a

seleção do processo, dos participantes e das circunstâncias pelos sujeitos para elaborar seus enunciados na construção dos textos.

Na próxima seção, expõe-se a metafunção interpessoal.

### 2.3.2 Metafunção interpessoal

Metafunção interpessoal – correspondente à dimensão da relação – representa a interação e os papéis assumidos pelos participantes diante do sistema de modo e modalidade. Essa metafunção é reveladora das atitudes, desejos, sentimentos, crenças e juízes das pessoas porque evidencia, no momento da ação comunicativa, as posições e imposições dos participantes (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008).

O significado interpessoal entre o falante e o seu interlocutor é expresso por escolhas a partir de diferentes subsistemas, os quais incluem, por exemplo, a modalidade, a entoação, os itens lexicais etc. (GOUVEIA, 2009).

Assim, a oração é analisada não só como representação da realidade, mas também como uma parte de interação entre falante e ouvinte (HALLIDAY; HASAN, 1989), desempenhando funções de fala, que tem dois papéis fundamentais: dar e solicitar (FUZER; CABRAL, 2014). *Dar* significa *convidar a receber*, e *solicitar* significa *solicitar a dar*. Segundo Halliday (2004, p. 68), “é uma troca em que dar implica receber e pedir implica dar uma resposta”.

É preciso considerar dois valores na interação entre os interlocutores: *bens e serviços* ou *informações*. Com relação à informação, a troca é a própria linguagem. Para desempenhar um papel verbal, solicita-se ao interlocutor afirmar, negar ou fornecer informações ausentes (HALLIDAY, 1994, p. 70). A expectativa do falante é que o interlocutor tenha conhecimento do enunciado e, então, responda à pergunta feita. Quanto aos valores bens e serviços, a troca é um tipo de ação? No sentido de que “o indivíduo usa a linguagem para influenciar o comportamento de alguém”. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 105). A expectativa do falante é que o interlocutor execute aquilo que é solicitado.

A troca de informação e a troca de bens e serviços culminam nas quatro funções primárias da fala: oferta, comando, declaração e pergunta. A esse respeito, Fuzer e Cabral observam que:

Quando a língua é usada para trocar informações, a oração tem a forma de uma *proposição*. Uma proposição é algo que se pode argumentar, seja negando-a, afirmando-a, colocando-a em dúvida etc. Quando a língua é usada para trocar bens e

serviços (atividades), a oração não pode ser negada ou afirmada e é chamada de *proposta*. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 105).

Os papéis do falante são determinados por condições particulares, sejam elas sociais, econômicas, sejam profissionais ou outras. A análise das trocas linguísticas dá conta do tipo de proposta ou proposição que está ocorrendo, das atitudes e dos julgamentos encapsulados na camada verbal e dos traços retóricos que a constituem como um ato simbólico interpessoal (HALLIDAY, 1989). As funções da fala estão interligadas às reações do ouvinte, que podem ser uma resposta esperada ou contraditória. No quadro a seguir, exemplifico as funções da fala e as possíveis reações.

**Quadro 7 – Funções da Fala e as Possíveis Reações**

Valor trocado / Função			Reações	
			Resposta esperada (apoio)	Resposta alternativa (confronto)
Bens e serviços	Oferta	Proposta	Aceitação	Rejeição
	Comando		Empreendimento	Recusa
Informações	Declaração	Proposição	Reconhecimento	Contradição
	Pergunta		Resposta	Desconsideração

Fonte: Halliday e Matthiessen (2004, p. 107-8).

Afirmam Halliday e Matthiessen (2004, p. 108) que, em algumas situações, a troca de informação só será bem-sucedida se for seguida de uma ação não-verbal. Por exemplo, quando alguém diz: “Procure o significado desta palavra no dicionário”, a troca de informação só será bem-sucedida se o ouvinte executar a ação não verbal, ou seja, se ele abrir o dicionário e procurar a palavra solicitada.

Na metafunção interpessoal o sistema a ser analisado é o *MODO*<sup>17</sup>. O sistema de MODO “é o recurso gramatical para se realizarem movimentos interativos no diálogo”. (MARTIN; MATHIESSEN; PAINTER, 1997, p. 58). Os modos das orações podem ser classificados em: interrogativo – realiza-se através de perguntas –, declarativo (ou indicativo)

<sup>17</sup> Modo é utilizado de diversas maneiras neste trabalho. Modo (com inicial maiúscula) é o nome de um dos elementos da estrutura interpessoal da oração (Modo + Resíduo), enquanto MODO (todas maiúsculas) é o nome do sistema interpessoal primário – a gramaticalização do sistema semântico de Funções de Fala na oração. Existe ainda o termo modo (todas minúsculas) que se refere a uma das variáveis do contexto de situação. (FUZER e CABRAL, 2014, p.108)

– podem ser orações exclamativas e não exclamativas –, e imperativo – são realizadas por verbos que expressam comando, ordem.

O sistema de Modo constitui-se em dois elementos: Sujeito e Finito. Nas palavras de Halliday e Matthiessen (2004), esses dois elementos – sujeito e finito – estão intimamente relacionados entre si e se combinam para formar um constituinte que chamamos de Modo. O sujeito é um grupo nominal, “que pode ser reiterado no texto por pronomes pessoais ou demonstrativos”. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 108). E o finito é parte do grupo verbal que carrega o tempo ou a opinião do falante e inclui polaridade positiva ou negativa (DROGA; HUMPHREY, 2003).

A polaridade diz respeito à escolha entre positivo e negativo (HALLIDAY, 1989). Esses graus intermediários entre esses dois polos – negativo e positivo – constituem a modalidade, que é um recurso interpessoal para expressar significados “relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus”. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 114). O conceito de modalidade está relacionado à distinção entre proposições (informações) e propostas (bens e serviços), que pode ser classificada em: modalização – probabilidade, usualidade; modulação – obrigação, inclinação.

A metafunção interpessoal – significado identificacional do discurso em Fairclough (2003) – não será utilizada na análise dos dados desta pesquisa, pois está centrada na compreensão da metafunção ideacional/significado representacional e metafunção textual/significado acional nos enunciados e textos do corpus desta pesquisa.

Contudo, como as metafunções e os significados do discurso, às vezes, acontecem de maneira simultânea em um dado texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), é possível que haja um entrelaçamento dos significados e das metafunções na hora da análise dos dados, em especial dos conceitos de polaridade e modulação.

A seguir discorre-se sobre a última metafunção proposta por Halliday.

### **2.3.3 Metafunção textual**

A metafunção textual está relacionada ao modo e organiza o fluxo dos textos por meio do sistema temático em termos de Novo/Dado e Tema/Rema. De acordo com Souza (2012), essa metafunção é responsável pela organização da informação dentro das orações e nos capacita a criar um texto estruturado, de modo a fazer sentido no contexto e satisfazer sua função como mensagem.

Halliday (1994) expõe que a forma ideal da unidade da informação consiste em um elemento Novo acompanhado por um elemento Dado, pois a constituição da informação necessita de um elemento Novo, que é obrigatório, somando ao elemento Dado, que é opcional.

Nas trilhas de Halliday (1994), há uma relação semântica entre a estrutura da informação e a estrutura temática. O Tema é o que o interlocutor escolhe como ponto de partida de seu enunciado; o Dado é o que o ouvinte já sabe (na perspectiva do falante). O Rema é o que segue o Tema, é o restante da mensagem “é para onde a oração se direciona após o ponto de partida”. (MARTIN; MATTHIESSEN; PAINTER, 1997, p. 21).

O domínio da informação, “orientada diretamente para o ouvinte/leitor, diz respeito à relação Dado/Novo”. (SOUZA; MENDES, 2015, p. 200). Embora Tema/Rema e Dado/Novo se mostre estritamente aproximados, eles não são a mesma coisa, adverte Halliday (1994). No quadro a seguir, essa relação é apresentada de forma resumida.

**Quadro 8 - Sistema temático e Sistema de informação**

	<b>Tema/Rema</b>	<b>Dado/Novo</b>
<b>Domínio</b>	Sentença	Unidade da informação
<b>Indicado por</b>	Posição da sentença	Entonação
<b>Orientação</b>	Falante	Ouvinte

Fonte: Adaptado de Ghio e Fernández (2008, p. 136).

Halliday (1994) prevê processos como Temas no caso das orações imperativas. É possível inferir que os processos podem ser considerados como Temas quando vêm em posição inicial na sentença, pois o Tema é tudo que aparece em posição inicial na oração até o primeiro elemento experiencial, e os processos são elementos experienciais.

O tema pode ser dividido em três tipos: *tema tópico* ou *ideacional*, *tema interpessoal* e *tema textual*. O *tema tópico* ou *ideacional* é o primeiro elemento da oração que expressa um significado representacional, ou seja, “participante, processo ou circunstância no sistema da transitividade” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 137).

O *tema interpessoal* dá-se quando o finito se apresenta em posição inicial e demanda resposta, ou um pronome relativo exerce essa função. Ele pode ainda se manifestar com vocativo em posição de receptor de pergunta, para exprimir comentário ou avaliação com o uso de adjuntos. Também pode ser expresso através de processos mentais de primeira e segunda pessoas (SOUZA; MENDES, 2015).

O *tema textual*, que corresponde às relações de natureza coesiva das sentenças, se realiza através de conjunções, conectivos e orações circunstanciais.

A próxima seção mostrará o entrelaçamento das três teorias basilares que irão compor a análise dos dados desta tese.

## **2.4 Entrelaçamento entre RC, ACD e LSF**

O caráter transdisciplinar da ACD permite “a apropriação de conceitos em articulação metodológica com outras áreas do conhecimento como a sociologia, antropologia, psicologia social, filosofia, entre outras”, ainda que se ocupe centralmente dos aspectos linguísticos do discurso (SATO; BATISTA JR., 2013, p. 14).

Na teoria social do discurso, a associação entre sociologia e linguística não apenas possibilita articular duas disciplinas autônomas, mas abordar um problema discursivo a partir das perspectivas de diferentes disciplinas que corroboram de forma igualitária para a investigação de uma solução (LIRA; ALVES, 2018). Nessa linha, se inserem as investigações em ACD em que dialogam com as teorias cujas lógicas atuam de modo interseccionado sem nenhuma redução, constituindo pesquisas inter e transdisciplinares (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Assim, a ACD intersecciona-se com a corrente filosófica do realismo crítico a partir de suas concepções do mundo social como um sistema aberto, propenso a constantes transformações em cada momento sócio-histórico.

Mais uma vez, a fim de situar essa teorização, toma-se a questão de investigação desta pesquisa. Em 1927, quando foi criado o código de menores, os jovens que cometiam alguma transgressão eram apreendidos e enviados para instituições de controle, de correções e de repreensões como a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem); a Fundação Estadual de Educação ao Menor (FEEM) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Em 2012, outro contexto cultural, o Sinase (2012) prevê que os jovens que cometem alguma transgressão devem passar pelo desenvolvimento de ações socioeducativas baseadas em princípios dos direitos humanos e alinhadas às estratégias assentadas em conceitos éticos e pedagógicos.

A corrente filosófica do Realismo Crítico carrega um forte desejo de emancipação. Essa visão filosófica interessa aos estudos em ACD na medida em que percebem a relevância da emancipação tanto dos pesquisadores quanto dos participantes da pesquisa. Esse entendimento tem servido de reflexão teórico-metodológica de grande número de cientistas



sociais críticos, que se interessam em compreender a relação entre sociedade e indivíduos (BARROS, 2018).

Chouliaraki e Fairclough (1999), juntamente com Bhaskar (1998), pontuam que há várias dimensões da vida social, incluindo as dimensões físicas, químicas, biológicas, econômicas, sociais, psicológicas e linguísticas. Para os autores, essas dimensões possuem estruturas distintas, com efeitos gerativos nos eventos, através de mecanismos particulares.

Do Realismo Crítico de Bhaskar provêm as concepções de linguagem e de práticas sociais, a relação dialética entre discurso e sociedade e entre ação e estrutura; advém ainda o arcabouço teórico-metodológico para investigar problemas sociais, o qual “procura contemplar a natureza estratificada da realidade”. (RAMALHO, 2009, p. 7).

O RC é uma inspiração para a visão de trabalho em pesquisa emancipatória em ACD (RAMALHO, 2009). Mais que identificar efeitos de sentidos potencialmente ideológicos, a ACD usa esse conhecimento para apontar caminhos que fragilizam relações assimétricas de poder, as quais são sustentadas pela linguagem/semiose e vivenciadas pelos sujeitos participantes das práticas sociais envolvidas nesse processo de luta hegemônica (FAIRCLOUGH, 2003).

Para Bhaskar (1998; 2002), toda e qualquer investigação sobre o ser social deve envolver a estrutura social e seus mecanismos ou processos que geram fenômenos, pois esses mecanismos, muitas vezes, não são observáveis.

Também a ACD se entrelaça com a LSF de Halliday cujas bases se apropria para compreender a construção de significados nos textos – ação, representação e estilo. Fairclough (2003) entende os significados acional, representacional e identificacional correspondem aos modos como os discursos figuram nas práticas sociais: modos de agir (gênero), modos de representar (discursos) e modos de ser (estilo).

O estreitamento do diálogo entre a LSF e ACD é fundamental para a compreensão das relações de poder, pois o texto, além de envolver simultaneamente as funções ideacional, interpessoal e textual, também abrange ação (gênero), representação (discurso) e identificação (estilo), que são os três elementos de ordem do discurso (SILVA, 2009).

Inspirado nos conceitos da LSF (HALLIDAY, 2044), Fairclough (2003) entende que a língua define um potencial, um conjunto de possibilidades de construção de sentido. Mathiessen (2009) vai além e propõe que a língua consiste em um sistema dinâmico aberto que atua como recurso tanto para reflexão como para ação.

Assim, o entrelaçamento entre a ACD com o RC é de cunho teórico e entre a ACD e a LSF está para análise da materialidade linguística, através do sistema de transitividade. Essa

tríade teórica servirá de base para esta pesquisa, que partirá da análise da materialidade linguística – análise textual e análise de enunciados – para a questão discursiva (intertextual, interdiscursiva), bem como para a questão filosófica (real, realizado, empírico mecanismos, eventos, estruturas, emancipação e transformação social).

O próximo capítulo é destinado aos procedimentos metodológicos empregados nesta tese.

## CAPÍTULO III

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ACD é considerada uma ferramenta teórico-metodológica para pesquisas qualitativas que visam analisar o discurso e suas relações com as práticas sociais contextualizadas (CHOULIARALKI; FAIRCLOUGH, 1999) e conta ainda com viés emancipatório advindo das correntes filosóficas do Realismo Crítico (BHASKAR, 1975; 1978; 1998; 2002; BARROS, 2015). Concernente a este paradigma linguístico crítico-discursivo, este trabalho procura averiguar as diretrizes que norteiam a socioeducação em Mato Grosso, em especial a educação para os adolescentes egressos do sistema socioeducativo, bem como enunciados dos atores sociais envolvidos na construção de tais normativas.

Desse modo, neste capítulo, discute-se o tipo de pesquisa empreendida aqui e os passos trilhados no processo de construção desta tese. Assim, é constituído de 12 (doze) seções. Num primeiro momento, apresento as questões teórico-metodológicas – pesquisa qualitativa e a pesquisa em ACD (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; BARROS, 2015). Em seguida, são contextualizados os três tipos de análises que subsidiarão os dados: análise de conjuntura, análise documental e análise de enunciados. Por último, estão expostos o processo de constituição do *corpus*, as ferramentas utilizadas para a coleta dos dados, os participantes e também os aspectos éticos da pesquisa.

#### 3.1 Pesquisa Qualitativa

Segundo Fairclough (2003a), a pesquisa social crítica pode contribuir para a compreensão de como os discursos hegemônicos e ideológicos, de inclusão e exclusão social, produzidos e reproduzidos pela sociedade, podem ser amenizados e, quem sabe, superados de uma vez por todas. Para esse autor, a pesquisa social crítica inicia-se a partir de questionamentos a respeito da distribuição de recursos e oportunidades dadas a muitos e excluindo tantos outros. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), toda análise deve partir da percepção de um problema relacionado ao discurso em alguma parte da vida social.

Pensando na questão social, esta pesquisa foi trilhada numa perspectiva metodológica de cunho qualitativo, o que envolve observar o agir humano no mundo e, então, analisar as práticas e representações dessa ação.

Minayo (1994; 2000) revela que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfocando um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A autora defende que qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto, que é o aspecto qualitativo.

Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 68), a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.

Flick (2004) declara também que os objetos, na pesquisa qualitativa, não são reduzidos a variáveis únicas, mas são investigados em sua complexidade e totalidade continuamente. Afirma ainda que o campo de estudo desses objetos não se compõe de situações artificiais de laboratórios, mas é constituído nas práticas e interações dos sujeitos em seus contextos diários.

Dessa forma, quando é realizada a pesquisa qualitativa, é preciso destacar as relações construídas socialmente, como a realidade é estabelecida, discutida e, finalmente, como os significados são criados, enfatizando que as “qualidades das entidades e os processos de significação não são examinados ou medidos experimentalmente”. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 23).

Minayo (2003) ressalta que a pesquisa qualitativa é uma atividade da ciência que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com a realidade que não pode ser quantificada e, também, não pode ser reduzida à operacionalização de variáveis.

Segundo Godoy (1995), as diferentes áreas do conhecimento que investigam os fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais, educacionais, ou seja, aquelas relacionadas com as Ciências Sociais, ao longo da história sociocultural, têm sido fortemente marcadas pela adoção e valorização da pesquisa qualitativa. Mas, por se tratar de uma vertente interdisciplinar, a pesquisa qualitativa não fica à mercê de uma única abordagem teórico-metodológica, tampouco torna os fatos sociais verdades absolutas (GODOY, 1995).

Para Barros (2015), a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que garantem maior visibilidade ao mundo em uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, fotografias etc. O objetivo deste tipo de pesquisa é compreender o fenômeno em termos de significados que as pessoas a ele conferem,

pois, “podemos entendê-los, descrevê-los e interpretá-los”. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Flick (2004) pondera que a pesquisa qualitativa se adapta à pesquisa social, tornando-se central quando se pretende trabalhar com relações sociais, identidades, representações de mundo e ideologias ligadas a um meio social.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa aliada à ACD é uma ferramenta capaz de fornecer meios para superar as barreiras encontradas pelos adolescentes egressos do sistema socioeducativo e que precisam continuar estudando.

### **3.2 Pesquisa em ACD: enquadre teórico-metodológico**

Pesquisas em ACD, na proposta de Fairclough (2003), visam realizar uma análise consistente de sustentação argumentativa, com evidências em análise de práticas, constituindo um novo sentido para as naturalizações ideológicas, e dessa maneira desvendar manifestações de poder (BESSA; SATO, 2018).

Fairclough (2001; 2003a) propõe uma abordagem analítica por meio da ACD, pela qual o pesquisador manuseia um arcabouço teórico-metodológico para compreender o discurso sob dois vieses diferentes. No primeiro momento, o discurso, no nível abstrato, abarca os signos linguísticos e não linguísticos; o discurso, enquanto momento de práticas sociais, envolve cores, sons, imagens e gestos. Já no segundo momento, o discurso enquanto representação de aspectos do mundo, engloba os discursos políticos, da medicina, da economia, entre outros.

A ACD é uma abordagem que não corresponde em si a uma disciplina linguística, mas a uma forma de investigação que linguistas já filiados a diferentes disciplinas assumem ao analisar a linguagem, oferecendo suporte científico para o questionamento de problemas sociais que engendram poder por meio da manutenção e transformação de representações, identidades, sistemas de crença e conhecimento e relações sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; 2003; LEAL, 2009; MAGALHÃES, 2010).

Nessa perspectiva,

A proposta teórico-metodológica da ACD oferece ferramentas analíticas para o/a pesquisador/a mapear conexões entre aspectos semióticos e não semióticos do social, tendo em vista dois objetivos principais. Primeiro, investigar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos. Segundo refletir sobre maneiras de superar relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas por (sentidos de) textos. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 107).

Para tanto, as investigações baseiam-se em análises de mecanismos causais e de seus efeitos potenciais em contextos particulares, com atenção voltada para causas e efeitos envolvidos em relação de poder (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. VII).

Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003a), em consonância com a Crítica Explanatória de Bhaskar (1989), propõem um enquadre teórico-metodológico (um modelo de análise que identifica problemas sociais materializados em textos orais ou escritos) que fornece possibilidades de observar problemas sociais e procurar meios para superá-los, em um sistema cíclico composto por 5 (cinco) estágios: 1) dar ênfase em uma injustiça social; 2) identificar os obstáculos para que a injustiça seja resolvida; 3) identificar a função do problema na prática; 4) considerar se a injustiça social é um problema ou não; e 5) refletir criticamente sobre a análise. Contudo, Barros propõe um sexto estágio – 6) definir um novo problema de pesquisa –, resultado de seus estudos de pós-doutorado orientado por Roy Bhaskar, no de ano 2013. A seguir exponho cada etapa.

**Figura 7: Enquadre teórico-metodológico de pesquisa em ACD (BARROS, 2015)**



Fonte: Adaptado de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989).

Conforme Resende e Ramalho (2011, p. 105), esse enquadre propõe uma sistematização dos procedimentos a serem seguidos em pesquisas sociais críticas. Ainda segundo as autoras, os objetivos pautam-se em “investigar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos” e então, “refletir sobre possíveis maneiras de superar relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas por sentidos de textos”.

Na discussão da primeira etapa – *dar ênfase a uma injustiça social* –, Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2010) asseveram que o analista crítico do discurso precisa identificar um problema, seja ele, pobreza, racismo, entre outros, que afeta a vida social em algum nível. O problema a ser desvelado deve estar inserido como algo que possa resultar em reflexividade e agência para aqueles que permanecem subjugados e/ou em posição de desvantagem social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Nas palavras de Resende e Ramalho (2006), esse estágio vincula-se com as relações de hegemonia (poder), “na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicas em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, dado o caráter crítico da teoria”. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 36).

Já na segunda etapa – *identificar os obstáculos para que a injustiça seja resolvida* –, aqueles autores sustentam que o ponto de partida é a análise de textos abordando questões dialéticas entre semiose e outros elementos. Essa etapa é mediada por três tipos de análise, a saber: análise de conjuntura, análise da prática particular e análise de discurso: “Esses três tipos de análise podem especificar obstáculos para que o problema em foco seja superado”. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 109), identificando as redes de práticas em que o problema está inserido, bem como aspectos da prática específica pesquisada, mapeando, “as relações dialéticas entre discursos e outros momentos da prática”. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 161). Trata-se, portanto, de uma *análise de conjuntura* e *análise da prática particular*:

As análises de conjuntura e da prática particular garantem a contextualização da análise discursiva, ou seja, garantem que os textos analisados sejam relacionados a suas causas mais amplas e a seu contexto particular, o que está de acordo com o princípio da profundidade ontológica. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 109).

A *análise de conjuntura* será realizada através de um contexto sócio-histórico, iniciando-se pela Constituição Federal Brasileira (1988) e chegando até o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso/2015-2024*. Em ambos os documentos, verificam-se os avanços e recessões ocorridos nas políticas públicas destinadas a adolescentes transgressores, atentando ao processo de ressocialização pelo viés educacional. Por sua vez, a *análise da prática particular* será possível de ser verificada quando forem analisados os enunciados dos atores sociais que fazem parte da socioeducação em Mato Grosso, por intermédio do significado representacional/função ideacional – sistema de transitividade.

Na *análise de discurso*, verificam-se os diversos discursos presentes nas representações, nas quais estão materializadas a hegemonia e a ideologia (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Ainda na análise discursiva, investiga-se como os diversos discursos

acontecem nas interações, entrelaçando as concepções semióticas das práticas sociais (gênero, discurso e estilo). Por fim, a *análise de discurso* ocorrerá para analisar o *Plano Decenal*, através do significado acional/função textual, por meio da categoria analítica da intertextualidade, buscando compreender quais discursos permeiam o documento.

A terceira etapa consiste em analisar a *função do problema na prática*. Barros (2015, p. 110) aclara que o pesquisador deve concentrar-se apenas em um aspecto analítico, buscando solucionar o problema. Sobre essa etapa da pesquisa, Bessa e Sato (2018, p. 130) afirmam que: “no estágio 3, voltamos nosso olhar para o social, buscando interpretar se esse problema identificado encontra suas raízes na ordem social. Nesse momento, percebemos nitidamente a formação ideológica sustentando posições de poder.”

Na etapa 3 da análise, portanto, verifica-se se existe uma “função particular para o aspecto problemático do discurso, ou seja, para além da descrição dos conflitos de poder em que a instância discursiva se envolve.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 36). Nessa mesma esteira, as autoras revelam que “deve-se também avaliar sua função nas práticas discursiva e social”. Desta forma, quando aos adolescentes transgressores não é possibilitado o cumprimento da medida socioeducativa que vise a ressocialização na íntegra, tem-se a função desta problemática posta em prática. Outro ponto a ser destacado nesta etapa é o viés ideológico que envolve os jovens transgressores de um descrédito/rótulos por parte da sociedade nas práticas ressocializadoras.

Na quarta etapa, é preciso *considerar se a injustiça social é um problema, ou não*. Fairclough e Chouliaraki (1999) apontam a necessidade de olhar para os efeitos que as práticas geram, observando as contradições, as lacunas existentes entre os diferentes discursos dominantes, para, desse modo, “explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, por meio das contradições das conjunturas.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 37).

A quinta etapa proposta pelos estudiosos é *refletir criticamente sobre a análise*, ou seja, identificar qual a contribuição da pesquisa para a sociedade, pensando no processo de emancipação e transformação. Essa parte é tida como essencial, já que as pesquisas em ACD têm um caráter crítico e um viés emancipatório. Nessa etapa,

[...] são avaliados limites e alcances da pesquisa assim como suas contribuições para pesquisas futuras, já que uma investigação particular, naturalmente, não pode esgotar um problema e sempre é feita a partir de um ponto de vista específico. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 112).

Finalmente, a sexta etapa é proposta por Barros (2015, p. 111) e nomeada para definir *um novo problema de pesquisa*. Embasado nesse viés cíclico de pesquisas realizadas, “[...] o



pesquisador já saberá identificar seu novo objeto, com ênfase em uma outra injustiça social, procurando sanar ou minimizar os problemas sociais existentes naquele contexto social.”

Assim, o pesquisador que envereda pelo caminho da ACD, pensando numa transformação social, “deve enraizar-se em um contexto social, permanecendo por um período prolongado, considerando os reais problemas que emergem de cada investigação.” (BARROS, 2015, p. 110-111).

Nessa perspectiva, como apontado por Barros (2015) na etapa 6 do enquadre teórico-metodológico, as análises não finalizam as investigações propostas nesta pesquisa, mas propiciam que novas portas se abram para um novo problema de pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa de tese de doutorado emergiu da minha pesquisa de mestrado, na qual eu procurei investigar as representações discursivas de adolescentes, egressos do sistema socioeducativo de Mato Grosso, acerca do seu retorno à educação formal. Já os questionamentos da pesquisa de mestrado surgiram da leitura de trabalhos realizados por outros pesquisadores, como Miranda (2014) e Carvalho (2015), descritos na introdução desta tese.

Os questionamentos a que cheguei na minha pesquisa de mestrado e que me fizeram adentrar nesta pesquisa de doutoramento, aplicando o conceito do estágio 6 (*definir um novo problema de pesquisa*) – foram: (1) Como a Secretaria de Educação, por meio de projetos mais efetivos, poderia reinserir esses adolescentes de volta à escola, de forma que não exigisse tanto martírio por parte deles? (2) Como as redes que integram o atendimento aos adolescentes, egressos do sistema socioeducativo, poderiam melhorar e ampliar esse atendimento previsto no ECA e no Sinase? (3) Como sensibilizar as escolas, as pessoas, os empresários para desenvolver uma inclusão social dos adolescentes privados de liberdade? (PEREIRA, 2017, p. 120).

Os passos desta pesquisa, em consonância com o enquadre teórico-metodológico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Barros (2015), alinhado com a crítica explanatória de Bhaskar (1989), podem ser vislumbrados no quadro a seguir.

**Quadro 09 - Estrutura analítica da pesquisa**

<b>1. Percepção do problema</b>	O não cumprimento da garantia do direito universal – a educação, art. 205 da CF (1988) – para jovens transgressores em Cuiabá-MT.
<b>2. Obstáculos a serem enfrentados</b>  Inclusão de adolescentes em escolas como forma de garantir uma das redes de ressocialização, bem como o cumprimento dos direitos estabelecidos pela CF, pelo ECA, pelo Sinase e por outras leis e diretrizes que atuam para conectar os jovens transgressores ao convívio social.	

<b>a) Análise de conjuntura</b>	Percurso histórico das conjunturas – em níveis federal e estadual – que constituem o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024 (PDASMT), a saber: 1. Nível Federal - Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006) e Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013); 2. Nível Estadual – Projeto Educar (2011), Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais-MT (2012) e, finalmente, o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2014) (PDASMT).
<b>b) Análise da prática particular</b>	Analisar o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2014) por intermédio da categoria Intertextualidade do significado acional (FAIRCLOUGH, 2003).
<b>c) Análise do discurso</b>	Análise de enunciados dos atores sociais sob a categoria analítica da interdiscursividade do significado representacional (FAIRCLOUGH, 2003) e por meio da transitividade dos processos existentes (HALLIDAY, 1985)  Esse item c também pode ser contemplado no item b, pois, ao analisar intertextualmente, também podemos analisar interdiscursivamente.
<b>3. Funções dos problemas na prática</b>	O não cumprimento das políticas públicas educacionais para jovens transgressores egressos do sistema socioeducativo contribui para a exclusão social desses adolescentes e em nada contribui para sua ressocialização.
<b>4. Possíveis formas de solucionar o problema</b>	Efetivação do PDASMT (2014) e de todas as outras políticas públicas que visam garantir os direitos de jovens transgressores e assim não provocar mais exclusões.
<b>5. Reflexão sobre a análise</b>	Descrever e analisar as práticas discursivas dos atores sociais que integram as políticas públicas para jovens egressos do sistema socioeducativo, desvelando as respectivas práticas discursivas, com o intuito de contribuir para melhor compreensão da efetivação das garantias de direitos para adolescentes transgressores.
<b>6. Definição de um novo problema de pesquisa</b>	Como a integração entre todas as redes que se conectam para articular políticas públicas para jovens transgressores – egressos do sistema socioeducativo – pode se entrelaçar ainda mais em cumprimento das garantias de seus direitos?

Fonte: Barros (2015, p. 112).<sup>18</sup>

### 3.3 Análise dos dados e categorias analíticas

<sup>18</sup> Adaptado de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2010), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989).

As análises estão dispostas em três etapas:

- 1) Análise de conjuntura das principais políticas para socioeducação/educação no Brasil e em Mato Grosso;
- 2) Análise documental do significado acional do discurso do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024*.
- 3) Análise interdiscursiva do significado representacional do discurso (FAIRCLOUGH, 1999; 2003) e metafunção ideacional (HALLIDAY, 1994), que tem como categoria analítica o sistema de transitividade e será utilizada para analisar os enunciados coletados através de entrevistas, questionário, mesa-redonda com os atores sociais que fazem parte do contexto socioeducativo em Mato Grosso.

### **3.3.1 Análise de conjuntura**

Ao proceder à análise de conjuntura, o analista crítico deve atentar para a análise de uma prática em particular ou práticas sociais (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999). As conjunturas são “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas – em seu aspecto de permanência relativa – em torno de projetos sociais específicos.” (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999, p. 22).

De acordo com Vieira e Resende (2016, p. 161), quando realizamos uma análise de conjuntura, “investigamos as redes de práticas em que se localiza o problema do estudo.”

Assim, realizo um levantamento de nível bibliográfico nos documentos oficiais que fazem parte da hierarquia da formação do plano decenal com ênfase na educação, um dos pilares que fomentam a ressocialização de jovens transgressores.

Dentre os documentos que dialogam com o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024*, estão a Constituição Federal de 1988, o ECA (1990), o Sinase (2006), o Projeto Educar MT (2011), as *Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais – MT* (2012) e o *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo – 2013*.

### **3.3.2 Análise Documental do Significado Acional do Discurso: Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024**

Realizada a análise de conjuntura, farei uma análise documental do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024*, por meio do significado

acional do discurso (FAIRCLOUGH, 2003) com trechos do plano decenal – a escolha desta diretriz deve-se ao fato de ser uma das últimas vigentes que discorre sobre a socioeducação.

Nas palavras de Vieira e Resende (2016), pesquisa documental é um delineamento que se vale de material empírico dados de natureza formal. Flores (*apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p. 3) considera que:

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Segundo Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. O material utilizado nas pesquisas documentais pode aparecer sob os mais diversos formatos, tais como fichas, mapas, formulários, cadernetas, documentos pessoais, cartas, bilhetes, fotografias, fitas de vídeo e discos (GIL, 2002).

Dessa forma, analisarei o *PDASMT 2015-2024*, a partir do significado acional com as categorias analíticas de gêneros, bem como de intertextualidade e interdiscursividade, focando em como o documento que rege o sistema socioeducativo constitui a educação para adolescentes que cumprem medidas em meio aberto, considerando os egressos.

Como conceituado no capítulo teórico, o significado acional é realizado no texto como modo de (inter)agir nos eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003a), unindo-se à função relacional proposta por Halliday (1994). Ao realizar a análise de um texto valendo-se do significado acional, estamos procurando os aspectos semióticos relacionados aos modos de agir e interagir socialmente, que são os gêneros (FAIRCLOUGH, 2003).

Esse significado foca no texto como um meio de (inter)ação em eventos sociais ou, em outras palavras, “relações de ação sobre os outros.” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 53). Sob essa perspectiva, é que se concebem gêneros como maneiras de (inter)agir e relacionar-se discursivamente, pois “implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros e poder.” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 53).

Fairclough (2001, p. 161) conceitua gênero como conjunto de convenções relativamente estável que é associado a, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovada e, ou ainda, “um tipo de uso da linguagem desempenhado em uma prática social particular.” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 56).

Os gêneros se realizam através de textos. Em textos de níveis oficiais, uma análise de gênero pode contribuir para o desvelamento de ações hegemônicas e ideológicas que atravessam os discursos e os sustentam na sua produção, distribuição e consumo.

Fairclough (2003a) discute detalhadamente várias categorias de análise textual/discursivas relacionando-as a temas de pesquisas sociais. Uma análise discursiva crítica não se confunde com simples leitura e interpretação, porque contamos com conceitos associados a categorias analíticas aplicadas sistematicamente. A escolha de que categorias utilizar para a análise de um texto não pode ser feita *a priori*. É sempre uma consequência do próprio texto e das questões/preocupações de pesquisa. Desse modo,

Categorias analíticas são formas de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas. Por meio delas, podemos analisar textos buscando mapear conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 114-115).

A quantidade de categorias a ser aplicada durante a análise de um texto depende de vários aspectos, como o objetivo da análise e a natureza do trabalho analítico. É preciso, ainda, levar em consideração a extensão do texto a ser analisado: para objetos analíticos muito extensos, pode ser inviável a aplicação de muitas categorias (VIEIRA; RESENDE, 2016). Quando se analisam textos curtos, “em geral se escolhem algumas categorias ligadas ao(s) aspecto(s) do texto que se pretende(em) explorar (ação, representação, identificação).” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 118).

Dessa forma, o *PDASMT (2014)* será analisado pelo significado acional do discurso sob a categoria analítica intertextualidade. Objetiva-se com essa análise compreender como os diálogos entre os outros textos – que fazem parte da hierarquia de gêneros – estão presentes no *PDASMT*. Verificarei como o texto se organiza em termos de produção, distribuição e consumo.

### **3.3.3.1 Intertextualidade**

A intertextualidade que há em um texto “é a presença de elementos de outros textos nele (e então, potencialmente de outras vozes além da voz do[a] autor[a]), que podem estar relacionados (discutidos, assumidos, rejeitados) de várias maneiras.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218). Fairclough (2016, p. 141) afirma que: “o conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gênero discursivo, discursos) para gerar novos textos”.

Para falar das relações intertextuais no texto, Fairclough (2001) as divide em intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva. Na intertextualidade manifesta, “é o caso em que se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto.”

(FAIRCLOUGH, 2016, p. 158). Intertextualidade constitutiva (interdiscursividade)<sup>19</sup> “é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens do discurso.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 158).

Na intertextualidade manifesta, a presença de outros textos acontece de forma explícita, através de: a) representação de discurso (aspas, paráfrases, citações diretas e indiretas); b) pressuposições (proposições tomadas pelo autor do texto como já estabelecidas); c) negação (frases negativas usadas com finalidades polêmicas); d) metadiscurso (distanciamento de algum nível do texto, tratando-o como se fosse outro texto, externo); e) ironia (dizer uma coisa e significar outra) (FAIRCLOUGH, 2001; 2016). No quadro a seguir, exemplifico cada uma dessas categorias.

**Quadro 10 – Exemplo de Categoria intertextuais retirado PDASMT (2014)**

Representação de discurso	Direta  “reinsere os adolescentes em conflito com a lei na sociedade” (p. 45)
	Indireta  Isto significa <i>dizer</i> que os Objetivos e Metas previstas no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso devem encontrar-se no PPA (p. 58).
Pressuposições	Dentre as limitações previstas, vale destacar o fato de o indicador não <i>conseguir</i> medir a taxa de reincidência para todos os tipos de atos infracionais, mede somente os atos infracionais que resultaram em internação (p. 50).
Negação	Se vontade política não houver, nada será mudado e a escolha será a cela no lugar de quarto daqui a 10 anos! (p. 5).
Metadiscurso	“Tais instrumentos orientam as ações, <i>sugerem</i> propostas de superação das dificuldades identificadas no atendimento socioeducativo do Estado, na forma de ações, objetivos, períodos e responsáveis pela sua execução...” (p. 20).
Ironia	Por se tratar de um documento público essa categoria intertextual não é encontrada.

Fonte: elaborado pela autora.

<sup>19</sup> Interdiscursividade aqui tem o sentido de estender a intertextualidade em direção ao princípio da primazia da ordem do discurso; por um lado, temos a constituição heterogênea de textos por meio de outros textos específicos (intertextualidade manifesta) por outro lado, a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens do discurso (interdiscursividade) (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119).

Quando se realiza uma análise de discurso, a partir da categoria intertextualidade, deve-se focar os processos de produção, distribuição e consumo textual (FAIRCLOUGH, 2001; 2003). Conforme o referido autor, esses processos são sociais e requerem referência aos ambientes políticos e institucionais nos quais o discurso é gerado. Através de análises textuais, neste trabalho busca-se compreender como o significado acional está apresentado no *PDASMT* (2014).

### 3.3.4 Análise dos enunciados

Como um caminho para investigar/compreender a última política sobre socioeducação em Mato Grosso, o *PDASMT*, serão analisados os enunciados de atores sociais que estão ligados diretamente ou indiretamente à execução dessa política que age no dia a dia do jovem transgressor.

O foco nesta vertente de análise é o significado representacional/metafunção ideacional do discurso (FAIRCLOUGH, 2003; HALLIDAY, 1985; 1994). O significado representacional do discurso expressa a experiência sobre o mundo externo (eventos) e o mundo interno (representações, pensamentos, sentimentos) de cada falante (FAIRCLOUGH, 2003). Já a metafunção ideacional organiza as ideias dos indivíduos, além de representá-las (HALLIDAY, 1994). Dessa forma, a junção da LSF e ACD corrobora para compreender as representações dos indivíduos acerca do *PDASMT*-2014 frente a sua execução no cotidiano do adolescente transgressor.

É preciso pensar que, quando fazemos análise sob a égide do significado representacional, verificam-se quais elementos são incluídos ou excluídos na representação de eventos sociais, observando-se a ênfase que lhes é atribuída (FAIRCLOUGH, 2003). A maneira pela qual podemos analisar o discurso é através do vocabulário (Idem), pois permite compreender modos particulares de representar o mundo, averiguar o grau (alto, baixo) de proximidade ou distanciamento discursivo presente nos enunciados e também em textos analisados.

Da ACD – significado representacional – advém as categorias analíticas: representações de atores sociais, significado das palavras e a interdiscursividade. Irei utilizar a interdiscursividade com o subsídio da representação de atores sociais.

Da LSF – metafunção ideacional – faz-se uso do sistema de transitividade (processos, participantes e circunstâncias), que possibilita compreender como eventos e ações são expressos no discurso, aclarando, assim, a realidade social (HALLIDAY, 1985; 1994).

De acordo com Resende e Vieira (2016, p. 113), essas junções de categorias linguístico-discursivas de análise textual auxiliam mapear as relações dialéticas entre o “social e o discursivo, permitindo a investigação de efeitos constitutivos de textos em práticas sociais e vice-versa”. A seguir, explanarei sobre a interdiscursividade e a representação de atores sociais.

### **3.3.4.1 Significado representacional – categorias analíticas: representação de atores sociais e interdiscursividade**

Um texto pode dialogar com outros discursos de forma harmônica ou na forma de refutação. Essa diversidade de articulação discursiva é nomeada por Fairclough (2003) de interdiscursividade.

Nessa esteira, Fairclough (2003) aclara que a análise interdiscursiva de um texto corresponde à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados. Ainda nas palavras do autor, pela análise dessa categoria, é possível observar como a articulação específica de discursos se associa às lutas hegemônicas e às tentativas de reproduzir e legitimar representações particulares do mundo.

A interdiscursividade é ainda “a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens do discurso.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119). Conforme o autor, “o objetivo é especificar os tipos de discurso que estão delineados na amostra discursiva em análise e como isso é feito.” (Idem, p. 295). Dessa forma, a interdiscursividade volta-se para “os discursos articulados ou não nos textos, bem como [para] as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos.” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 142).

Para analisar e identificar discursos como “representação/construção” na perspectiva da vida social, Fairclough (2003; 2009) sugere levar em conta o grau de repetição de determinado discurso, assim como uma relativa estabilidade ao longo do tempo e sua identificação/correlação com determinados grupos de pessoas.

#### **Quadro 11 - Exemplos de análises interdiscursivas por meio do sistema de transitividade**

<b>Entrevista realizada em 21 de maio de 2021</b>
1. Não seria ideal a Secretaria de Educação trazer o socioeducativo para trabalhar e por que a educação não pega o socioeducativo?
<b>Resposta do juiz titular da segunda Vara da infância e Juventude</b>



[...] não sei também qual é a estrutura da Secretaria de Estado Educação, para poder abraçar mais essa política pública, que é cuidar do sistema meio fechado, não sei qual a estrutura que eles têm ou se eles têm como executar isso, mas o fato é que a gente como uma política setorial da educação, a gente pode estar sempre se articulando para que os alunos, para que os internos os socioeducandos não sejam privados do acesso à educação, eu acho que é o mais importante, o sistema precisa de melhoria, de aperfeiçoamento [...].

**EXEMPLO DE ANÁLISE MEDIANTE SISTEMA DE TRANSITIVIDADE**  
(HALIDAY, 1985; 1994)

<b>Polaridade negativa</b>	<b>Processo mental</b>	<b>Processo relacional identificativo</b>	<b>Participante fenômeno</b>	
Não	Sei também qual	é	a estrutura da Secretaria de Estado Educação, para poder abraçar mais essa política pública,	
<b>Processo relacional identificativo</b>	<b>participante identificador</b>	<b>Polaridade negativa</b>	<b>Processo relacional identificativo</b>	<b>Participante identificador</b>
mas o fato é	que a gente como uma política setorial da educação, a gente pode estar sempre se articulando	Não	Sejam	Privados do acesso à educação
<b>Processo relacional identificativo</b>	<b>Participante identificador</b>	<b>Participante experienciador</b>	<b>Processo mental</b>	<b>Participante fenômeno</b>
eu acho que é,	o mais importante	O sistema	Precisa	de melhoria, de aperfeiçoamento [...]

**EXEMPLO DE ANÁLISE INTERDISCURSIVA – FAIRCLOUGH (2003)**

O juiz inicia respondendo o questionamento através do uso da polaridade negativa ‘não’ seguida do processo mental ‘sei’ e também do processo relacional identificativo ‘é’ para sinalizar que desconhece as estruturas existentes na Seduc para administrar o sistema socioeducativo, haja vista que o mesmo é gerenciado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), mais precisamente pela Secretaria Adjunta de Justiça<sup>20</sup>. Isso não significa que a Seduc não tenha sua parcela de contribuição nas políticas que integram o sistema socioeducativo, pois a ela cabe a rede de educação, tanto na aplicação de medidas no sistema aberto como no sistema de internação. Assim, ao continuar com o enunciado, o magistrado, através do processo relacional identificativo ‘é’, relata a designação do que compete à Seduc por meio do participante identificador ‘política setorial de educação’, expondo, inclusive, a articulação que precisa estar fazendo para que todas as redes de atendimento ao sistema socioeducativo possam caminhar conectadas e, assim, não promover exclusões no que concerne à garantia de direitos dos adolescentes transgressores. Para reforçar o que foi dito, o ator social faz uso da polaridade negativa ‘não’ juntamente com processo relacional identificativo ‘sejam’, tendo como participante identificador ‘privados do acesso à educação’. Isso se justifica pelo fato de ele saber que em algum momento as políticas públicas

<sup>20</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2UA01Py>. Acesso em: 15 nov. 2021.

destinadas a adolescentes transgressores não têm conseguido abarcar todos. A educação serve de exemplo, como demonstrado na pesquisa de mestrado de Pereira (2017), citada neste trabalho.

A educação como ferramenta que auxilia no processo de ressocialização de jovens transgressores também foi um dos pontos abordados na dissertação de Pereira (2017). Tem uma grande explicitude nos documentos que regem a socioeducação (ECA, Sinase, entre outros) e também é a visão adotada pelo juiz, pois este recorre ao processo relacional identificativo ‘é seguido do participante identificador ‘importante’, para aclarar a relevância dessa política que, em conjunto com as demais, promovem a garantia do cumprimento dos direitos dos jovens que transgridem as leis brasileiras.

No final do excerto, há um reconhecimento da necessidade de progresso da educação para melhor atendimento na rede do sistema socioeducativo, por meio do processo mental ‘preciso’ sendo o participante experienciador ‘o sistema’ e o participante fenômeno ‘melhoria, aperfeiçoamento’. Esse excerto vai ao encontro da temática desenvolvida no nosso projeto de doutorado, ou seja, o olhar voltado para a educação como um direito universal, independentemente do fato de que os jovens em algum momento transgrediram as leis.

Fonte: elaborado pela autora.

Neste trabalho, farei uso da categoria da interdiscursividade para identificar como os discursos articulam-se com os enunciados dos atores sociais. A fim de identificar discursos em um texto, Fairclough (2003) propõe fazê-lo em duas fases: primeiro, identificar quais as principais partes do mundo que estão representadas (os temas tratados no texto); e em segundo lugar identificar a perspectiva particular ou ponto de vista, pela qual são representadas. Dessa forma, essa categoria analítica permitirá compreender como os discursos se entrelaçam acerca da educação para adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

Aliada à categoria da interdiscursividade, a representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997) será utilizada como suporte para analisar como os discursos representam os adolescentes egressos do sistema socioeducativo em relação ao direito universal garantido de forma constitucional – a educação.

Ao explicar sobre a Representação dos Atores Sociais, van Leeuwen (1997) argumenta que eles são representados em textos, indicando maneiras e posicionamentos ideológicos em relação a eles próprios e a suas atividades. O autor propõe, assim, uma rede de sistema sociossemântico que vai desde o nível léxico-gramatical até o nível do discurso; da transitividade da referência do grupo nominal até as figuras retóricas, dentre outras possibilidades.

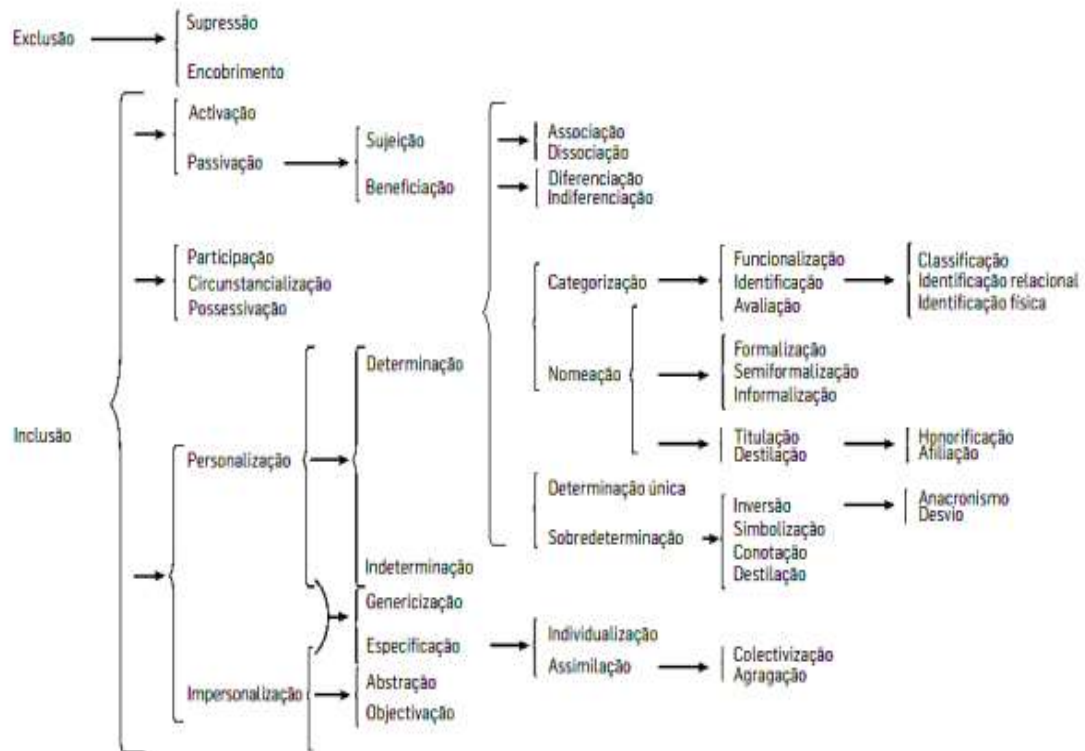
Além do mais, a teoria de van Leeuwen (1997) tem como objetivo verificar quais são os diversos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados discursivamente e que escolhas nos apresenta a língua para nos referirmos às pessoas. A representação de atores sociais, segundo Bessa e Sato (2018, p. 149),

[...] é relevante para o processo analítico por permitir identificar papéis, perceber em quais enquadres os(as) participantes estão posicionados nos textos; quais estão

presentes e quais deveriam estar; discutir os possíveis efeitos das formas de representação, inclusive as que incluem atores nos textos e as que, de maneira explícita ou sub-reptícia, os ‘excluem’.

van Leeuwen (1997; 2008) propõe as seguintes categorizações para averiguar as representações dos atores sociais, partindo dos elementos de exclusão e inclusão. Vejamos:

**Figura 8 - Categorias de análise da representação dos atores sociais no discurso**



Fonte: van LEEUWEN, 1997, p. 219

De acordo com van Leeuwen (1998, p. 183), esse é um importante aspecto para compreender como atores sociais são representados em textos, visto que as “representações incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem.” A inclusão pode acontecer por: ativação, passivação, participação, circunstancialização, possessivação, personalização e impersonalização (RESENDE; RAMALHO, 2006). Já o processo de exclusão ocorre por intermédio da: supressão – “No caso da supressão, não há qualquer referência aos atores em questão em qualquer parte do texto.” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 181). E/ou por encobrimento – colocação em segundo plano. A esse respeito, o autor aclara que:

A exclusão é menos radical, os atores sociais excluídos podem não ser mencionados em relação a uma dada atividade, mas são mencionados em algures no texto, e nós conseguimos inferir com alguma (embora nunca total) certeza quem eles são. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 181).

Conforme van Leeuwen (2008), para os estudos discursivos críticos, a representação é uma forma de recontextualização de práticas sociais realizadas em eventos sociais, baseadas naquilo que se diz/faz/representa em contextos socioculturais distintos, instanciando realizações diferentes.

O autor ainda pontua que a categoria de representação de atores sociais – a exclusão – tem ganhado as análises em pesquisas críticas do discurso, pois possibilita investigar como os atores sociais e suas atividades são excluídos (VAN LEEUWEN, 1998). Neste estudo, a categoria de representação de atores sociais aliada à interdiscursividade pode ajudar a compreender quando os adolescentes (atores sociais principais deste estudo) estão incluídos nas políticas públicas sociais para eles, ou delas excluídos. Na seção a seguir, são apresentados os aspectos éticos desta pesquisa.

### **3.4 Aspectos éticos**

Os aspectos éticos fazem parte da pesquisa qualitativa desde a escolha do objeto de pesquisa, dos caminhos metodológicos, das análises dos dados e até mesmo das contribuições que a pesquisa dará para o contexto pesquisado (SILVA, 2012; MENDES, 2012; NAKAMURA, 2012).

As pesquisas em Ciências Sociais são regidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde, adotando as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016. Essas normativas dispõem de ferramentas que viabilizam o andamento de projetos com seres humanos: TCLE, Termo de Assentimento, questionário, cronograma, orçamentos, possíveis sujeitos de pesquisas, carta de anuência, entre outros.

A pesquisa foi alinhada, o projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso – *campus* Cuiabá (CEP – Humanidades UFMT), sendo expedido o parecer de aprovação (em anexo) sob o número 3.445.091, certificando a relevância da pesquisa e o atendimento aos protocolos éticos solicitados. Em conformidade com a Resolução nº 196/96, do Conep, foi enviado por e-mail e via *google forms* – por conta da pandemia - o Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCLE) para cada entrevistado. O TCLE (em apêndice) contém informações sobre a pesquisa e, também, as garantias do sigilo das informações obtidas, conservando a identificação dos participantes; assim, os nomes dos participantes desta pesquisa foram substituídos por nomes de pessoas que atuaram na luta pela educação brasileira. Na próxima seção, discorro sobre o corpus e os instrumentos utilizados para coletar os dados desta pesquisa.

### 3.5 O *corpus* e os instrumentos para coleta de dados

Para Fairclough (2001), é necessário que o pesquisador perceba o que é útil para ser coletado e servir de amostra para um *corpus* e, da mesma forma, decidir o local de realização da coleta. Para Bauer e Aarts (2008) o *corpus*<sup>21</sup> consiste em um sistema de ampliação ao qual, em vias gerais, deve-se proceder pelas seguintes etapas: (1) selecionar, (2) analisar essa seleção, (3) selecionar de novo (BAUER; AARTS, 2008).

Inicialmente, os dados seriam coletados por meio de entrevistas presenciais com os atores sociais, em especial, os que atuam na educação para os adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Contudo, prestes a dar entrada em campo – março de 2020 – o mundo iniciou o isolamento social por conta da pandemia causada pela Covid-19 e então novos métodos de coleta de dados precisaram ser adotados e adaptados para o estilo remoto. A aplicação de um questionário – enviado de forma *on-line* –, a transcrição de uma entrevista e de uma mesa-redonda foram os caminhos encontrados para obtenção das respostas dos questionamentos acerca da educação para jovens transgressores.

Para Gil (1999, p. 128), o questionário se define como uma técnica de investigação que compõe um número mais ou menos elevado de questões expostas aos participantes de uma determinada pesquisa, que tem como objetivo “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) conceituam questionário como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

Gil (1999, p. 128-129) aclara que alguns aspectos do questionário o tornam uma das melhores técnicas de coleta de dados, pois pode “atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa” e permitir que elas “o respondam no momento em que julgarem mais conveniente.” Essas características aplicam-se a esta pesquisa, já que estávamos atravessando uma pandemia e o uso das tecnologias para trabalhar, estudar, acessar a “o outro” passou a ser um dos recursos utilizados.

Para Marconi e Lakatos (1999, p. 100), além de enviar o questionário, é preciso enviar também: “[...] uma nota ou carta, explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a

---

<sup>21</sup> BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39-63.

necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.”

Dessa forma, juntamente com o envio do questionário, foram enviados o objetivo da pesquisa e o TCLE. Em relação às datas de devolução, não foram estipuladas. O questionário foi feito por meio do *link* – <https://bityli.com/LPXmn> –, na plataforma de formulário do *Google Forms* – um instrumento que possibilita a construção de questionário com opções de respostas nos formatos múltipla escolha, resposta curta e/ou em um parágrafo, além de gravar a data e a hora, e ainda permite a geração de dados em uma tabela e/ou gráfico – aberto e enviado aos participantes em 10 de setembro de 2020.

### Quadro 12 – Questionário enviado aos participantes

#### **Políticas Educacionais para adolescentes egressos do sistema socioeducativo: uma análise linguístico discursiva**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa “Políticas Educacionais para adolescentes em situação de vulnerabilidade social: um estudo alicerçado na análise crítica do discurso.”

O objetivo deste estudo é investigar as políticas para adolescentes egressos do sistema socioeducativo desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) e analisar os enunciados dos representantes envolvidos nos órgãos responsáveis pela elaboração e aplicação dessas políticas, sob a corrente teórica Análise Crítica do Discurso. A justificativa para a realização desse estudo decorreu da necessidade de que os adolescentes quando saem do sistema socioeducativo estão encontrando dificuldade em prosseguir com os estudos.

1. Instituição em que trabalha\_\_\_\_\_.

2. Área de atuação\_\_\_\_\_.

3. Quanto tempo trabalha com a temática da socioeducação?

( ) Entre 1 e 3 anos.

( ) Entre 4 e 6 anos.

( ) Entre 7 e 10 anos.

( ) 11 anos a mais.

4. Com base nas diretrizes que subsidiam a socioeducação: quais foram os avanços/retrocessos que a educação já teve enquanto instrumento de reinserção de adolescentes que já cometeram alguma transgressão:

( ) Muito, os adolescentes que saem da medida socioeducativa conseguem reintegrar rapidamente em uma escola regular.

( ) Pouco, ainda carece de mais políticas para efetivar a educação como um instrumento de ressocialização, permitindo aos egressos do socioeducativo uma reinserção educacional sem

exclusão.

( ) Quase nada, os adolescentes egressos do sistema socioeducativo ainda enfrentam uma labuta para a reinserção educacional.

5. Como tem sido a formação de professores para lidar com o público de socioeducandos em escolas regulares? Você considera:

( ) Ótimo, não precisa mudar nada.

( ) Bom, mas deveria focar um pouco mais sobre a temática da socioeducação para evitar exclusões quando estes adolescentes transgressores vão para as escolas.

( ) Regular, precisa de mais formação para os professores saberem lidar com esse público.

6. O que fazer para evitar que a escola não seja uma ferramenta de exclusão para adolescentes que já cumpriram medidas socioeducativas no meio fechado?

7. Como as autoridades e gestores públicos têm atuado na colaboração da reinserção social dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que cumprem medida socioeducativa: prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade) no retorno às escolas?

( ) Muito, procurando fazer cumprir o que estão previstos nas diretrizes socioeducacionais.

( ) Pouco, até tentam fazer cumprir o que as diretrizes preconizam, mas, sempre há uma barreira.

( ) Nada, pois, apesar das leis, normativas e diretrizes não há muito o que fazer para que elas saiam do papel.

8. A última grande diretriz estabelecida pela SESP é o documento “Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024”, publicado em 2014. Como você avalia a aplicação desse plano para os socioeducandos egressos?

Fonte: elaborado pela autora.

Para enviar o questionário aos participantes, num primeiro momento, entrei no site<sup>22</sup> da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP/MT) que administra o sistema socioeducativo – a fim de obter os *e-mails* para convidar os participantes e enviar-lhes os questionários. Passaram-se 12 dias e obtive a primeira resposta. Esperei mais alguns meses, contudo, não obtive mais respostas. Busquei outros meios de contactar as pessoas, já que através dos e-mails institucionais não tinha obtido êxito.

Assim, fui convidada a participar de uma reunião da Comissão Intersetorial do Sistema de Atendimento Socioeducativo no Estado de Mato Grosso (normatizada pela Portaria nº 073/2014/GAB/Sejudh, de 26 de setembro de 2014), realizada de forma virtual, no dia 12-10-2020, às 10 horas (horário local), transmitida diretamente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL-MT). A reunião tinha como objetivo expor as

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.sesp.mt.gov.br/superintendencia>. Acesso em: 10 nov. 2021.

pesquisas realizadas no âmbito da socioeducação. Dentre os participantes, havia pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso, deputados, representantes da Secretaria de Esporte e Lazer, assistente social, representantes da Secretaria de Educação, representante da saúde coletiva, representante comunitário e um professor da Universidade Federal do Pará.

Durante a reunião, foram colocados no *chat* da plataforma *Google Meet* – ferramenta utilizada para transmitir a reunião – os *e-mails* dos participantes da reunião. Anotei todos e em seguida entrei em contato para convidá-los a participar da pesquisa. Entre idas e vindas de *e-mails*, mais esclarecimentos sobre a pesquisa, até que conseguisse respostas para o questionário, levou em média 3 meses (compreendendo os meses de outubro a dezembro). Apesar de enviar *e-mails* e convites para todos os presentes na reunião, consegui apenas que mais quatro pessoas respondessem o questionário, como exposto no quadro a seguir.

### Quadro 13 – Respostas ao questionário

<b>Nomes dos participantes</b>	<b>Data do recebimento do questionário respondido</b>
Paulo Freire	22/09/2020
Aparecida Borralho	07/03/2021
Miguel Arroyo	12/03/2021
Darcy Ribeiro	12/03/2021
Anísio Teixeira	19/03/2021

Fonte: elaborado pela autora.

Como um dos objetivos desta pesquisa está voltado para as políticas educacionais para adolescentes egressos do sistema socioeducativo, após fechar o questionário, entrei em contato por *e-mail*, no dia 20 de maio de 2021, com uma das pessoas que havia respondido o questionário e fazia parte da Gerência de Acompanhamento ao Egresso. Recebi como resposta que essa gerência havia sido extinta, mas que o trabalho com os egressos estava sendo desenvolvido pelo Núcleo da Coordenadoria de Atendimento Socioeducativo. Fui informada também que haveria uma reunião ainda naquele dia e que eu poderia participar como ouvinte, aceitei prontamente. Essa reunião, entretanto, não servirá como análise de dados; apenas subsidiará a análise do questionário, da entrevista e da mesa-redonda.

As gravações da reunião e a mesa-redonda são consideradas coletas de dados de natureza informal e modos complementares, pois “são dados gerados menos conforme regras de competência e mais pelo impulso do momento.” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2005, p. 21). Ainda nessa mesma vertente, os autores descrevem que dados de natureza informal



permitem que o pesquisador conecte “a maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros.”

Nessa reunião, participaram atores sociais – assistentes sociais e psicólogas – que atuam nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) com as políticas voltadas para os adolescentes egressos nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande e no interior do estado de Mato Grosso. Dentre os assuntos debatidos, os que emergiram foram o atendimento ao egresso, no sentido do cumprimento das medidas socioeducativas para o meio aberto, o modo de atendimento em meio ao momento pandêmico vivenciado e a questão da educação – assunto desta tese. Fiz algumas anotações que possibilitaram um entrelaçamento analítico – que será exposto no capítulo a seguir.

Por conta da pandemia, uma outra forma encontrada de coletar dados foi por intermédio de entrevistas veiculadas na internet. Assim, parte do *corpus* que compõe os dados desta pesquisa são recortes de uma entrevista da atividade “Café com Nepel”, desenvolvida pelo grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem – Nepel.

A entrevista foi mediada pela Profa. Dra. Kátia Aparecida da S. Nunes Miranda (membro do Nepel e da Seduc-MT), teve a duração 01h18min28s, ocorreu no dia 21 de maio de 2021, às 18h (horário de Mato Grosso) e foi veiculada no canal do *YouTube* do Nepel UFMT<sup>23</sup>. O entrevistado foi o juiz titular da Segunda Vara da Infância e Juventude, Túlio Duailibi Alves de Souza e teve como título *Socioeducação em Mato Grosso/perspectivas e soluções*.

Tratou-se de uma entrevista semiestruturada. De acordo com Marconi e Lakatos (2011), as entrevistas são conversas entre duas pessoas, com o objetivo de obter informações e trocar experiências. As perguntas necessitam ser simples e encaminhar o entrevistado para os tópicos principais. Em pesquisas qualitativas, existem diversas maneiras de realizar entrevistas, uma delas é a semiestruturada. Segundo Minayo (2003), as entrevistas semiestruturadas são elaboradas com perguntas fechadas e abertas, deixando o entrevistado livre para discorrer sobre as indagações.

Conforme Bogdan e Biklen (1994), as boas entrevistas se caracterizam pelo fato de os participantes se sentirem à vontade e falarem livremente. Do ponto de vista desses autores, “as boas entrevistas produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3xvaSKG>. Acesso em: 20 nov. 2021.

perspectivas dos respondentes.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 136). Esse instrumento de coleta de dados foi aplicado com o objetivo de compreender – por intermédio do significado representacional do discurso/interdiscursividade de Fairclough (2003) – os discursos do juiz acerca dos adolescentes transgressores, com o olhar especial voltado para a educação de jovens egressos do sistema socioeducativo, bem como para políticas públicas para o meio aberto que colaboram para a sua ressocialização.

#### Quadro 14 – Algumas perguntas direcionadas ao juiz no dia 21 de maio de 2021

Por que é que a Secretaria de educação não traz o socioeducativo para trabalhar? Por que é que a educação não pega o socioeducativo?
Qual é a realidade em especial, que está sendo feito para adolescente egresso e também a quanto a questão da educação? Quando esse jovem chega nesta unidade escolar e algumas pesquisas apontam que eles chegam lá nas unidades e falam que não tem vaga, falam, não é?
Quais dessas medidas poderiam ser satisfatórias para esse jovem retornar para o convívio social? Há uma medida mais satisfatória? Há uma medida que vai realmente ajudar esse jovem no seu retorno ao convívio?
Então, assim eu gostaria que o senhor me falasse, o que levou, o que tem reduzido esse número da internação?
Então, o que está sendo feito, qual é a medida especial para esse adolescente egresso, como que ele está sendo acompanhado? Qual é a realidade em especial, que está sendo feito para adolescente egresso e também a quanto a questão da educação? Quando esse jovem chega nesta unidade escolar e algumas pesquisas apontam que eles chegam lá nas unidades e falam que não tem vaga, falam, não é?

Fonte: elaborado pela autora.

E, finalmente, o último meio para geração de dados – por conta da pandemia não foi possível ir ao *locus* de pesquisa – foi uma mesa-redonda nomeada de *Socioeducação em Mato Grosso: Perspectivas e Soluções*<sup>24</sup>, organizada pelo evento I Encontro de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem – I EnEPEL, vinculado ao grupo de pesquisa Nepel, do PPGEL/UFMT. O I EnEPEL<sup>25</sup> aconteceu de 7 a 9 de julho de 2021, de forma on-line, com o objetivo de organizar o VII Seminário de Análise Crítica do Discurso – VII SEACD (evento que acontece uma vez por ano ao final da disciplina que abarca a Análise Crítica do Discurso) e também o I Encontro de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem da UFMT – I EnEPEL/UFMT/2021, para discutir questões ligadas às injustiças sociais mediante o uso da linguagem.

<sup>24</sup> Além dessa mesa-redonda, aconteceram as seguintes: Mesa-Redonda II: Língua, Literatura e o Pensamento Decolonial; Mesa-Redonda III - Surdez E Aquisição De Linguagem; Mesa-Redonda IV - Gênero e Sexualidade. Já os trabalhos submetidos para comunicação oral foram divididos nas seguintes linhas temáticas: Linguagem e Discurso, Linguagem e Sociedade, Linguagem e Feminismo, Linguagem e Mídia, Linguagem e Surdez, Linguagem e Decolonialidade, Linguagem e Aquisição de Línguas, Linguagem e Ensino de Línguas e Literaturas, Linguagem e Estudos Étnico-Raciais, Linguagem e Estudos da Socioeducação, Linguagem e Estudos nos Sistemas prisionais, Linguagem, Estudos de Gênero e Sexualidade

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.nepelufmt.com/i-enepel>. Acesso em: 25 nov. 2021.

**Figura 9 – Logotipo do I EnEPEL**



Fonte: <https://www.nepelufmt.com/i-enepel>.

Três questões basilares nortearam a proposta desses dois eventos: (1) continuidade e fortalecimento das pesquisas acerca dessas duas temáticas; (2) visibilidade de trabalhos desenvolvidos nas instituições superiores do Centro-Oeste, nas áreas de educação e linguagem; (3) participação de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e graduação e professores das escolas públicas, de modo a estabelecer relações acadêmicas e de intercâmbio cultural.

As questões debatidas na mesa-redonda I – Socioeducação em Mato Grosso: Perspectivas e Soluções –, que farão parte do *corpus* para as análises dos dados, envolveram retrospectivas acerca da socioeducação no estado de Mato Grosso; o papel da educação na ressocialização de jovens transgressores, aspectos relacionados à família de jovens que cumprem medida socioeducativa, uma visão econômica sobre o sistema socioeducativo em Mato Grosso, entre outros. Após a finalização da mesa-redonda, foram realizadas transcrições e alguns recortes selecionados que irão compor as análises – em especial os que abordam a educação como um direito para jovens transgressores, objeto deste trabalho.

### **3.6 Participantes da pesquisa**

Os primeiros participantes da pesquisa foram as pessoas que responderam ao questionário. Apesar de todos serem atores sociais que atuam de forma pública, optei por não expor seus verdadeiros nomes, pois, ao enviar o questionário, foi submetido também ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido, no qual há um comprometimento da pesquisadora em não identificar os reais participantes da pesquisa, mas fazer uso de pseudônimos.

Assim, escolhi nomes de educadores que tiveram grande contribuição na construção de documentos, teorias e lutaram para que a educação brasileira fosse cumprida conforme prevê a Constituição Brasileira, em seu artigo 205 – educação é um direito social e de todos.

**Tabela 3 – Participantes que responderam ao questionário**

Nome dos participantes	Locais onde atuam	Tempo de atuação na área da socioeducação
Paulo Freire	Gerência de acompanhamento do egresso	Entre 7 e 10 anos
Aparecida Borralho	Seduc-MT	11 anos a mais
Miguel Arroyo	Gerência de Desenvolvimento e Valorização Profissional do SESP	11 anos a mais
Darcy Ribeiro	UFMT	Entre 4 e 6 anos
Anísio Teixeira	Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres	11 anos a mais

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro participante possuirá o pseudônimo de Paulo Freire, ele trabalha na Gerência de Acompanhamento do Egresso do sistema socioeducativo, ou seja, atua no acompanhamento de jovens egressos das internações socioeducativas e seus familiares do estado de Mato Grosso. Dentre os acompanhamentos que são feitos com os adolescentes, está o retorno à escola regular, para que ele continue estudando e cumprindo a medida socioeducativa fora dos muros do sistema de internação.

Já a segunda participante, que atua na Secretaria de Educação de Mato Grosso e desde 2012 desenvolve estudos acerca da socioeducação em Mato Grosso, será mencionada nesta tese como Aparecida Borralho Dias de Carvalho. Inicialmente, recebeu o título de mestra em 2014, pelo PPGEL/UFMT, com a pesquisa *Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social: um estudo crítico das representações de atores sociais*. No ano de 2019, finalizou o doutorado em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (2019), com a tese intitulada *Significados e sentidos dos processos educativos vivenciados pelos jovens em situação de privação de liberdade no Centro Socioeducativo de Cuiabá/MT*. Atualmente é pós-doutoranda PPGEL/UFMT e é integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Práticas Sociais e Processos Educativos e do Grupo de Pesquisa CNPq Núcleo de investigações e práticas em educação nos espaços de restrição e privação de liberdade - EduCárceres/ UFSCar- SP. Também é Membro da Câmara Setorial Temática da AL- MT.

O terceiro pseudônimo escolhido para representar o participante que respondeu ao questionário foi o cientista social e pesquisador em educação Miguel Gonzalez Arroyo que trabalha na Gerência de Desenvolvimento e Valorização Profissional da SESP na função de analista do sistema socioeducativo. Atualmente é doutorando em Saúde Coletiva, no Instituto de Saúde Coletiva da UFMT. Em 2020, defendeu o mestrado intitulado *Medida Socioeducativa de Internação e suas Interfaces com o Esporte e Lazer*, no Programa de Educação Física na UFMT. Também participa do projeto de *pesquisa Economia do Crime: Adolescente em conflito com a lei e o modelo simples de crime racional MOSCR*.

Darcy Ribeiro foi pseudônimo escolhido para representar o quarto participante. É formado em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1994), tem mestrado (2000) e doutorado em Educação (2013) e pós-doutorado em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é professor de Economia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Sobre a temática da Socioeducação, atualmente, ele desenvolve um projeto nomeado Economia do Crime: Adolescente em Conflito com a Lei e o Modelo Simples de Crime Racional (MOSCR).

O quinto e último participante que respondeu ao questionário terá o pseudônimo de Anísio Spínola Teixeira. Ele trabalha no Centro de Atendimento Socioeducativo de Cáceres como analista técnico - perfil educador físico, há mais de 11 anos. Além de trabalhar dentro do sistema socioeducativo, no ano de 2015, ele desenvolveu sua pesquisa de mestrado intitulada “*O Olhar dos agentes socioeducativos sobre as ações pedagógicas e os adolescentes da Unidade de Internação de Cáceres-MT*”, pela Universidade do Estado de Mato Grosso, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). A pesquisa objetivou conhecer a percepção dos agentes socioeducativos sobre os adolescentes infratores, sobre a violência e os conflitos que ocorrem e sobre as ações pedagógicas desenvolvidas na Unidade de Internação de Cáceres.

O participante da entrevista foi o juiz titular da segunda Vara da infância e Juventude, Tulio Duailibi Alves de Souza. Não foi possível encontrar muitas informações sobre o magistrado. Além de exercer o cargo de juiz, atualmente, ele também participa como coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça e atua na parte do socioeducativo junto aos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs) (enviado por *e-mail* para a entrevistadora, porque não é possível encontrar essas informações disponíveis na internet).

Outra informação que encontrei<sup>26</sup> sobre o participante: concluiu uma pós-graduação em 2011, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desenvolvendo sua pesquisa na Universidade de Cantabria, Espanha, com o título *Pacificação dos conflitos sanitários: Implantação de um projeto alternativo à judicialização no âmbito do Estado de Mato Grosso*.

Em relação aos participantes da mesa-redonda, foram convidados cinco atores sociais que atuam no contexto da socioeducação no estado de Mato Grosso. Contudo, um deles teve problemas com a conexão da internet e, dessa forma, só 4 participantes estiveram presentes no dia. Por se tratar de uma participação em mesa-redonda e de estar em domínio público, ou seja, acessível a todos na plataforma do *Youtube* do canal do Nepel, os nomes reais dos participantes serão mantidos.

**Tabela 4 – Área de atuação dos participantes**

<b>Nomes</b>	<b>Área de atuação</b>
Iberê Ferreira da Silva Junior	Superintendente da administração socioeducativa do estado de Mato Grosso.
Elismar Bezerra de Arruda	Secretaria de Estado de Educação – Seduc-MT.
Raul Angel Carlos Oliveira	Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa do Mato Grosso
Maria das Graças Costa	Juíza de Direito da Infância e Juventude na Comarca de Rondonópolis

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro participante foi Iberê Ferreira da Silva Junior, graduado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade de Cuiabá (UNIC), especialista em Gestão Assistente Social Farmacêutico pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre e doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Mato Grosso. É conselheiro regional do Conselho de Farmácia de Mato Grosso (CRF-MT), membro efetivo da Sociedade Brasileira de Análise Crítica, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas e atualmente é superintendente da administração socioeducativa do estado de Mato Grosso.

A segunda participação contou com Elismar Bezerra de Arruda, representante da Secretaria de Educação. Possui graduação em pedagogia, doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é professor efetivo da Seduc-MT e da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

<sup>26</sup> Disponível em: [https://www.camaralucasdoriorverde.mt.gov.br/fotos\\_downloads/fotos\\_downloads/4967.pdf](https://www.camaralucasdoriorverde.mt.gov.br/fotos_downloads/fotos_downloads/4967.pdf). Acesso em: 25 nov. 2021.

O terceiro participante, Raul Angel Carlos Oliveira, é graduado em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso, possui mestrado e doutorado em Educação pela mesma instituição e possui pós-doutorado em Economia pela UFMT. Atualmente é professor de Economia da Unemat e coordenador da Câmara Setorial Temática – referente ao Sistema Socioeducativo e Penitenciário.

E, finalmente, a última participante, foi a juíza titular da Vara da Infância e Juventude de Rondonópolis desde 2010, Maria das Graças Gomes da Costa. É pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá e graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, em 1990.

### 3.7 Algumas considerações

Neste capítulo, tive como objetivo explicitar os caminhos metodológicos realizados para coletar os dados e selecionar os participantes desta pesquisa. Também foi apresentado o conceito de pesquisa qualitativa, de pesquisa em ACD, bem como o enquadre teórico metodológico, proposto por Fairclough (2003) com base em Bhaskar (1989) e reformulado posteriormente por Barros (2015) – sexto estágio.

A fim de elucidar e retomar quais os instrumentos utilizados para reunir os dados e como cada participante esteve envolvido no método de coleta de dados, apresento uma tabela.

**Tabela 5 – Método/formato coleta de dados e participantes**

<b>Método</b>	<b>Formato de aplicação</b>	<b>Participantes</b>
Questionário	<i>On-line – Google forms</i>	Paulo Freire Aparecida Borralho Miguel Arroyo Darcy Ribeiro Anísio Teixeira
Entrevista	<i>On-line – Youtube</i>	Juiz titular da Segunda Vara de Infância e Juventude Tulio Duailibi Alves de Souza
Mesa-redonda	<i>On-line – Youtube</i>	Iberê Ferreira da Silva Junior Elismar Bezerra de Arruda Raul Angel Carlos Oliveira Maria das Graças Costa

Fonte: elaborado pela autora.

Vale ressaltar que, inicialmente, esta pesquisa objetivava ir a campo de forma presencial para coletar os dados, ou seja, entrevistar/dialogar com os atores sociais que exercem alguma função a fim de promover a educação – direito universal – para adolescentes

egressos do sistema socioeducativo. Porém, por conta da pandemia da Covid-19, foi preciso a readaptação aos novos modos de coleta de dados, no formato *on-line*.

As perguntas do questionário foram elaboradas pela pesquisadora – sob orientação – e tiveram como objetivo averiguar como as políticas públicas têm sido ofertadas para os adolescentes egressos do sistema socioeducativo, em especial à educação.

As perguntas da entrevista concedida pelo juiz foram feitas pela entrevistadora e também pelas pessoas que participaram da *live* enviando perguntas pelo *chat* – ferramenta disponível na plataforma *YouTube*. Das respostas foram selecionados recortes que dialogam com os objetivos desta pesquisa, já mencionados ao longo da escrita.

Já a mesa-redonda funcionou da seguinte maneira: os participantes foram convidados para discursar e cada um preparou sua fala, da qual foram extraídos para análises recortes que dão ênfase nas políticas do meio aberto com um olhar maior para a educação.

Em relação as análises estão divididas em três momentos: conjuntura, documental e enunciados. Assim, na tabela a seguir, ilustro as categorias analíticas fundamentais que nortearam as análises dos dados coletados.

**Tabela 6 - Dispositivos analíticos**

Análise	Corpus	Categorias analíticas
Conjuntura	Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006) e Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013); Projeto Educar (2011), Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais – MT (2012), Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2014)	Significado representacional Atores sociais Significado acional Gêneros Intertextualidade Interdiscursividade Significado das palavras Transitividade Modulação Representação do discurso Metadiscurso Pressuposição Negação Ironia
Documental	Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2014) - <i>PDASMT</i>	
Enunciados	Entrevista Questionário Mesa redonda	

Fonte: elaborado pela autora.

No capítulo a seguir serão apresentadas as análises da pesquisa.



## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DE DADOS

*A realidade é estratificada, logo a atividade científica deve estar comprometida em revelar esses níveis mais profundos, suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo.*  
(BHASKAR, 1989, p. 12).

Este capítulo analítico está dividido em cinco seções. Na primeira está a análise de conjuntura do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024*. Na segunda seção, realizo uma análise dos modos de produção, distribuição e consumo do PDASMT, bem como uma análise textual, mediante o significado acional do discurso com foco na categoria da intertextualidade. Na última seção está a análise dos enunciados por meio do significado representacional – categoria interdiscursividade e representação de atores sociais – juntamente com a metafunção ideacional – sistema de transitividade.

#### **4.1 Análise de conjuntura**

Na análise de conjuntura, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22) destacam a imprescindibilidade de o/a analista perceber o efeito não apenas dos eventos individuais que permeiam a conjuntura do objeto analisado, mas também da série de eventos conjunturalmente relacionados na sustentação e transformação da prática.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22) aclaram que conjunturas são “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas – em seu aspecto de permanência relativa – em torno de projetos sociais específicos”. Trazendo para a temática deste trabalho, antes de partir para a análise dos enunciados dos sujeitos sociais que estão à frente da socioeducação em Mato Grosso, é importante fazer um percurso histórico das conjunturas – nos níveis federal e estadual – que constituem o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (PDASMT) 2015-2024*, a saber: 1. Nível Federal - Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança do Adolescente (1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006) e Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo

(2013); Nível Estadual - Projeto Educar (2011), Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais – MT (2012) e finalmente, o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso* (2014), o PDASMT.

Essa análise de conjuntura estabelece também uma relação com a educação, direito primordial concebido a todos os brasileiros (artigo 205 da Constituição Federal), e que às vezes é negada causando exclusões sociais, quando, por exemplo, um adolescente transgressor sai da medida socioeducativa de internação e não consegue vaga em uma escola para continuar seus estudos, fato já observado anteriormente na pesquisa de Pereira (2017).

Dessa forma, a educação é um direito universal prescrito no artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, n. p.). A CF, estando no topo da hierarquia, estabelece, sem distinção, que a todos devem ser concedidos o direito à educação, trazendo para o contexto desta pesquisa, aos adolescentes transgressores não pode ser negada a permissão de estudar, independentemente da medida socioeducativa que a ele foi imposta: sistema aberto ou fechado.

Por meio da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com a Constituição do Brasil de 1988, sancionou pelo então presidente Fernando Collor de Mello, o direito à educação. O art. 53 do ECA (1990) assinala que tanto a criança quanto o adolescente têm direito à educação. Essa educação visa ao seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assegurados:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (BRASIL, 1990, p. 40-41).

No que se refere às crianças ou aos adolescentes transgressores, o ECA (1990) assevera que eles precisam ser submetidos a medidas socioeducativas e devem receber atendimento especializado de acordo com a gravidade da transgressão e um dos apontamentos está prescrito no Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: VI - internação em estabelecimento educacional. Se o adolescente transgressor estiver cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida (meio aberto), o ECA articula a seguinte medida no art. 119. Incumbe ao

orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula.

O ECA é o segundo documento na hierarquia que precede o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso*. É mais uma vez temos a educação como um direito e uma garantia vigente para todas as crianças e adolescentes. E mesmo que o adolescente tenha transgredido as leis brasileiras, a este adolescente é garantido o direito de cumprir uma medida socioeducativa seja em um espaço de privação de liberdade e/ou em meio aberto, tendo o acesso à educação. Desta forma, o ECA representa um documento importante no tratamento de jovens transgressores, pois antes dele os mesmos eram considerados como alguém sem perdão, ou seja, não era dado a eles o direito do cumprimento de uma medida socioeducativa a partir do nível da transgressão.

Já o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o Sinase, sancionado no Governo Lula<sup>27</sup>, através da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2006 visa principalmente o desenvolvimento de ações socioeducativas baseadas em princípios dos direitos humanos e alinhadas às estratégias assentadas em conceitos éticos e pedagógicos. No eixo, educação, parte que me interessa, com ênfase para adolescentes egressos, o Sinase propõe o seguinte: 6.3.3. Eixo – Educação: 6.3.3.2. Específico às entidades e/ou programas que executam as medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação

1) garantir na programação das atividades, espaço para acompanhamento sistemático das tarefas escolares, auxiliando o adolescente em possíveis dificuldades, contudo, trabalhando para sua autonomia e responsabilidade; 2) construir sintonia entre a escola e o projeto pedagógico do programa de internação, sendo as atividades consequentes, complementares e integradas em relação à metodologia, conteúdo e forma de serem oferecidas (exclusivo para internação); 3) garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, podendo, para tanto, haver Unidade escolar localizada no interior do programa; Unidade vinculada à escola existente na comunidade ou inclusão na rede pública externa. (BRASIL, 2006, p. 59).

Em nível de Mato Grosso, o primeiro documento destinado aos adolescentes que transgridem as leis, foi nomeado de “*Projeto Educar - Proposta Estruturação e Concretização de uma Prática Pedagógica nas Unidades Socioeducativas de Mato Grosso*”, publicado em 2011, (Mato Grosso tinha como governador Silval da Cunha Barbosa e como secretária de Educação Rosa Neide Sandes de Almeida). Esse documento foi organizado pela Secretaria de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) em conjunto com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública através da Polícia Judiciária Civil, em observação aos direitos

---

<sup>27</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm).

estabelecidos no ECA e no Sinase, “propõe através deste trabalho ressignificar as ações desenvolvidas no Centro Socioeducativo de Cuiabá” (MATO GROSSO, 2011, p. 8-9).

É uma diretriz composta de 39 páginas, dividido em 12 tópicos, que trata dos pressupostos educacionais que em tese deveriam acontecer na oferta da socioeducação. Quando o adolescente transgressor cumpre a medida socioeducativa de internação, não há neste documento alguma referência a uma política educacional voltada para o meio aberto, ou seja, para adolescentes egressos do sistema socioeducativo que cumprem medida de liberdade assistida e/ou prestação de serviço à comunidade que é o foco desta pesquisa. Contudo, retratei aqui porque faz parte da cadeia de gêneros do Plano Decenal e também, é possível desvelar que o ‘Projeto Educar’ assim como outros documentos ficou apenas no papel, pois quando Carvalho (2015) realizou sua pesquisa, uma das conclusões que a autora chegou é que faltava uma integração institucional na organização, planejamento e gestão escolar dentro da escola “Meninos do Futuro”, do Centro Socioeducativo Pomeri. Vale ressaltar que tal documento foi implementado em uma época em que os partidos de esquerda estavam no comando da SEDUC, estando, então, coerente com os propósitos desse movimento político, visto que uma das principais bandeiras do PT é a inclusão social e classes menos favorecidas.

No ano de 2012, temos a elaboração das – *Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais* da Seduc-MT elaboradas entre o ano de 2008 e 2010 – na época Mato Grosso tinha como governador Blairo Maggi (PPS) – e promulgada no ano de 2012, no mandato do então governador Silval Barbosa (PMDB). Na parte nomeada de “Orientações Curriculares para a EJA: possibilidades e especificidades locais” tem uma parte destinada ao sistema socioeducativo que compreende entre as páginas 222 e 225. Medidas prescritas nas diretrizes que norteiam os adolescentes que transgressões devem privilegiar a materialização das políticas públicas e sociais, possibilitando sua inclusão. Em relação a garantia de acesso a educação para jovens transgressores, as *Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais*, expõe o seguinte:

Considerando o que compete à educação, seria papel da Seduc/MT garantir o regresso, a permanência e sucesso do adolescente egresso do sistema socioeducativo na rede pública de educação regular, seja básica, profissional ou superior. Esta garantia de ingresso, permanência e sucesso dos adolescentes na rede formal de ensino visa ao cumprimento do descrito no capítulo IV, em especial os artigos 53 e 57, do ECA. (MATO GROSSO, 2012, p. 223).

De volta ao âmbito federal, temos a promulgação do “*Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo*”, no ano 2013 no governo da presidenta Dilma Rousseff, contém 34 páginas,

4 capítulos, 4 quatro eixos (Eixo 01: Gestão; Eixo 02: Qualificação do Atendimento; Eixo 03: Participação e Autonomia das/dos Adolescentes; Eixo 04: Sistemas de Justiça e Segurança), 73 metas que deverão ser cumpridas ao longo de três períodos de 2014 a 2023. “O Plano Nacional é a expressão operacional dos marcos legais do Sistema Socioeducativo, traduzida por meio de uma matriz de responsabilidades e seus eixos de ação.” (BRASIL, 2013, p. 6).

Em relação ao acesso à educação para adolescentes transgressores, logo nas diretrizes do documento encontra-se: Garantir a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura no centro de internação e na articulação da rede, em meio aberto e semiliberdade; garantir o direito à educação para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo (BRASIL, 2013). Entre os objetivos e metas, a palavra educação aparece treze vezes, e há ainda um reconhecimento da educação como um dos caminhos possíveis para a ressocialização:

São as políticas sociais, em particular na área da Educação, que diminuem o envolvimento dos adolescentes com a violência. Por isso é fundamental reconhecer e reverter a discriminação e as violências (física, psicológica e institucional) a que são submetidos os adolescentes em toda a rede de atendimento, do sistema de justiça até às unidades de internação dos que cumprem medidas socioeducativas. (BRASIL, 2013, p. 15).

Com base nesses documentos descritos acima, cada estado formulou seu plano de ação para atender os adolescentes transgressores. Desse modo, em 2014, durante a gestão governamental de Silval Barbosa, no estado de Mato Grosso, dezoito secretarias se integralizaram na criação *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024*, dentre elas, a que nos interessa observar as políticas: Secretaria de Estado de Educação – sendo representadas por uma titular: Kátia Aparecida da Silva Nunes Miranda e uma suplente: Maria Aparecida Borges de Barros Rocha. A promulgação deste documento foi mais uma conquista para a garantia dos direitos dos jovens transgressores no estado de Mato Grosso, pois, alicerçado no Sinase, o PDASMT contribui para práticas de inclusão daqueles jovens que outrora tiveram seus direitos negados.

Na próxima seção, está exposta a análise intertextual do PDASMT.

## **4.2 Análise intertextual do PDASMT: distribuição, produção e consumo**

Fairclough (2001; 2003) aclara que a análise do discurso sob o viés da categoria intertextualidade deve evidenciar os processos de produção, distribuição e consumo, pois para

o referido autor, esses sistemas são sociais e, por isso, exigem referência aos ambientes políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado.

Fairclough (2008) elucida alguns meios para essa análise: força dos enunciados, isto é, os atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.); coerência dos textos, ou seja, como os consumidores compreendem o discurso, e; a intertextualidade dos textos, que diz respeito aos vários discursos que compõem o mesmo texto de forma manifesta, ou constitutiva (interdiscursividade), sendo esta última mais difícil de identificar.

Dessa forma, os aspectos que envolvem essa seção visam compreender as vozes que permeiam os PDASMT em termos de produção, distribuição e consumo, bem como responder a seguinte pergunta: Como as interações intertextuais do significado acional do discurso estão apresentadas no *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015/2024*? Em um primeiro momento, farei uma exposição da hierarquia de gêneros do PDASMT com o intuito de compreender o processo de distribuição do documento por intermédio da sua cadeia intertextual, observando também as relações hierárquicas. Logo em seguida, apresentarei uma análise intertextual voltada para a produção do PDASMT e, finalmente, explanarei sobre o consumo do documento analisado.

#### **4.2.1 Distribuição do texto por meio de sua cadeia de gêneros: a hierarquia do PDASMT**

Em termos de distribuição, conforme Fairclough (2016, p. 119), uma perspectiva “intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um texto para a outro”.

Os modos de distribuição podem ser simples ou complexos (FAIRCLOUGH, 2016), uma conversa formal – simples, textos produzidos por líderes políticos – complexa, pois passa por diversas instituições até ser finalmente publicada, e cada instituição possui normas próprias e domínios diferentes para o manuseio, reprodução e transformação de textos.

Assim, Fairclough (2003) menciona que o discurso como elemento da prática social pode envolver gêneros e estilos. Dessa forma, ao propor os três significados da linguagem, Fairclough (2003) realiza da seguinte maneira: significado acional – gêneros – modos de agir; significado identificacional – estilos – modos de ser; significado representacional – discurso – modos de representar.

Aqui vou me ater ao significado acional. Esse significado foca no texto como um meio de (inter)ação em eventos sociais, em outras palavras, “relações de ação sobre os outros”

(VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 53). Sob essa perspectiva, é que se concebem gêneros, como maneiras de (inter) agir e relacionar-se discursivamente “implicam relações com os outros, mas também ação sobre os outros e poder” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 53).

Conforme Fairclough (2003a), a relação entre textos e gêneros é bastante complexa. Nessa esteira, o autor revela que um texto pode não estar em um simples gênero, mas na mistura ou hibridade de gêneros. Então, o processo de um texto instrui a investigação de redes relativamente estabilizadas nas quais os textos se direcionam, “sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). Essas redes são nomeadas por Fairclough (2003) como “cadeias intertextuais” (*intertextual chains*) ou “cadeia de gêneros” que, por sua vez, podem ser definidas como “séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em outro ou mais, de forma regular e previsível” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 166).

'Cadeias de gêneros' têm significação específica: são diferentes gêneros que se ligam com regularidade, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero. Cadeias de gêneros contribuem para a possibilidade de ações que transcendem diferenças no espaço e no tempo, ligando juntos eventos sociais em diferentes práticas sociais, diferentes países, diferentes tempos, facilitando a capacidade melhorada para 'ação à distância' que foi tomada como sendo uma característica definidora da 'globalização' contemporânea, portanto, facilitando o exercício do poder.<sup>28</sup> (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31. Tradução minha).

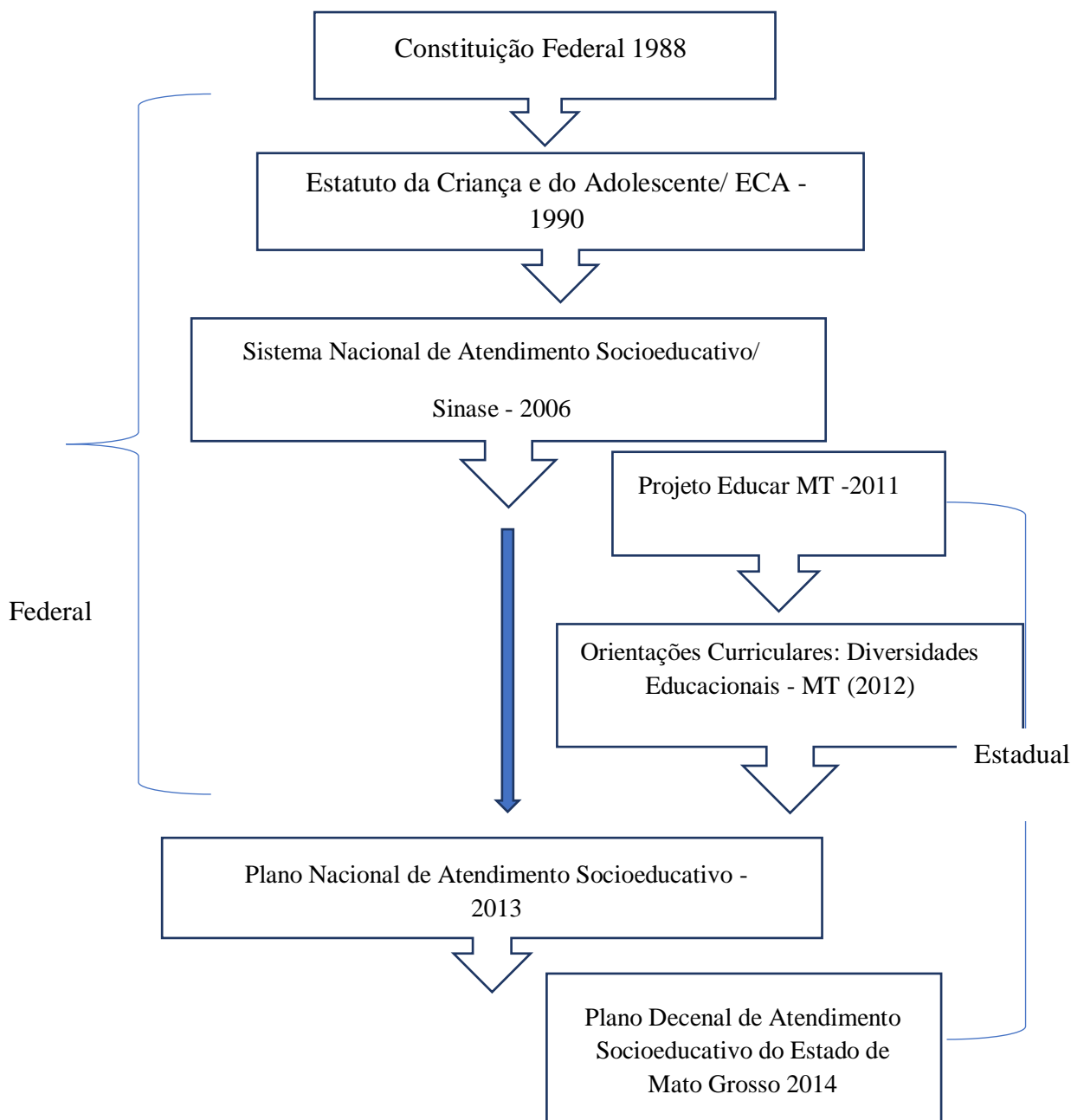
Assim, o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso/ 2015-2024* engloba uma hierarquia (cadeia de gêneros) de normativas que fazem parte do atendimento socioeducativo em Mato Grosso. O Plano Decenal visa garantir que todos os adolescentes transgressores cumpram as medidas socioeducativas destinadas a eles de forma que nenhum direito seja excluído.

Antes de apresentar uma análise textual do Plano Decenal – destacando as partes que focam pelas políticas do meio aberto/egressos – descreverei, não analisarei, os documentos oficiais que fazem parte da cadeia de gêneros e que estão hierarquicamente sob o Plano Decenal que irei analisar. Assim, esquematicamente temos:

---

<sup>28</sup> Texto original: 'Genre chains' are of particular significance: these are different genres which are regularly linked together, involving systematic transformations from genre to genre. Genre chains contribute to the possibility of actions which transcend differences in space and time, linking together social events in different social practices, different countries, and different times, facilitating the enhanced capacity for 'action at a distance' which has been taken to be a defining feature of contemporary 'globalization', and therefore facilitating the exercise of power (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31).

**Figura 10 – Cadeia de gêneros – hierarquias em PDASMT**



Fonte: elaborado pela autora.

Nas palavras de Beltrão (2019, p. 135), “a cadeia de gêneros que um texto integra é composta tanto de textos que vieram antes quanto dos que virão depois, independentemente de sua posição na cadeia hierárquica”. No contexto multidisciplinar da ACD, para Fairclough e Chouliaraki (1999), os gêneros discursivos podem ser definidos como um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos.



Ainda, os gêneros discursivos pressupõem relações com outras pessoas, assim como ação sobre outras pessoas, o que em circunstâncias específicas, pode estar relacionado à distribuição assimétrica de poder (FAIRCLOUGH, 2003a). Sob essa ótica, o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo em Mato Grosso* está configurado e rodeado de outros textos – hierárquicos – mas mantém/direciona/conduz os comportamentos que os adolescentes transgressores devem adotar. Esse tipo de gênero textual, que tem essa postura hegemônica, é nomeado por Fairclough (2003) como gênero de governança.

Os gêneros de governança são caracterizados por propriedades específicas de recontextualização – a apropriação de elementos de uma prática social dentro de outra, colocando o anterior dentro do contexto do último, e transformando-o em formas particulares no processo (BERNSTEIN, 1990, CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Como observado na figura 10, temos diretrizes federais e estaduais, respeitando assim os níveis hierárquicos.

Para Fairclough (2013), abordar noções como as de governança, parceria, coenvolvimento e cooperação, envolve necessariamente se perguntar como se negociam diferentes interesses no manejo e na regulação de domínios públicos e privados no âmbito de políticas participativas. Gêneros de governança incluem gêneros promocionais, gêneros na qual tem o propósito de ‘vender’ *commodities*, marcas, organizações ou indivíduos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 33). Assim, o Plano Decenal direciona e ao mesmo tempo ‘controla’ – através das relações de poder existentes – as ações realizadas pelos atores sociais que se envolvem diretamente na execução das normativas destinadas a adolescentes transgressores.

Na próxima seção, realizo uma explanação sobre a estrutura organizacional do PDASMT em termos de produção.

#### **4.2.2 Processo de produção do PDASMT**

Fairclough (1991) propõe que os níveis do processo de produção/interpretação textual sejam realizados em quatro níveis ou dimensões: – superfície do enunciado, significado do enunciado, coerência local e global, estrutura textual – que constituem um conjunto de traços (recursos dos membros) caracterizadores das competências dos sujeitos inscritos em determinado evento discursivo. Para Fairclough (2001, p. 21), o “texto” é entendido como uma dimensão do discurso que, por sua vez, é o “produto” do processo de produção textual.

Análise linguística é descritiva por natureza, enquanto a análise intertextual é mais interpretativa. As particularidades linguísticas dos textos proporcionam evidências que podem ser utilizadas na análise intertextual, e a análise intertextual é uma forma particular de interpretação dessas evidências – uma interpretação que situa o texto em relação aos repertórios de práticas discursivas, ou seja, ordens do discurso (FAIRCLOUGH, 1995, p. 61).

De início, na capa do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024* contém uma arte nomeada de Maloca do Quati – Espaço d’arte: Atelier e Studio Quadros Imara Quadros e João Quadros. A explicação para a tal arte é encontrada na página 4 que relata o seguinte: “capa criada se materializou em desejo, que nos próximos dez anos os jovens que tenham cometido qualquer ato infracional tenham o real direito de transformar o rumo da sua vida e possam encontrar as ambiências estatais propícias para tal” (MATO GROSSO, 2014, p. 4).

Ao longo das páginas do plano há uma arte da bandeira mato-grossense que “figura como um lembrete da importância da escolha, da vontade, do trabalho necessário para fazer valer a lei, e melhorá-la sempre!” (MATO GROSSO, 2014, p. 5).

Para Fairclough (2001), os gêneros se organizam em estrutura composicional (por meio de formas de composição), tema (conteúdo temático) e estilo. A estrutura organizacional do plano está composta de 80 (oitenta) páginas e não está dividida em capítulos, apenas em 10 (dez) seções temáticas com assuntos referentes a socioeducação em Mato Grosso. Foi publicado em novembro de 2014, na gestão governamental de Silval Barbosa, foi criado pela Comissão Ampliada – Comissão Intersetorial do Sistema de Atendimento Socioeducativo – Sinase, normatizada pela Portaria nº 073/2014/GAB/SEJUDH, 26 de setembro de 2014. A seguir apresento a estruturação do *PDASMT*.

**Quadro 15 – Estrutura composicional *PDASMT***

Seções	Páginas	Breve Descrição
Apresentação	14-15	Explicação da constituição do PDASMT com base em outros documentos.
Introdução	16-19	Breve histórico sobre a socioeducação no estado de Mato Grosso.
Princípios e diretrizes	20-21	Discorre sobre princípios e diretrizes com base no: Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº 119/2006 do Conanda - e Lei nº 12.594/2012 do Sinase.
Diagnóstico situacional do atendimento socioeducativo em privação de liberdade de Mato Grosso	22-23	Elenca de onde foram retirados os dados para realizar o diagnóstico - Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia/Sinase); Sobre a infraestrutura do socioeducativo foi

		utilizada informações levantadas através de uma pesquisa realizada pela comissão interna da Sejudh, via formulário, junto às gerências do meio fechado; O perfil familiar dos adolescentes foi traçado através de um estudo de pesquisa acadêmica da UFMT e sobre o sistema de justiça e segurança as informações foram levantadas junto ao Tribunal de Justiça e Polícia Judiciária Civil.
Perfil do adolescente em privação de liberdade	23-40	Aborda questões desde gênero, cor, idade e faixa etária até os serviços ofertados nas unidades de internação
Atendimento socioeducativo de medidas prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida (municípios/SETAS-MT)	41	Aclara que não foi possível coletar informações em tempo hábil para composição do PDASMT.
Considerações sobre o resultado do diagnóstico da política de atendimento socioeducativo	42-43	Panorama da conclusão do diagnóstico situacional.
Considerações sobre programa governamental “Reinserção cidadã dos adolescentes em conflito com lei” no plano plurianual 2012 - 2015	44-50	Elenca alguns resultados da execução do programa “Reinserção cidadã dos adolescentes em conflito com lei”
Carreira do socioeducativo na Sejudh	51-53	Panorama dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo.
Gestão do sistema de atendimento socioeducativo de Mato Grosso	54-55	Explanação do nível de execução programática – quem faz o que.
Formas de financiamento do sistema socioeducativo	56-57	Descreve de onde advêm os recursos para o financiamento do sistema socioeducativo.
Sistema de gestão do plano	58-61	Discorre como se dará o gerenciamento do <i>PDASMT</i> .
Eixos do Plano Estadual Decenal de Atendimento do Socioeducativo de Mato Grosso	62-78	Apresentação dos 4 (quatro) eixos operativos fundamentais para a implementação da Política, 17 objetivos, 82 metas, 4 períodos de vigência e responsáveis institucionais pela execução.

Fonte: *PDASMT*, 2014.

A apresentação realizada por Luiz Antônio Pôssas de Carvalho, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), se concentrou em mostrar os conjuntos de ações que ocorreram para que fosse objetivada a realização da escrita deste plano. Dentre essas ações, o I Seminário Estadual para a Elaboração do Plano Decenal Estadual de Atendimento

Socioeducativo. O plano decenal estadual foi baseado no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Resolução nº 119/2006 do Conanda, Lei do Sinase nº 12.594/2012. O objetivo geral está exposto na parte da apresentação que consta o seguinte:

Transformar o processo de responsabilização do adolescente num processo com caráter educativo e desenvolvimento da cidadania, com respeito aos direitos humanos e, objetivando a redução dos diferentes tipos de violência, transformando as medidas socioeducativas capazes de alcançar seus objetivos de (re)instituição de direitos, reinserção social, cultural e profissional, interrompendo assim a trajetória infracional do adolescente. (MATO GROSSO, 2014, p. 14-15).

Na introdução do documento, *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015-2024*, tem um panorama sócio histórico cujo relato evidencia o processo da socioeducação em MT desde 1971 – quando foi fundada a Febemat (Fundação do Bem-Estar do Menor do Estado de Mato Grosso) até a aprovação da Lei do Sinase (2012).

Para que se chegasse à formação dos eixos que embasariam a implementação da política do Plano Decenal, foi realizado um diagnóstico por meio de dados e informações contidas nas fontes do Sipiá/Sinase; pesquisa realizada junto às gerências das unidades; do Poder Judiciário através da Coordenadoria da Infância e Juventude; Sejudh, SES, Seduc, nos anos de 2011, 2012 e 2013. Esse mapeamento possibilitou averiguar quem são os socioeducandos e em que municípios cumprem medidas socioeducativas, seja ela de internação provisória ou meio aberto, entre outros.

Feito isso, foi delimitado em 4 (quatro) eixos operativos fundamentais para implementação da Política: Eixo 1 – Gestão de Atendimento Socioeducativo; Eixo 2 – Qualificação do Atendimento Socioeducativo; Eixo 3 – Participação cidadã e autônoma dos adolescentes; Eixo 4 – Fortalecimento dos sistemas de justiça e segurança pública; com 17 objetivos, 82 metas e 4 (quatro) períodos de vigência. Ao final do documento está elencado todos os eixos, discriminados os objetivos e metas bem como os responsáveis institucionais pela execução.

O *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso* tem onze objetivos específicos. Como estou considerando o meio aberto e educação para a elaboração deste trabalho, vou destacar aqui apenas o objetivo concernente ao que almejo, o qual é o seguinte: “assegurar a execução das medidas socioeducativas no meio aberto”. (MATO GROSSO, 2014, p. 19).

Quando os adolescentes transgressores saem do cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, isso não significa que ele deixa de cumprir nenhuma medida socioeducativa mais. A eles são designadas outras medidas tais como: liberdade

assistida ou prestação de serviços comunitários, art. 112 do ECA (1990). Não necessariamente precisa ter cumprido a medida socioeducativa de internação para ser submetido a medidas socioeducativas no meio aberto, pois, há transgressões que dependendo da sua gravidade podem ser aplicadas tais medidas (liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade).

Em âmbito estadual – Mato Grosso -, as ações do sistema socioeducativo integradas ao poder executivo com o intuito de se fazer cumprir o que preconiza o Sinase são realizadas Comissão Intersectorial do Sistema de Atendimento Socioeducativo por meio do Decreto nº 1.454, de 2012, com a finalidade de promover a articulação interna do Poder Executivo na implementação do Sistema Socioeducativo (MATO GROSSO, 2014). Na seção a seguir discorro sobre a análise intertextual manifesta e constituída do PDASMT.

#### **4.2.3 A Intertextualidade manifesta e constituída no PDASMT**

A análise intertextual de textos nos preceitos de Fairclough (2003) deve ser orientada pela abertura ou do fechamento da diferença, isto é, dos variados graus de dialogicidade com as vozes recontextualizadas. Nas concepções metodológicas da ACD, dispomos de uma grande gama de possibilidades de categorias para encontrar as relações intertextuais como a metáfora, significado das palavras, entre outros. Utilizaremos, neste trabalho, a intertextualidade (manifesta e constitutiva) para analisar os aspectos intertextuais que aparecem no documento e são utilizados pelos autores.

Procurarei identificar a categoria analítica intertextualidade manifesta neste texto através dos aspectos: representação do discurso (direta ou indireta), metadiscurso, ironia, pressuposição e negação. Tais aspectos serão utilizadas com base na teoria de Fairclough (2001; 2016) para compreender como as relações intertextuais se constituem no PDASMT. Já a intertextualidade constitutiva (interdiscursividade) – relação da identificação dos discursos articulados e das maneiras como são articulados – serão realizadas, logo em seguida da exemplificação de cada item da identificação da intertextualidade manifesta.

Representação do discurso pode ser definida como quando se ‘relata’ o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro e/ou o que está representado não é apenas a fala, mas também a escrita, e não somente seus aspectos gramaticais, mas também sua organização discursiva, assim como vários outros aspectos do evento discursivo - suas circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas (FAIRCLOUGH,

1988b). A *representação do discurso* pode ocorrer de forma direta (por meio de aspas) ou indireta por meio de paráfrases, de verbos que marcam a força ilocucionária do discurso representado através dos verbos “disse”, “falou”, “argumentou”, “questionar” (FAIRCLOUGH, 2001).

No PDASMT, a representação do discurso de forma direta ocorre na temática que discorre sobre *Diagnóstico Situacional do Atendimento Socioeducativo em Meio Fechado de Mato Grosso* na parte que tange aos *Serviços ofertados nas unidades de internação*. Assim temos a seguinte representação do discurso de forma direta:

#### **Quadro 16 – Representação do discurso de forma direta**

<p>“<u>Preservar</u> a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente”.</p>
--

Fonte: PDASMT (2014, p. 40).

Essa citação/representação do discurso de forma direta é usada no Plano Decenal para referenciar o artigo 94, inciso IV do ECA que visa assegurar como se deve proceder com adolescentes transgressores sem ferir os seus direitos. Ainda, essa representação direta é utilizada para justificar que as unidades socioeducativas em Mato Grosso não têm cumprido de forma integral as medidas de atendimento de internação destinadas aos adolescentes que transgridam as leis, e que em sua minoria cumprem apenas de forma parcial as legislações previstas aos socioeducandos. Dessa forma, é possível desvelar a urgência em se colocar em prática as normativas que respaldam os direitos dos adolescentes transgressores, para que mais exclusões sociais não aconteçam.

Por conseguinte, a representação do discurso de forma indireta no documento PDASMT, acontece em formato de paráfrase (a seguir, *em itálico*) de um outro documento (aparece em seguida da paráfrase) que integra a cadeia de gêneros do documento analisado, vejamos:

#### **Quadro 17 – Representação do discurso de forma indireta**

<p>“para assegurar aos adolescentes em conflitos com a lei oportunidades de desenvolvimento e <i>uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida</i>, conforme preconiza a Política Nacional do Atendimento Socioeducativo” (PDASMT, 2014, p. 22).</p>
---

<p>Para tanto, é preciso fazer com que os direitos e <i>garantias legais e constitucionais assegurados às crianças e aos adolescentes – educação, saúde, assistência social, lazer e cultura</i> - sejam mais bem conhecidos, compreendidos e, acima de tudo, cumpridos (PDASMT, 2014, p. 42).</p>
--

Fonte: PDASMT (2014).

Segundo Fairclough (2001), os “textos são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outro texto” FAIRCLOUGH, 2001, p. 134). No caso em tela, no primeiro exemplo, há uma citação indireta do discurso da Política Nacional do Atendimento Socioeducativo para aclarar que faltam oportunidades (podemos citar aqui por exemplo, falta de oferta de vagas em escolas, uma das garantias de direitos preconizados por todas as diretrizes que regem a socioeducação, como já visto anteriormente neste texto) para jovens transgressores prosseguirem com sua reintegração social após praticar uma transgressão.

No segundo exemplo, temos a citação de forma indireta às leis, normativas e diretrizes (Constituição Federal, ECA, Sinase, entre outros) que garantem os direitos das crianças e dos adolescentes. Como forma de exemplificar o que foi dito, temos o artigo 227 da Constituição Federal (1988), que aclara o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 129).

Já o metadiscurso, na concepção de Fairclough (2016), é uma maneira de intertextualidade manifesta em que o autor do texto encontra variáveis “diferentes do texto, tratando o nível distanciado como se fosse um outro texto, implica ainda que o falante esteja situado acima ou fora do seu próprio discurso e em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 163).

O metadiscurso é uma característica típica de intertextualidade manifesta. A partir da análise do metadiscurso, o produtor distingue diferentes níveis em seu próprio texto e causa um efeito de distanciamento de si mesmo em relação a alguns níveis desse texto, abordando o nível distanciado como uma outra produção, como se fosse um texto externo (MAINGUENEAU, 1997).

No excerto a seguir (marcado *em itálico*), podemos averiguar como o metadiscurso acontece no plano decenal:

#### Quadro 18 - Metadiscurso

... “antes de pensar em punições, a *sociedade deve fazer uma reflexão sobre sua atuação no auxílio desses jovens*, fruto de uma sociedade que os desampara”.

Fonte: PDASMT (2014).

Ao mencionar o posicionamento que a sociedade precisa tomar em relação aos jovens transgressores, o redator do texto elucida que algo não está adequado (manipula o discurso),

ou seja, a forma como a sociedade tem olhado para esses jovens não tem contribuído para o processo de ressocialização e, além do mais, esses transgressores da lei fazem parte de uma sociedade que não os ampara.

Ironia é apresentada quando um enunciado ecoa outro enunciado por meio de uma disparidade entre os significados de ambos (FAIRCLOUGH, 2001). A ironia depende ainda, “de os intérpretes serem capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 165). Segundo Maingueneau (1997, p. 77), um enunciado irônico faz ouvir uma voz diferente da do locutor, a voz de um enunciador que expressa um ponto de vista insustentável.

Por se tratar de um texto de caráter institucional, não foi possível encontrar ironia ao longo do documento, visto que esse tipo de categoria analítica não se enquadra em gêneros textuais públicos.

Pressuposição são proposições que são tomadas pelo produtor do texto de formas estabelecidas ou *dadas* (FAIRCLOUGH, 2016). Há várias formas de encontrar as pressuposições, por exemplo, em orações cujo a conjunção *que* segue verbos como *esquecer*, *lamentar* e *perceber*, através de artigos definidos que têm significados que indicam significados *existenciais* (FAIRCLOUGH, 2016). No PDASMT, foi possível localizar a seguinte pressuposição:

#### Quadro 19 – Pressuposição

<p>” ... é preciso apoio da sociedade para <i>perceber</i> o problema <i>que</i> a internação não resolve e dificilmente resolverá no longo prazo” (PDASMT, 2014, p. 43).</p>
---

O uso do verbo *perceber* seguido da conjunção *que*, pressupõe que não há uma contribuição da sociedade em acreditar na ressocialização dos jovens aplicando outras medidas socioeducativas que não seja a de internação. Mas, como já dito anteriormente, neste trabalho, quando confirmado que um adolescente transgrediu as leis, cada transgressão é julgada e aplicada, dependendo da gravidade, com uma medida socioeducativa. Vale aclarar que de acordo com o art. 122 do ECA e da Lei nº 12.594/2012, a medida de internação só será aplicada quando:

I – Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. § 1º o prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. § 2º em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada. (BRASIL, 1990, p. 60).



Ainda em se tratando da aplicação de medida socioeducativa de internação no art. 123, relata que essa internação deve ser cumprida em um local exclusivo para adolescentes, obedecendo um critério de idade, compleição e gravidade de infração (BRASIL, 1990). Assim, é necessário que a sociedade tenha conhecimento acerca das possíveis medidas socioeducativas que podem ser aplicadas, assim como alertado na pressuposição citada acima.

Negação é utilizada com finalidade polêmica, pois carregam tipos básicos de pressuposições que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-lo ou rejeitá-los (FAIRCLOUGH, 2016, p. 163). Para exemplificar o que foi dito, no PDASMT, foi possível encontrar a seguinte negação:

#### Quadro 20 – Negação

1. Como a maioria dos Estados, apesar dos grandes esforços da sociedade e institucionais, Mato Grosso ainda <i>não</i> conseguiu consolidar os direitos previstos no ECA e com isso implantar soluções eficientes, eficazes e efetivas para assegurar aos adolescentes em conflitos com a lei... (PDASMT, 2014, p. 22).
2. As unidades socioeducativas do interior <i>não dispõem</i> de equipe de saúde completa e nem estrutura física adequada, desta forma todos os atendimentos de saúde são realizados exclusivamente na rede externa municipal de saúde. (PDASMT, 2014, p. 39).
3. Constatamos que das sete unidades apenas dois apresentam condições parciais para atendimento aos adolescentes em internação, as demais <i>não atendem</i> aos princípios legais. Destacam-se, em especial, os princípios previstos no ECA (PDASMT, 2014, p. 40).
4. Com o pouco investimento nas unidades a situação de infraestrutura se encontram em estado muito ruim. Essa também é uma das explicações do porquê Mato Grosso é o único Estado da Federação que <i>não tem</i> casa de semiliberdade e o <i>não</i> atendimento das construções e aparelhamento conforme os parâmetros do SINASE nas unidades de internação (PDASMT, 2014, p. 47).

Fonte: elaborado pela autora com base no PDASMT.

Durante todo o PDASMT, o termo de negação *não* aparece 41 (quarenta e uma) vezes. Na maioria das vezes, essa negatividade é usada para explicitar a não existência de alguma coisa, não atendimento/consolidação e/ou cumprimento de alguma política e assim, provoca exclusões sociais ao não ofertar a garantia que esse jovem transgressor cumpra sua medida socioeducativa com todo o aparato de legalidade possível.

De acordo com Fairclough (2016), as frases negativas são frequentemente usadas com finalidades polêmicas e “carregam tipos especiais de pressuposição que funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los”. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 163). De forma implícita, o uso do “não” como apresentado na tabela acima demonstra uma ineficiência. Revelando que algumas diretrizes e normativas

como o Sinase e ECA não tem sido efetivadas de forma a contribuir plenamente na ressocialização de jovens transgressores.

Na seção a seguir, está exposto sobre o consumo do texto, no caso aqui analisado o PDASMT.

#### **4.2.4 O consumo do texto a partir da sua articulação interdiscursiva**

De acordo com Fairclough (2001), quando se fala em consumo de texto, é preciso aclarar que é importante considerar as implicações das particularidades intertextuais na amostra analisada. Nessa mesma esteira, ao autor postula que

é preciso considerar que não é apenas o ‘texto’, nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119).

Dessa forma, a análise intertextual também observa a coerência no texto, em outras palavras, como o texto é articulado em diálogos intertextuais visando um consumo ao público para o qual é destinado. Quanto ao PDASMT, o texto segue numa perspectiva da apresentação dos princípios e diretrizes, em seguida é apresentado um extenso (ao longo de 16 páginas) levantamento situacional das condições do atendimento socioeducativo em Mato Grosso (origem, idade, transgressão, oferta de serviços nos ambientes de internação), correspondendo assim, a maior parte do plano

O meu interesse nesta pesquisa é investigar as políticas públicas destinadas ao meio aberto/ adolescentes egressos, contudo, são raros os momentos em que esse enfoque acontece, porque em sua maioria as políticas abarcam apenas a medida socioeducativa de internação prescrita no artigo 112 – “verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente: VI internação em estabelecimento educacional.” (BRASIL, 2014, p. 57) – do ECA.

O PDASMT não é dividido em capítulos, dessa forma, após a apresentação situacional, há uma seção nomeada de *Atendimento Socioeducativo De Medidas Prestação De Serviços Comunitários E Liberdade Assistida (Municípios/Setas-MT)* composta de dois parágrafos longos e de um bem curto. Essa discrepância na quantidade nos números de páginas parece sinalizar a importância dada à temática, como já pontuamos acima.

Não há ao longo do documento um diálogo teórico com autores/pesquisadores que discutem a socioeducação em Mato Grosso, nem no Brasil. O que se percebe são levantamentos e apresentação de dados (através da sistematização dos dados e informações contidas nas fontes do SIPIA/SINASE; pesquisa realizada junto às gerências das unidades; do

Poder Judiciário através da Coordenadoria da Infância e Juventude; Sejudh, SES, Seduc, nos anos de 2011, 2012, 2013 (PDASMT, 2014), para então chegar à definição dos 4 eixos operativos que direcionaria a implementação da política, já citados nesta tese.

Os eixos propostos têm uma atenção voltada para adequação de políticas para o meio fechado, o meio aberto é pouco citado. O próprio PDASMT reconhece a necessidade de melhorar as políticas voltadas para o meio aberto, destacando que “é necessário tornar as medidas de meio aberto uma ação forte e que produza resultados eficazes quanto à aplicação da Lei de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.” (PDASMT, 2014, p. 41).

Já em relação à educação, meu interesse nessa investigação, pouco é relatada no documento. Aparece nas diretrizes do documento pontuado da seguinte maneira: “acesso garantido à educação de qualidade, saúde, atividades esportivas, de lazer, cultura, e profissionalização nas Unidades de Atendimento Socioeducativo.” (PDASMT, 2014, p. 21). Quando o PDASMT volta a mencionar a temática educação é para destacar a quantidade de adolescentes transgressores – cumprindo medida de internação e não os egressos que cumprem medidas no meio aberto – que estão matriculados entre os anos de 2011 e 2013, mas não se chega a um consenso da quantidade exata, porque foram coletados de lugares diferentes. Posteriormente, a educação aparece numa relação entre renda familiar e grau de escolaridade, que de acordo com o documento: “a renda familiar desses adolescentes é inferior a cinco salários mínimos, sendo que 57,1% são devido à baixa escolaridade dos pais, pois: 48,8% cursaram o ensino fundamental; 17,1% o ensino médio; 19,1% não sabiam informar; 10,6% com nível superior; e 6,9% não eram alfabetizados.” (PDASMT, 2014, p. 38).

Há uma relação de consumo que vale destacar aqui, se os familiares possuem pouca escolaridade, isso corrobora para um não conhecimento efetivo dos direitos que os adolescentes transgressores possuem. De acordo com Fairclough (2001), o consumo de um texto pode sofrer a interferência de diversos fatores sociais e, portanto, ser realizado individual ou coletivamente. Desvela-se que fator social – pouca escolaridade – interfere no consumo do PDASMT.

De forma geral, o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso* pode ser consumido para o público ao qual se destina, apesar de requerer conhecimentos a outros documentos posteriores (ver hierarquia de gêneros) e também se observa uma primazia para as políticas de internação. Quando se fala em socioeducação, os adolescentes transgressores não cumprem apenas uma medida socioeducativa e sim há a

possibilidade da aplicação de seis medidas socioeducativas, como já mencionado anteriormente neste texto.

A questão desta primazia pela medida socioeducativa de internação foi relatada na fala do juiz titular da segunda Vara da Infância e Juventude, comarca de Cuiabá – Túlio Duailibi Alves – quando participou do *Café com Nepel* – atividade do grupo de Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (Nepel). O magistrado revela que se dá muita atenção às políticas de meio fechado, como por exemplo, construir mais centros de internação, quando na opinião dele, deveria ter um maior investimento nas políticas de meio aberto para jovens transgressores que cumprem medidas como liberdade assistida e/ou prestação de serviços comunitários.

Em uma busca quantitativa também está evidenciado no documento, que entre os anos de 2011 e 2013, foram aplicadas 11.954 medidas socioeducativas em Mato Grosso. Em 91,19% delas, os adolescentes estão cumprindo em meio aberto que podem ser: advertência, liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade e obrigação de reparar o dano. Isso explica, talvez, a preocupação de já nos objetivos e nas diretrizes existir um espaço destinado às ações que devem ser aplicadas em meio aberto. Vejamos a seguinte certificação sobre o que estamos falando: “é necessário tornar as medidas de meio aberto uma ação forte que produza resultados eficazes quanto à aplicação da lei em atendimento ao adolescente em conflito com a lei.” (PDASMT, 2014, p. 41).

O termo *meio aberto* aparece 26 vezes ao longo do plano. Em tese, o público de adolescentes egressos seria um consumidor do PDASMT, porém não há uma política consolidada para esse público-alvo, pois, na maioria das vezes em que o vocábulo *meio aberto* é mencionado refere-se apenas às políticas futuras que ainda precisam sair do papel e ser de fato políticas que atinjam seu objetivo: subsidiar a ressocialização de jovens transgressores que cumprem medidas socioeducativas fora dos muros de internação.

A seguir está exposta a análise dos excertos retirados das entrevistas realizadas com os atores sociais que compõem o sistema socioeducativo.

#### **4.2.5 Algumas considerações sobre a análise do PDASMT**

Os pontos analisados nesta seção evidenciam que o PDASMT é um documento que dialoga com outros textos principalmente com a Constituição Federal, o ECA e o Sinase, sendo uma diretriz importante na garantia dos direitos de adolescentes transgressores, mas, seis anos já se passaram da sua promulgação e, infelizmente, é possível averiguar que muito

do que está prescrito ainda está longe de ser colocado em prática. Ao continuar pesquisando sobre a socioeducação, temos visto que ainda falta uma junção entre os envolvidos das instituições que deveriam efetivar tais políticas, pois,

Para tanto, é preciso fazer com que os direitos e garantias legais e constitucionais assegurados às crianças e aos adolescentes – educação, saúde, assistência social, lazer e cultura - sejam mais bem conhecidos, compreendidos e, acima de tudo, cumpridos. (MATO GROSSO, 2014, p. 42)

Dentre essas perspectivas de implementação, senti ainda a ausência de uma política eficaz para adolescentes egressos que cumprem as medidas socioeducativas de liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade e/ou regime de semiliberdade. Essas três medidas são cumpridas de forma parcial pelos adolescentes, haja vista que Mato Grosso, assim como outros estados, não possui nenhuma casa de semiliberdade, descrito no próprio documento, apenas de internação. O próprio documento, ao não priorizar políticas para o meio aberto, também corrobora processos de exclusão.

Sobretudo, as políticas públicas, de acordo com Marques, Andrade e Azevedo (2017), devem incidir sobre as interpretações ativas dos sujeitos sociais que atuam no contexto da prática para relacionar os textos da política à prática. Para compreender a forma como o documento foi arquitetado, é preciso averiguar qual a posição das pessoas para a sua efetivação. O PDASMT apresenta objetivos e metas que, se fossem colocados em prática, efetuariam inclusões sociais dos adolescentes transgressores, mas a não efetivação de tal política, como temos constatado, além de causar exclusões, também colabora para algumas descrenças da sociedade no processo de ressocialização desses jovens.

Em suma, o PDASMT é um articulador de práticas sociais – de acordo com Vieira e Resende (2016, p. 51) “por meio da análise de gêneros, discursos e estilos em textos situados, é possível investigar relações entre aspectos discursivos e não discursivos de práticas sociais” -, pois direciona como em tese deveriam acontecer as políticas públicas para adolescentes transgressores, mas, como analisado, ainda não tem sua concretude total. Foi produzido por um grupo de secretarias que visam atender aos jovens que passam pelo processo de socioeducação e distribuído através de plataformas digitais, o que permite consumo acessível para todos os interessados. Na seção a seguir, discorro sobre a análises dos enunciados.

### **4.3 Análise de enunciados - Análise da entrevista**

Os dados presentes nesta seção foram retirados da entrevista concedida pelo Juiz Túlio Duailibi Alves, titular da Segunda Vara da Infância e Juventude de Cuiabá. Realizou-se no dia

21 de maio de 2021, durante o programa Café com Nepel, veiculado no canal do núcleo de estudos e pesquisa no *YouTube*.

Com base no artigo 112 do ECA (BRASIL, 1990, p. 57), “verificada a prática do ato infracional<sup>29</sup>, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente” seis medidas, sendo uma delas: “VI - internação em estabelecimento educacional”. Dessa forma, um dos primeiros questionamentos feitos ao juiz foi acerca da existência de uma medida mais satisfatória, uma medida que ajudará esse jovem no seu retorno ao convívio. O juiz aclara que:

### Recorte 1

[...] mas a liberdade assistida **eu acho que** se fizermos uma integração boa, envolvendo a assistente social, **envolvendo a educação**, envolvendo a capacitação com oportunidade dessa pessoa se qualificar em uma inserção do mercado de trabalho, ela vai trazer frutos para a gente, é a mudança, é a medida que tem a capacidade de **influenciar na transformação das pessoas de maneira muito forte** e não é retórica, porque a prática nos mostra isso...

eu	acho	que	se fizermos	uma integração boa...
participante experienciador	processo mental desiderativo	oração projetada	participante fenômeno	Circunstância de modo
<b>é a medida que tem a capacidade de</b>	<b>influenciar</b>	<b>na transformação das pessoas</b>	<b>de maneira muito forte e não é retórica, porque a prática nos mostra isso</b>	
participante experienciador	processo mental	participante fenômeno	Circunstância de modo	

Fonte: elaborado pela autora.

Como dito neste trabalho, as medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes transgressores são seis e estão descritas no artigo 101 do ECA (BRASIL, 1990), dentre elas, a liberdade assistida. Então, para o ator social, a medida aplicada de forma satisfatória seria a liberdade assistida, desde que uma rede de integralização aconteça. Mais uma vez, temos o uso da educação como um instrumento para atender o adolescente transgressor, indicado no excerto através do processo mental cognitivo *acho*. As orações mentais “se referem à experiência do mundo da nossa consciência” e revela ainda “afeição, percepção, desejo e cognição” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 54). No caso analisado, o juiz, ao utilizar o processo

<sup>29</sup> Como explicitado na Introdução, faremos uso da palavra transgressão em lugar de ato infracional. Contudo, quando utilizar citação de outros autores/leis/normativas e diretrizes que optam pela nomenclatura ato infracional, transcreveremos tal como está exposto.

mental *acho*, coloca sua opinião, seu desejo de como gostaria que a medida socioeducativa de liberdade assistida fosse colocada em prática.

Em seguida, o uso do léxico *que* projeta orações como “envolvendo a assistente, envolvendo a educação [...]” e sinaliza o porquê da escolha dessa medida socioeducativa, pois, junto com a rede de acompanhamento ao adolescente transgressor, possibilita frutos geradores de mudanças na sua forma de ação. Tudo isso é representado pelo processo mental *influenciar*.

Deste ato ilocucionário, gostaria de destacar o uso do processo mental *envolver* três vezes, no qual parece que o juiz realmente compreende a necessidade do envolvimento de variadas facetas da sociedade no processo de transformação desses jovens, demonstrando que acredita num trabalho coletivo que envolva a sociedade e não somente o Estado. Outro ponto destacado pelo juiz é a necessidade de oportunizar medidas de capacitação aos egressos do sistema socioeducacional, de modo que possam ser inseridos no mercado de trabalho. Para o entrevistado, a partir dessa inserção, esses meninos poderão “trazer frutos pra (sic) gente”.

Um dos objetivos deste trabalho é demonstrar que a educação não pode ser um direito negado aos jovens transgressores egressos do sistema socioeducativo - egressos aqui no sentido de já terem cumprido a medida socioeducativa de internação. Assim, o enunciado do juiz vai ao encontro dos discursos propagados pelas diretrizes e normativas (Sinase, ECA, PDASMT, CONANDA, entre outros) que regem o sistema socioeducativo e que, se fossem cumpridos de forma integral, promoveriam a inclusão para aqueles que, em algum momento, já sofreram com exclusões sociais.

A transformação é um dos pilares defendidos pela socioeducação, de acordo com autores como Costa (2006) e Mészáros (2005), pois, ao ressignificar suas ações, trilhar novos caminhos e compreender que os conjuntos de ações envoltas na socioeducação, o indivíduo consegue alcançar o patamar desejado. Nessa mesma vertente de defesa da aplicabilidade da liberdade assistida aos jovens transgressores, temos:

### Recorte 2

[...] o que a gente precisa é isso, **é despertar na sociedade** de que criança e adolescente precisam de investimento, investimento na pessoa, **na educação**, na qualificação, na família, porque a gente acompanha, sabe e faz.

...o que a gente precisa é isso	é	despertar na sociedade...
identificador	processo relacional identificativo	identificado

Fonte: elaborado pela autora.

Sabe-se que o atendimento aos jovens transgressores é apoiado em normativas, diretrizes e leis, que são desenvolvidas em Mato Grosso, seguindo o Sistema de Garantia de Direitos, preconizado pelo Sinase. Assim, temos o Sinase como base central, além dos seguintes sistemas: Sistema Educacional, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Atendimento Social e Sistema de Justiça e Segurança Pública. O sistema educacional é desenvolvido pela Seduc. Como citado, a educação é um direito universal postulado pela Constituição Federal e precisa ser assegurado a todos. Conforme revelado na dissertação de Pereira (2017), em alguns momentos, ocorre a exclusão de adolescentes transgressores, quando se trata do retorno à escola, após terem cumprido a medida socioeducativa de internação. Uma das conclusões da pesquisa de Pereira é a necessidade de conscientizar a sociedade, a fim de promover a inclusão dos jovens no convívio social e isso também é o que revela o enunciado 2, pelo uso do processo relacional identificativo *é* e do participante identificado *despertar na sociedade*.

Em uma análise interdiscursiva, percebe-se que o juiz se coloca como agente social desse *despertar na sociedade* ao usar o epíteto *a gente*. Assim, não é o que os socioeducandos precisam, não é o que o sistema precisa, é o que nós precisamos, inserindo-se, ele mesmo por intermédio da inclusão de ator social por nomeação acionado pelo sujeito ‘a gente’, no discurso. Nas palavras de Fairclough (2003a), os agentes sociais são influenciados pelas estruturas sociais e pode ou não, por meios de pequenas fissuras, romper laços hegemônicos e provocar mudanças. Ao querer que a sociedade desperte e veja que os adolescentes necessitam de investimento, o magistrado, enquanto um ator social envolto no processo socioeducativo, se apresenta como agente promotor de rupturas.

E mais uma vez temos a recorrência do uso do léxico *educação* para apontar que é uma base na ressocialização de jovens transgressores e que carece de investimento para que ocorra de forma exitosa. Essa afirmação do juiz vai ao encontro da definição de socioeducação postulada por Costa (2006) – educação para o convívio social. Entretanto, estereótipos e rotulações destinadas aos jovens transgressores, enraizados nas práticas discursivas advindas do Código de Menores – quando crianças e adolescentes eram considerados cidadãos sem direitos – fazem com que haja um descrédito por parte da sociedade na ressocialização desses menores. Nas palavras de Saut (2007), o Código de Menores se mostrava repressivo, vertical e antipedagógico, e os mais pobres seriam a clientela em potencial dessa concepção.



Um outro aspecto que vale destacar é o uso do termo *na família* precedido anteriormente pelo epíteto *investimento*. Quando o juiz faz esse ato discursivo, ele tem conhecimento da necessidade de olhar para a composição familiar, pois em sua maioria, as transgressões que os adolescentes realizam tem seu início lá no seio da família, já que muitos jovens convivem com pais agressivos, que fazem uso de álcool ou drogas ilícitas, entre outros. Inclusive, isso fica demonstrado em dados encontrados no Plano Decenal:

A maioria dos adolescentes mora apenas com a mãe (70,8%) e 29,2% moram com outros que não são do núcleo familiar primário; 18,8% moram com pais e 63% possuem religião. Destaca-se ainda que a relação com a mãe foi avaliada pelos mesmos como satisfatória (87,5%); com os pais, um pouco menos (49%). Ainda nesse aspecto sobre o relacionamento entre os pais, os adolescentes afirmaram que é insatisfatória (47,6%), satisfatória (26,6%) e 17,9% dos adolescentes têm o pai já falecido; Fora detectado comportamento de risco no uso de álcool e outras drogas com positividade de 90,2% para violência (causas externas); sendo que 76% portaram arma de fogo; 66% envolveram-se com brigas; 63% agrediram outras pessoas; e 31,7% tentaram acabar com a própria vida. (MATO GROSSO, 2015, p. 26)

Na sequência, foi perguntado ao juiz sobre a socioeducação no estado do Mato Grosso em tempos de pandemia e se as atividades estavam funcionando, inclusive a escola (Como está hoje a socioeducação no estado do Mato Grosso, em tempos de pandemia? Estão funcionando as atividades? A escola, como é que ela está?)

Vejamos o que ele disse:

### Recorte 3

[...] **Precisa avançar na qualidade do ensino ofertado**, os atendimentos por equipe multifuncional estão acontecendo, [...] **partir para o investimento maior no meio aberto**, só como os assuntos são muitos, as demandas são bastante, a carência muito grande, a gente vai superando pauta por pauta, mas nós estamos aí, uma frente aberta na questão da aprendizagem, **tem um termo de cooperação tramitando entre as instituições, para que as cotas né sociais da aprendizagem seja destinadas aos adolescentes no conflito com a lei**, para que eles também possam desempenhar essa experiência de aprendizagem dentro das instituições públicas que estão assinando ali os termos de cooperação, que é nossa responsabilidade [...]

<b>Precisa</b>	<b>avançar</b>	<b>na qualidade do ensino ofertado..</b>
modalidade deôntica	processo material	meta
[...] partir	<b>para o investimento maior no meio aberto</b>	
Processo material	Participante meta	
<b>tem</b>	<b>um termo de cooperação tramitando entre as instituições...</b>	
processo existencial	existente	

Fonte: elaborado pela autora.

A oferta da educação para o público do sistema socioeducativo, de acordo com o juiz, necessita desenvolver-se mais, como sinalizado pelo uso da modalidade deôntica<sup>30</sup> *precisa* e pelo emprego do processo material *avançar*, tendo o participante ator, de forma implícita, *educação* e o participante meta *na qualidade de ensino ofertado*. De acordo com Halliday e Mathiessen (2004), os processos materiais estabelecem uma mudança no fluxo dos eventos. Aos adolescentes que cumprem medida no meio fechado aqui em Mato Grosso, a educação é ofertada pela Escola Estadual Meninos do Futuro, instalada dentro do Complexo Socioeducativo Pomeri.

Todavia, essa oferta educacional ofertada pela Seduc-MT para os socioeducandos que cumprem medida de internação dentro do sistema socioeducativo Complexo Pomeri, também é marcada por impasses e desencontros com os que postulam as normativas e leis que norteiam a socioeducação. Isso fica demonstrado em trabalhos já citados nesta tese, como o de Aparecida Borralho Dias de Carvalho (2015), nomeada de “*Um estudo crítico das instituições públicas e a Escola Meninos do Futuro: entrelaçando poder e saber*”, em que a autora revela uma falta de integração institucional na organização, planejamento e gestão escolar voltados para atender o socioeducativo.

Considerando a educação como garantia de direitos dos adolescentes egressos, foco desta pesquisa de doutorado, esse enunciado reafirma a justificativa de pesquisar tal problemática e vai ao encontro da teoria da ACD, postulada por Fairclough (2001), para mostrar conexões e causas que estão ocultas e intervir socialmente, com o objetivo de produzir mudanças que favoreçam aquele(a) em situação de desvantagem.

Em seguida, temos o uso do processo existencial *tem* para aclarar que, apesar da necessidade de melhorias no ensino ofertado, já existe algum movimento para solucionar o problema da oferta de ensino, ou seja, já estão pensando em propor que, através do sistema de cotas sociais de aprendizagem, algumas sejam atribuídas a adolescentes transgressores. Essa demanda não seria necessária, se a rede educacional fizesse cumprir o que está prescrito nas diretrizes em relação ao atendimento de jovens transgressores. Mas, o uso do processo existencial *tem* denota que alguma fissura social está acontecendo para romper com a negação de direitos outrora causado aos jovens transgressores.

---

<sup>30</sup> “[...] situa-se no domínio do dever (obrigação e permissão), [que] pode corresponder, pois, a atos diretivos de fala, ligando-se ao imperativo, que é característico de interações espontâneas, nas quais se pode esperar que um locutor leve outro a fazer algo.” (NEVES, 2002, p. 196)

O recorte número 4 é a continuação do que foi questionado no recorte 3 - Como está hoje a socioeducação no estado do Mato Grosso, em tempos de pandemia? Está funcionando as atividades? A escola, como é que ela está?

#### Recorte 4

[...] eu já disse que **a educação é fundamental, a participação das universidades nesse processo de complementação na atividade educacional**, eu costumo falar assim, quando era criança, um pouquinho de tempinho atrás, todo mundo falava assim – **Vocês são o futuro do país.** - As crianças **são** o futuro do país. E hoje, a gente está em um cenário que o futuro está bastante comprometido.

<b>Eu já</b>	<b>Disse</b>	<b>Que</b>
Participante dizente	Processo verbal	Oração projetada
<b>educação</b>	<b>É</b>	<b>fundamental, a participação das universidades nesse processo de complementação na atividade educacional</b>
Participante identificado	processo relacional identificativo/ <b>atributivo</b>	Participante identificador
<b>Vocês</b>	<b>são</b>	<b>o futuro do país</b>
Participante identificado	processo relacional identificativo/ <b>atributivo</b>	Participante identificador
<b>As crianças</b>	<b>São</b>	<b>o futuro do país.</b>
Participante identificado	processo relacional identificativo	Participante identificador

Fonte: elaborado pela autora.

O magistrado neste enunciado, inicialmente, por intermédio do uso do processo verbal 'disse' sendo 'eu' o participante dizente, define mais uma vez como ele vê a educação, exposto pelo processo relacional identificativo *é*, sendo o identificado *a educação* e o participante identificador *fundamental*. Essa visão de educação vai de encontro com o que prescrevem os documentos oficiais, ou seja, a educação é um direito universal.

Barros (2015) assegura que os discursos são moldados pelas estruturas e podem ser reproduzidos ou transformados. No caso analisado, o juiz, representando a estrutura que compõe o sistema socioeducativo, produz um discurso de transformação ao enfatizar a educação como fundamental e ainda associar as universidades como uma complementação no desenrolar das atividades escolares para adolescentes transgressores. E esse discurso de

transformação também é apresentado no final do enunciado quando é utilizado o processo relacional identificativo *são* para mencionar que o futuro de um país depende de suas crianças de hoje.

Entretanto, esse futuro pode estar ainda mais comprometido, pois de acordo com um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação à educação, no ano de 2019, cerca de 1,5 milhão de meninos e meninas estavam sem estudar. Esse público, em sua maioria, é composto por pobres, negros, quilombolas, indígenas ou possuem algum tipo de deficiência. E esses números só pioraram com a pandemia causada pela Covid-19, a qual escancarou ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil, dentre elas no sistema educacional, pois foi preciso manter jovens e crianças estudando de forma remota pelo modo *on-line* e o que se viu foram diversas exclusões: alunos sem acesso à internet, lares com apenas um celular para atender 4 ou 5 crianças, professores despreparados para o uso da tecnologia, entre outros.

Em corroboração com o enunciado acima, gostaria de trazer aqui, o que a presidenta do Brasil em 2012, Dilma Rousseff, disse em um dos seus pronunciamentos há 10 anos, “uma grande nação deve ser medida por aquilo que faz para as suas crianças e para seus adolescentes”<sup>31</sup>. Para tanto, de acordo com a Chefe de Estado, tal dimensão não pode ser feita pelo PIB. Assim ela enfatizou: “não é o Produto Interno Bruto, é a capacidade do país, do governo e o seu futuro, que são as suas crianças e os adolescentes”.

O recorte 5 teve como base o seguinte questionamento: há uma medida mais satisfatória, há uma medida que vai realmente ajudar esse jovem no seu retorno ao convívio? A gente sabe que a última é a internação, então, qual dessas medidas? Na fala do senhor, eu já vi questão do meio aberto, que está muito ali, latente, então, eu gostaria que o senhor pudesse dar sua opinião. Há uma medida satisfatória para o convívio desses jovens?

Como resposta, o magistrado expõe que todas as medidas socioeducativas – I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviços à comunidade; IV) liberdade assistida; V) inserção em regime de semiliberdade; VI) internação em estabelecimento educacional – são necessárias em determinado momento, mas a medida que mais agrada é o meio aberto. Vejamos:

### **Recorte 5**

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://bitly.com/jslza> Acesso em: 15 mar. 2022.

Em determinado momento a internação é a medida necessária, a de meio aberto, ela tem que ser a regra, então, a medida que mais me agrada, que mais assim eu enxergo, a escola, porque eu fui ouvir professores ali que investe a socioeducação, então, eu testemunhei, eu vi, em princípio eu não vejo essa rotulação, essa estigmatização. **O importante é que tenhamos profissionais que entenda o sistema da socioeducação e possa dar o seu melhor na área educacional, para aquele adolescente que está temporariamente privado da sua liberdade.** Então, acho que isso é importante e a escola Meninos do Futuro, ela desempenha um papel muito importante no aspecto da educacional no interior da unidade.

<b>o importante é</b>	<b>que tenhamos profissionais que entenda o sistema da socioeducação e possa</b>	<b>dar</b>	<b>o seu melhor na área educacional para aquele adolescente que está temporariamente privado de liberdade</b>
processo relacional identificativo	identificador	processo mental	participante fenômeno
<b>a escola Meninos do Futuro, ela</b>	<b>Desempenha</b>		<b>um papel muito importante no aspecto educacional no interior da unidade</b>
participante ator	processo material		participante meta

Fonte: elaborado pela autora.

Inicialmente, o juiz relata que, dependendo da transgressão que o adolescente faz, há uma medida socioeducativa – dentre as seis disponíveis – a ser aplicada, mas o mesmo refere-se a medida cumprida no meio aberto como uma das que mais lhe “agrada”.

Em continuação do enunciado, o ator social, através do processo relacional identificativo *é*, a clara a importância do comprometimento de quem atua na área da socioeducação. Além de ter um comprometimento, é necessário estar alinhado de forma a ter um bom desempenho na execução das políticas educacionais voltadas para o sistema socioeducativo, elucidado no exemplo com o uso do processo material *dar*.

Na execução da medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Pomeri, em Cuiabá, a unidade estadual escolar Meninos do Futuro é quem atua para fazer cumprir a educação como um direito atribuído aos jovens transgressores. Para o juiz Túlio Dualibi, a escola *desempenha* - processo material - *um papel muito importante* - participante meta.

Em sua pesquisa de doutoramento nomeada de ‘Práticas sócio-discursivas no Pomeri: uma ação pesquisa crítico-colabor(ativa) por educadores/as’, Souza (2020) realizou uma ação-pesquisa crítico-colaborativa no contexto da Escola Estadual Meninos do Futuro, vinculada à

instituição socioeducativa de internação designada Centro Socioeducativo Pomeri. Participaram da pesquisa 1 diretor escolar, 2 coordenadoras pedagógicas, 10 docentes (pertencentes às áreas de ciências da natureza e matemática, ciências das linguagens e ciências humanas), 9 apoios administrativos educacionais, 3 técnicas administrativas educacionais e 1 participante-pesquisadora. Uma das conclusões da autora foi a possibilidade recriada pela agência transformativa de sujeitos de práxis contemporâneos, que são evidenciadas em movimentos de rupturas e continuidades orientadas para a instauração da socioeducação no viés de educação social emancipatória, mediante traços sócio-discursivos de autorreferencialidade e (re)posicionamento social. Essa conclusão vai de encontro com o que postula o magistrado em seu enunciado, ao mencionar que os profissionais que atuam no sistema socioeducativo precisam entender o sistema da socioeducação e possam garantir um bom atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação.

Durante a entrevista com o juiz, foi possível que eu fizesse uma pergunta através do chat – ferramenta disponível no *YouTube* – que foi mediada da seguinte forma: “Então, o que está sendo feito, qual é a medida especial para esse adolescente egresso, como que ele está sendo acompanhado? Então, eu não sei até onde o senhor ouviu, mas a pergunta é feita da pesquisadora professora Jussivânia, onde ela pergunta, qual é a realidade em especial, o que está sendo feito para adolescente egresso e também a quanto a questão da educação? Quando esse jovem chega nesta unidade escolar e algumas pesquisas apontam que eles chegam lá nas unidades e falam que não tem vaga, falam, não é?” A resposta foi a seguinte:

#### Recorte 6

O que que eu posso dizer para senhora em termos de Cuiabá, a sistemática da nossa vara, em termos de poder judiciário, quando há substituição da medida do meio fechado, do meio aberto e o processo tramita lá conosco, essa guia de execução de medida nós acompanhamos, **nossos agentes da infância Juventude vão até a escola, corremos atrás também junto para que esse direito ao acesso à educação seja formalizado**, então, aqui também fora desse âmbito dessa normativa estadual, a nossa vara também vai atrás para entender, para ver como que está a situação desse adolescente que agora passa a cumprir medida socioeducativa em meio aberto.

<b>...nossos agentes da infância Juventude</b>	<b>Vão</b>	<b>até a escola</b>	
participante ator	processo material	circunstância de localização	
<b>(nós)</b>	<b>Corremos</b>	<b>atrás também junto</b>	<b>para que esse direito ao acesso educação seja formalizado.</b>

participante ator	processo material	meta	Circunstância de causa – finalidade
-------------------	-------------------	------	-------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

O magistrado inicia sua resposta falando sobre o que acontece em Cuiabá, pois vale lembrar que em Mato Grosso temos seis comarcas que atendem o sistema socioeducativo. Então, apesar de haverem as legislações vigentes sobre a socioeducação, nem todas as comarcas atuam de forma linear, haja vista as especificidades de cada sistema. Por exemplo, há unidades de internação que possuem escolas dentro do local, mas há outras unidades de internação em que é preciso que os adolescentes saiam para estudar fora, em uma escola mais próxima.

Assim, o participante utiliza o processo material *vão* para aclarar o que acontece quando o adolescente transgressor deixa de cumprir a medida socioeducativa de internação e começa a cumprir a medida no meio aberto, tendo como participante ator *nossos agentes da infância e juventude* e como participante meta *até a escola*.

Em uma análise interdiscursiva, essa atitude por parte dos agentes não seria necessária se os atores sociais que recepcionam esses adolescentes egressos do sistema socioeducativo cumprissem com as normativas, leis e diretrizes que colocam a educação como um direito universal, como um sistema que precisa interligar com os outros para que a ressocialização de adolescentes transgressores aconteça de forma plena no convívio social.

Apenas para reforçar a análise acima, em continuação do recorte, novamente o juiz utiliza o processo material *corremos* para definir o que é feito para que os adolescentes que cumprem medidas de meio aberto não sejam excluídos do sistema educacional, ou seja, é necessário que se criem mecanismos – indicado pelo processo material *corremos*, através das estruturas – no caso analisado.

Para Halliday e Matthiessen (2004, p. 203), o ator é quem investe energia em algum determinado tipo de processo, objetiva alguma mudança de ordem imediata ou a médio e/ou longo prazo, no enunciado analisado, percebe-se claramente a atuação dos atores sociais para fazer cumprir o direito dos adolescentes transgressores à educação.

Vale aclarar que a socioeducação é assentada em uma práxis pedagógica (COSTA, 2004; ECA, 1990). Então, é possível perceber uma tomada de consciência do entrevistado em querer fazer cumprir as leis que normatizam a socioeducação. A seguir, estão explicitadas as análises dos enunciados retirados do questionário.

#### 4.4 – Análise dos enunciados – questionário

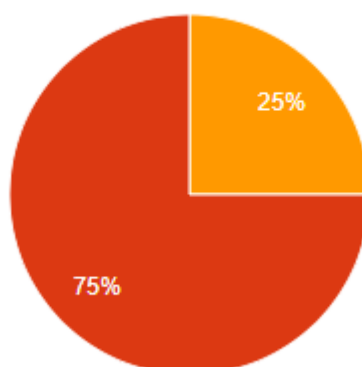
Os dados que passo a analisar agora foram obtidos por meio de um formulário digital possibilitado pelo *Google (Google Forms)*, enviados a diversos atores sociais que trabalham na seara da socioeducação, a fim de obter uma diversidade de pontos de vista. Das dezenas de destinatários, cinco ofereceram respostas à pesquisa.

As três primeiras perguntas presentes no questionário aplicado aos atores sociais que atuam no sistema socioeducativo tinham apenas o objetivo de coletar informações pessoais e profissionais dos participantes: nome, onde exerciam suas atividades laborais e o tempo que atuavam nesse setor.

Já a pergunta 4, foi: “Com base nas diretrizes que subsidiam a socioeducação: quais foram os avanços/retrocessos que a educação já teve enquanto um instrumento de reinserção de adolescentes que já cometeram alguma transgressão?” Esta pergunta era de múltipla escolha com as seguintes possibilidades:

- ( ) Muito, os adolescentes que saem da medida socioeducativa conseguem reintegrar rapidamente em uma escola regular.
- ( ) Pouco, ainda carece de mais políticas para efetivar a educação como um instrumento de ressocialização, permitindo aos egressos do socioeducativo uma reinserção educacional sem exclusão.
- ( ) Quase nada, os adolescentes egressos do sistema socioeducativo ainda enfrentam uma labuta para a reinserção educacional.

**Gráfico 1 – Respostas da questão 4**



Fonte: elaborado pela autora.



Com um total de 75%, os participantes assinalaram que a segunda alternativa “Pouco, ainda carece de mais políticas para efetivar a educação como um instrumento de ressocialização, permitindo aos egressos do socioeducativo uma reinserção educacional sem exclusão” e apenas marcaram a última alternativa - 25% “Quase nada, os adolescentes egressos do sistema socioeducativo ainda enfrentam uma labuta para a reinserção educacional”.

Essas respostas desvelam a falta de investimento nas *estruturas* – sejam elas físicas ou administrativas - para que os adolescentes egressos do sistema socioeducativo desfrutem do sistema educacional que também fomenta sua ressocialização. É possível aclarar que os *mecanismos* – documentos que regem a socioeducação, atores sociais que fazem cumprir as normativas vigentes no sistema socioeducativo – atuam de forma descompassada no tocante às estruturas, compreendida aqui como a medida socioeducativa que recebe o adolescente transgressor fora do sistema de internação, para que *eventos* como a educação universal e a garantia de direito a todos não seja negada.

Para Bhaskar (1998), é necessário conhecer as causas dos fenômenos para transcender os fatos e as aparências dos eventos para desvelar a realidade e as estruturas, os mecanismos e as tendências geradoras dos eventos. Assim, percebe-se que a tríade – estruturas, mecanismos e eventos – não está acontecendo como prevalecem as leis em vigor sob o sistema socioeducativo, como por exemplo, um dos princípios norteadores do Sinase - o direito à uma socioeducação pautada numa perspectiva ético-pedagógica, ou seja, a educação ainda não é tida como um sistema de avanço para a ressocialização de jovens transgressores que cumprem medida no meio aberto. Porque dentro do sistema de internação, cumprindo uma medida privativa de liberdade, ao jovem transgressor é ofertada educação, que em Cuiabá é atendido pela Seduc-MT, através da Escola Estadual Meninos do Futuro. E fora dos sistemas de internação? O retrato é esse revelado nas respostas dos participantes: *pouco, ainda carece de mais políticas para efetivar a educação como um instrumento de ressocialização, permitindo aos egressos do socioeducativo uma reinserção educacional sem exclusão*.

O participante Paulo Freire, além de escolher a alternativa para responder à questão 4, deixou uma outra resposta para justificar sua escolha. Vejamos:

Quanto às diretrizes, elas **estão** vencidas pelo tempo, estão necessárias mais apropriadas, conforme proposta por comissão do Plano Decenal (Paulo Freire - complemento da resposta da questão 4 - questionário respondido 22/09/2020).

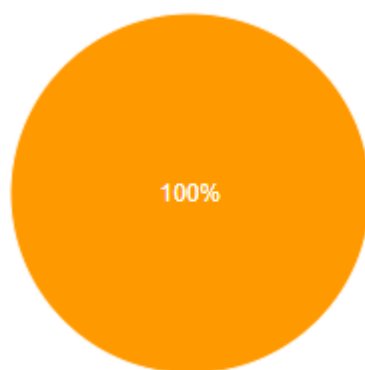
Paulo Freire utiliza o processo relacional identificativo *estão* para mencionar que as diretrizes que regem o sistema socioeducativo, Sinase, ECA, Plano Decenal – exposta na

pergunta – já estão ultrapassadas pelo tempo, ou seja, não têm acompanhado as necessidades presentes na socioeducação, em especial a falta de oferta da educação tida como regular, como um instrumento que viabilize o processo de ressocialização de jovens egressos do sistema socioeducativo.

Em uma análise interdiscursiva, é possível desvelar que as ações praticadas para a ressocialização de jovens transgressores têm seguido na contramão do que estão impostos pelas leis e normativas que abarcam a socioeducação, tanto na esfera estadual quanto na federal.

A pergunta número 5 do questionário, também era de múltipla escolha. E foi a seguinte: “Como tem sido a formação de professores para lidar com o público de socioeducandos em escolas regulares? Você considera: Alternativa 1) Ótimo, não precisa mudar nada; Alternativa 2) Bom, mas deveria focar um pouco mais sobre a temática da socioeducação para evitar exclusões quando estes adolescentes transgressores vão para as escolas; Alternativa 3) Regular, precisa de mais formação para os professores saberem lidar com esse público.

**Gráfico 2 – Respostas da questão 5**



Fonte: elaborado pela autora.

Entre os participantes que responderam ao questionário, houve uma unanimidade na terceira alternativa: “Regular, precisa de mais formação para os professores saberem lidar com esse público”. Quando Pereira (2017) realizou sua pesquisa de mestrado, em observação no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e na Central de Execução de Medidas Socioeducativas (CEMSO) de Cuiabá/MT, no diálogo que os adolescentes tinham com os/as assistentes sociais, uma das reclamações dos adolescentes, por não estarem indo à escola, era a exclusão que sofriam por parte dos professores, no sentido de

fazerem questão de identificar que os jovens haviam passado pelo sistema de privação de liberdade e assim acabam rotulando-os como alunos rebeldes. Essa rotulação por parte dos docentes para com os jovens transgressores demonstra que falta um preparo/formação que possa abranger esse público, pois os mesmos existem, estão presentes na escola e precisam que seus direitos sejam cumpridos como está postulado no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo “escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo”. (BRASIL, 2013, p. 10).

Quando questionados, na pergunta 6, sobre “o que fazer para evitar que a escola não seja uma ferramenta de exclusão para adolescentes que já cumpriram medidas socioeducativas no meio fechado”, os participantes relataram o seguinte:

**Quadro 21 – Enunciado dos atores sociais que responderam ao questionário –  
Pergunta 6**

<p>A escola <b>tem</b> papel fundamental na prevenção e na diminuição da reincidência infracional. Contudo, <b>faltam</b> ações articuladas com a rede de apoio social externa a instituição ou melhor o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). As escolas da comunidade <b>devem</b> primeiramente acolher esses adolescentes, nesse sentido, sempre disponibilizar a matrícula a qualquer período do ano letivo, pois <b>negar</b> a matrícula/transferência <b>é</b> infringir a lei, fere as tratativas nacionais e internacionais. Outro fator importante <b>é</b> a elaboração de um projeto de vida preconizado no Sinase, ainda na privação de liberdade, pelos adolescentes, estudos de caso, visitas domiciliares, oficinas temáticas, reuniões informativas, atendimento individual e em grupos pequenos entre outras estratégias metodológicas podem orientar o trabalho dos técnicos com a família, na perspectiva de envolvê-la no processo socioeducativo e contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Portanto, o acompanhamento ao egresso <b>demonstra</b> a urgência de políticas públicas intersetoriais articuladas para um melhor atendimento aos adolescentes egressos do sistema socioeducativo. (Aparecida Borralho – questionário respondido 07/03/2021)</p>
<p>Escola regular <b>deve reconhecer</b> a escolarização do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa de internação, de forma a garantir a continuidade da sua trajetória acadêmica. Entretanto, <b>observa-se</b> o inverso, uma vez que os adolescentes egressos <b>encontram dificuldades</b> para tal, <b>tornando um facilitador</b> para o fenômeno da evasão escolar entre adolescentes em conflito com a lei. (Miguel Arroyo - questionário respondido 12/03/2021)</p>
<p>Na análise do discurso dos adolescentes e jovens egressos, nestas narrativas não há discriminação por parte de professores, a discriminação e dificuldades encontradas por estes <b>é</b> relativa aos dirigentes e administradores escolares e dos colegas. Do primeiro grupo quanto ao acesso ao sistema escolar e dos colegas a represália (fazer justiça pelas próprias mãos) diante da participação destes em atos infracionais. Diante desta observação, <b>o viés de intervenção se faz, não exclusivamente com professores, mas muito mais com as coordenações escolares e os colegas, bem como toda a comunidade educativa.</b> Mas o grande entrave para a inclusão <b>são</b> os gestores das unidades escolares e os colegas alunos, no discurso dos egressos. Estrategicamente, <b>toda a comunidade escolar precisa ser orientada no viés da acolhida.</b> (Paulo Freire - questionário respondido 22/09/2020)</p>
<p><b>Trabalhar</b> de forma inclusiva, desvelando os atos infracionais dos adolescentes. (Anísio Teixeira - questionário respondido 19/03/2021)</p>

Acredito que **deve haver uma mudança** de atitude por parte do corpo docente da escola (**pode ser** que o problema esteja aí). **Toda escola deveria ter um(a) assistente social para ajudar nesse processo.** (Darcy Ribeiro - questionário respondido 12/03/2021)

Fonte: elaborado pela autora.

Começo analisar esses excertos pelo uso da modalidade *deve* - sublinhados e em negrito - utilizada 4 (quatro) vezes pelos atores sociais para aclarar como a escola não pode atuar como uma ferramenta de exclusão, e então, cada um passa “uma receita” de como a escola carece atuar para fazer cumprir o que está prescrito nas leis e normativas que regem a socioeducação.

- (1) As escolas da comunidade **devem** primeiramente acolher esses adolescentes... (Aparecida Borralho – questionário respondido 07/03/2021).
- (2) Escola regular **deve reconhecer** a escolarização do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa de internação (Miguel Arroyo - questionário respondido 12/03/2021).
- (3) Acredito que **deve haver uma mudança** de atitude por parte do corpo docente da escola (pode ser que o problema esteja aí). **Toda escola deveria ter um(a) assistente social para ajudar nesse processo.** (Darcy Ribeiro - questionário respondido 12/03/2021).

De acordo com Fuzer e Cabral (2014), a modalidade pode ser compreendida como um recurso que está atrelado à metafunção interpessoal, sendo utilizada para “expressar significados relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus.” (2014, p. 114). O uso da modalidade refere-se, ainda, a como os falantes/escritores se posicionam/expressam sua opinião/ponto de vista sobre determinado assunto. A ocorrência da modalidade está entre proposições (informações) – modalização – e ocorre também através de propostas (bens e serviços) – modulação.

Dentre as possibilidades dos recursos léxico-gramaticais para que a modalidade aconteça, temos o verbo modal *deve/deveria*. Nos enunciados acima, temos a existência de uma modulação, na qual os atores sociais propõem, mediante o uso do verbo modal, *soluções* para que a escola atue como um instrumento facilitador de inclusão social de adolescentes transgressores.

A modulação - também nomeada de modalidade deôntica – possui graus intermediários – positivo e negativo – e se classificam em obrigação (necessário, aceitável e permitido) e em inclinação (determinado, desejoso, inclinado) (FUZER; CABRAL, 2014). Nos recortes dos enunciados (1), (2), (3), (4), temos o uso da modulação categorizada pela inclinação, pois todos os atores sociais apontam de forma desejosa como gostariam que a escola atuasse no cumprimento do direito à educação.

Além do uso da modalidade, Aparecida Borralho utiliza o processo relacional *tem* para aclarar como a escola pode atuar juntamente com toda rede de garantia de direitos dos adolescentes transgressores, marcado no enunciado com o léxico *papel fundamental*. Um dos objetivos do uso dos processos relacionais é que os mesmos têm como propósito identificar e caracterizar algo (FUZER; CABRAL, 2014). Além do uso explicitado anteriormente, Borralho utiliza mais duas vezes o processo relacional *é* para identificar que não se pode *negar* - processo material transformativo de extensão – vagas nas escolas, pois vai em desencontro do que postulam as normativas que estão assentadas à socioeducação. Por último, o processo relacional *é* utilizado para identificar a necessidade da criação de um *projeto de vida preconizado no Sinase*.

Esse ‘projeto de vida’ descrito pela participante é evidenciado em três momentos no Sinase. Chamo a atenção para o que está exposto na seção 6.2.2 intitulada de “Desenvolvimento pessoal e social do adolescente”:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assumam um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária (BRASIL, 2012, p. 52).

Há ainda no enunciado, o uso do processo existencial *faltam*, interpretado aqui como sinônimo de *não existem*, no qual o participante afirma que as integrações entre o Sistema de Garantia de Direitos – Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Educativo, Sistema Único de Atendimento de Assistência Social (SUAS) e Sistema de Justiça e Segurança Pública – são inexistentes.

No final do enunciado, ao falar do acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo, há a utilização do processo material de extensão *demonstra* no sentido de *apresentar*, para demonstrar a necessidade de uma articulação acertada para que as políticas públicas de fato aconteçam, e assim, não se tornem ferramentas de exclusão - no caso analisado a escola.

Miguel Arroyo também utilizou a modalidade *deve* juntamente com o processo mental *reconhecer* para apresentar como a escola - tida como regular, na qual os adolescentes egressos do sistema socioeducativo, após cumprimento de medida de internação, em tese, carecem de frequentar para cumprir a medida no meio aberto, - necessita atuar para que possa garantir aos jovens transgressores a continuidade de seus estudos.

Em mais uma recorrência do uso do processo mental *observa-se*, o participante expressa a falta do reconhecimento da escola para que o adolescente transgressor possa

frequentá-la, o que reforça a falta de cumprimento de leis e normativas e, ainda, corrobora para a evasão escolar, pois ao chegar na escola e não conseguir uma vaga para estudar, o adolescente desiste de dar progressão aos estudo e desencadeia uma incompletude no atendimento dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo, tal como postulada pelo Sinase (2012), a qual estabelece que o cumprimento das medidas socioeducativas devem (re)estabelecer direitos, findar o percurso de transgressão e promover aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e profissional.

Em sua resposta de como a escola deve atuar para não ser uma política exclusiva, inicialmente, o ator social esclarece, por intermédio do uso da polaridade negativa ‘não’, que é inexistente a discriminação de jovens transgressores quanto ao retorno à escola regular por parte dos professores. E se isso ocorrer, seria por parte dos dirigentes, administradores e dos colegas da escola, como exposto pelo uso do processo relacional identificativo *é*.

Em continuação do enunciado, Paulo Freire utiliza o processo material *faz* para apresentar que há uma necessidade de intervir sobre as coordenações escolares, os colegas, como também a comunidade sobre esse acolhimento para com os jovens transgressores, facilitando o processo de inclusão educacional dos mesmos. Para tanto, a falta de conhecimento das normativas e diretrizes que regem a socioeducação opera para que ações exclusivas aconteçam e gestores passem a representar jovens transgressores com práticas discriminatórias e, até mesmo, não fazer cumprir o que prevê o artigo 205 da Constituição Federal - a educação é um direito de todos.

Ghio e Fernández (2008), com base nas proposições elaborada por Halliday (1994), afirmam que a modulação está vinculada ao modo imperativo e “o intercâmbio de bens e serviços: o significado é “x quer que/se necessita x, quer dizer, expressa certo grau de obrigação ou inclinação.” (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 132). Neste enunciado, Freire recorre a utilização da modulação *precisa ser* para expressar como toda comunidade escolar deveria atuar para acolher os jovens transgressores e não se tornarem mecanismos que atuam como formas de exclusão. De acordo com Costa (2001):

O educador que atua junto a jovens em dificuldade situa-se no fim de uma corrente de omissões e transgressões. Sobre seu trabalho recaem as falhas da família, da sociedade e do Estado. Sua atuação, frequentemente, é a última linha de defesa pessoal e social do seu educando. (COSTA, 2001, p.17).

Na citação acima, Costa (2001) revela a importância da atuação dos que estão lidando no sistema de garantia de direitos educacionais, já que a socioeducação tem um viés humanístico, depreendendo-se que no “chão da escola” não é possível que aconteçam práticas discriminatórias.

Por sua vez, ao responder o questionamento apresentado na pergunta 6, Anísio Teixeira utilizou o processo material transformativo de operação *trabalhar*, tendo como participante meta *de forma inclusiva*. Em uma análise interdiscursiva, percebe-se que as práticas exclusivas estão acontecendo e, por isso, o ator social utiliza, de forma enfática, o processo material no modo imperativo.

O último participante, Darcy Ribeiro, ao ser questionado sobre como evitar que a escola não seja um mecanismo de exclusão para jovens transgressores egressos do sistema socioeducativo, também usou uma modulação, já explicitada acima. Além da modulação, o ator social utilizou o processo existencial *haver* para explicitar o que precisa acontecer para que a escola atue com práticas que colaborem com a ressocialização de adolescentes transgressores. Essa prática é apontada pelo participante existente *uma mudança de atitude por parte do corpo docente da escola*. De acordo com Fuzer e Cabral (2014), o participante existente “pode representar uma pessoa, um objeto, uma instituição ou uma abstração e também uma ação ou evento.” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 79). No excerto analisado, representa uma ação – mudança de atitude a ser tomada pela estrutura *escola* por intermédio do mecanismo *corpo docente* para que eventos, como *exclusão de jovens transgressores* em escolas tidas como regulares, não venha acontecer.

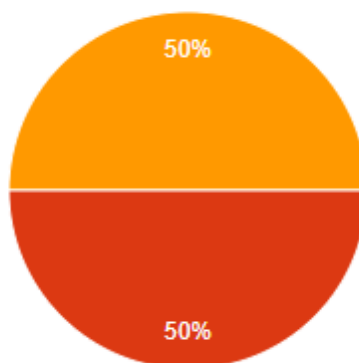
A fim de identificar os possíveis agentes causais que operam na exclusão no ambiente escolar, o participante utiliza a expressão modalizadora de probabilidade *pode*, seguida do processo relacional identificativo *ser*, para mencionar que o problema talvez esteja no comportamento do corpo docente. Esse enunciado vai na contramão dos outros, inclusive na fala do juiz analisada na seção anterior, porque os outros atores sociais afirmaram que os professores são mecanismos que atuam para a inclusão de jovens transgressores, a partir de uma visão humanística mas, quando a escola atua como um instrumento de exclusão, isso partiria dos gestores ou dos alunos que convivem no contexto escolar.

Em seguida, temos, mais uma vez, o uso da modulação *deveria*, seguida do processo existencial *ter*. Apesar do processo *ter* ser comumente classificado como um processo relacional, na língua portuguesa, *ter* também pode receber a classificação de processo existencial (FUZER; CABRAL, 2014). No caso analisado, o ator social faz uso do processo existencial *ter* com o sentido de existir para esclarecer como a escola pode atuar com práticas inclusivas para jovens transgressores, ressaltando que a presença de um assistente social ajudaria nesse movimento inclusivo.

A pergunta número 7 era de múltipla escolha e tinha o seguinte questionamento: “Como as autoridades e gestores públicos têm atuado na colaboração da reinserção social dos

adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que cumprem medida socioeducativa: prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade) no retorno às escolas?” Dentre as alternativas, tínhamos: 1) Muito, procurando fazer cumprir o que está previsto nas diretrizes socioeducacionais; 2) Pouco, até tentam fazer cumprir o que as diretrizes preconizam, mas sempre há uma barreira; 3) Nada, pois apesar das leis, normativas e diretrizes não há muito o que fazer para que elas saiam do papel.

**Gráfico 3 – Resposta da questão 7**



Fonte: elaborado pela autora.

Em uma análise quantitativa, observa-se que 50% dos participantes assinalaram a alternativa 2 - Pouco, até tentam fazer cumprir o que as diretrizes preconizam, mas sempre há uma barreira; e 50% marcaram a alternativa 3 - Nada, pois apesar das leis, normativas e diretrizes não há muito o que fazer para que elas saiam do papel. Na minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 2017), revelei as dificuldades que os adolescentes egressos do sistema socioeducativo enfrentam para continuar estudando fora dos muros do sistema de internação. Essa dificuldade é sanada, em Cuiabá, de acordo com a análise dos dados da entrevista do juiz na seção anterior, com a ida dos agentes da infância e juventude até as escolas. Mas, os dados presentes em minha análise revelaram que nem sempre se consegue vaga para os adolescentes transgressores, a não ser na Escola Almira Amorim, que, segundo relato dos jovens, era a única que acolhia os mesmos sem excluí-los.

Assim, é preciso que *mecanismos* sejam ativados – agentes da infância – tocando nas *estruturas* – escolas – para que *eventos* – educação – aconteça. Isso não seria preciso se os atores sociais cumprissem o que prezam as legislações. Em relação a esta pergunta, Paulo Freire, que atuava à época na gerência de acompanhamento do egresso, além de marcar uma alternativa, ponderou o seguinte:



**Observa-se** grande resistência dos gestores em **entender** que, quando tratamos de egressos do socioeducativo, **trata-se (sentido de refere-se, significa)** de um público especial, assim como indígenas, quilombolas, talvez até mais especial em vivência geográfica não distinta, se não tratado assim, **a inclusão será muito difícil**. (Paulo Freire, questionário respondido em 22/09/2020)

Paulo Freire inicia o enunciado fazendo uso dos processos mentais *observa-se* e *entender* seguidos da circunstância de modo *grande*, sendo o participante fenômeno *gestores*, para demonstrar o que acontece na prática com os atores sociais que estão à frente para lidar com os adolescentes egressos, marcado na fala pelo léxico *resistência* que, de acordo com um dicionário *on-line*<sup>32</sup>, significa *se opor, não ceder*. No caso analisado, denota-se que os gestores não fazem cumprir com as leis que garantem o direito à educação a todos.

Na continuação do enunciado, tem-se o uso do processo relacional identificativo *trata-se*, sendo o participante identificador *público especial*, para se referir ao fato de que não se pode lidar com os adolescentes egressos do sistema socioeducativo como lidamos com adolescentes que não cometeram transgressão. Apesar das transgressões cometidas, os adolescentes não podem ser excluídos, pelo contrário, necessitam de um envolvimento de todos os sistemas para que não volte a cometer mais transgressões. Pois, se esse envolvimento não acontecer, incluir esse jovem na sociedade será um caminho marcado por dificuldade como apresentado pelo uso do processo relacional circunstancial *será seguido* do atributo circunstancial de modo *muito difícil*.

Neste trabalho não se defende a transgressão cometida pelo adolescente, e sim a educação enquanto um direito universal e garantida para todos. Dessa forma, quando os gestores resistem em não ofertar uma vaga para adolescentes egressos do sistema, só porque em algum momento foram transgressores, esses gestores acabam excluindo os adolescentes, negando-lhes direitos constitucionais e ainda não contribuem para o processo de ressocialização deles, cuja educação é um dos pilares.

A pergunta 8 questionava sobre o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato de Grosso 2015/2024* - analisado neste trabalho - e sua aplicabilidade aos adolescentes transgressores egressos do sistema. Obtive as seguintes respostas:

#### **Quadro 22 – Resposta dos atores sociais - pergunta 8**

Na sua visão como estão as políticas públicas para a socioeducação hoje em Mato Grosso?

<sup>32</sup> <https://www.dicio.com.br/resistencia/>.

[...]Percorrendo de forma detalhada tudo o que foi trazido no Plano Decenal do Estado de MT, podemos avaliar da seguinte forma: **Faltou clareza do que é um Plano e suas exigências**; Os prazos como fixados **não nos deixam saber** o que esperar como execução do Plano para 2015, até 2024. Também **não fica claro quem são** os reais responsáveis pela efetiva execução do que ali está proposto; **Ações com objetivos e metas para o setor da educação escolar e não escolar**, saúde, assistência social, segurança, cultura, esporte e lazer; **Ações com objetivos e metas para as medidas restritivas de liberdade e atendimento ao egresso**; **Outra questão relevante ficaram também esquecidas** como a Avaliação do Plano e o Sistema Nacional de Informação. (Aparecida Borralho – questionário respondido em 07/03/2021)

Quanto ao Plano Decenal, embora sendo a primeira tentativa de planejamento do estado de MT para o sistema socioeducativo, sendo este o seu grande mérito, **o seu foco são as medidas restritivas de liberdade**, portanto, mesmo que seja decenal, **necessita de urgente revisão para correções** de entendimentos e deste novo entendimento e olhar sobre as medidas socioeducativas, **amplie e foque ações que sejam mais efetivas para os egressos, em especial no que se refere a educação escolar e todo o referencial para a geração de renda** (a própria educação, educação profissional, empregabilidade, inclusão no mundo do trabalho). (Paulo Freire – questionário respondido em 22/09/2020)

Mesmo que o Plano Decenal tenha a participação de outras instituições externas, **o foco principal não está voltado para o adolescente egresso, mas sim, para àqueles que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação**. Faz-se necessário que os Municípios **articulem seus programas de atendimento em meio aberto**, a fim de dar continuidade no atendimento que o meio fechado já vem realizando. (Miguel Arroyo – questionário respondido em 12/03/2021)

O Plano é bom, o problema é que os objetivos não são alcançados plenamente. **Acredito** que seja necessário um engajamento maior entre os diferentes setores da sociedade. O primeiro empecilho que um egresso encontra é no mercado de trabalho formal. Então, é **necessário** que o mercado de trabalho seja acessível. O setor econômico **tem que** ser chamado a participar na elaboração e execução de qualquer plano de atendimento à esta população. (Darcy Ribeiro – questionário respondido em 12/03/2021)

Esse documento **foi** muito importante para o avanço do sistema socioeducativo em Mato Grosso, inclusive fiz parte dessa construção, **necessitamos agora cumprir o plano**, que se não me engano tem até o ano de 2021 para reestruturação, **daí como vamos mudar algo se ainda não foi colocado em pratica**. (Anísio Teixeira – questionário respondido em 19/03/2021)

Fonte: elaborado pela autora.

Aparecida Borralho traz em sua resposta para a pergunta 8, uma avaliação sobre o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato de Grosso 2015/2024*. Em um primeiro momento, ela avalia que *faltou* [processo existencial] *clareza* [participante existente] sobre o que *é* [processo relacional identificativo] *um plano e suas exigências* [participante identificador]. Em seguida, a avaliação se baseia em torno dos prazos, para ela *não* [polaridade negativa] há como *saber* [processo mental cognitivo] o que acontecerá na

execução do plano no período vigente (2015/2024). Em um terceiro momento avaliativo sobre o Plano Decenal, Aparecida Borralho afirma que *também* [circunstância de extensão] *não* [polaridade negativa] *fica* [processo relacional identificativo] *claro* [epíteto] quem *são* [processo relacional identificativo] *os reais responsáveis* [participante identificador] para que o plano seja executado. Em relação às metas e seus possíveis executores, como relata Aparecida Borralho em seu enunciado, pode ser visto na tabela abaixo.

**Tabela 7 – Exemplo de eixo, metas, períodos e responsáveis**

**EIXO 2 QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

OBJETIVO	META	PERÍODO				RESPONSÁVEL
		1º	2º	3º	4º	
6. Qualificar o atendimento Socioeducativo: direito dos adolescentes	6.1 Elaboração do PIA (Plano de Individual de Atendimento) para todos os adolescentes atendidos no Sistema socioeducativo em meio fechado e meio aberto.	X	X	X	X	ORGÃO EXECUTOR DE MEIO ABERTO E FECHADO
	6.2 Garantir a oferta do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto nos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).	X	X	X	X	ORGÃO EXECUTOR DE MEIO ABERTO
	6.13 Garantir a oferta de escolarização em todas as etapas das MSE.	X	X	X	X	ORGÃO GESTOR/ SEDUC
	6.14 Estabelecer parâmetros estaduais para a escolarização no sistema de atendimento socioeducativo em privação de liberdade.		X			ORGÃO GESTOR/ SEDUC
	6.15 Garantir o atendimento em tempo integral para adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, privilegiando atividades artístico-culturais, esportivas e de lazer.	X	X	X	X	ORGÃO GESTOR/ SEDUC
	6.16 Realizar diagnóstico da trajetória escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade.	X	X	X	X	ORGÃO GESTOR/ SEDUC
	6.17 Ofertar cursos de educação profissional e tecnológica aos adolescentes em MSE, observadas as ressalvas da legislação pertinente.	X	X	X	X	ORGÃO GESTOR/SETAS/SEC ITEC
	6.21 Garantir a inserção dos egressos de privação de					ORGÃO GESTOR/SETAS/SEC

	liberdade do sistema socioeducativo em cursos de educação profissional e tecnológica					ITEC
--	--	--	--	--	--	------

Fonte: elaborado pela autora<sup>33</sup>.

Na página 62 do plano, temos a seção nomeada de Eixos do Plano Estadual Decenal de Atendimento do Socioeducativo de Mato Grosso, descrito como “seguem conforme a metodologia do Plano Nacional. Tais eixos foram discutidos e adaptados à realidade do Estado nas oficinas de elaboração do Plano.” (MATO GROSSO, 2015, p. 62). Os eixos estão divididos em quatro grandes áreas: 1. Gestão do Atendimento Socioeducativo; 2. Qualificação do Atendimento Socioeducativo; 3. Participação Cidadã e Autônoma dos Adolescentes; e 4. Fortalecimento dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública. No exemplo da tabela acima, eu trouxe o eixo 2 e alguns exemplos de metas, objetivo, período de execução e os responsáveis, com destaque para a educação, tema central desta pesquisa. A crítica que Aparecida Borralho faz está exposta no último quadro da tabela, na qual ela relata que não está claro quem deve executar tais metas. O Sistema de Garantia de Direitos compreende: o Sistema Educacional, o Sistema de Justiça e Segurança Pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apontando para um entrelaçamento entre as instituições para que se possa cumprir as normativas que compõem o mosaico da socioeducação.

Ao continuar com sua avaliação sobre o plano, Aparecida Borralho, em um quarto momento, esclarece que faltaram também: ‘Ações com objetivos e metas para o setor da educação escolar e não escolar’. Como já citado anteriormente, as metas estipuladas pelo plano para atendimento à educação estão expostas no eixo 2 - Qualificação do Atendimento Socioeducativo -, no objetivo 6: Qualificar o atendimento Socioeducativo: direito dos adolescentes, que estabelece metas, como:

6.7 Normatizar o protocolo de disponibilização de documentação escolar dos adolescentes em medida socioeducativa; 6.13 Garantir a oferta de escolarização em todas as etapas das MSE; 6.14 Estabelecer parâmetros estadual para a escolarização no sistema de atendimento socioeducativo em privação de liberdade; 6.16 Realizar diagnóstico da trajetória escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade. (MATO GROSSO, 2015, p. 72-73)

Em um quinto momento, Aparecida Borralho fala da falta de *ações com objetivos e metas para as medidas restritivas de liberdade e atendimento ao egresso* e, finalmente, ela avalia que *outra questão relevante ficou* [processo relacional identificativo] também

<sup>33</sup> Com dados do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato de Grosso 2015/2024* (BRASIL, 2006, p. 65, 73 e 74).

esquecidas como a Avaliação do Plano e o Sistema Nacional de Informação. Em relação ao egresso, no plano, são estipuladas quatro metas para os mesmos, a saber:

6.5 Garantir a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) aos adolescentes egressos como grupo prioritário; 6.6 Orientar os profissionais da Rede SUAS para garantir o atendimento das famílias dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (em meio fechado e em meio aberto), 6.20 Realizar acompanhamento da trajetória escolar dos egressos do meio fechado do sistema socioeducativo; 6.21 Garantir a inserção dos egressos de privação de liberdade do sistema socioeducativo em cursos de educação profissional e tecnológica. (MATO GROSSO, 2015, p. 73-74)

Apesar de estar evidenciado no plano e em todos os outros documentos - ECA, Sinase, Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo - as políticas públicas para os egressos que cumprem medidas socioeducativas no meio aberto - prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida -, por vezes, não são atendidas. Tal fato, inclusive, é relatado nas falas dos atores sociais que estão à frente do sistema socioeducativo. Na entrevista concedida pelo juiz da Segunda Vara da Infância e Juventude de Cuiabá e analisada nesta tese, o mesmo relata que as medidas cumpridas no meio aberto são mais eficazes para a ressocialização. Contudo, há uma primazia para o investimento em políticas públicas para o meio fechado, no qual os jovens transgressores cumprem medidas de internação.

A segunda resposta a ser analisada será de Paulo Freire, que inicia sua fala mencionando sobre o mérito que o plano deve receber, por ser a primeira tentativa de criação de uma política exclusiva, que o estado de Mato Grosso estabelece para atender o sistema socioeducativo. O enunciador avalia que o foco do plano *são* [processo relacional identificativo] *as medidas restritivas de liberdade* [participante identificador], ou seja, privilegia os jovens transgressores que cumprem a medida de internação. Este apontamento é revelado em diversos momentos nas análises já feitas ao longo da construção desta tese. E diante deste cenário, Paulo Freire utiliza-se da modulação *necessita de* para assumir que o plano precisa *urgente* de uma revisão para um desdobramento melhor do que seja uma política que abarque todas as medidas socioeducativas e não beneficiar apenas uma. Para isso é preciso, de acordo com Paulo Freire, que *amplie* [processo material] e *foque* [processo mental] *ações* [participante meta do processo material] que *sejam* [processo relacional identificativo] *mais efetivas* [circunstâncias] para adolescentes egressos [beneficiador do processo material].

O jovem egresso do sistema socioeducativo é aquele no que passou pela medida socioeducativa de internação, após uma transgressão, e agora está em cumprimento de medida no meio aberto - prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Para esses jovens, o plano aclara que “é necessário tornar as medidas de meio aberto uma ação forte e que

produza resultados eficazes quanto à aplicação da Lei de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.” (MATO GROSSO, 2015, p. 41). Mas, ao fazer um contraponto com a fala de Paulo Freire, percebe-se que há um fosso entre o que teoricamente está postulado com o que realmente acontece em termos práticos.

Paulo Freire chama a atenção ainda que a efetividade e o foco das ações estejam especialmente voltados para a *educação escolar e todo o referencial para a geração de renda*. Esse destaque apontado anteriormente, vai ao encontro das pesquisas de Alves (2015) e Carvalho (2015), que alude na educação e sobretudo na “instauração da socioeducação no viés de educação social emancipatória”<sup>34</sup> como um caminho para a ressocialização de jovens transgressores.

Assim como Paulo Freire, Miguel manifesta que apesar do plano decenal ter sido constituído em conjunto com as instituições externas – supõe-se que sejam as instituições que executam as medidas socioeducativas no meio aberto – *o foco principal* [participante identificado] *não* [polaridade negativa] *está* [processo relacional identificativo] *voltado para o adolescente egresso* [participante identificador]. Na concepção do ator social, o foco do plano está *para aqueles* [participante identificado] *que estão* [processo relacional identificativo] *em cumprimento de medida socioeducativa de internação* [participante identificador]. No plano decenal, a questão da internação é tratada da seguinte forma: “a internação desenfreada em nada resolve o problema, só esconde o problema e fermenta a produção de mais revolta dos adolescentes.” (MATO GROSSO, 2015, p. 42).

A modulação ocorre para denotar “propostas de oferta e comandos” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115), pode ser categorizada por inclinação ou obrigação e ocorre gramaticalmente com o uso de “verbos modalizadores, adjuntos adverbiais e expressões como: *é necessário, é esperado*” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115) entre outros. Em seu enunciado, Miguel Arroyo utiliza a modulação *faz-se necessário* seguido de *articulem* [processo material] *seus programas de atendimento em meio aberto* [participante meta] para que o atendimento ao adolescente transgressor tenha uma continuidade após cumprimento de medida socioeducativa de internação, porque o que a pesquisa de Pereira (2017) revelou, juntamente com o que notamos nas respostas à questão 8 e também analisado nos recortes da fala do juiz na seção anterior, é que as políticas para o cumprimento de medida no meio aberto estão deixando a desejar no atendimento ao adolescente egresso, negando, assim, os direitos a eles estabelecidos.

---

<sup>34</sup> Pesquisa de Marta Gresechen Paiter Luzia de Souza (2021, no prelo).

Ao ser questionado sobre a pergunta 8, Darcy Ribeiro, de uma forma geral, alude que *o Plano* [participante portador] *é* [processo relacional *bom* [participante atributo], só que, assim como os outros atores sociais, há um reconhecimento de que *os objetivos* [participante identificado] apresentados *não* [polaridade negativa] *são* [processo relacional identificativo] *alcançados plenamente* [participante identificador]. O agente social revela que uma das primeiras dificuldades que o adolescente egresso encontra *é* [processo relacional identificativo] ‘no mercado de trabalho formal’ [participante identificado]. Em continuação, Darcy Ribeiro utiliza duas vezes os operadores de modulação [obrigação] *é necessário e tem que* para elucidar que há a necessidade um envolvimento de mais uma rede para fazer cumprir os direitos dos adolescentes, *o setor econômico*.

Em uma análise interdiscursiva, os estereótipos, o preconceito e as discriminações que a sociedade constrói acerca de quem já esteve em cumprimento de medida socioeducativa de internação, corrobora para que os jovens transgressores encontrem dificuldade na hora da busca de uma vaga de trabalho. Assim, apesar da consciência do ator social em como mudar essa realidade de exclusão, os mecanismos – estereótipos, preconceito e discriminações – agem independentemente dos agentes causais (seres humanos) (BHASKAR, 1975). E então, eventos, como a falta de acessibilidade ao mercado de trabalho, acontecem.

Anísio Teixeira em sua resposta revela, com o uso do processo relacional identificativo *foi* que a constituição do plano representou um *avanço* na implementação das normativas para o sistema socioeducativo do estado de Mato Grosso. Porém, em continuação do enunciado, o ator social, por intermédio da instância de modulação *necessitamos*, manifesta seu desejo em relação ao plano que se liga ao processo material *cumprir*, no sentido de fazer/acontecer, imprimindo assim uma mudança no fluxo dos acontecimentos (FUZER; CABRAL 2014).

O ator social utiliza a modulação *necessitamos*, seguida da circunstância de tempo *agora* e pelo processo material *cumprir* para elucidar que a rede integradora da execução das medidas socioeducativas execute o que está posto no plano. De acordo com Anísio Teixeira, no ano de 2021, o plano era para ser reestruturado, mas ele, através das escolhas linguísticas, revela que não há o que *mudar* [processo material] porque *não* [polaridade negativa] *foi* [processo relacional identificativo] colocado em prática.

Os processos relacionais têm por objetivo estabelecer uma relação entre duas entidades diferentes, bem como representar seres com suas características e identidades (FUZER; CABRAL, 2014). Em uma análise geral das respostas dos atores sociais, em sua maioria, eles utilizaram processos relacionais identificativos, seja para elucidar sobre a

atuação do plano, seja para dizer como ele deveria atuar como uma política eficaz, em especial para os adolescentes egressos.

A seguir, está exposta a análise de excertos retirados dos enunciados dos palestrantes que participaram da mesa-redonda do I EnEPEL.

#### **4.5 Análise dos enunciados da mesa-redonda do I EnEPEL**

Os dados que serão analisados nesta seção, foram retirados da Mesa-redonda I – Socioeducação em Mato Grosso: Perspectivas e Soluções –, debatida no I Encontro de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem – I EnEPEL, no dia 8 de julho de 2021. Os recortes retirados desse debate para o conjunto de análises desta pesquisa, fez-se necessário devido à limitação sanitária para a coleta de dados ocasionada pela Covid-19, fazendo com que medidas de biossegurança fossem tomadas. Uma delas foi o fechamento de órgãos públicos – *locus* no qual seriam coletados os dados desta pesquisa – e as pessoas passaram a trabalhar de forma remota. Assim, o tempo passava e a possibilidade de entrevistar os participantes de forma presencial não eram permitidas. O grupo de estudos do Nepel começou a organizar seu primeiro evento de forma *on-line*, tendo em sua primeira mesa-redonda seria sobre a socioeducação. Foi, então, pensado que as representações discursivas ditas nesta mesa poderiam contribuir para responder aos questionamentos apresentados nesta pesquisa.

Para esta mesa, foram convidados atores sociais que operam no sistema socioeducativo. Não foram definidos previamente o que cada componente falaria na mesa, ficando definida apenas a temática: socioeducação. Assim, cada integrante discursou a partir de suas perspectivas e do seu local de atuação no sistema socioeducativo.

O primeiro participante a falar na mesa-redonda foi o Dr. Iberê Ferreira da Silva Junior. Inicialmente, ele fez um panorama sobre a socioeducação no estado de Mato Grosso, desde a implementação da Resolução nº 119, de 11 de setembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências - até a última política estadual que foi o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo no Estado de Mato Grosso*, política analisada nesta tese. Todo esse processo sócio-histórico apresentado na fala do palestrante já foi exposto no capítulo 1 desta tese, bem como na análise de conjuntura apresentada neste capítulo.



No final da sua fala, o ator social destacou sobre o plano decenal como uma política de suma importância, bem como uma implementação eficaz da mesma, como veremos num recorte da sua fala:

### Recorte 1

...a gente **tem** trabalhado para normatização, porque uma vez que não normatizado **é** mais complicado a gente **estar** executando isso no dia a dia... (Iberê Ferreira da Silva, mesa-redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021)

<b>...a gente</b>	<b>tem trabalhado</b>		<b>para normatização</b>	
participante identificador	processo relacional identificador		participante identificado	
<b>porque é</b>	<b>uma vez</b>	<b>Não</b>	<b>Normatizado</b>	
processo relacional identificador	circunstância	polaridade negativa	participante identificado	
<b>É</b>	<b>mais complicado</b>	<b>a gente</b>	<b>Estar</b>	<b>executando isso no dia a dia...</b>
processo relacional identificador	circunstância	participante identificador	processo relacional identificador	participante identificado

Fonte: elaborado pela autora.

O participante utiliza os processos relacionais *tem*, *é* e *estar* para fazer menção sobre a sua visão em relação a execução do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo*. De acordo com Souza (2006), as orações relacionais têm como premissa definir, caracterizar e identificar, atribuindo qualidades, posse ou circunstâncias, e dessa forma, constituir as experiências do mundo e as experiências de nossa consciência. Em uma análise interdiscursiva, é possível desvelar que o participante tem plena percepção que o plano decenal é uma política que precisa ser implementada e cumprida, o que se entende é que não está havendo um cumprimento desta política e isso acarreta o não atendimento eficaz dos jovens transgressores.

O ator social chama à atenção para que todas as políticas que atendem ao sistema socioeducativo estejam normatizadas, porque a falta de normatização implica no não cumprimento das mesmas no dia a dia. Em uma busca pelo significado da palavra *normatização* foi possível encontrar: “ato de estabelecer padrões ou inserir algo num modelo ou padrão a ser seguido pelos demais”<sup>35</sup>. Assim, em uma análise interdiscursiva desse recorte, Iberê aclara que as políticas saiam do papel. No caso explicitado, o *Plano Decenal de*

<sup>35</sup> <https://www.dicio.com.br/normatizacao/>.

*Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso*, a fim de que seja um modelo a ser seguido e executado nas ações do atendimento do adolescente transgressor.

O segundo participante da mesa-redonda do I EnEPEL foi o representante da Seduc/MT, o senhor Elismar Bezerra de Arruda, que proferiu acerca dos objetivos da educação regular e da socioeducação, da baixa escolaridade dos adolescentes transgressores e do analfabetismo da população mato-grossense em geral – com base em dados obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apresentados por ele – e finalizou falando como a Seduc pode atuar na concepção da educação para jovens transgressores.

Por serem adolescentes com idade-série (sistema adotado pela Secretaria de Educação) diferente, a maioria dos adolescentes estudam na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA. No decorrer do seu discurso, Elismar faz uma pergunta a si mesmo: “qual o lugar da educação básica no processo da socioeducação, em vista de que o direito à educação básica, não cessa em razão de o cidadão estar privado de liberdade, interno ou em cumprimento de medidas socioeducativas?” E responde:

#### **Recorte 2**

**O que nós estamos fazendo é colocar a educação básica como elemento central desse processo educativo**, na perspectiva de realizar sua finalidade estratégica. **A educação básica foi regulamentada para ser desenvolvida conforme as necessidades e especificidades sociais, etária e educacionais dos cidadãos.** (Elismar Bezerra de Arruda, mesa-redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

<b>O que nós</b>	<b>estamos fazendo</b>	<b>é colocar</b>	<b>a educação básica como elemento central desse processo educativo</b>
Participante: ator/identificador	Processo relacional Processo material	Processo relacional identificativo	Participante identificado/ meta
<b>A educação básica</b>	<b>foi</b>	<b>regulamentada</b>	<b>para ser desenvolvida conforme as necessidades e especificidades sociais, faixa etária e educacionais dos cidadãos.</b>
Participante identificador	Processo relacional identificativo	Participante identificado	Processo relacional identificativo

Fonte: elaborado pela autora.

Inicialmente, no recorte, temos a *inclusão* do ator social por *personalização*, com o uso do pronome *nós*. De acordo com van Leeuwen (1997; 2008), a ativação do ator social por *personalização* pode ser por meio de pronomes pessoais, adjetivos ou substantivos, com características humanas. Fairclough (2003a) propõe que utilizar a representação de atores sociais na análise crítica do discurso auxilia na identificação das relações de dominação

dentro de uma determinada prática, pois, práticas são ideológicas e, como representações, podem ser (des)construídas. No excerto analisado, Elismar enuncia que o que estão *fazendo* [processo material] para que seja alcançado um dos pilares da ressocialização de jovens transgressores *é* [processo relacional] colocar *a educação como elemento central desse processo educativo* [participante identificador].

Em continuação do enunciado, temos o uso do processo relacional *foi* para mencionar quais as atitudes foram implementadas pela Seduc para garantir que jovens transgressores desfrutem do seu direito à educação. Quando o participante se refere ao fato de que “a educação básica foi regulamentada para ser desenvolvida conforme as necessidades e especificidades sociais, faixa etária educacionais dos cidadãos”, ele está dizendo que, como a maioria dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa possuem uma idade-série avançada, a eles são ofertados ensino no sistema da EJA. Uma das normas emitidas pela Resolução Normativa N° 005/2011-CEE/MT, sobre a Educação Básica, na modalidade EJA no sistema estadual de ensino e exposto no Art. 6° elucida essa regulamentação descrita:

Art. ° 6 Considera-se como idade para acesso a cursos e exames de Educação de Jovens e Adultos 15 anos completos para o ensino fundamental, e 18 anos completos para o ensino médio, no ato da matrícula, a qualquer momento do ano letivo. (MATO GROSSO, 2011, p.2).

Além da modalidade de ensino de EJA que é ofertada para os jovens transgressores, também há um processo de enturmação, descrito da seguinte maneira na proposta *Estruturação e Concretização de Uma Prática Pedagógica nas Unidades Socioeducativas De Mato Grosso*:

No sistema socioeducativo a enturmação não terá como parâmetro o Histórico Escolar, mas sim a avaliação diagnóstica, a qual definirá a capacidade cognitiva do aluno para a composição de turmas. Essa enturmação se faz necessária pois muitos dos adolescentes pararam de estudar algum tempo ou encontram-se defasados em relação as capacidades cognitivas esperadas para determinadas etapas da escolaridade formal. (MATO GROSSO, 2011, p. 21).

Em uma análise interdiscursiva, percebe-se que o ator social coloca a *educação* como um direito universal e, dessa forma, expressa concordância no que prescrevem todos os documentos nos quais está assentado o atendimento socioeducativo, ou seja, numa práxis pedagógica – Sinase, Plano Nacional de Atendimento Socieeducativo, ECA – e a educação enquanto um direito universal, - Constituição Federal. Em continuação do enunciado, em sua visão sobre a educação regular, Elismar afirma:

### **Recorte 3**

**antes de ser instrumento de ressocialização ou remissão de pena**, no caso dos privados de liberdade, **é um direito inalienável das pessoas**, de modo

que, independente da condição dessas pessoas, seja criança, adolescente ou adulto, **é fundamental o estado buscar garantir a educação básica para todos os brasileiros** (Elismar Bezerra de Arruda, mesa-redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

<b>Antes de</b>	<b>Ser</b>	<b>instrumento de ressocialização ou remissão de pena, no caso dos privados de liberdade</b>
Circunstância	Processo relacional identificativo	Participante identificado
<b>é</b>	<b>um direito inalienável das pessoas</b>	
Processo relacional identificativo	Participante identificado	
<b>é</b>	<b>fundamental o estado buscar garantir a educação básica para todos os brasileiros</b>	
Processo relacional identificativo	Participante identificado	

Fonte: elaborado pela autora.

No recorte 3, há uma predominância do uso de processos relacionais identificativos *ser*, *é*. Orações relacionais, além de “representar seres no mundo em termos de suas características e identidades, podem também contribuir na definição de coisas, estruturando conceitos” (FUZER; CABRAL, p. 65, 2014). No caso analisado, as escolhas de processos relacionais denotam uma função de identificar que a educação é um direito *inalienável*, *fundamental*, estabelecido por leis, normativas e diretrizes, antes mesmo de atuar como um *instrumento de ressocialização ou remissão de pena, no caso dos privados de liberdade*. Como já citado na análise do recorte 2, todo o processo socioeducativo é pautado e assentado em uma práxis pedagógica, ou seja, tem como primazia a educação enquanto prática social transformadora. A título de exemplificação e que também vai ao encontro com um dos pilares da socioeducação – a educação, enquanto uma ferramenta de ressocialização de jovens transgressores – ao mesmo tempo em que analisava os dados desta pesquisa, um projeto de pós-doutoramento era apresentado por uma integrante do Grupo de Estudos do Nepal, intitulado “Reavaliação da medida socioeducativa: a leitura como um instrumento de emancipação e transformação social”. Este projeto tem como objetivo, de acordo com a autora:

[...] contribuir para a inclusão social de jovens em situação de restrição de liberdade mediante o desenvolvimento do hábito da leitura para melhor formação pessoal, cultural, profissional e social, proporcionando a possibilidade de reavaliação da medida socioeducativa, tendo como aporte e sustentação o Plano Individual de Atendimento (PIA) ao jovem, instituído pela Lei do Sinase (BRASIL, 2012), bem como promovendo, por meio de práticas *on-line*, uma abertura para o contato consigo, com o outro e com o mundo, viabilizando que as leituras realizadas passem a compor e a fazer sentido na vida cotidiana desses jovens. (MIRANDA, 2021, p. 12, no prelo).

Vou abrir um adendo aqui em relação às escolhas lexicais do participante Elismar no recorte 3. Ele fala sobre *remissão de pena*, termo este utilizado em larga escala para adultos que cumprem pena. Os adolescentes transgressores cumprem medidas socioeducativas. Dessa forma, no objetivo estipulado por Miranda (2021), ela faz uso das seguintes escolhas lexicais: *reavaliação da medida socioeducativa*. Vale ressaltar que em alguns sistemas prisionais brasileiros, já havia o desenvolvimento de projetos de remissão de pena pela leitura, não em todos os estados. Em 2021, o Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021<sup>36</sup>, no art. 1º postula “Estabelecer procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remissão de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade” (BRASIL, 2021, s. p.). Trazendo para o contexto mato-grossense, só após essa resolução é que se instaurou um projeto de remissão pela leitura no estado<sup>37</sup>. Digo tudo isso, a fim de salientar a importância do projeto a ser desenvolvido por Miranda, haja vista que não se tem tal prática no sistema socioeducativo, - reavaliação da medida pela leitura.

Cabe ainda destacar, o último uso do processo relacional no recorte analisado, no qual o ator social identifica e ainda avalia a atitude que deveria ser tomada pelo estado – Mato Grosso - ‘buscar garantir a educação básica para todos os brasileiros’. No Sistema de Garantia de Direitos, estipulada para atendimento aos jovens transgressores, a educação fica de competência da Seduc-MT, a fim de garantir o ingresso, a permanência e sucesso do adolescente egresso do sistema socioeducativo na rede pública de educação regular, seja básica, profissional ou superior. Esta garantia de ingresso, permanência e sucesso dos adolescentes na rede formal de ensino visa ao cumprimento do capítulo IV do ECA, em especial os artigos 53 e 57<sup>38</sup> (BRASIL, 1990). Ainda, sobre quais as atitudes deveriam ser tomadas pelos órgãos competentes, a fim de garantir a educação a jovens transgressores, Elismar diz:

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>. Acesso em: 21 mar. 2022.

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.sesp.mt.gov.br/-/17886437-projeto-de-remicao-de-pena-por-leitura-e-instituido-em-todas-unidades-penais-de-mato-grosso>. Acesso em: 21 mar. 2022.

<sup>38</sup> Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Art. 57. Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório. (BRASIL, 1990, p. 40-41)

#### Recorte 4

**Eu acho que** os órgãos da Justiça, do Executivo, do Legislativo, **precisavam investir** nisso, no sentido do seguinte, **é necessário** o poder público de um modo geral, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e todo mundo, **criar** campanhas publicitárias fortes, amplas para **dizer, lugar de criança é na escola, lugar de adolescente é na escola, tenho que estudar, pai e mãe, tem a obrigação de ir à escola pelo menos tantas vezes por semestre, se não for, tem que ser punido também** etc. (Elismar Bezerra de Arruda, mesa-redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

Eu		Acho		que os órgãos da Justiça, do Executivo, do Legislativo
Participante experienciador		Processo mental cognitivo		Participante fenômeno/ oração projetada
<b>precisavam investir nisso</b>		<b>é necessário</b>		<b>o poder público de um modo geral, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e todo mundo,</b>
Modulação		Processo relacional / Modulação		Participante identificado
<b>criar</b>		<b>campanhas publicitárias fortes</b>		<b>amplas para dizer</b>
Processo material criativo		Participante meta		Processo verbal
<b>lugar de criança,</b>		<b>é</b>		<b>na escola</b>
Participante identificado		Processo relacional identificativo		Circunstância de lugar
<b>lugar de adolescente</b>		<b>é</b>		<b>na escola</b>
Participante identificado		Processo relacional identificativo		Circunstância de lugar
<b>pai e mãe,</b>	<b>tem a obrigação de</b>	<b>Ir</b>	<b>à escola pelo menos tantas vezes por semestre, se não for,</b>	
Participante ator	Modulação	Processo material	Circunstancia de lugar/ participante meta	
<b>tem que</b>	<b>Ser</b>	<b>punido também</b>		
Modulação de obrigação	Processo relacional identificativo	Participante identificado		

Fonte: elaborado pela autora.

De início tem-se no recorte 4, a presença do processo mental ‘acho’ sendo o participante experienciador *eu* e o participante fenômeno *os órgãos da Justiça, do Executivo, do Legislativo*. Em seguida, há o uso da expressão modalizadora *é necessário*, juntamente com o processo relacional identificativo *é*. Tais escolhas lexicais expressam o que precisa ser feito na visão de Elismar: ‘criar’ [processo material] *campanhas publicitárias fortes, amplas* [participante meta] para *dizer* [processo verbal] que lugar de criança e adolescente *é* [processo relacional identificativo] *na escola*. Há novamente, o uso da modulação no sentido de obrigação *tem a obrigação, tem que* para chamar atenção quanto à responsabilidade dos pais no acompanhamento dos seus filhos no desenvolvimento escolar.

Vale salientar que quando os documentos postulam sobre a educação como um direito de todos, atribui tal responsabilidade como dever o Estado e da família, art. 205 da Constituição Federal. Nesta mesma vertente, os art. 55 e 129 do ECA postulam que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990, p. 41-61). Ainda sobre a questão familiar, encontrei nas Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais (2012) que os jovens transgressores “são frutos da falta de habilidade e/ou da incapacidade da sociedade como um todo, em especial da família, escola e mesmo do Estado em estabelecer diálogo com estes sujeitos” (MATO GROSSO, 2012, p. 223). Há no *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Gross*, um estudo sobre o perfil familiar dos jovens transgressores<sup>39</sup>. Em sua maioria, moravam “apenas com a mãe (70,8%) e 29,2% moravam com outros que não são do núcleo familiar primário; 18,8% moravam com pais; 47% tinham envolvimento com álcool, 48,2% faziam uso abusivo de drogas e também havia no seio familiar algum usuário de drogas vinculados a pai, mãe ou irmãos (MATO GROSSO, 2014).

Na trilha do pensamento fairclougheano, a pesquisa social crítica está para contribuir na compreensão de como são produzidos ideologicamente, pelas sociedades, tanto com os efeitos benéficos (documentos de proteção social, como Sinase, ECA, PDASMT), como para os efeitos maléficos (discriminação, exclusão, não garantia de direitos etc.), “e como os efeitos maléficos podem ser amenizados, ou em condições propícias, transformados em aspectos positivos para a construção de uma nova ordem social.” (GARCIA, 2015, p. 80). Assim, quando o ator social infere que a família tome para si a responsabilidade de acompanhar as crianças e adolescentes no desenvolvimento, há uma tomada de consciência do locutor – pensando numa transformação de uma prática social - para que não haja reincidência de transgressão, ou seja, que cesse esse círculo de jovens que transgridem as leis. Nessa mesma trilha, Elismar continua o enunciado dizendo o seguinte:

#### **Recorte 5**

**nós precisamos instituir** na sociedade brasileira, do governo federal, do governo e do município, passando para Judiciário, Legislativo para todo mundo, isso é fundamental, **precisamos criar esse ambiente educativo na sociedade**, nós já temos ambiente do consumo e aí todo mundo quer consumir, mas muitos não tem dinheiro e vira esse desespero todo, **precisamos criar o contrário, um ambiente educativo**. (Elismar Bezerra de Arruda, mesa redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

---

<sup>39</sup> O perfil familiar dos adolescentes foi traçado através de um estudo de pesquisa acadêmica da UFMT e sobre o sistema de justiça e segurança as informações foram levantadas junto ao Tribunal de Justiça e Polícia Judiciária Civil. (MATO GROSSO, 2014, p. 23).

<b>Nós</b>	<b>precisamos instituir</b>	<b>na sociedade brasileira, do governo federal, do governo e do município, passando para Judiciário, Legislativo para todo mundo,</b>
Participante ator	Modulação/ processo material criativo	Participante meta
<b>Isso (educação)</b>	<b>É</b>	<b>Fundamental</b>
Participante identificador	Processo relacional identificativo	Participante identificado
<b>nós,</b>	<b>já temos</b>	<b>ambiente do consumo e aí todo mundo quer consumir, mas muitos não tem dinheiro e vira esse desespero todo</b>
Participante identificador	Processo relacional identificativo	Participante identificado
<b>(nós)</b>	<b>precisamos criar</b>	<b>esse ambiente educativo na sociedade</b>
Participante meta	Expressão modalizadora/processo material	Participante meta
<b>Precisamos</b>	<b>Criar</b>	<b>o contrário, um ambiente educativo.</b>
Modulação	Processo material criativo	Participante meta

Fonte: elaborado pela autora.

O recorte 5 inicia com Elismar fazendo uso do processo material criativo *instituir, criar*, juntamente com a modulação *precisamos*, sendo o participante ator *nós* e o participante meta *na sociedade brasileira, do governo federal, do governo e do município, passando para Judiciário, Legislativo para todo mundo*. Isso, para mencionar a ação que necessita ser tomada, ou seja, a instauração de políticas educacionais, já que *temos* [processo relacional identificativo] ‘um ambiente de consumo...’[participante identificado]. Como já dito em alguns momentos desta pesquisa, os jovens transgressores sofrem com os estereótipos e com exclusões advindas da sociedade. No *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso*, nas considerações acerca do diagnóstico da política do socioeducativo, encontrei o seguinte:

Antes de pensar em punições, a sociedade deve fazer uma reflexão sobre sua atuação no auxílio desses jovens, fruto de uma sociedade que os desampara. O sistema de proteção integral do Adolescente, previsto no ECA, revela uma preocupação em socioeducar e ressocializar tais agentes. (MATO GROSSO, 2014, p. 42).

Em uma análise interdiscursiva do enunciado 5, o *PDASMT* ilustra sobre os cuidados que a sociedade deve ter para auxiliar os jovens transgressores, gerando inclusive, meios para resgatar a cidadania, ofertando-lhes direitos que outrora foram negados (MATO GROSSO, 2014). É possível identificar neste enunciado, também, a inclusão de atores sociais por *personalização*, acionado pelo uso do pronome da primeira pessoa do plural em três momentos. De acordo com Bessa e Sato (2018), as representações de atores sociais nas práticas discursivas permitem “discutir os possíveis efeitos das formas de representação,



inclusive as que incluem atores nos textos e as que, de maneira explícita ou sub-reptícia, os *excluem*” (SATO; BESSA, 2018, p. 149). No recorte analisado, a representação de atores sociais indicado pelo pronome *nós* chama à atenção para a questão do problema emergente de exclusão dos jovens transgressores em relação ao direito da educação, bem como postula quem são os agentes que devem agir para que haja uma transformação deste cenário.

O terceiro participante da Mesa-redonda, Raul Carlos, trouxe uma visão econômica sobre o sistema socioeducativo para o debate. Num primeiro momento, ele definiu a sua atuação na Câmara Setorial Temática e qual a função que essa câmara exerce<sup>40</sup>. Posteriormente, o ator social relata sobre os índices de violências no estado de Mato Grosso e sua correlação com as questões econômicas, pois, para ele, citando alguns teóricos, “as relações econômicas determinam, em última instância, o comportamento social dos indivíduos”.

Ao mencionar sobre sua pesquisa na socioeducação, Raul Carlos falou do projeto intitulado “Economia do crime, adolescente em conflito com a lei e o modelo simples de crime racional”, desenvolvido por ele e pelos professores da UNEMAT. Este projeto foi realizado junto a 63 adolescentes, por meio da aplicação de um questionário estruturado entre 2017 e 2018. O questionário visava extrair desses jovens qual seria a sua herança familiar, o ambiente onde eles estavam, o que levou eles, por exemplo, a cometer uma transgressão e além de descobrir algumas características, como escolaridade, renda, estado civil, origem, meio urbano, meio rural, bairro, tipo de transgressão, entre outros.

Em alguns resultados deste projeto apresentado pelo professor Raul, constatou-se que os jovens no centro de atendimento socioeducativo da região de Cáceres/MT têm um comportamento diferente, embora a transgressão seja a mesma. Mas o problema é que eles veem o crime de uma maneira diferente dos meninos que estão no centro de atendimento socioeducativo em Sinop/MT. Raul aclarou ainda sobre a constituição de políticas públicas não serem pautadas em modelos de outros estados, pois, cada estado possui sua singularidade no atendimento socioeducativo. Desta forma, ele explicita:

---

<sup>40</sup> É um mecanismo de aperfeiçoamento do processo legislativo a Assembleia Legislativa tem esse instrumento para integrar os agentes públicos, que são representados pelos Poderes Executivos, Judiciários e Legislativo, que integrará também a Sociedade Civil, as organizações não governamentais. Objetivo é diagnosticar, estudar e debater temas que sejam relevantes, que têm interesse público e tudo isso visa na verdade, a participação popular (Raul Carlos em participação da Mesa Redonda I – Socioeducação em Mato Grosso: Perspectivas e Soluções –, debatida no I Encontro de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem – I EnEPEL, no dia 8 de julho de 2021)

### Recorte 6

E a percepção que eu tenho, é que **não há** uma articulação quando se elabora as políticas públicas, especialmente em um contexto como hoje, nós temos por exemplo, **a necessidade** de que essas políticas públicas, elas sejam articuladas e pensadas, para **atender** todas as diferenças, não somente daqueles que são privados de liberdade, mas sim, **pensar** nos demais grupos que são invisíveis pelo poder público, como a população negra, LGBTQI+, idosos, refugiados, dentre outros...(Raul Carlos, mesa redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

...é	que não	Há	uma articulação quando se elabora as políticas públicas, especialmente em um contexto como hoje
Processo relacional identificativo	Polaridade negativa	Processo existencial	Participante existente
Nós	temos	por exemplo, a necessidade de que essas políticas públicas, elas sejam articuladas e pensadas para	atender (no sentido de dar respostas)
Participante identificador	Processo relacional identificativo	Participante identificado	Processo verbal
todas as diferenças não somente daqueles que são privados de liberdade,	mas sim	Pensar	nos demais grupos que
Participante verbiagem /polaridade negativa	Polaridade positiva	Processo mental de cognição	Participante identificador
são	invisíveis pelo poder público, como a população negra, LGBTQI+, idosos, refugiados, dentre outros		
Processo relacional identificativo	Participante identificado		

Fonte: elaborado pela autora.

O participante Raul Carlos, inicia o recorte 6 mencionando a visão dele em relação às políticas públicas, que para ele *não* [polaridade negativa] *há* [processo existencial] *uma articulação quando se elabora...* [participante existente]. Essa crítica postulada por Raul já foi evidenciada na pesquisa de Carvalho (2015) – já citada ao longo desta tese – na qual a autora revela a falta de integração entre as instituições para colocar em prática as políticas socioeducativas.

O ator social, por meio do processo relacional identificativo *temos*, também utilizado no sentido de expressar um alto grau de modulação, demonstra que não é apenas para os adolescentes transgressores que as políticas são desarticuladas. Há uma outra parcela da

sociedade que também carece dessa articulação, ou seja, que seja colocada em prática de modo a garantir direitos estabelecidos por leis. Essa outra parcela da sociedade *são* [processo relacional identificativo] os *demais grupos* [participante identificador] *invisíveis para o poder público, como a população negra, LGBTQIA+, idosos, refugiados, dentre outros* [participante identificado].

Essa invisibilidade, na atualidade, só tem aumentado perante o cenário político vivenciado. Quando tomou posse em 2019, em apenas alguns dias de governo, o atual presidente já tinha extinguido ao menos 17 políticas públicas, dentre elas uma medida provisória que retira a população LGBTQIA+<sup>41</sup> da política de Direitos Humanos<sup>42</sup>, quando recentes pesquisas têm mostrado um cenário desolador e sangrento que assola esse grupo (BELTRÃO, 2019).

A quarta e última participante a explicar na Mesa-redonda I – Socioeducação em Mato Grosso: Perspectivas e Soluções –, debatida no I Encontro de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem – I EnEPEL, no dia 8 de julho de 2021, foi a juíza Maria das Graças, titular da Vara da Infância e Juventude de Rondonópolis desde 2010. Inicialmente, ela proferiu: “...eu sou muito esperançosa no futuro, mas eu sou muito realista” em relação aos jovens transgressores, pois para ela, a maioria dos adolescentes que cumprem uma medida socioeducativa advêm de famílias mal estruturadas e de um estado que não vem mantendo ou fazendo cumprir o que está estabelecido na Constituição. Em continuidade da sua fala, a juíza profere:

#### Recorte 7

Eu não sei se vocês, professor Raul com certeza nessa pesquisa que ele fez, ele viu, nós temos adolescentes infratores, em conflito com a lei, que **eu pergunto, qual sua escolaridade? E ele me diz assim: — Oitavo ano. — Nono ano. Aí eu pergunto você sabe ler e escrever? Aí ele me responde: — Aí, eu sei um pouco ler. — Eu sei assinar meu nome. E outros dizem: — Eu não sei.** Então, **nós estamos falhando**, nós estamos falhando no nosso princípio maior lá na Constituição, lá naquele artigo que diz que: “Criança e adolescente é são responsabilidade da família, da sociedade e do estado” (Maria das Graças, mesa-redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

<sup>41</sup> LGBTQIA+ é a sigla utilizada para referenciar a comunidade formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e pessoas trans, *queer*, intersexo e assexuais. Inicialmente, o termo mais comum era GLS; porém, com o crescimento do movimento contra a LGBTQIA+fobia e o estímulo à livre expressão sexual, a sigla foi alterada para GLBT e, em seguida, para LGBT, com a letra L indo para o início da sigla como forma de proporcionar visibilidade às mulheres lésbicas e o acréscimo da letra T para representar as pessoas trans e as travestis. A partir do final da primeira década dos anos 2000, foi acrescentado o “QIA+” na sigla, buscando representar o/a “questionado/a” ou o/a “*queer*” (GOLD, 2018; BELTRÃO, 2019) e as pessoas intersexo e assexuais.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-exclui-lgbt-de-diretrizes-de-direitos-humanos1> Acesso em: 19 mar. 2022.

<b>Eu</b>	<b>pergunto</b>	<b>qual sua escolaridade?</b>
Participante dizente	Processo verbal	Participante verbiagem
<b>E ele me</b>	<b>diz assim:</b>	<b>- oitavo ano — Nono ano</b>
Participante dizente	Processo verbal	Participante verbiagem
<b>Aí eu</b>	<b>Pergunto</b>	<b>você sabe ler e escrever?</b>
Participante dizente	Processo verbal	Participante verbiagem
<b>eu</b>	<b>Sei</b>	<b>um pouco ler.</b>
Participante experienciador	Processo mental cognitivo	Participante fenômeno
<b>Nós</b>	<b>Estamos</b>	<b>falhando no nosso princípio maior lá na Constituição, lá naquele artigo que diz que: “Criança e adolescente é são responsabilidade da família, da sociedade e do estado</b>
Participante identificador	Processo relacional identificativo	Participante identificado

Fonte: elaborado pela autora.

O recorte 7 é marcado pela pelo uso de processos verbais: *pergunto*, *diz* que tem como intuito da locutora mencionar o diálogo existente entre ela e os adolescentes transgressores em relação ao seu progresso escolar, que em sua maioria, não passa do nono ano ou não sabem ler nem escrever. Dependendo da idade, esses jovens já estão com a idade-série atrasada, ou seja, se um adolescente tem 16 anos, em tese, ele estaria cursando o 2º ano do ensino médio. Essa realidade apontada por Maria das Graças também é reverberada no *PDASMT*, quando é trazido o grau de escolaridade dos pais ou responsáveis dos adolescentes transgressores, a saber: “48,8% cursaram o ensino fundamental; 17,1% o ensino médio; 19,1% não sabiam informar; 10,6% com nível superior; e 6,9% não eram alfabetizados.” (MATO GROSSO, 2014, p. 25).

Em seguida, a participante menciona que não há um cumprimento da nossa Carta Magna em relação aos cuidados com a criança e o adolescente, enunciar ‘nós’ [participante identificador] *estamos* [processo relacional identificativo] *falhando no nosso princípio maior lá na Constituição, lá naquele artigo que diz que: Criança e adolescente é responsabilidade da família, da sociedade e do estado* [participante identificado]. No caso em tela, cabe destacar a representação do ator social por personalização *nós*’, pois a magistrada se engloba enquanto participante da prática social e discursiva, ou seja, há uma tomada de consciência que, enquanto *estrutura* social – juíza da infância e juventude – juntamente com todas políticas socioeducativas, está havendo falhas, nas quais faltam *mecanismos* – oferta de educação – para que *eventos* – cumprimento do artigo 205 da Constituição – aconteça. Em uma análise interdiscursiva, percebe-se que a juíza enquanto agente de transformação ela compreende a educação enquanto mecanismo de mudança social.

Compreende-se também que a magistrada aborda a falha do sistema educacional em proporcionar os direitos básicos da criança e do adolescente. Em continuação da sua fala, Maria das Graça aponta um dos problemas enfrentados na ressocialização de jovens transgressores:

### Recorte 8

**mas nós não temos por vezes, dentro da instituição, professores humanizados o suficiente para lidar com esse adolescente**, nós não temos muitas vezes, **sócio educadores com capacidade psicológica para lidar com esse adolescente**, nós não temos muitas vezes, uma equipe interdisciplinar talhada para isso (Maria das Graças, mesa-redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

<b>mas nós</b>	<b>Não</b>	<b>temos</b>	<b>por vezes, dentro da instituição</b>
Participante	Polaridade negativa	Processo relacional possessivo	Circunstância de frequência
<b>professores humanizados o suficiente para</b>	<b>Lidar</b>		<b>com esse adolescente</b>
Comportante	Processo comportamental		Comportamento
<b>sócio educadores com capacidade psicológica para</b>	<b>Lidar</b>		<b>com esse adolescente</b>
Comportante	Processo comportamental		Comportamento

Fonte: elaborado pela autora.

No enunciado 8, o uso da polaridade negativa “não”, juntamente com o processo relacional possessivo *temos* repetido três vezes pela participante, sinaliza o que falta de algo para um pleno cumprimento da medida socioeducativa: “professores humanizados o suficiente”, *sócio educadores com capacidade psicológica para lidar* [processo comportamental] *com esse adolescente* [comportamento]. Para Costa:

Educar é um trabalho exigente. Os educadores de uma comunidade socioeducativa precisam estar em contínua formação e aperfeiçoamento, enriquecendo-se na sua capacidade de educar. É necessário implantar e manter na comunidade um trabalho de educação permanente, com jornadas pedagógicas, reuniões formativas, treinamentos dentro e fora da unidade, autodidatismo e estudos de casos. (COSTA, 2006, p. 48).

Nesta mesma vertente, para Barros (2015, p. 146), os cursos de formação continuada oferecem oportunidades de os professores serem agentes *de* sua própria formação, contribuindo para fortalecer relações coletivas e duradouras. Em uma das conclusões na sua pesquisa de mestrado, Lima (2016) desvelou o que também fica evidente no ato ilocucionário

da magistrada: a necessidade de investimentos na formação continuada profissional/humana para os agentes socioeducadores.

### Recorte 9

Então, é isso que eu vim buscar com vocês hoje, eu aqui aplico sim à medida socioeducativa de internação, por quê? Porque a lei determina, eu sou cumpridora da lei e dentro da medida mais adequada, para cada ato infracional, eu tenho aplicado. Deixo mais do que seis meses? Nem sempre, porque seis meses, é o máximo que eu tenho dentro do ECA, para reavaliar essa medida socioeducativa e aí eu sou muito honesta dizer a vocês, eu olho como que o estado se prontificou, a reintegrar esse adolescente ao seio da sociedade. **Ele prestigiou esse adolescente com o ensino? Nem sempre, às vezes, ele sai tão analfabeto, quanto entrou.** Ele prestigiou esse adolescente com uma visão cultural, com esporte, com laser? Nem sempre. Ele prestigiou esse adolescente com uma convivência familiar mais harmônica? Diante da pandemia, nem sempre. (Maria das Graças, mesa-redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

Ele	prestigiou (sentido de ofertar)	esse adolescente com o ensino?
Participante ator	Processo material	Participante meta
<b>Nem sempre, às vezes, ele</b>	<b>Sai</b>	<b>tão analfabeto, quanto entrou.</b>
Circunstância de frequência / participante ator	Processo material transformativo de movimento	Participante meta

Fonte: elaborado pela autora.

Os processos materiais têm por objetivo representar ações concretas que podem ser observadas ou/e comprovadas (GOUVEIA, 2009). No recorte 9, há dois usos dos processos materiais: *prestigiou* e *sai*. Em um primeiro momento, o processo material é utilizado em forma de indagação, na qual Maria das Graças questiona sobre como o Estado atuou na aplicação da medida de internação aos jovens transgressores. Num segundo momento, o processo material é posto em uso para a juíza responder seu próprio questionamento. Na visão dela, *nem sempre* [circunstância de frequência] o estado não fez cumprir o que postulam as diretrizes e normativas que regem a socioeducação, ou seja, cumprimento da medida socioeducativa em uma práxis pedagógica. Tal prática culmina em mais um instrumento de exclusão social que esse adolescente transgressor acaba encontrando no processo de ressocialização.

Enquanto juíza, Maria das Graças é uma agente do estado e aplica a medida socioeducativa de internação seguindo o que consta na lei, no entanto, a partir da sua fala é possível interpretar que ela compreende as falhas do sistema para com o jovem transgressor. A falta de acesso à educação efetiva, o desprestígio cultural, esportivo e

recreativo contribuem negativamente para o processo de ressocialização destes jovens, uma vez que a única medida tomada está relacionada a privação do convívio social. Isso na verdade, pode potencializar questões que levaram estes jovens/adolescentes a cometer transgressões, o que dificulta, se não impossibilita a eficácia do processo de ressocialização. É importante ressaltar, que o evento onde foi realizado a mesa redonda, aconteceu em meio a pandemia do COVID-19, e que muitas ações realizadas precisaram ser interrompidas – dentre elas as aulas -, com objetivo de combater o vírus e evitar contaminação do socioeducandos. A seguir está o último recorte da fala da magistrada:

#### Recorte 10

É muito triste mesmo e infelizmente é essa nossa realidade, **a gente tem muitos adolescentes, como o Iberê colocou, que só tendo esse conflito com a lei, é que eles são vistos por nós**, então a nossa visão está muito perdida, está muito tampada, e a história da justiça com a sua venda, eu acho que está na hora da gente tirar essa venda, mas não só da justiça, da sociedade como todo, **falta muito da gente, falta dos órgãos de educação, de saúde, de previdência, do judiciário e assim por diante.** (Maria das Graças, mesa redonda I EnEPEL, 8 de julho de 2021).

<b>...a gente</b>	<b>Tem</b>	<b>muitos adolescentes, como o Iberê colocou que só tendo esse conflito com a lei,</b>
Participante possuído	Processo relacional possessivo	Participante possuidor/ participante identificador
<b>é</b>	<b>que eles são vistos por nós</b>	
Processo relacional identificativo	Participante identificado	
<b>...falta muito da gente</b>	<b>... dos órgãos de educação, de saúde...</b>	
Processo existencial / circunstância	Participante existente	

Fonte: elaborado pela autora.

No recorte 10, no início, o processo relacional ‘tem’ indica como está a questão do atendimento ao adolescente como um todo, não apenas os jovens transgressores. Para Maria das Graças, só a partir do momento que algum adolescente transgride uma lei ‘é’ [processo relacional identificativo] que parece que o Estado e a sociedade começam a “enxergar” esse jovem. Enquanto os adolescentes estão nos bairros, morando com sua família, em um local em que não é ofertada saúde, segurança, lazer, educação, parece que eles são invisíveis. É possível desvelar que há uma falha em não disponibilizar políticas públicas que previnam esse adolescente em transgredir. No final do enunciado, o processo existencial *falta*, seguido da

circunstância *muito*, denotam que ainda carece um esforço de todos para que o atendimento aos jovens transgressores seja cumprido em sua plenitude.

Neste recorte a juíza apresenta seus sentimentos quanto a situação em que a socioeducação se encontra. Percebe-se que mesmo atuando cotidianamente com essa temática Maria das Graças não perdeu seu olhar humanizado, e que ainda se importa com os sujeitos que estão inseridos neste contexto. A fala dela vai de encontro aos enunciados dos adolescentes do socioeducativo – dificuldade de acesso à educação (Pereira, 2017) - quanto a invisibilidade por parte do poder público para as necessidades e demandas de grupos sociais marginalizados histórico e estruturalmente. O processo deveria ser o contrário do que acontece hoje. A atuação do governo deveria estar voltada para evitar que os jovens e adolescentes ingressem no crime e não somente puni-los após a transgressão. O acesso à cultura, esporte e ao lazer, e mais a garantia de acesso à saúde, alimentação e educação, proporcionaria uma visão distinta da que têm hoje em dia. Por fim, a participante clarifica que a garantia dos direitos fundamentais é de responsabilidade de todos, e que "está na hora da gente tirar essa venda", incluindo a si mesma nesta situação. Ou seja, enquanto agente causal ela se coloca neste lugar de realizar mudanças de paradigma. A seguir, teço algumas considerações acerca desta pesquisa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis que chega o momento de tecer algumas considerações. Retomo a inquietude que gerou esta pesquisa, o artigo 205 da Constituição Federal: “a educação direito de todos e dever do estado” (BRASIL, 1988, n. p.). Esse direito universal a todos os cidadãos, às vezes é negado para aqueles que já estiveram em um momento de transgressão. Gostaria de ressaltar aqui, mais uma vez, defendo, nesta tese, o direito à educação, não os jovens transgressores.

A educação é postulada em todos os documentos que regem à socioeducação: ECA, Sinase, Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, PDASMT, como um dos pilares de práticas ressocializadoras, convívio do jovem a sociedade, independentemente da medida socioeducativa que os adolescentes transgressores estejam cumprindo, seja ela no meio aberto ou fechado. Assim, nestas considerações finais, busco responder às perguntas de pesquisa por intermédio das análises realizadas.

As teorias utilizadas – Análise Crítica do Discurso, o Realismo Crítico e a Linguística Sistêmico Funcional – ofertaram categorias analíticas crítico discursivo para identificar as representações dos atores sociais em relação à educação para jovens transgressores, bem como o PDASMT está organizado intertextualmente.

Dentre as limitações que cercearam esta pesquisa, temos a explosão da Covid-19, já citada em outros momentos. O impacto da disseminação do vírus se deu com perda de mais de 500 mil vidas só no Brasil, mais de um milhão no mundo todo. Rostos conhecidos, colegas da pós-graduação, parentes, vizinhos, a vocês meu sincero pesar! Desta forma, os trabalhos em andamento precisaram percorrer outros caminhos metodológicos e o meu não foi diferente, haja visto que as atividades na maioria das instituições foram interrompidas a fim de evitar mais contágios. Foi preciso uma reorganização metodológica para que os dados fossem coletados, pois, inicialmente foi planejado visitas a instituições – Seduc-MT, Juizados, CREAS –, mas na medida do possível, utilizou-se do uso das tecnologias para a obtenção dos dados analisados.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário no modo *on-line* - com perguntas abertas -, de uma entrevista com o Juiz Tulio Dualibi Alves de Souza concedida a atividade Café com NEPEL e de uma mesa redonda que ocorreu no I Encontro de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (I Enepel).

O questionário aplicado tinha como objetivo coletar informações sobre a instituição em que cada participante atuava, a área de atuação, quanto tempo desenvolvia a temática da socioeducação, sobre os avanços e retrocesso em relação as diretrizes que postulam a

socioeducação, como tem sido a formação de professores para trabalhar com adolescentes transgressores egressos do sistema socioeducativo que já haviam cumprido uma medida de internação, o que fazer para evitar que a escola não seja uma ferramenta de exclusão para adolescentes que já cumpriram medidas socioeducativas no meio fechado, as autoridades e gestores públicos têm atuado na colaboração da reinserção social dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que cumprem medida socioeducativa: prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade) no retorno às escolas e por último como os participantes avaliava a aplicação do PDASMT para os adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

Na análise do questionário houve muito uso de modulação – *deve, faz-se necessário, necessita, precisa ser, tem que* – e de processos mentais, relacionais e materiais. A modulação foi utilizada em tom de obrigação para expor a representação dos atores sociais em como a escola necessita atuar, para que não seja um mecanismo de exclusão de jovens transgressores. Os processos mentais são os que expressam desejo, percepção, cognição, afeto/emoção. Quando utilizado pelos participantes que responderam ao questionário, os processos mentais – *observa-se, reconhecer, entender, saber* - evidenciaram os anseios e os desejos de fazer com que os documentos e diretrizes basilares da socioeducação sejam cumpridas e normatizadas. Os processos relacionais servem para identificar ou caracterizar algo. As diversas vezes em que os processos relacionais – *estão, é, foi, tem, ser, sejam, tem, fica, estão* - foram empregados nos enunciados dos participantes tiveram como objetivo identificar a falta da aplicabilidade de alguma normativa que regula o sistema socioeducativo que ocasiona ainda mais a exclusão de jovens transgressores. Já os processos materiais são ações de fazer e acontecer. Tais processos materiais – *amplie, foque, trabalhar, faz, apresentar, cumprir, articulem,* - foram empregues para demonstrar a atuação que ainda carece por parte das estruturas que executam as medidas socioeducativas.

A entrevista que fez parte da análise desta pesquisa foi uma atividade realizada pelo grupo de estudos do Nepel com o juiz titular da Segunda Vara da Infância e Juventude, Tulio Duailibi Alves de Souza, de Cuiabá. A temática debatida na entrevista girou em torno de: *Socioeducação em Mato Grosso/perspectivas e soluções*. O magistrado proferiu acerca da medida socioeducativa que mais lhe agrada – meio aberto –, falou da redução do número de internação no sistema socioeducativo de Mato Grosso, bem como abordou sobre os aspectos relacionados a garantia do direito a educação para com jovens transgressores. Percebe-se uma humanização do juiz em relação ao processo de transformação social da realidade desses jovens que cumprem alguma medida sociedade, ao passo que ele se coloca um agente –

mecanismo - que pode possibilitar essa transformação. Por exemplo, quando os jovens não conseguem uma vaga para estudar, ele solicita que agentes compareçam até a escola para averiguar o que porquê dessa negação de direito, tudo isso apresentado no enunciado por intermédio da utilização de processos materiais como: *correndo, vão, desempenha e avançar*. Ainda nesta vertente humanizadora, há uma grande recorrência de processos mentais – *acho, influenciar, dar, envolver* (três vezes) – para expressar o desejo do juiz em relação ao tratamento que deve ser ofertado aos jovens transgressores.

A mesa redonda debatida no I Enepel contou com a participação de atores sociais que de alguma forma atua e/ou pesquisa sobre as questões que envolvem o sistema socioeducativo. Estiveram presentes uma juíza de Direito da Infância e Juventude na Comarca de Rondonópolis, um representante da Secretaria de Educação, um Superintendente da administração socioeducativa do estado de Mato Grosso e um representante da Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Intitulada de *Socioeducação em Mato Grosso: Perspectivas e Soluções*, os participantes que integraram os debates nesta mesa redonda, proferiram acerca: dos avanços no sistema socioeducativo, de como as medidas socioeducativas tem sido cumprida no estado de Mato Grosso, como se dá a efetivação dos documentos que regula o sistema socioeducativo, entre outros. Das análises realizadas dos enunciados dos atores sociais – ênfase para um grande uso de processos relacionais: *tem, é, estar, temos, são*, para identificar as políticas socioeducativas *versus* a execução no dia a dia na vida de adolescentes que transgredem às leis – depreende-se uma preocupação dos mesmos na oferta de uma política educacional inclusiva, não somente a jovens transgressores, mas, a todos os seres humanos.

Espero que as questões debatidas nesta pesquisa possibilitem alcançar os atores sociais que realizam as políticas educacionais para jovens em situação de vulnerabilidade social – jovens transgressores, assim como aqueles que tem por competência executá-las. Como uma perspectiva de devolutiva social será ofertado seminários em escolas, nos centros de formação continuada dos profissionais da educação para que tomem conhecimento da negação de direito, haja uma reflexão e possam agir de forma a contribuir na ressocialização de jovens egressos do sistema quando garantem o pleno exercício do direito a educação. Este trabalho também será compartilhado a Seduc-MT, para que esta estrutura possa criar mecanismo que cesse eventos que constitucionalmente não podem ser negados – o acesso à educação.

Dito isto, passo a responder às perguntas basilares desta tese. 1) Como as interações intertextuais do significado acional do discurso estão apresentadas no *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso 2015/2024*?

O PDASMT é organizado como uma política que auxilia no processo de ressocialização de jovens transgressores, contudo, seu foco volta-se para um maior empenho na medida socioeducativa de internação, deixa de lado as medidas que devem ser cumpridas no meio aberto – liberdade assistida e /ou regime de semiliberdade. Tal falta é reconhecido pelos atores sociais que integraram esta pesquisa, reconhecem inclusive, que Mato Grosso, assim como outros estados, faltam ações para cumprir as medidas em meio aberto, ou seja, atentar mais para os adolescentes egressos.

2) Como as autoridades e gestores públicos têm atuado na colaboração da reinserção social dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo (que cumprem medida socioeducativa: liberdade assistida e/ou do regime de semiliberdade) no retorno às escolas?

Há uma unanimidade nos enunciados dos atores sociais em relação à falta de execução das medidas socioeducativas com foco na praxe pedagógica, seu principal viés postulado nas diretrizes que norteiam as garantias de direitos. Em alguns casos, os participantes se colocam como mecanismos de atuação junto as estruturas para mudar esse cenário de exclusão – acesso à educação – que passam os jovens transgressores. Reconhecem também a não aplicabilidade do PDASMT conforme está prescrito e que há apenas ações voltadas para o sistema de internação que poucas ações privilegiam o adolescente egresso no meio aberto. Apesar dos enunciados do juiz, analisados nesta pesquisa, acreditar que a melhor medida que realmente ajuda na ressocialização de jovens transgressores são aquelas cumpridas fora dos muros do sistema socioeducativo. Um dos representantes da Seduc-MT, responsável por efetivar a educação para jovens transgressores, proferiu na mesa redonda do I Enepel, reconheceu que ainda carece ser instituído na sociedade um “ambiente educativo”, para que o direito à educação alcance a todos, independentemente da cor, raça, gênero e até mesmo se cometeram uma transgressão.

3) Quais interações interdiscursivas do significado representacional do discurso acontecem nos enunciados das autoridades?

As interações interdiscursivas presentes nos enunciados dos atores sociais que fizeram parte desta pesquisa revelaram um descompasso entre os documentos que atuam no cumprimento das garantias de direitos de jovens transgressores. Alguns atores sociais, em seus momentos de prática social, demonstraram um certo entusiasmo e contentamento na possibilidade de conseguir executar a ressocialização de adolescentes em situação de

vulnerabilidade social, inclusive se incluindo como agente de transformação, como foi apresentado na análise da inclusão de atores sociais postulado por van Leeuwen (1997). Outros atores sociais se mostraram bem realistas em relação a não possibilidade de práticas ressocializadoras que mude a realidade de jovens transgressores, devido aos percalços apresentados nesse processo: falta de envolvimento da família, falta de recursos, falta de conhecimento de garantia de direitos, falta de práticas humanizadas por parte daqueles que deveriam fazer cumprir os direitos, entre outros. Contudo, todos ressaltam a importância da educação formal como uma ferramenta que possibilita a reinserção de jovens ao convívio social e a descontinuação de transgressões outrora cometida.

Enquanto escrevia esta tese, em termos de nível nacional, o atual presidente do Brasil utilizou como um dos seus lemas de campanha, a redução da maioria penal, que visava alterar o artigo 228 da Constituição Federal - imputabilidade penal do maior de dezesseis anos. Em nível estadual, discutia-se o fechamento da Escola Nova Chance (que oferta aulas no sistema presidiário) e também o fechamento da Escola Estadual Meninos do Futuro (oferta ensino dentro do sistema socioeducativo). Todas essas práticas, apontam para o desmonte das políticas e direitos garantidos constitucionalmente.

Mas, apesar de vivenciarmos tempos sombrios e obscuros em relação as políticas em todos segmentos, enquanto houver pesquisadores determinados a estudar a temática da socioeducação provocando fissuras sociais, trazendo reflexões, teremos esperanças que aos poucos as exclusões para com os jovens transgressores poderão ser amenizadas e quiçá aniquiladas.

Assim, chego ao estágio 6 da estrutura analítica desenvolvida por Chouliaraki e Fairclough (1999) e adaptada por Barros (2015), com base a crítica explanatória de Bhaskar (1989), sobre a definição de um novo problema de pesquisa. As análises aqui elencadas revelaram que há consciência dos atores sociais em relação ao direito à educação para todos, contudo, ainda é preciso mover estruturas, para que este evento – educação – seja cumprido com êxito na ressocialização de jovens transgressores. Assim, algumas questões parecem-me pertinentes para um estudo futuro, quem sabe um pós-doutorado. Como a rede de garantia de direitos na execução de medidas socioeducativas poderiam criar mecanismos legítimos junto as estruturas para fazer cumprir o direito, não só a educação, para jovens transgressores? Como pensar em práticas emancipatórias que vise a ressocialização de jovens transgressores promovendo a inclusão dos mesmos? Estas e outras respostas podem ser respondidas em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, S. M. Bases filosóficas da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR. R. J. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

\_\_\_\_\_. Pesquisa emancipatória: realismo crítico e análise crítica do discurso. In: CUNHA, G. X.; OLIVEIRA, A. L. A (Org.). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2018. [E-book].

\_\_\_\_\_. **Realismo Crítico e Emancipação Humana – Contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso**. Campinas: Editora Pontes, 2015.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39-63.

BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JUNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. (orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018, p. 124-157.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Brighton: Harvester, Press. 1978.

\_\_\_\_\_. **Scientific Realism and Human Emancipation**. London: Verso, 1986.

\_\_\_\_\_. **The possibility of naturalism**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

\_\_\_\_\_. **Uma Teoria Realista da Ciência**. Tradução de Rodrigo Leitão. Niterói: UFF, 1998.

\_\_\_\_\_. **From Science to Emancipation**. Alienation and the Actuality of Enlightenment. Sage Publications: New Delhi/London, 2002.

BHASKAR, R.; LAWSON, T. Introduction: basic texts and developments. In: ARCHER, M. et al. (Org.). **Critical realism. Essential readings**. London; New York: Routledge, 1998. p. 3-15.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 15 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Código de Menores.** DEC 17.943-A/1927. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm). Acesso em: 12 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Código de Menores.** Lei nº 6.697/1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm). Acesso em: 13 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.mpdf.tj.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/ECA\\_comentado.pdf](http://www.mpdf.tj.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/ECA_comentado.pdf). Acesso em: 24. jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria Nº 055, 01 de junho de 2015.** Disponível em [https://www.iomat.mt.gov.br/apifront/portal/edicoes/publicacoes\\_ver\\_conteudo/755955](https://www.iomat.mt.gov.br/apifront/portal/edicoes/publicacoes_ver_conteudo/755955). Acesso em: 22 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **CNE/CEB nº 8/2015.** Ministério da Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=25201-parecer-cne-ceb008-15-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=25201-parecer-cne-ceb008-15-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, A. **Um estudo crítico das instituições públicas e a Escola Meninos do Futuro: entrelaçando poder e saber.** 2015. 120 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

CHOULIARAKI, L.; FAIRGLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinburgh University Press, 1999.

COLLIER, A. **Critical Realism.** London: Verso, 1994.

COSTA, A. C. G. da. **As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores.** Brasília: SEDH, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Presença: da solidão ao encontro.** Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSSETIN, Márcia. **Socioeducação no Estado do Paraná: os sentidos de um enunciado necessário**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EGGINS, Stephen. **An introduction to systemic functional linguistics**. 2. ed. London: Continuum, 2004.

\_\_\_\_\_. **An introduction to systemic functional grammar**. London: Printer Publishers. Halliday, M. A. K. 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse**. Routledge: Taylor; Francis Group: London and New York. 2003a.

\_\_\_\_\_. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças: a história das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33 – 96.

FERREIRA, Hayane Kraytch Silva. **Crianças e adolescentes: de objetos do Direito a sujeitos de direitos**. In: AMORIM, P. C. D. P.; AMORIM, S. M. F (Org.). **Adolescentes em conflitos com a lei fundamentos e práticas da socioeducação**. Série Programa Escola de Conselhos. Campo Grande: Editora UFMS, 2010.

FLICK, U. (2004). **Uma introdução à pesquisa qualitativa** (Sandra Netz, Trad.). Porto Alegre: Bookman.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011. Coleção Leituras Introdutórias em Linguagem, vol. 2.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014. 228 p.

GHIO, E. FERNÁNDEZ, M. D. **Linguística sistêmico-funcional: aplicaciones a la lengua española**. Santa Nacional del Litoral: Wadhuter Editores, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.



\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMIDE, P. I. C. **Menor infrator: A caminho de um novo tempo**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

GONTIJO. T. BARROS. S.M. MARQUES SANTOS. L. **Representações Surdas na Desconstrução de Práticas Ouvintistas**. Campinas, SP. Pontes, 2021.

GOUVEIA, C. A. M. **Texto e Gramática: uma Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional**. In: Matraga, Rio de Janeiro, n. 24, p. 13-47, jan./jun., 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

\_\_\_\_\_. **An introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_.; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

\_\_\_\_\_.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to Functional Grammar**. 3rd edition, London: Hodder Arnold, 2004.

HOLANDA, I. P. **A doutrina da situação irregular do menor e a doutrina da proteção integral**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 106, nov. 2012. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12051&revista\\_caderno=12](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12051&revista_caderno=12) . Acesso em: 22 jul. 2019.

Instituto de Ação Social do Paraná (IASP). **Pensando e Praticando a Socioeducação**. Curitiba, 2007.

JESUS, M. N. **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas: Servanda, 2006.

JULIÃO, E. F. **Educação de Jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade: Questões, Avanços e Perspectivas**, Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

LENHARDT, J. **Percepções acerca da linguagem na formação docente do sistema socioeducativo de Rondonópolis**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

LIBERATI, W. D. **O adolescente e o Ato infracional. Medida Socioeducativa e pena?** 2. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

LIMA, J. R.. **Representações de Agentes Socioeducadores/as: um estudo baseado na análise crítica do discurso**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

LIRA, L. C. E.; ALVES, R. B. C. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR. R. J. L; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

MAGALHÃES, I. **Análise de discurso crítica: questões e perspectivas para a América Latina**, In: RESENDE, V.; PEREIRA, F. H. (Org.). Práticas socioculturais e discurso. Debates transdisciplinares. LabCom Books, 2010. p. 09-28.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, L. R. ANDRADE, E. F. AZEVEDO, J. M. L. Pesquisa em política educacional e discurso: sugestões analíticas. **RBP**, v. 33, n. 1, p. 055 - 071, jan./abr. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/jussi/Downloads/72834-302133-1-SM%20(1).pdf. Acesso em: 17 fev. 2021

MARTIN, J. R; MATHIESSEN, C. M. I. M.; PAINTER, C. **Working with functional grammar**. Londres: Arnold, 1997.

MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MIRANDA. K. A. S. N. **Adolescentes e Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social: Um estudo crítico das representações de atores sociais**. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

OUTHWAITE, W. **Toward a Realist Perspective**. In: MORGAN, G (Ed.). **Beyond Method: Strategies for Social Research**. London, Sage, 1983.

PARANÁ. Gestão de Centro de Socioeducação. **Cadernos do IAS**, Paraná, 2006.

PAPA, S. M. B. **Prática Pedagógica Emancipatória: o professor reflexivo em processo de mudança. Um exercício em análise crítica do discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Realismo Crítico e Análise de Discurso Crítica: reflexões interdisciplinares para a formação do educador de línguas em processo de emancipação e transformação social. **Polifonia**, n. 17, ano 17, semestral, Cuiabá: Editora Universitária, 2009. 257p.

PEREIRA, J. C. V. **Fora dos muros do pomeri: (ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo? uma análise crítica do discurso**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

RAMALHO, V. ‘Viva sem menstruar’: representações da saúde na mídia. In: SATO, D.; BATISTA JÚNIOR J. R. (Org.). **Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil: uma homenagem à Izabel Magalhães**. Campinas: Pontes, 2013, p. 231-255.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Direito Penal juvenil: quem garante os jovens desta “bondade punitiva”? **Revista da ESMESC**, a. 9, Florianópolis: ESMESC, v. 15, p. 151/169, 2003.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso crítica**. 1. Ed. 1º reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso (para) a crítica**. Campinas: Pontes editores, 2011.

SATO, D. T. B; BATISTA JR., J. R. L. (Org.). Apresentação. In: **Contribuições de análise de discurso crítica no Brasil: uma homenagem a Izabel Magalhães**. Campinas: Pontes, 2013.

SAUT, R. D. **O direito da criança e do adolescente e sua proteção pela rede de garantias**. Revista Jurídica - CCJ/FURB. v. 11, n. 21, p. 45-73, jan./jun. 2007. ISSN 1982 -4858.

SAYER, A. **Realism and Social Science**. London. Sage Publications, 2000.

\_\_\_\_\_. **Method in social Science: A realist approach**. London; Hutchinson, 1984.

SILVA, R. S. MORORÓ, L. P. Por uma política de formação de socioeducadores. In: Adolescentes em conflitos com a lei fundamentos e práticas da socioeducação. In: PAES, PP. C.; AMORIM, S. M. F. da (Org.). **Série Programa Escola de Conselhos**. Editora UFMS. Campo Grande, 2010.

SOUZA, V. G. **Discurso em conflito de catadores de materiais recicláveis: uma perspectiva crítica**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília - UnB, Instituto de Letras, 2012.

SOUZA, M. M; MENDES, W. V. Tema circunstancial e textualidade. In: FURTADO DA CUNHA, M. A. **A gramática da oração – diferentes olhares**. Natal: EdUFRN, 2015.

SOUZA, I. F. de. **A erradicação do trabalho infantil e as responsabilidades do Conselho Tutelar em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

THOMPSON, G. **Introducing functional grammar**. London: Edward Arnold, 1996.

VANDENBERGHE, F. Une ontologie realiste pour La sociologie: système, morphogenèse et collectifs. **Social Science Information**, London, v. 46, n. 3, p. 487- 542, Sep. 2007.

VAN LEEUWEN, T. **A representação dos atores sociais**. In: PEDRO, E. R. (Org). *Análise Crítica do Discurso*: uma perspectiva sociopolitical e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, P. 169-222.

VERONESE, J. R. P.; LIMA, F. da S. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, p. 29-46, 2009.

VIEIRA, A. M. Marcos Legais e Socioeducação. In: **Formação Continuada de Socioeducadores** – Liberdade assistida prestação de serviço à comunidade. Série Programa Escola de Conselhos. PAES, P. C. D; ADIMARI, M. F. (Org.). Campo Grande: Editora UFMS, 2011.

VIEIRA, V. RESENDE, V. **Análise de Discurso (para) a crítica**: o texto como material de pesquisa. 2. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.

ZANELLA, M. N. Adolescente em conflito com a lei e a escola: uma relação possível? **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 3, p. 4-22, 2010.

## **ANEXOS**

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO ALICERÇADO NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

**Pesquisador:** JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 13605919.4.0000.5690

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Mato Grosso

**Patrocinador Principal:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.445.091

#### **Apresentação do Projeto:**

Segundo a pesquisadora: Os adolescentes em situação de vulnerabilidade social já sofrem com as mais variadas exclusões: social, política, econômica, e isso refletem em serem apreendidos pelo sistema socioeducativo. E ao retornar a sociedade novamente é marcado por mais omissões de direitos entre eles a não reinserção educacional pelas escolas de Cuiabá/MT. O direito e acesso à educação no Brasil são regidos por diversas diretrizes, entre elas a Constituição Federal (1988). O art. 205 assegura que todos tem direito a educação. Mas, quando falamos de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, a realidade tem sido contraditória. Aos jovens que já cometeram ato infracional é negado o direito de uma reintegração educacional e ou essa reinserção tem sido marcada por diversas dificuldades em conseguir vagas em uma escola. A educação para a maioria desses jovens ajuda no processo de ressocialização dos mesmos. Contudo, são poucos os documentos na área de educação em Mato Grosso que registram políticas públicas a favor de jovens egressos do sistema socioeducativo. Assim esse projeto tem por objetivo, investigar as políticas públicas

educacionais para adolescentes em situação de vulnerabilidade social - com destaque para adolescentes egressos do sistema socioeducativo - desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso e analisar os enunciados dos atores sociais que são responsáveis pela composição e execução dessas políticas, sob a corrente teórica da Análise Crítica do Discurso, do

**Endereço:** Rua Fernando Correa da Costa, 2367

**Bairro:** BOA ESPERANCA

**CEP:** 78.060-900

**UF:** MT

**Município:** CUIABA

**Telefone:** (65)3615-8935

**E-mail:** cephumanas@ufmt.br

Continuação do Parecer: 3.445.091

significado representacional de Fairclough (2003), do Realismo Crítico de Bhaskar (1998) e da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (2004). A pesquisa será de base quanti-qualitativa. Com o intuito de ofertar uma política pública para a Seduc, vou sugerir um plano de ação para área de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os resultados podem indicar uma integração maior de adolescentes egressos do sistema socioeducativo nas escolas de Mato Grosso.

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo primário:

Investigar as políticas públicas educacionais para adolescentes egressos do sistema socioeducativo desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso e analisar os enunciados das autoridades educacionais, públicas, sob a corrente teórica da Análise Crítica do Discurso.

Objetivos secundários:

Elencar as políticas públicas educacionais desenvolvidas pela Seduc/MT para com os adolescentes egressos do sistema socioeducativos;

Investigar como está sendo a reintegração de adolescentes que adolescentes em vulnerabilidade social no contexto escolar;

Analisar as representações discursivas de professores, alunos, autoridades da Seduc/MT, acerca dos egressos dos alunos egressos do sistema socioeducativo;

Averiguar as políticas públicas de secretarias estaduais de educação dos outros 26 estados brasileiros por meio do significado acional – ECA, Sinase, Diretrizes Estaduais;

Sugerir à SEDUC-MT uma política pública educacional para adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo a pesquisadora:

Riscos: NÃO HAVERÁ NENHUM RISCO PARA OS PARTICIPANTES, UMA VEZ QUE SERÃO UTILIZADAS APENAS ENTREVISTAS EM HORA E LOCAL COMBINADOS, PREVIAMENTE, MANTENDO A SEGURANÇA DOS MESMOS. OS QUESTIONÁRIOS SERÃO ENVIADOS POR EMAIL O QUE TAMBÉM NÃO IMPLICA RISCOS À INTEGRIDADE FÍSICA DA PESSOA. CONTUDO, SE PORVENTURA ALGUM QUESTIONAMENTO APRESENTAR ALGUM RISCO PARA DIMENSÃO MORAL, CULTURAL, SOCIAL OU ATÉ MESMO INCOMODAR O ENTREVISTADO, ESSA PERGUNTA SERÁ ELIMINADA, A ENTREVISTA PODERÁ SER ENCERRADA OU ATÉ MESMO A PESQUISA FINALIZADA. Benefícios: DE FORMA DIRETA OS PARTICIPANTES NÃO TEÃO BENEFÍCIOS IMEDIATO QUANDO RESPONDEREM AO

**Endereço:** Rua Fernando Correa da Costa, 2367

**Bairro:** BOA ESPERANCA

**CEP:** 78.060-900

**UF:** MT

**Município:** CUIABA

**Telefone:** (65)3615-8935

**E-mail:** cephumanas@ufmt.br

Continuação do Parecer: 3.445.091

SEREM ENTREVISTADOS. MAS, APÓS A CONSTRUÇÃO DA TESE, DE FORMA INDIRETA PODERÃO SER BENEFICIADOS COM O CONHECIMENTO OBTIDO AO SABER DE QUE FORMA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS ESTÃO ACONTECENDO EM TODO O ESTADO DE MATO GROSSO E TAMBÉM EM OUTROS ESTADOS BRASILEIROS. AO FINAL DA TESE TODOS TERÃO ACESSO E UM BENEFÍCIO REAL SERÁ INCENTIVAR UM DIÁLOGO ABRANGENTE ENTRE OS ATORES SOCIAIS QUE COMPÕEM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS COM OS PROFESSORES FORMADORES QUE ATUAM DE MANEIRA DIRETA NAS ESCOLAS, E SÃO OS MULTIPLICADORES DAS PROPOSTAS DA SEDUC.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Sem considerações ou comentários.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os documentos de apresentação obrigatória foram devidamente inseridos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as pendências e solicitações listadas no parecer anterior foram atendidas. Propõem-se a aprovação do projeto de pesquisa em relação a análise ética.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Considerando as Resoluções 466/2012 e 510/2016 da CONEP, e, uma vez que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme as Resoluções 466/12 e 510/2016, é atribuição do CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente a pesquisa. Ressaltamos as seguintes atribuições do pesquisador: Desenvolver o projeto conforme delineado; Elaborar e apresentar os relatórios parcial (parciais) e final até 60 dias após o seu término (como notificação); Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto. Justificar fundamentadamente, perante o CEP, qualquer modificação (emenda) ou interrupção do projeto.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**Endereço:** Rua Fernando Correa da Costa, 2367

**Bairro:** BOA ESPERANCA

**CEP:** 78.060-900

**UF:** MT

**Município:** CUIABA

**Telefone:** (65)3615-8935

**E-mail:** cephumanas@ufmt.br



Continuação do Parecer: 3.445.091

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1304919.pdf	28/06/2019 11:45:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	28/06/2019 11:44:06	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA2.pdf	28/06/2019 11:43:17	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMACOMPREVISAO RELATÓRIO.pdf	28/06/2019 11:42:22	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Orçamento	orcamentofapemat.pdf	28/06/2019 11:42:02	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	14/06/2019 20:29:46	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEJussivaniaPRONTO.pdf	14/06/2019 20:28:30	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Outros	Modelodeinstrumentocoletadedados.pdf	13/05/2019 15:32:28	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaopesquisadora.pdf	13/05/2019 15:30:13	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Outros	CARTAANUENCIA.pdf	26/04/2019 11:13:09	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	26/04/2019 11:12:05	JUSSIVANIA DE CARVALHO VIEIRA BATISTA PEREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Fernando Correa da Costa, 2367

**Bairro:** BOA ESPERANCA

**CEP:** 78.060-900

**UF:** MT

**Município:** CUIABA

**Telefone:** (65)3615-8935

**E-mail:** cephumanas@ufmt.br



UFMT - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MATO GROSSO -  
HUMANIDADES



Continuação do Parecer: 3.445.091

CUIABA, 09 de Julho de 2019

---

**Assinado por:**  
**Rosangela Ribeiro**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Fernando Correa da Costa, 2367

**Bairro:** BOA ESPERANCA

**CEP:** 78.060-900

**UF:** MT

**Município:** CUIABA

**Telefone:** (65)3615-8935

**E-mail:** cephumanas@ufmt.br

Transcrição Vídeo - Café Com NEPEL: Tema “Socioeducação em Mato Grosso Perspectivas E Possibilidades”. 01h18m28s.

**Entrevistado** - Boa noite professora Kátia! Professor Jonathan.

**Entrevistadora** - Boa noite professor Fabio! Boa noite doutor Túlio!

**Entrevistado** - Peço desculpas! Porque o PJ resolveu dar uma travada aqui e eu estou com um processo, que eu tenho uma audiência segunda-feira, de um indígena e entrou uma petição urgente agora aqui e eu estou tendo que despachar e o PJ está travando.

**Mediador** - Não tem problema. Eu vou só vou pedir licença para vocês para a gente começar o nosso primeiro “Café com NEPEL” e lançar a nossa vinheta e nossa chamada, nós já estamos ao vivo no *YouTube*, só um instantinho tá. Passo a palavra para Doutora Kátia.

**Entrevistadora** - Boa noite a todos e todas! Sejam bem-vindos ao café com o NEPEL. Hoje nós temos uma ilustre presença do Doutor Túlio Duailibi, ele vai nos trazer a sua experiência, todas as suas reflexões, as suas ponderações, todo o seu conhecimento sobre a socioeducação, sobre o sistema socioeducativo no estado do Mato Grosso. Nós temos Doutor Túlio o tema socioeducação perspectiva avanços e soluções. Então, eu passo a palavra ao senhor, é o nosso primeiro programa, nós estamos inaugurando o canal no *YouTube* do NEPEL, o Núcleo de Estudos Práticos e Emancipatórias e o senhor será o primeiro entrevistado do nosso programa Café com NEPEL, então, sua ilustre presença vai enriquecer muito o nosso conhecimento em torno da socioeducação. Doutor Túlio, nós temos no nosso grupo pessoas que pesquisam estudam a socioeducação no estado do Mato Grosso, então, já tivemos alguns mestrados, que desenvolverão todo seu estudo no centro socioeducativo no estado do Mato Grosso, nós temos uma que está terminando o doutorado, está trabalhando com os egressos, então, nós temos assim, nosso grupo é muito diverso, então, nós temos várias frentes de trabalho e um dos nossos trabalhos é a socioeducação, então, eu gostaria que o senhor se apresentasse e falasse das suas frentes, onde o senhor atua, para a gente o conhecer um pouco.

**Entrevistado** - Boa noite professora Kátia e professor Jonathan e todos aqueles que estão dispendo do seu tempo, numa sexta-feira, para poder estar participando e de

certa forma nesse meio virtual, interagindo ainda que a distância conosco, para podermos falar sobre o sistema socioeducativo. Meu nome é Túlio Duailibi Alves de Souza. Professora, desde já agradeço a oportunidade de oportunizar ao poder judiciário do estado de Mato Grosso, estar aqui conversando sobre o tema socioeducativo e também de nos brindar com o primeiro Café com NEPEL. Então, para nós é um motivo de orgulho e um motivo de satisfação. Hoje eu estou como juiz titular da segunda Vara da infância e Juventude, daqui da comarca da capital, de Cuiabá. A unidade judiciária professora, que tem a competência para processar os atos infracionais e cuidar das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que se encontram em conflito com a Lei. Então, é uma vara especializada, uma vara específica em Cuiabá, para tratar deste assunto e atualmente também estou na função de coordenador da Coordenadoria da infância e Juventude do tribunal de justiça de Mato Grosso, eu também participo pelo sistema socioeducativo, pela área do socioeducativo junto ao GMF, que é a gerência que cuida, que tem uma vertente do sistema socioeducativo dentro tribunal de justiça, que é o grupo de monitoramento e fiscalização, que atua com frente no sistema prisional e também no sistema socioeducativo e está hoje dentro do CNJ, localizado no DMF, que é o departamento de monitoramento e fiscalização e com essas breves palavras eu me apresento então como juiz de direito aqui no estado de Mato Grosso.

**Entrevistadora** - Muito bom Doutor Túlio, já conheço o trabalho do senhor de longa data, eu já tive a oportunidade de participar de um grupo de trabalho em 2012, 2013 se não me engano, quando a gente falava, que tinha todas as frentes desse trabalho eu estava ali representando a educação no estado do Mato Grosso no sistema socioeducativo. Eu também fiz parte do plano decenal, que nós temos aí, o plano decenal e eu sair para doutorado 2015 e retornei em 2019, estou ainda adentrando agora, como é que está a situação do estado hoje a socioeducação no estado do Mato Grosso. E quando eu me deparei com esse núcleo do monitoramento, eu fiquei muito feliz de saber que tem esse grupo que cuida, monitora o trabalho que está sendo desenvolvido dentro socioeducativo, a gente não tinha isso a pouco tempo atrás, então, hoje nós já temos esse núcleo. Então, uma das funções gostaria que o senhor me colocasse, qual é a função, o objetivo desse monitoramento no sistema socioeducativo, como é que se desenvolve, como que ele está atuando dentro do sistema socioeducativo? Porque me aguça muito a curiosidade e a vontade de querer saber como é que funciona, acho que as pessoas que estão assistindo essa *live*,

todas são pessoas interessadas nesse assunto que nós gostaríamos de saber e também gostaríamos de saber se esse GMF funciona também em rede nacional ou só aqui no estado de Mato Grosso?

**Entrevistado** - Então professora, o GMF que o grupo de monitoramento e fiscalização, dentro da nossa estrutura de poder judiciário, hoje ele é vinculado a corregedoria geral de justiça, nossa corregedoria e a nível nacional é uma diretriz do conselho nacional de justiça, que têm um departamento de monitoramento e fiscalização com uma frente voltada ao sistema prisional e uma frente voltada ao sistema socioeducativo, todos os tribunais do Brasil, tem um grupo de monitoramento e fiscalização, por conta de resoluções do conselho nacional de justiça. Aqui no estado de Mato Grosso, nosso supervisor do GMF é o desembargador Orlando de Almeida Perri, ficou conhecido aqui no estado, magistrado de alto gabarito e que está à frente ainda do GMF e foi reconduzido agora, no final do ano passado, para mais dois anos e temos um juiz coordenador, voltado ao sistema penitenciário, que o nosso colega Geraldês Esteves e no socioeducativo tem a minha pessoa, como um coordenador e também estou acompanhado de uns colegas magistrados, que tem sobre a sua tutela, sobre sua alçada, corregedoria das unidades de internação, no estado de Mato Grosso, então, hoje nós estamos em seis magistrados, já que nós temos seis unidades de internação, aqui no estado de Mato Grosso. E o nosso objetivo professora, é impulsionar, aproveitar esse momento que pauta do sistema socioeducativo ganhou com o GMF, para a gente a alavancar algumas ações que venham melhorar e aperfeiçoar os sistemas socioeducativo, tanto no meio fechado, no caso internação, quanto no meio aberto e para isso, o nosso tribunal de justiça tem um programa chamado Programa fazendo Justiça, dentro desse programa de fazendo justiça o estado de Mato Grosso, nos firmamos com conselho tribunal de justiça um plano executivo estadual, que tem alguns eixos e o eixo nosso do socioeducativo é o eixo dois, que tem lá umas seis atividades, que hoje nós estamos nos dedicando para implementar e aperfeiçoar esses projetos que nós firmamos com o CNJ, um projeto por óbvio e é isso que que demanda todo o sistema da infância Juventude, que não depende exclusivamente do poder judiciário, para o seu sucesso, para que a gente alcance nossos objetivos, depende de uma articulação, de uma integração com o poder executivo que faz a gestão do sistema, com parceiros, enfim, com entidades, com órgãos públicos e num trabalho de colaboração e de integração, a gente então, consiga alavancar essas pautas, voltadas ao sistemas socioeducativo.

Então, é essa a nossa função, buscar melhorias e aperfeiçoamento dentro da realidade que se apresenta, aqui no estado de Mato Grosso.

**Entrevistadora** - Eu fico feliz por esse grupo existir, como eu repito pro senhor, até pouco tempo atrás, não havia esse grupo de monitoramento e é algo que está expresso no sinase, a gente vê que o sinase, fala muito da questão do monitoramento e da segurança, de ver como é que está acontecendo esse trabalho e eu fico feliz de ver que está sendo aplicado essa parte, conforme preconiza o sinase. Falando de sinase, no meio fechado, que seria o processo da privação e restrição também, que seria o meio aberto, então, nesse âmbito municipal, estadual o senhor concorda com a organização, de como está essa organização hoje no estado do Mato Grosso, sabe o porquê eu falo Doutor Túlio? Eu lembro que há quatro anos atrás, quando nós trouxemos um consultor do MEC e esse consultor tinha uma ligação com ODGAS no Rio de Janeiro, ele disse assim - Por que é que a Secretaria de educação não traz o socioeducativo para trabalhar? Por que que é a educação não pega o socioeducativo? Eu lembro que eu fui investigar nos documentos oficiais e o próprio sinase não fala, fala que é uma instituição educacional, teria que estar ligado a uma instituição educacional e eu lembro que eu fui ver, ele não ele não indica quem é que deve cuidar, quem é que deve executar medidas socioeducativas e onde deve estar, é muito polêmica essa questão, a muitos questionamento, quem é que deve estar com a educação, com a área do serviço social, com a justiça, com e segurança, então, tem todo esse questionamento, então, voltando para o nosso estado, que hoje está na secretaria de segurança, o senhor concorda com essa gestão do socioeducativo? O senhor tem uma opinião, o quê que o senhor pensa em torno dessa questão, da gestão, de quem vai executar a medida socioeducativa, tanto no meio aberto, quanto do meio fechado?

**Entrevistado** - Então professora, eu particularmente procuro enxergar na forma como o serviço está sendo executado, hoje, existe um movimento, favorável a pauta os temas socioeducativos, no meio fechado, na internação e também no que diz respeito a semiliberdade, porque nós não temos no estado do Mato Grosso a semiliberdade, foi firmado, existe um termo justamente de conduta, em que o estado de Mato Grosso se comprometeu, a expandir o sistema de internação, onde já existe, então, agora provavelmente esse mês ou no máximo final do mês que vem está sendo entregue a primeira unidade construída, na cidade de Rondonópolis, fruto desse termo justamente de conduta e estamos prestes a ter uma construção em barra do Garça e

partindo para Sinop, partido para Cuiabá, enfim, um movimento favorável, que move a estrutura e de ampliação, onde existe é uma escola estadual dentro da unidade, então assim, a princípio, apesar da polêmica do deputado falar que a unidade de internação estabelecimento educacional não teria sentido, eu não acho que a Secretaria de segurança pública, consegue executar o meio fechado no estado de Mato Grosso e foi a partir da mobilização da Secretaria adjunta, que cuida da pauta dos temas socioeducativo, que surgiu essa possibilidade de investimento, não no meio fechado, o que a gente tem que investir é na integração e na articulação das políticas setoriais, mais do que ter um titular que faz essa gerência, não sei também qual é a estrutura da Secretaria de estado educação, para poder abraçar mais essa política pública, que é cuidar do sistema meio fechado, não sei qual a estrutura que eles têm ou se eles têm como executar isso, mas o fato é que a gente como uma política setorial da educação, a gente pode estar sempre se articulando para que os alunos para que os internos os sócio educandos, não sejam privados do acesso à educação, eu acho que é o mais importante, o sistema precisa de melhoria, de aperfeiçoamento, é natural, óbvio que deveria, mas hoje a gente encontra ao meu ver, um aumento propício, momento positivo para avançar nas pautas do meio fechado, o que a gente tem que conversar disso eu tenho dito com a superintendência do sistema socioeducativo, é minha preocupação com o meio aberto, também a nível de gestão macro do meio aberto, pelo que se diz a respeito da fragmentação, em secretarias no âmbito do estado de Mato Grosso, então assim, a gente tem conversado, para que o sistema socioeducativo seja visto como um todo, não ilhas em meio aberto, não em ilhas meio fechado, mas que haja mais integração efetiva, dentro do poder executivo, na gerência do sistema como um todo, não tratar de forma separada, então, na pergunta a senhora me disse, eu não tenho uma avaliação fechada, até porque a gente está em fase de conversa, com a Secretaria de segurança, Secretaria adjunta que cuida do sistema socioeducativo, para avançar em pautas relevantes, como é a questão da central de vagas, como é a questão do núcleo de atendimento integrado e isso nós não temos encontrado barreira e eu também assim não conheço, para saber se era pra senhora, se há em algum estado da federação, sobre a tutela sob a **batuca** da Secretaria de educação, a administração dessa política de meio fechado, mas, eu gostaria de ressaltar que hoje nós temos um movimento positivo, favorável para avançarmos na pauta do sistema socioeducativo.

**Entrevistadora** – Sim, eu estive no 2016 e também como eu participo de mais um grupo que é o Educar da UFSCar, eu estou sempre em contato com profissionais que atuam no sistema socioeducativo e o DEGASE, que é o Departamento de Atendimento Socioeducativo no Rio de Janeiro, ele é da Secretaria de educação, mas é um departamento que a Secretaria criou, para cuidar dos sistema socioeducativo, tem problemas como qualquer outro lugar, a gente sabe disso mesmo sendo dá educação, tendo concurso, porque lá os professores são concursados para trabalha com sistema socioeducativo, não é igual ao nosso aqui, que é um concurso, aí o professor atribui suas aulas e vai pegar o que sobra lá o sistema socioeducativo, não, é um concurso para o profissionais trabalhare dentro do sistema socioeducativo. Eu falo assim, professor porque eu sou professora e sou da secretaria de educação, então eu sempre puxando assim, para o lado da educação. Mas eu entendo e acredito que qualquer instituição que tem que executar medidas socioeducativas, ela não pode trabalhar sozinha, a gente sabe e o senhor deixou muito bem claro, que é uma rede de atendimento, todos nós somos responsáveis pela educação, saúde, segurança, assistência social, todos nós somos responsáveis e essa rede institucional. Ela é muito importante para favorecer o retorno desse jovem, ao convívio social, porque a gente sabe que a medida socioeducativa ela é sociopedagógica, ela é (21:26), ela é social e pedagógica, então, ela é sociopedagógica. E o jovem têm que sair dali, com um projeto de vida, esse projeto de vida está sendo construído ali, no momento em que ele está é cumprindo a medida socioeducativa, então, ali vai entrar todas as instituições que compete, a rede de atendimento, a rede que dá o direito de sistema de atendimento de direitos de atendimento, às garantias de precisão. E só para informar para o senhor, nós temos uma rodada de perguntas e depois nós vamos para o *chat*, vamos selecionar umas duas, três perguntas, o Jonathan vai estar selecionando para direcionar, porque são pessoas que estão assistindo, inclusive eu fiquei sabendo de pessoas que já estão estagiando, que estão trabalhando com essa temática querem fazer a pergunta. Mas uma perguntinha para o senhor, que é em torno da própria medida socioeducativa, o senhor pode nos trazer, assim, é difícil quando eu coloquei questão da solução, essa questão da solução vai depender muito também de tudo, qual é a solução? A gente está em busca constantemente entrando, saindo, agora tem a questão pandêmica, a gente sabe que essa questão da pandemia trouxe muitas desvantagens, principalmente as pessoas que estão em privação de liberdade, no quesito principalmente da educação e a gente sabe que as soluções, elas vão acontecendo ali, no contexto, onde a história a sociedade, o tempo ali, que



está acontecendo, mas a pergunta é, o senhor considera que quais dessas medidas, poderia ser satisfatória para esse jovem retornar para o convívio social? Há uma medida mais satisfatória, há uma medida que vai realmente está ajudando esse jovem no seu retorno no convívio? A gente sabe que a última é a internação, então, qual dessas medidas? Na fala do senhor, eu já vi questão do meio aberto, que está muito ali, latente, então, eu gostaria que o senhor pudesse dar sua opinião. Há uma medida satisfatória para o convívio desses jovens?

**Entrevistado** – Professora, todas as medidas, elas a seu tempo, ao seu modo, elas são necessárias à sua supervisão. Em determinado momento a internação é a medida necessária, a de meio aberto, ela tem que ser a regra (24:22), então, à medida que mais me agrada, que mais assim, que eu enxergo, que eu visualizo como uma capacidade, de uma potencialidade muito forte de influenciar na ressocialização, na reintegração, no despertar da consciência, da análise das consequências e da liberdade assistida, eu me simpatizo muito com ela, a gente na vara, nós temos a central de execução socioeducativa e a gente acompanha muito de perto isso, com nossos agentes da infância e juventude, com nossa equipe interprofissional, em constante comunicação com a Secretaria municipal, no sentido de dar orientação, de fazer despertar esses valor da conduta, por parte do adolescente, então, eu me simpatizo muito acredito muito na liberdade assistida, acho que nós temos que investir mais nela, hoje nós estamos desenhando um fluxo com a Secretaria municipal, aqui dentro de Cuiabá, onde está a pasta aqui, que faz a que faz a política de atendimento no meio aberto, para que a gente comece a definir outras formas de abordagem em relação a liberdade assistida, todas as medidas, elas determinadas situações, elas são importantes, são necessários, internação em meio fechado, por próprio sistemática, da infância e Juventude, ela é excepcional, ela é medida mais breve, pela condição do adolescente que está no cumprimento pelo que eu só condição peculiar de desenvolvimento, mas a liberdade assistida eu acho que se fizermos uma integração boa, envolvendo a assistente social, envolvendo a educação, envolvendo a capacitação com oportunidade dessa pessoa se qualificar em uma inserção do mercado de trabalho, ela vai trazer frutos para a gente, é a mudança, é a medida que tem a capacidade de influenciar na transformação das pessoas de maneira muito forte e não é retórica, porque a prática nos mostra isso. Dependendo das abordagens que são feitas diferenciadas, quando a gente utiliza as práticas restaurativas, quando a gente utilizamos a mediação familiar, nós temos um projeto dentro tribunal, em 2015,

então o presidente do Brasil desembargador Paulo da Cunha, disponibilizou uma cota de estágio remunerado para nós utilizar no ensino médio, nós trabalhamos com 10 adolescente, temos 10 vagas e a possibilidade desse adolescente está trabalhando na estrutura do poder judiciário como estagiário, tendo a sua remuneração, estando ali no seu convívio social no conjunto comunitário, transformou a vida de adolescentes de forma extraordinária, fazer um trabalho agregado ali, com as práticas restaurativas dentro da família, então, o que a gente precisa é isso, é despertar da sociedade de que criança e adolescente precisa de investimento, investimento na pessoa, na educação, na qualificação, na família, porque a gente acompanha, sabe e faz. Eu falo que audiência de apresentação é uma coisa fantástica, que aquele contato que a gente tem com o adolescente, com a família, de entender aquele contexto todo, que levou a adolescente a prática de atos infracionais, porque nos permite ali, inclusive de uma forma consensual, de ver a melhor abordagem para aquele adolescente e sua família, e ali tem uma capacidade de transformação muito grande, então, criança e adolescente demanda investimento humano, capital humano, investimento na pessoa e a gente sabe, a gente tem essa experiência, de que prática, de que quando nós fizemos esse trabalho nós conseguimos transformar a vida de pessoas e isso não tem preço, isso é impagável, então, o retorno é muito grande, as pessoas, os adolescentes eram visíveis. A gente conversava com os adolescentes, com as mães, o quanto que isso mudou na vida daquela família, então, desde casos maus resolvidos dentro do próprio ambiente familiar, que contribuíram para aquela conduta infracional e com aquela resolução nós tivemos uma transformação naquele ambiente familiar, então, o meu aberto, a liberdade assistida é fantástica, a orientação, a figura do orientador, se ela é bem executada, se ela é bem planejada ela potencializa uma transformação social muito grande.

**Entrevistadora** - Maravilha, então, a justiça restaurativa ainda está sendo aplicada no estado?

**Entrevistador** - Nós temos dentro do tribunal de justiça um núcleo de gestores de justiça restaurativa, que chama NUGJUR. Nós temos dentro da justiça da infância e Juventude de Cuiabá um centro que é o CEJUSC que é o centro judiciário de solução de conflitos e aí a gente prática mediação familiar, as práticas restaurativas, oficina de parentalidade, são mais um serviço que o poder judiciário tem a disposição, para fazer uma abordagem completa naquele conflito que aparece para a gente, porque o conflito na seara infracional ela perpassa, a gente sabe disso, aquela conduta

tipificada como crime, o conceito de ato infracional é esse, uma conduta tipificada como crime ou contravenção penal, ela vai além, então, se a gente consegue identificar adequadamente as causas e consegue fazer um tratamento adequado para aquele conflito, que impulsionou aquela conduta que é de tipificado como crime, sua vez de um ato infracional, a gente consegue transformar a vida das pessoas, então, nós temos esse serviço agregado e também dentro do poder judiciário, de utilizar as práticas restaurativas, nosso maior desafio é fazer práticas restaurativas vítima ofensor, mas a gente consegue fazer práticas restaurativas dentro da família, quando a gente identifica uma situação que pode ter impulsionado aquela prática do ato infracional.

**Entrevistadora** - Certo! Doutor Túlio, como está o sistema socioeducativo, vamos dizer assim os centros de socioeducação em privação de liberdade no estado do Mato Grosso, hoje em tempos de pandemia? Assim, aguça muito a nossa curiosidade, nós temos resoluções, temos algumas versões do Conam, temos algumas recomendações do conselho nacional e de justiça, e como está hoje a socioeducação no estado do Mato Grosso, em tempos de pandemia? Está funcionando as atividades? A escola, como é que ela está? As atividades de esporte, os atendimentos básicos eles estão acontecendo? As visitas estão acontecendo, os familiares, é possível isso?

**Entrevistado** - Eu vou falar um pouco da estrutura professora. Nossa estrutura de termos de meio fechado, de internação, já que nós não dispomos de semiliberdade como já disse aqui. Nós temos seis unidades de internação, que agora cinco, que é Cuiabá que é o único que tem internação feminina no estado e temos a internação masculina, nós temos a internação de Cáceres, de Rondonópolis, de Sinop, de Barra do Garças e o de Lucas do Rio Verde, que foi desativado a unidade de internação, para ser o primeiro projeto de semiliberdade. Como eu disse para a Senhora, nós temos um TAC do governo (33:08), firmado com todos os segmentos no sistema de justiça, dentro de um procedimento, temos justamente de conduta que prevê ampliação e construção de novas unidades, com uma estrutura arquitetônica regida pelo sinase e temos a instituição da semiliberdade. Antes da pandemia, nós já tínhamos a prática de respeitar a capacidade de lotação da unidade, isso em 2015 nós nos sentamos e conversamos e passa pelo processo de reinserção e ressocialização, o respeito pela capacidade da lotação, então, nós não permitíamos o excesso daquilo que a unidade se comprometia e criou essa cultura, então, hoje em

nossas unidades não tem excesso de lotação, em Cuiabá nós não temos, com a pandemia nós não tivemos nenhum caso de óbito, hoje eu tive olhando no boletim do dia 20, acho que nós temos três casos só em isolamento, alguma coisa nesse sentido, não teve um alastramento do vírus entre os adolescentes, tivemos as dificuldades que a pandemia trouxe para todo mundo, que determinado momento interrupção das aulas, agora nos chegou uma notícia, que talvez o estado possa estar retornando dia sete, mas o que foi nos foi passado era que o sistema de (34:50) estava em atendimento, isso é prejuízo, a gente sabe disso, que o prejuízo é para todo mundo, e as visitas dela chegaram a ser suspensas, mais dentro daquilo que era possível, garantia o contato com os familiares de outras pessoas através de vídeo chamada, hoje me avisaram, que já foram retomadas as visitas presenciais dos adolescentes. Entretanto nós temos, acho que já algum tempo, notícias de fatos graves ocorridos dentro de nossas unidades de internação, e muito se dá em respeito a capacidade de lotação da unidade. Precisamos avançar sim, obvio! Precisa avançar na qualidade do ensino ofertado, os atendimentos por equipe multifuncional estão acontecendo, os relatórios chegam para a gente, precisamos avançar na capacitação dos servidores que são lotados nas unidades de internação, mas, eu vejo hoje um momento favorável de discussão da pauta socioeducativa como disse para a senhora no âmbito ali do GMF e do governo do estado, dentro da secretaria que administra, faltamos sim, partir para o investimento maior no meio aberto, só como os assuntos são muitos, as demandas são bastante, a carência muito grande, a gente vai superando pauta por pauta, mas nós estamos aí, uma frente aberta na questão da aprendizagem, tem um termo de cooperação tramitando entre as instituições, para que as cotas né sociais da aprendizagem seja destinadas aos adolescentes no conflito com a lei, para que eles também possam desempenhar essa experiência de aprendizagem dentro das instituições públicas que estão assinando ali os termos de cooperação, que é nossa responsabilidade, se a gente cobra dos outros, nós temos que dar o exemplo, eu sempre digo, eu falo que nós podemos cobrar, porque nós temos, minimamente mas nós temos, uma política de estágio para dez adolescentes de conflito parental, então, nós temos essa frente aberta, temos a parceria que vamos fechar e eu acho fundamental, eu já disse que a educação é fundamental, a participação das universidades nesse processo de complementação na atividade educacional, eu costumo falar assim, quando era criança, um pouquinho de tempinho atrás, todo mundo falava assim – Vocês são o futuro do país. - As crianças são o futuro do país. E hoje, a gente está em um cenário que o futuro está bastante comprometido. Então,

se não investir em crianças, se não investir adolescentes, o país que não investe no seu capital, é um país que não tem desenvolvimento, então, a gente tem que lutar e a nossa parte enquanto mais do que integrantes da instituição pública, é contribuir para que o processo de aperfeiçoamento humano aconteça.

**Entrevistadora** – Sim! Eu acho interessante, quando eu apresentei assim várias vezes quando ainda estava no doutoramento, que os números quantitativos de jovens que estão na privação, que estão no meio aberto, no meio fechado, eles mudam, eles estão em constante mudança e varia muito, vamos dizer assim, porque o jovem cumpri a medida o máximo da medida que são três anos no máximo, existe o relatório, seis em seis meses e três em três meses, então, fica nesse tempo, e eu lembro que quando eu apresentava os trabalhos, que eu sempre estava tentando informar qual o quantitativo de jovens no estado de Mato Grosso, eu fico feliz de ver que ele vem caindo, principalmente na privação, então, você faz esse comparativo de 2000, eu vou falar da época que eu comecei a estudar esse universo socioeducativo, de 2010 para 2015, há uma queda na internação no estado do Mato Grosso e eu fico feliz por isso, quando eu ia apresentar esse trabalho nos estados, nos seminários, quando eu apresentava o número, as pessoas não acreditavam, elas perguntavam – Mas é isso mesmo? No estado do Mato Grosso inteiro tem essa quantitativa de jovens, desse porte da privação. E eles queriam estar sabendo, o que o estado estava fazendo para que a medida de internação, não fosse a medida já dada e executada no momento, porque a gente sabe que no histórico todo da execução das medidas, há um histórico de primeiro de sentenciar com a privação, eu quando comecei a estudar a privação, eu cheguei a pegar 400 e poucos meninos e jovens da situação de privação, duzentos e pouco na internação, tantos no provisório, e hoje a gente está vendo esse número assim da internação, um número bem reduzido e isso nos deixa feliz. Então, as pessoas tinham muita curiosidade, o quê que o estado de Mato Grosso faz? Porque você vai em São Paulo, lógico não vamos comparar a população, você vai em São Paulo, Rio e outros estados do Brasil e é uma ala, não é nem uma ala, o número não é nem uma ala de uma unidade dessa, eles falavam assim – Nossa não é nem uma ala. Se você consegue trabalhar com esses jovens, tem que falar. – Temos problemas também, existe problemas também, mesmo com esse quantitativo, então, há esse interesse, então, a pergunta é o que estado de Mato Grosso tem feito para que esse número, desse quantitativo vem caindo, qual que é a alternativa? E isso às vezes eu procurava tentar responder, mas eu não conseguia, eu falava assim – Olha, existe

uma política no estado do Mato Grosso, que é feita audiência, é feita toda uma análise e tentasse aplicar realmente o sinase, o estatuto, que a última medida a ser aplicada para esse jovem é a de privação. Então, assim eu gostaria que o senhor me falasse, o que levou, o que tem reduzido esse número da internação? Eu fico muito contente de ver, que não se aplica já de princípio, de início, do momento a medida de internação, ou seja, o estatuto, a sinase está sendo realmente, vamos dizer aplicado no estado.

**Entrevistado** - Primeiro assim, eu acho que a estrutura, a forma do nosso meio fechado, é uma forma é interessante, nós não temos unidades com grande capacidade, é um número reduzido, então, isso é um ambiente favorável. Igual a senhora falou, que tinha uma ala lá em São Paulo, que não era não dava a capacidade de lotação daqui do nosso estado, das nossas unidades, mas isso é um modelo que tem que ser respeitado, modelo regional com poucos adolescentes internos, para que aquilo que seja ofertado dentro da unidade, seja feito com qualidade, que a equipe multiprofissional da unidade se dedique, então, eu acho que temos vários fatores, acho que a começar, pelo próprio poder judiciário, hoje, nas nossas maiores comarcas, que tem o maior número de processos envolvendo o ato infracional, todas elas têm vara especializada em infância e juventude, nossa comarca dentro da nossa divisão de entrâncias, entrâncias especial Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, tem a vara especializada, aqui em Cuiabá tem a vara especializada do ato infracional, em Várzea Grande a vara especializada da infância, Sinop tem e Rondonópolis tem. As comarcas de terceira, têm uma Vara com competência privativa para analisar, então, (43:57) vai havendo uma especialização do assunto, vai havendo uma compreensão acerca da matéria. Então, acredito que o nosso modelo também, de ter vara especializada contribuiu para um entendimento maior do estatuto, porque nós temos juízes específico para tratar da temática e por consequência compreender o sinase, podemos também passar, apesar de todas as dificuldades, uma atuação da rede de proteção da rede de proteção, que se ela estiver atuando, a probabilidade de a gente ter um adolescente envolvido como ato infracional, ela diminui, então, deficiente ou não, necessitando de aperfeiçoamento, nós temos uma mobilização a mais, uma conscientização maior, dos integrantes do sistema de garantia de direitos, pelo o seu papel, então, acho que isso é um fator também que contribuiu e aí a gente tem conversado e discutido, que a gente não deve aceitar os termos socioeducativo deve repensar, que não pode ser tratado dentro do sistema socioeducativo, de

questões que enxergue, que se trata de deficiência para atuação da rede de proteção. Então, não vamos levar para seara infracional, aquilo que deve ser tratado no âmbito da rede de proteção, então, eu acho que a própria (45:29), que vá havendo essas conscientizações, essas especializações de atuação, contribui sim professora, eu não tenho dúvida que contribui, que a conscientização do sistema de justiça, foi muito importante para entender aí excepcionalidade, a brevidade que envolve a medida de internação, e se nós tivermos a medida liberdade implantada, nós teremos um ganho ainda maior, em termos de diminuir a questão da do meio fechado, não que a semiliberdade vai ser a regra, não é isso, mas situações que estariam talvez de internação, não estaria ali, estaria no semiliberdade e ali com todas as contribuições do semiliberdade, então, eu acho que um amadurecimento do sistema de justiça contribuiu aí para a racionalização e menos violação no que diz respeito à medida de internação.

**Entrevistadora** - Isso é muito importante, eu digo aqui pela comarca de Cuiabá, como é feito ali o COMERI, é sempre bom, a gente estar mostrando de como é o atendimento ali, que ali funciona toda uma rede em conjunto, então, isso é algo assim, que serve de modelo para outros estados também.

**Entrevistador** – Inclusive, tocou no nosso ambiente, costume dizer nosso quadrilátero que é o POMERI da justiça, nós estamos avançando e ontem nós tivemos uma reunião, de a gente estabelecer o fluxo entre as instituições que estão ali, porque é o que a gente enxerga, que é um dos nossos objetivos a serem alcançados no cumprimento do plano executivo estadual junto ao CNJ, é implantação do núcleo de atendimento integrado e ali naquele espaço, permite que a gente faça e desempenha, mas temos que desenhar ali de forma bastante transparente, o fluxo de atendimento para cada um que está localizado, para cada instituição que está localizado, naquele espaço que é um espaço muito próximo de uma instituição da outra, então, é uma pauta estamos avançando e vamos ter uma reunião na próxima semana, para a gente entender mais ainda o sistema meio fechado, delegacia especializada do adolescente, justiça da infância e Juventude, Ministério público, Defensoria, para evitar que aquele adolescente que se atribui a prática de ato infracional, seja postergada ali a adequada atuação de cada um que compõem o sistema de justiça ali dentro do socioeducativo.

Entrevistadora - Voltando a falar sobre o POMERI, que toda vez que eu apresento, falo assim. — A rede funciona dessa form. Eles ficam muito interessados em saber dessa escola exclusiva, que só Cuiabá, o centro socioeducativo de Cuiabá possui essa escola exclusiva, que é a escola “Meninos do Futuro”, uma escola exclusiva para atender o centro do socioeducação de Cuiabá, em outros municípios já está ligada à escola da comunidade. Até pouco tempo atrás, havia uma conversa, se averiguo e também se surgia alguma polêmica em torno do fechamento dessa escola exclusiva, assim como também aconteceu com a escola nova chance do sistema penitenciário, então, o fechamento dessa escola eu acredito assim que essa escola, ela tem assim, um marco muito importante para a história e para educação desse jovem, então, a gente vê também a polêmica, que uns concordam outros não concordam com as escolas exclusiva, acha que a escola exclusiva vai esta é trazendo estigmas quando ele sai da escola e leva seu certificado para outro lugar, isso a gente sabe que não é verdade, não é a escola, o documento da escola que ele vai para outra escola da comunidade, que vai fazer vai estar dando esse estigma para ele sair, daí essa é uma questão que a gente já sabe que caiu por terra, mas ainda se usa muito isso. Então, a escola exclusiva para esse jovem, o senhor considera algo que outros municípios também de repente poderiam implantar, o senhor considera importante essa escola ou o senhor acha que esse jovem deve estar ligado a uma escola da comunidade, como uma sala anexa, como uma extensão de outra escolar, é algo assim, que a própria escola a tempo atrás, levantou umas informações, que eu trabalhei com os profissionais da escola, eles levantaram essa questão, não é? O medo dessa escola acabar, eu disse assim, que eu considerava a escola importante e em todo lugar que eu vou, eles querem até um documento de como é que funciona essa escola.

**Entrevistado** – Professora, para nós, até agora não chegou nenhum tipo de mensagem, nenhum tipo de recado, que a culpa é nossa, se fechar a escola. Eu acho que no processo evolutivo de conversa que nós estamos tendo, nem se cogita. Mas é muito importante, eu enxergo a escola, porque eu fui ouvir professores ali que investe a socioeducação, então, eu testemunhei, eu vi, em princípio eu não vejo essa rotulação, essa estigmatização, o importante é que tenhamos profissionais que entenda o sistema da socioeducação e possa dar o seu melhor na área educacional, para aquele adolescente que está temporariamente privado da sua liberdade. Então, acho que isso é importante e a escola Meninos do Futuro, ela desempenha um papel muito importante no aspecto da educacional no interior da unidade. Se a senhora



perguntar para mim, se vão botar esse assunto conversa, já até adianto minha posição para senhora, tem que ser muito bem explicado, muito bem fundamentado os motivos para a gente começar a conversar sobre esse assunto.

**Entrevistadora** –Verdade! Eu digo para o senhor, que é nas entrevistas que nós fizemos com os adolescentes sobre a escola, sobre a coordenação, sobre os professores, todos eles disseram que a escola é muito importante, que essa escola ela é atenciosa, traz afetividade, que os professores trabalham de maneira mais significativas, do que da escola da comunidade, tanto eu pude acompanhar realmente o trabalho dessa escola, é uma escola que tem um olhar atento para esse jovem, então, o jovem gosta da escola. Eu comento isso, porque eu participei há quatro anos atrás, de uma reunião em que havia um levantar de que os jovens fossem ligados a uma escola da comunidade, mas tem um levante, mas isso graças a Deus não encaminhou. Em um fórum que nós tivemos, no passado, havia também essa preocupação de que isso pudesse afetar também a escola Meninos do Futuro, mas graças a Deus, o senhor já deixou claro aqui, que isso não se estendeu, então, isso é uma coisa muito boa.

**Entrevistado** - Não, o que a gente tem conversado, inclusive o vice-governador é o que tem capitaneado, essa questão do justamente conduta, essa parceria que querem fazer com os municípios, para que menos internação e mais semiliberdade, vamos dizer assim, naquilo que compete ao estado, de gerir da política, vamos dizer assim, em termos de temperatura vamos dizer assim, que está congelado, a temperatura, porque, eu tenho desconhecimento de qualquer coisa desse sentido, não chegou nada para mim e se chegar, nós vamos se posicionar e vamos dizer a importância da escola do futuro, no contexto da socioeducação, mais do que cortar gastos, nós temos que avaliar e expandir, como a senhora disse, em outras comarcas, estados e outros municípios que são sedes de unidades de internação, mas eu acredito que com esses avanços, com essas novas construções, a gente tem que tem dito isso com essa nova arquitetura, acho que ele é um ambiente propício para a gente discutir uma ampliação da política educacional dentro das unidades de internação, é uma pauta que tinha, que vou até anotar aqui, pra gente conversar.

**Entrevistadora** - Eu creio doutor Túlio, que foi o ocorrido com a escola no sistema penitenciário, acho afetou de uma certa forma assim, os ânimos na discussão do fórum, mas não, graças a Deus isso não avançou, então, vamos esquecer vamos

congelar, graças a Deus. Nós estamos quase chegando ao final, mas eu tenho aqui uma pergunta de uma colega, que estás fazendo o trabalho dela com os egressos, atendimento com egresso, sistema socioeducativo, no mestrado, ela acompanhou jovens que saíram do sistema socioeducativo e a dificuldade que eles encontravam para fazer suas matrículas na escola, algumas escolas até negavam e não pode, sabe disso, se negavam a matrícula, falava que não tinha vaga e ela disse, ela fez aqui eu vou tentar sintetizar a pergunta dela. O que fazer para mudar a realidade especial dos adolescentes egressos? Qual é a política que está sendo aplicada aos atendimentos dos adolescentes egressos a essa questão da educação? Porque ela colocou aqui, que no trabalho dela de mestrado, ela acompanhou esses jovens e ela chegavam nas unidades e falavam que não tinha oferta de vagas para eles e a gente sabe que isso não pode, chegar a ser até um crime, chega lá falar que não tem vaga. Então, o que está sendo feito, qual é a medida especial para esse adolescente egresso, como que ele está sendo acompanhado? Então, eu não sei até onde o senhor ouviu, mas a pergunta é feita da pesquisadora professora Jussivania, onde ela pergunta, qual é a realidade em especial, que está sendo feito para adolescente egresso e também a quanto a questão da educação? Quando esse jovem chega nessa unidade escolar e algumas pesquisas apontam que eles chegam lá nas unidades e falam que não tem vaga, falam, não é? Porque na verdade tem a vaga, a preocupação dela é quanto a isso.

**Entrevistado** - Egressos meio fechado, não é?

**Entrevistadora** – Que sai do meio fechado.

**Entrevistado** - Então professora, a superintendência do atendimento socioeducativo, ela desde o ano de 2019, instituiu no âmbito dele a política de acompanhamento do egresso, então, no âmbito da gestão do poder executivo, nós temos, no âmbito do CNJ está instituindo o programa de acompanhamento do adolescente pós cumprimento de medida socioeducativo em meio fechado, inclusive isso é uma meta no nosso plano, do nosso plano firmado com o CNJ, de instituir o programa “Acompanhamento” a nível de estado, então que que faz parte dessa meta, nós estamos pactuando a implementação do programa pelo poder executivo estadual, que já tem, mas a nossa ideia é que saia de um regimento interno do poder executivo e passe a ser um termo de cooperação com todos que ali estão envolvidos, cada um com sua esfera de contribuição, então, a gente aumenta o espectro de instituições

compromissadas de acompanhamento do egresso, do pós cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado. Então, essa pactuação nós já conversamos, nós temos um juiz do GMF, o (1:00:08) que está acompanhando, a gente tem que desenvolver o que vai ser objeto desse termo, a metodologia do programa de acompanhamento, nós vamos formalizar isso por meio de uma normativa estadual, que seria um ato conjunto, igual nós fizemos agora em janeiro, da lei do sistema de garantia de direito da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, foi assinada em um ato conjunto, entre o presidente do tribunal, Governador do estado, Secretário de segurança, Ministério público, procurador geral, defensor geral, desenhando o fluxo de atendimento que cabe a cada instituição dentro das sua esfera de atribuição, fazer quando estamos diante de uma criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, nós fizemos um ato normativo conjunto e pretendemos fazer isso também na política de acompanhamento do pós cumprimento socioeducativo, vai ter que fazer o trabalho de articulação da rede, para que situações como essa não aconteça, não só na área da educação, na área da saúde, na área da assistência social, para que a integralidade seja respeitada, então, nessas vertentes, e a inserção tem que combinar isso tudo na inserção do pós cumprimento nas políticas setoriais, nas políticas existentes e também monitorar isso. Então, já existe e a gente quer aperfeiçoar e aumentar a modelagem do que existe hoje, em relação ao acompanhamento de pós cumprimento de medidas socioeducativas. O que que eu posso dizer para senhora em termos de Cuiabá, a sistemática da nossa vara, em termos de poder judiciário, quando há substituição da medida do meio fechado, do meio aberto e o processo tramita lá conosco, essa guia de execução de medida nós acompanhamos, nossos agentes da infância Juventude vão até a escola, correremos atrás também junto para que esse direito ao acesso educação seja formalizado, então, aqui também fora desse âmbito dessa normativa estadual, a nossa vara também vai atrás para entender, para ver como que está a situação desse adolescente que agora passa a cumprir medida socioeducativa em meio aberto. Não sei se eu fui claro?

**Entrevistadora** - Respondeu! Eu lembro que também para poder fazer entrevista com jovem que saiu do sistema, no mestrado, eu tive muita dificuldade para encontrar esse jovem, porque falavam que estava matriculado na escola, chegava lá ele não estava, estava em outra escola. E ele falava da dificuldade que ele tinha, isso a um tempo atrás, para poder realizar sua matrícula após a saída dele do meio fechado.

**Entrevistado** - O estado tem! Faz o acompanhamento e a gente sabe que quando esse sócio educando passa para o meio aberto, a responsabilidade passa a ser dos municípios de acompanhar a execução da medida, então, essa parte do estado que faz acompanhamento pós medida, eles também mantêm a articulação com município, agora vamos ver o poder judiciário dentro dessa articulação, vamos envolver o ministério público, vamos envolver a Defensoria, vamos envolver todos que tem a responsabilidade de fazer valer o direito, porque o conjunto de direitos aí temos de normativa, o conjunto de direitos a diretriz é muito punitiva, o que falta é a gente se unir mais, se articular mais, se cooperar mais, colaborar mais, para efetivamente fazer valer, fazer cumprir o que existe em termos normativos.

**Entrevistadora** – Sim! E isso também é um trabalho árduo não é doutor? É gradativo a gente sabe que é.

**Entrevistado** - É um trabalho que só tem começo, porque ele não tem fim. Porque esse trabalho de integração, esse trabalho de articulação, ele demanda uma continuidade e tem que ser assim, ninguém pode se dar por satisfeito, ele tem um processo constante, contínuo, de diálogo institucional, de diálogo interinstitucional, multisetorial e só funciona desse jeito, se todo mundo se sentar, entender e tentar resolver o problema em conjunto, respeitando que é o mais importante, respeitando os limites de atuação de cada um.

**Entrevistadora** – Sim! Bem doutor Túlio, satisfeítíssima com as respostas, agradeço muito essa oportunidade e agora vamos para a segunda rodada que são as perguntas do chat, como eu combinei com o Jonathan, entre duas perguntas e a gente encerra com agradecimentos e convite também para o nosso evento que tá vindo aí em julho, o senhor já me deu resposta. Só um momento que eu vou ver se tem alguma pergunta?

**Mediador** - Boa noite Kátia.

**Entrevistadora** - Boa noite.

**Mediador** - Tivemos aqui uma audiência bem diversificada no *YouTube*, pelo canal do *YouTube*, quero agradecer todos que participaram do nosso evento até o momento, a gente teve participação de várias pessoas da cidade de Cuiabá e de Várzea Grande, também da universidade estadual de Goiás no campo Jussara, pessoal lá de Britânia de Goiás, então assim, gratidão pela participação. Eu selecionei

aqui duas perguntas a primeira é da professora Solange Maria de Barros, em que ela faz a seguinte pergunta. Sabemos do engajamento no sistema judiciário na melhoria do sistema socioeducativo, ela gostaria de saber o seguinte, se existe um diálogo do governo do estado de Mato Grosso, com os demais poderes?

**Entrevistado** - Não existe, eu disse aqui, toda a minha fala foi direcionada no termo justamente de conduta, que foi validado assinado pelo governador de estado, pelos secretários, pelo representante do judiciário, foi uma conjunção de esforços de entender que era preciso fazer investimento no setor e a nossa comunicação, a nossa interação com a administração do sistema socioeducativo, ela é aberta, ela é transparente, ela é imediata a gente está em constante diálogo, constante conversa, então a nível de gestão de políticas do sistema socioeducativo estadual a interação entre as instituições do sistema de justiça como o poder executivo, ela é aberta, existe sim essa interação só que institucional, no meio aberto pela execução da medida do município, cada juiz tá ali à frente atuando, e hoje o que a gente pretende com o braço do socioeducativo no GMF, é alargar essa conversa com os nossos colegas magistrados, para tentar uniformizar e entender como que cada um atua ali dentro da política do meio aberto, mas o diálogo institucional com o poder executivo estadual, ele existe a nível de estratégia para o sistema socioeducativo.

**Mediador** – Certo! Mais uma pergunta, é a segunda última, professor Álvaro José ele pergunta. Um dos momentos da *live*, houve esse comentário, que o cenário atual era favorável ao investimento no socioeducativo, ele quer saber como que esse cenário favorável eles surgem, de que forma ele surge?

**Entrevistado** - Ele surgiu a partir da preocupação com o sistema como todo, ali em 2019, onde começaram as tratativas e veio num processo de diálogo de reuniões, o governador do estado aqui do Mato Grosso, no que diz respeito a socioeducativo da área do executivo estadual, delegou essa empreitada para o vice-governador do estado e ele junto com a secretária de ajunta da SESP que tá lá alocado ao sistema socioeducativo, junto com a superintendência do sistema socioeducativo, começou a trabalhar nos projetos de construção, nos projetos de aperfeiçoamento, no entendimento acerca da necessidade de destituir um modelo de semiliberdade, então, quando eu falo do cenário favorável, é que a conversa ela existe, as intenções estão firmadas, os prazos estabelecidos ali estão sendo cumpridos, tanto é que vamos ter uma entrega de uma unidade, já assinada ordem para outra, a construção de outra,

então, isso está sendo respeitado e o que traz a confiabilidade a segurança das instituições estarem sentados e conversando, porque sabe o que está sendo conversados, é que está sendo respeitado, numa relação assim bastante transparente entre todos, porque todos têm um objetivo comum, o objetivo é a convergente, é melhorar, a gente conversa no começo das nossas tratativas, que a lógica de investimento, ela é invertida, a gente não pode permitir que o adolescente quando ele completa seus 18 anos, ele troque de unidade judiciário, sai da Vara da infância, para a Vara criminal e de execução penal. E o investimento no socio educativo é infinitamente menor do que o investimento no sistema prisional, então, é uma questão de política e uma questão de entendimento de que investir no sistema socioeducativo, o retorno muito grande, a prevenção para criminalidade futura ela é grande, então, partindo desse entendimento, desse raciocínio, dessa conversa multisetorial, vamos dizer assim, com todo mundo envolvido, foi firmado esse entendimento esse pacto e ele está sendo cumprido, ele tem sido editado, editado por conta de que a pandemia atrapalhou muita coisa, inclusive na questão de logística, de construção essas coisas e está sendo editada agora para inserção da semiliberdade, já com a discussão de que a gestão do socioeducativo em aberto que compete ao estado, ela tem que integrar os sistemas socioeducativo como um todo e não atuar é de forma isolada, tipo quem cuida do meio fechado não conversa aqui com quem cuida do meio aberto, então, o próximo passo do ajustamento institucional é esse, que tudo seja visto de uma forma única, isso já foi dito e já foi conversado em reunião estamos avançando, para que seja uma realidade, mas a conversa ela existe, não tem portas fechadas para tipo de conversa. E o GMF com a figura do nosso desembargador na supervisão, tem brigado, tem lutado pelo estado e defendendo as pautas que são importantes no sistema da ressocialização, tanto no sistema prisional, quanto no sistema socioeducativo.

**Entrevistadora** – Bem, acabou a rodada né Jonathan?

**Mediador** – Sim! É isso, muito obrigado viu pelas ótimas respostas!

**Entrevistado** – Eu quem agradeço!

**Entrevistadora** – Doutor Túlio, eu quero agradecer sua ilustre presença, esse tempo precioso que o senhor esteve aqui com a gente, trazendo essa bagagem toda, responder aos nossos questionamentos, as nossas reflexões em torno da socioeducação, agradeço muitíssimo. Nosso trabalho está aí, nós temos um trabalho

assim voltado a pesquisa para socioeducação a nossa dedicação, tem um grupo que é apaixonado, estamos dedicados, debruçados a estudar, a socioeducação e também a colaborar com os trabalhos, fazendo toda essa ponte a universidade, com o judiciário, com o executivo, para que soluções, para que possíveis encaminhamentos para que esse jovem saia daí e possa voltar para a sociedade, com outro projeto de vida, essa a nossa pretensão. Então, nós agradecemos muito a presença do senhor, já foi estendido o convite, vamos ter uma mesa sobre a socioeducação, com o mesmo tema dessa *live*, no dia 7 de julho no nosso primeiro NEPEL, que é um seminário e nós temos assim, vários eixos temáticos, entre esses eixos temáticos nós temos o socioeducativo, sistema penitenciário, mas nós vamos iniciar o nosso evento, com uma mesa sobre Socioeducação: “Perspectivas e Soluções”. Então, agradecemos, o convite foi estendido ao senhor e o senhor já nos enviou resposta e agradecemos muito por isso. Também agradecemos a todos os presentes, que veio pro nosso primeiro NEPEL e que nós vamos estar sempre também fazendo esse “Café com NEPEL”, cada café teremos a presença de uma pessoa, de uma autoridade, de um pesquisador, de um formador e vai estar trabalhando com as os nossos temas de estudo, então, nós queremos agradecer muito obrigado, estamos a disposição e a nossa colaboração com sistema judiciário, com poder executivo, com a socioeducação já está afirmada aqui, então, agradecemos a presença do senhor, boa noite e muito obrigado!

**Entrevistado** - Obrigado professora! O poder judiciário aqui do estado de Mato Grosso agradece o convite, estamos sempre de portas abertas à disposição para dialogar, porque só através do diálogo, da comunicação a gente consegue romper barreiras e a área da socioeducação, precisa romper várias barreiras, na sociedade muito (01:15:48), de muita intolerância, de muita falta de compreensão, sobre a questão que envolve a criança e ao adolescente, que eu costumo dizer, as vezes, a gente olha para o estatuto e fala, — Não, esse estatuto e uma carta de alforria, um alvará. Mas esquece de olhar para estatuto, mirando o estatuto para aquilo que o Brasil enquanto nação, firmou como compromisso com a comunidade Internacional. Então, temos que sair dessa abordagem rasa, dessa abordagem superficial da leitura do estatuto e entender o porquê que a Constituição Federal trouxe a doutrina da proteção integral, o porquê que o ECA traz um sistema de garantias, que enaltece, prestigie a criança como ser de direito, a luz daquilo que o próprio país enquanto atuação política, firmou de compromisso com a comunidade Internacional. E nós

estamos de porta aberta professora, o judiciário está de porta aberta para o diálogo, sempre à disposição e precisamos avançar nas pautas, tem muita coisa para fazer, muita coisa para melhorar, muita coisa para aperfeiçoar, mas só conversando, dialogando que a gente consegue alcançar o nosso objetivo e não podemos cansar disso jamais!

**Entrevistadora** - A professora Irandi da USP, em uma das nossas *lives*, ela disse que é que ela acompanhou toda a estrutura do ECA, construção do ECA e ela disse que o ECA é um projeto de nação, a gente tem que olhar o ECA como uma nação toda ali, é uma proposta de uma nação, então, não foi feita assim de cima para baixo, foi toda uma construção coletiva, uma construção de luta, uma construção de empoderamento de meninos e meninas de rua, que foram Brasília que sentaram, discutiram e que foram lá e exigiram dos seus parlamentares, para que ele fosse construído, então, é um projeto de nação, então, eu quero agradecer pela reprodução e fico muito feliz de tê-lo aqui dando essa contribuição riquíssima, para o Café com NEPEL, um grande abraço, boa noite e estamos lutando pela socioeducação

**Entrevistado** - Parabéns pela iniciativa, conte conosco.

**Entrevistadora** – Obrigada!



**Transcrição do I EnPEL – Abertura e Mesa Redonda I, 08 de julho de 2021, 163’30”. 6 Falantes.**

**Kátia Nunes** - Boa noite Iberê!

**Iberê Ferreira** - Boa noite a todos! Tudo bem, Kátia?

**Kátia Nunes** - Tudo bem e você?

**Iberê Ferreira** - Ótimo!

**Kátia Nunes** - O doutor Iberê, possui graduação em farmácia e bioquímica pela Universidade de Cuiabá, especialização em Gestão Assistente Social Farmacêutico pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre e doutorado em ciências da saúde pela Universidade Federal de Mato Grosso, conselheiro regional do conselho de farmácia MT, membro efetivo da sociedade brasileira de análise crítica, membro efetivo da sociedade brasileira análises clínicas e atualmente é superintendente da administração socioeducativa do estado de Mato Grosso. Seja bem-vindo doutor Iberê, nós estamos agradecidos pelo senhor está aqui, nos trazendo todo seu trabalho, também as suas propostas, nos sinalizando, nos mostrando e evidenciando como está a socioeducação no estado de Mato Grosso. Então, como já havia dito antes, é um trabalho que vem sendo desenvolvido de longa data, é um trabalho que a gente já vem desenvolvendo de pesquisa dentro do socioeducativo, então assim, é uma mesa extraordinária, nós temos aqui pessoas que têm muito a nos revelar, nos trazer, sobre as socioeducação. Então eu deixo a palavra para o senhor.

**Iberê Ferreira** - Tá! Inicialmente Kátia, eu quero agradecer o convite, feito pelo NEPEL e por você, para gente estar falando sobre socioeducação aqui no estado de Mato Grosso, eu tenho 15 minutos não é Kátia, é isso?

**Kátia Nunes** - Até 20 minutos.

**Iberê Ferreira** - Então tá! Então assim, para a gente começar esse bate-papo sobre socio educação em Mato Grosso, é importante a gente esclarecer a história do sistema socioeducativo hoje aqui no estado. A gente sabe que em 2006 o CONAM editou uma resolução, a resolução 119, que fala sobre o sistema nacional de atendimento socioeducativo, onde ele traz parâmetros e recomendações para articulação dos estados, na oferta dessas medidas, principalmente a medida de

internação, que seria uma medida de privação de liberdade e conseqüentemente à medida de semiliberdade com medida restrição de liberdade. E a partir daí, nós temos a lei do CINASE que a Lei 12.594 de 2012, que mudou todo o panorama da socioeducação a nível de Brasil. No nosso estado, o socioeducativo a gente tem registros a partir da década de 70, então, eu fiz até um levantamento aqui, que em 1971, através da fundação do bem-estar do menor do estado de Mato Grosso, que era FEDEMAT, inicia aí, os primórdios do sistema socioeducativo hoje aqui no estado, e de 71 para cá, o sistema ele foi evoluindo, perpassando aí diferentes secretarias de estado como a Secretaria a primeira, Secretaria do interior e justiça. Depois em 2001, através da Secretaria de justiça a SEJUSP, foi inaugurada o complexo POMERI, complexo Menina Lar Moça que a unidade feminina hoje, perpassando também, pela SEJUD em 2010 e em 2019 na Secretaria de segurança pública. Então, o sistema socioeducativo ao longo desses anos, ele evoluiu, não só, em relação à sua organização, bem como também, na sua estrutura física, que eu vou falar um pouquinho mais pra frente, do o que tem se planejado para o governo para os próximos anos. A gente não pode esquecer, que a medida socioeducativa, ela tem previsão legal no estatuto da criança e do adolescente, então, lá no artigo 112, ele já traz aos adolescentes autores de ato infracional, a possibilidade da aplicação da medida socioeducativa, que visa principalmente a responsabilização desses adolescentes, pelo ato infracional cometido, e aí é claro que essas medidas socioeducativas, elas serão aplicadas pela autoridade Judiciária, que é no caso o juiz aí da infância, que vai estar analisando o caso e a cada adolescente aplicando a devida ou correspondente medida socioeducativa, no caso da advertência, obrigação de reparo dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e aí a Internação, que seria a última medida a ser aplicada para os atos mais grave, e a aplicação dessas medidas, elas também estão relacionadas com a gravidade desse ato infracional. Não sei se todos sabe, mas, o ato infracional nada mais é, que àquela conduta descrita como crime ou contravenção penal, aplicada por criança ou por adolescente, aí no caso do adolescente, se aplica essas medidas socioeducativa. Em relação aqui, ao nosso estado, como eu disse em 2001 que inaugurou o complexo Pomeri, onde nós temos aqui na região do bairro do Planalto, a unidade de internação masculina, nós temos também a unidade de internação feminina e nós temos a partir daí, se eu não me engano em 2008, iniciou-se o processo de regionalização das unidades aqui do estado, então, uma das primeiras

unidades que foi regionalizada, se eu não me engano, foi a unidade de Rondonópolis, depois seguiu para a unidade de Cáceres, Barra do Garças, Sinop e por último, foi a unidade do município de Lucas Rio Verde. Atualmente nós temos seis unidades socioeducativas, sendo que aqui em Cuiabá, nós temos duas unidades, como eu disse, a unidade masculina e a unidade feminina, na cidade de Barra do Garças a gente também tem uma unidade de internação masculina, em Sinop também, Cáceres e Rondonópolis. Em Rondonópolis, a gente tem uma unidade atual que ela opera com uma capacidade para 16 adolescentes, porém, existe já a previsão para entrega da unidade que está sendo construída agora, para o final de julho a início de agosto. Então, o estado, através de várias ações judiciais a qual estado foi condenado, ele é obrigado a construir novas unidades, principalmente nas unidades do interior, e uma das unidades que será entregue agora nesse mês como eu disse, é a unidade de Rondonópolis, que vai ter uma capacidade de 700 vagas, um espaço muito mais adequado e propício, para a oferta dos atendimentos que são previstos na lei do CINASE e estão aí também, dentro dos planos político pedagógico da unidade socioeducativa. Mas, para se fazer o atendimento socioeducativo, a gente não pode esquecer que, o atendimento socioeducativo, a gente tem que partir do princípio da incompletude institucional, então, o estado, juntamente com outros poderes, como no caso o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as entidades também não governamentais, elas também participam juntamente com a sociedade, desse atendimento socioeducativo que deve ser ofertado a esse adolescente autor de ato infracional. Na época do lançamento da promulgação da lei do CINASE, que foi lá em 2012, já foi previsto, que todos os estados elaborassem um plano decenal do atendimento socioeducativo no estado, por que esse plano? Porque se entende necessário, fazer todo um planejamento, não só apenas financeiro e orçamentário, como também, um planejamento dessas ações para o atendimento desse adolescente autor de ato infracional, então esse plano decenal, ele foi elaborado, iniciou-se sua gravação em 2013 a 2014. Em 2014 se não me engano, foi publicizado esse plano decenal, onde nesse plano, ele traz aí as responsabilidades das secretarias de estado, cada uma dentro da sua particularidade, como no caso a competência da SEDUC, a competência da Secretaria Estadual de Saúde a competência da Secretaria de Assistência Social, da própria segurança pública, enfim, de todas as secretarias de estado, a qual necessita trabalhar em conjunto, visando a à oferta do atendimento socioeducativo nessas unidades. Eu quero

destacar, que esse plano, por ele ser decenal, ele é um plano que tem um cronograma já pensado para dez anos, justamente para perpassar várias gestões de governo do estado, a fim de continuidade dessas ações, então, o plano atual que nós temos, é o plano que tem a vigência de 2015 a 2024 e os principais eixos que contemplam esse plano, ele perpassa da gestão do atendimento socioeducativo, a qualificação do atendimento socioeducativo, a participação cidadã e autônoma desses adolescentes e o fortalecimento de justiça e da segurança pública, e dentro deste plano,, ele tem também vários objetivos específicos que cada um deles tem a sua meta e os seus responsáveis institucionais, eu quero falar rapidamente desses objetivos, para vocês entenderem, que quando eu digo que, “O sistema socioeducativo ele deve primar pela incompletude institucional.” É justamente porque todos os atores, fazem parte do atendimento desse adolescente autor de ato infracional, então, um dos principais objetivos desse plano, ele é, integrar a gestão estadual do sistema socioeducativo, assegurar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aprimorar o sistema de informação SEI, pelo estado, qualificar a implantação das novas unidades socioeducativa, qualificar o atendimento socioeducativo, passando desde a infraestrutura, dos profissionais, dos direitos dos adolescentes, no enfrentamento a violência funcional, isso é tão importante, porque hoje, as construções, os concursos públicos, as estruturas administrativas que nós temos hoje, só é possível em virtude desse planejamento que foi feito lá no passado, porque ele foi firmado por todos os entes aí do estado e conseqüentemente, é um plano de trabalho para o gestor, no caso o governador está executando essas metas prevista neste plano decenal, além de estabelecer parâmetros para elaboração do projeto político pedagógico, garantir a participação cidadã dos adolescentes nas ouvidorias e corregedorias, assegurar o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, implementar a gestão escolar democrática nas unidades socioeducativa, qualificar o atendimento do adolescente no sistema socioeducativo no âmbito do sistema de justiça e de segurança pública, então hoje, como eu disse no início, o sistema socioeducativo ele vem evoluindo em virtude dessas mudanças que a gente tem no sistema e de governo, no caso das secretarias a qual sistema está vinculado e hoje eu posso dizer enquanto servidor de carreira do sistema socioeducativo, que na segurança pública na SESP, nós estamos conseguindo avançar em várias situações do sistema, Como eu disse, nas construções existe um roteiro de construções, que a próxima unidade a ser construída vai ser em Barra do Garças, seguida de Sinop, Cuiabá, entre outras cidades que

também, que possuirão unidades socioeducativas. E a gente percebeu, que ao longo dos tempos, os gestores públicos, no caso o nosso governador e seus respectivos secretários, eles têm nos possibilitado, através da disponibilização orçamentaria, a gente conseguir fazer coisas que no passado a gente não conseguia, então hoje, o sistema socioeducativo ele passa por um momento de renovação. Este ano mesmo, a gente conseguiu fazer a nomeação de 154 novos servidores para o sistema socioeducativo, nós vamos ter agora, as construções, a primeira entrega vai ser de Rondonópolis, nós conseguimos também através dessa disponibilidade orçamentária, garantir em nosso planejamento, todas as aquisições necessárias para o atendimento do adolescente. Porque para atender o adolescente, todos os servidores precisam de recursos necessários, seja de infraestrutura, algum material específico, para que esse servidor, ele possa realmente cumprir o que está disposto lá na lei do SINASE, garantir o atendimento desse adolescente, perpassando todos aqueles eixos de atendimento e ao final de tudo, o tempo que esse adolescente estiver conosco, que realmente esse adolescente ele tenha redesenhado um novo projeto de vida e que ele não venha mais cometer nenhum ato infracional e conseqüentemente, esse adolescente ele não regresse ao sistema socioeducativo. E para finalizar Kátia, eu deixo até em aberto para as perguntas, que eu acredito que terão várias perguntas em relação a isso, nós também estamos trabalhando na normatização e regulamentação de alguns procedimentos, dentro das unidades socioeducativa, porque o próprio SINASE, ele já traz um rol de documentos que são necessários para um bom funcionamento de uma unidade socioeducativa, como por exemplo, os regulamentos internos, que seria no caso o regimento interno, as portarias falando sobre o atendimento socioeducativo, sobre a questão da segurança, da escolarização, da profissionalização, do incentivo ao esporte, cultura e lazer, então tudo isso, a gente tem trabalhado para normatização, porque é uma vez não normatizado é mais complicado a gente está executando isso no dia a dia. Para finalizar eu agradeço essa oportunidade para a gente estar falando do sistema socioeducativo e eu fico aí aberta as perguntas, não sei se vai ser agora ou você vai ser no final, mas, esse panorama eu quis fazer, porque eu sei que tem outros colegas que vão estar abordando também, a questão aí da medida socioeducativa tá bom fico à disposição.

**Kátia Nunes** - Obrigada doutor Iberê pela sua excelente explanação e explicação sobre o programa de medidas socioeducativa aqui de Mato Grosso. Por um lado, se eu não chamei todos agora eu vou chamar, acho que é um pouquinho de nervosismo, mas, eu vou chamar aqui a mesa, o professor doutor Elismar Bezerra da Silva para compor a mesa, porque é uma mesa redonda, então, nós temos que estar dialogando entre todos, fazer o debate e cada um estar entrelaçando todos seus conhecimentos. O professor doutor Raul Carlos Oliveira e a doutora Maria das graças Costa.

**Maria das Graças** - Boa noite!

**Kátia Nunes** - Boa noite! E o doutor Roberto Tadeu Vaz Curvo. Boa noite a todos, todos ficaram esperando a entrada. Então, eu vou apresentar o professor Elismar, que é o representante da Secretaria do estado de educação. Boa noite, professor! Gratidão para estar presente, por compartilhar aqui todo nosso debate, nossa mesa em torno desse processo de escolarização dos jovens, a Secretaria de educação nos presenteou com a sua ilustre presença aqui. O professor doutor Elismar Bezerra da Silva.

**Elismar Bezerra** - De Arruda!

**Kátia Nunes** - É doutor em educação pela universidade federal Fluminense, mestre em educação do estado federal de Mato Grosso, é graduado em pedagogia e atualmente é professor efetivo da Secretaria de estado de Mato Grosso e também da Secretaria municipal. Doutor professor Elismar a palavra é do senhor.

**Elismar Bezerra** - Boa noite a todos, não é da Silva, é Arruda, mas tranquilo. Primeiro, quero em nome da secretaria e do secretário, agradecer o convite e parabenizar a todos, por essa realização muito importante do EnEPEL, que traz discussões muito importantes sobre o problema educacional, de um setor também importante da sociedade, que merece uma ação e concepções inclusive pedagógica, além de jurídicas e etc. específicas no sentido de buscar uma reeducação dessas crianças e jovens, em vista do fato de que, todos eles já têm um processo educacional em curso, de modo que as ações das atividades, que se desenvolvem para este público todo, são no sentido quem sabe, de buscar reorientar as suas concepções de mundo e a sua própria visão sobre o mundo e sobre si mesmo no mundo. Bom, primeiro também, parabenizar o doutor Iberê, pela fala panorâmica muito importante sobre o socioeducativo e que certamente referêcia as nossas discussões aqui, sobre as

socioeducação. Eu gostaria de tratar basicamente, sobre a compreensão que nós temos sobre o tema socioeducação, observando que este tema, não estava inclusive com a COEJA, que é a Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos, veio para COEJA agora e que está merecendo por parte dos técnicos e do coordenador, que é o Gilson Eder, um carinho muito grande, no sentido de ter uma maior compreensão e atuação com as outras instituições e entidades, no sentido de promover a socioeducação no estado de Mato Grosso. Bom, de um modo geral, eu gostaria de primeiro, quem sabe, expressar essa compreensão nossa, sobre educação no sentido de estabelecer um referencial para as nossas discussões ou debates seguintes, primeiro claro, dizer dessa compreensão geral ou genérica, de que a educação se refere à vida, isto é o processo humano, o processo de humanização dos homens e mulheres evidentemente, materializando-se como um complexo processo de fusão de conhecimentos e aí, a partir dessa compreensão geral do que significa a educação, tomamos a socioeducação como esse esforço institucional para desenvolver uma nova formação de caráter integral de crianças e adolescentes, mediante atividades pedagógicas diversas, multidisciplinares, em vista das especificidades econômicas sociais e culturais desses sujeitos sociais, na perspectiva da afirmação da cidadania, acho que é importante a gente ter presente exatamente a socioeducação como esse processo de difusão de conhecimento, porque dada a realidade ou a condição dessas crianças e de adolescentes, isso sem falar obviamente no caso dos adultos, que aí já é outro processo, dada essa condição, geralmente a gente esquece ou nas discussões em geral, se esquece que esse processo objetivo é fundamentalmente, o desenvolvimento, a de difusão de conhecimentos, importante então, a gente observar,, que o conhecimento que decorre claro, do processo de produção das condições de vida dos homens, de nós todos, é fundamento do processo social por conseguinte, é imprescindível para a efetivação de qualquer projeto societário, por isso, comecei exatamente dizendo da nossa compreensão geral sobre educação, como difusor ou como um processo de difusão do conhecimento, para precisar exatamente o quê que é o conhecimento ou a sua importância ou a sua imprescindibilidade para o processo social humano, quer dizer concebendo então o conhecimento, como aquilo que nós sabemos sobre o mundo e sobre nós mesmos no mundo, e aí uma outra questão importante, nesse desenho, desse arcabouço todo da socioeducação, é exatamente a educação básica, por seus elementos tangíveis e intangíveis, quer dizer tantos elementos materiais e infraestruturas, quanto a política

propriamente de educação básica, que deve se efetivar com um processo que viabiliza os conhecimentos estabelecidos como fundamentais ou imprescindíveis para a realização do projeto societário nacional, que está determinado na Constituição federal. Isto está colocado aqui, a educação básica, exatamente porque nós não podemos pensar a socioeducação, sem referenciar na educação básica e no significado econômico social da educação básica, portanto a escolaridade básica, pelo que viabiliza, ou seja, pelos conhecimentos que ela viabiliza ou deve viabilizar, tem um caráter econômico social, então, a pergunta que achamos importante apresentar, é qual o lugar da educação básica do processo da socioeducação, em vista de que o direito à educação básica, não cessa em razão de o cidadão está privado de liberdade interno ou em cumprimento de medidas socioeducativas. O que nós estamos fazendo é colocar a educação básica, como elemento central desse processo educativo, na perspectiva de realizar sua finalidade estratégica, a educação básica foi regulamentada para ser desenvolvido conforme as necessidades e especificidades sociais, éticas educacionais dos cidadãos. É importante nós compreendermos isso, porque quando se fala em educação básica, primeiro nem sempre a gente referencia isso no processo social concreto, isto é, no processo de produção do nosso desenvolvimento pelos aspectos materiais, espirituais, econômicos, culturais, de visão de mundo e etc. E é preciso, a gente entender isso, exatamente como forma de ter presente, que a educação básica é fundamento do processo social, por isso, que ela está inscrita na Constituição federal, como um dos fundamentos da realização do projeto societário nacional, que está estabelecido lá na Constituição federal também, daí que a educação básica, a sua estrutura e desenvolvimento é flexibilizada da sua organização e oferta, em etapas, modalidades, tempo duração e etc. Que o objetivo garantir a todos os cidadãos, os conhecimentos considerados imprescindíveis para a qualificação do nosso desenvolvimento ou seja, dizíamos que o conhecimento é fundamento para qualquer projeto societário e o que nós estamos agora firmando é que, a educação básica, é o nível educacional que busca exatamente viabilizar os conhecimentos tidos como fundamentais para a realização do projeto societário nacional, é em função da sua finalidade econômica social, que se instituiu funcionalmente a obrigatoriedade da educação básica, claro, para crianças e adolescente, bem como o direito para todos os cidadãos e cidadãs que não é cessado, como disse antes, seja pela condição de privado de liberdade, interno ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Assim, o desenvolvimento



e oferta da educação básica, para as pessoas privadas de liberdade, antes de ser instrumento de ressocialização ou remissão de pena, no caso dos privados de liberdade, é um direito inalienável das pessoas, de modo que, independente da condição dessas pessoas, seja criança, adolescente ou adulto, é fundamental o estado buscar garantir a educação básica para todos os brasileiros. Observa-se por oportuno, que a baixa escolaridade desses sujeitos sociais não só dos privados de liberdade, mas da sociedade em geral brasileira e particularmente Mato-grossense, não se apresenta como excepcionalidade na realidade estadual nacional, quer dizer aqui, eu estou falando especificamente do caso dessas crianças e adolescentes que estão nessa condição. Quer dizer, a baixa escolaridade ou o fato inclusive dos adultos, independente de criança, adolescente, não ter a educação básica concluída, não é uma excepcionalidade, na verdade maior parte da sociedade mato-grossense adulta inclusive, não tem escolaridade básica concluída. Conforme dados do TSE de fevereiro deste ano, mais de 50% do nosso eleitorado não tem educação básica concluída, estes dados são importantes, de nós tratarmos deles nas nossas atividades educacionais, como forma de buscar caracterizar essa realidade que nós vivemos, que passa percebida na maioria das nossas discussões e achamos que às vezes a criança e ao adolescente lá, que estão defasados, na relação série ou ano, de estudo e idade ou do preso mesmo adulto lá no privado de liberdade, lá no caso dos adultos que têm baixa escolaridade, tínhamos que sua excepcionalidade não é, isso é da sociedade brasileira e particularmente mato-grossense e isso, é importante nós considerarmos a definição, dos nossos processos e programas educacionais de desenvolvimento da educação básica. Essa realidade torna, no nosso entendimento, os desafios para a estruturação e desenvolvimento das chamadas socioeducação, se revestirem de complexidades pedagógicas, administrativas e Infra estruturais, agravadas inclusive pela visão equivocada, preconceituosa da sociedade sobre as pessoas privadas de liberdade, isso no nosso entendimento, exige do poder público, no caso as nossas várias secretarias, mas também das entidades da chamada sociedade civil ou das entidades não governamentais que atuam nesse campo, novas concepções e também novos procedimentos pedagógicos que administrativos, para o desenvolvimento da socioeducação ou seja, na perspectiva de também reeducar a sociedade. Dado que nós temos no nosso arcabouço jurídico e político, o fato de que, a pessoa que entrou em conflito com a lei ou com as normas e procedimentos tidos como legais ou normais na sociedade, quer dizer, temos toda uma legislação, temos

todo um conjunto de procedimentos previstos no sentido de recuperar essas pessoas, no sentido de reeducá-las para que reingresse ou voltem a sociedade, no caso dos privados de liberdade ou em condições tais, que possa ser reintegrado como um cidadão ativo, que contribua com o nosso processo social, com o nosso desenvolvimento, de modo, a não só se livrar, mas contribuir para a inexistência ou a mitigação de crimes ou de atividades ilícitas etc. Bom, eu quis dar este panorama todo, para finalmente dizer que, no nosso entendimento, a socioeducação, ela precisa ser compreendida, no caso das crianças e adolescentes no âmbito da educação básica, no âmbito do desenvolvimento e da oferta da educação básica. De modo tal, que essas crianças e esses adolescentes, no caso socioeducativo, possam ter as condições, para a conclusão desse nível de ensino, que conforme nós dissemos, é o básico, não só com relação ao sistema nacional de educação, mas, com relação ao processo social ou ao nosso desenvolvimento. É isso. E nós aguardamos por mais discussões no debate. Muito obrigado! Um grande abraço a todos.

**Kátia Nunes** - Obrigado professor Elismar, pela excelente explanação em torno da concepção de socioeducação e mostrando o panorama do trabalho da Secretaria de Educação, nessa questão da socioeducação. Eu gostaria de lembrar a todos, que as perguntas poderão ser feitas após a explanação de todos os palestrantes da mesa. Ainda com professores Elismar, eu gostaria de deixar aqui uma questão muito importante, que é uma coisa que eu não enxergava no decorrer da minha pesquisa com a socioeducação, do mestrado e também no doutorado, que toda educação ela é de cunho social e pedagogo. Quando a gente fala de socioeducação, que é uma concepção nossa, nacional, porque se você for fazer estudos, toda uma pesquisa, da questão do sistema de justiça juvenil, nós não vamos encontrar esse termo socioeducação, a gente vai encontrar outros termos, ligado à questão de justiça juvenil, de lei, praticamente de penal para os jovens. E a socioeducação, é um termo nosso, cunhado por Antônio Carlos Gomes da Costa, com base em Makarenko, com base em seus estudos, trazendo a pedagogia da presença, mas ele deixa bem claro, que a socioeducação, é educar no coletivo para o coletivo, então, qualquer que seja a educação, ela é de cunho social e pedagógico. E o senhor trouxe isso na sua fala, achei muito interessante, a ênfase, que a sua fala nos proporcionou, ao mostrar que a educação básica, porque a socioeducação, aquele menino, aquela menina que está cumprindo a medida socioeducativa de privação de liberdade, ali frente ao socio

educativo, a escola no contexto, era uma escola de educação básica, é uma discussão tão grande, nas apresentações que eu faço, por quê? Há um grupo que defende, que a socioeducação, não fique na educação de jovens e adultos e sim na educação básica, devido à questão da idade, a outro que pensa que faz parte da EJA, mas se a gente fizer um estudo, da questão do ingresso desse jovem na EJA, a gente vai encontrar no sistema socioeducativo, jovens que já podem estar na EJA, porque eu tenho uma longa data de estudo nesse campo de pesquisa, então, nós temos ali 12, 13, 14, 15 anos de idade, que estão ainda na educação básica, mas assim, é mínima, os que estão ali já na educação de jovens e adultos. Então, quando o senhor colocou que, a socioeducação, está na educação de jovens e adultos, eu lembro que até pouco tempo atrás, ela estava na educação de jovens e adultos e ela saiu e ficou só na educação básica, que foi criada uma coordenadoria para atender esse grupo específico, porque inclusive tinha projetos diferenciados para esse jovem ali, porque havia um grupo bem heterogêneo, aqueles que estavam ali na educação básica, na sua idade da educação básica e também havia ali um grupo pequeno, que estava na idade da educação de jovens e adultos. Mas assim, eu achei muito importante, a colocação, dessa concepção, de que a educação, ela e de cunho social e pedagógico, seja ela lá no contexto da socioeducação ou ali na escola da comunidade, então assim, isso me deixou muito, me contentou com a sua fala e eu lembro que também, nos discutíamos muito sobre a questão até do próprio penitenciário, ali também é uma educação socioeducativa, porque a educação socioeducativa, é uma educação voltada para as questões sociais, de cunho social, levar para esse aluno, todas as questões sociais e culturais que envolvem a sociedade. Então, muito obrigado pela sua explanação e no final nós retornamos para o debate. Agradecida! Então, vamos lá para o próximo, o senhor gostaria de fazer algum comentário assim, rápido?

**Elismar Bezerra** - Você levantou essa questão educação básica e EJA, eu acho que na discussão, no final a gente vai fazer, e eu vou fazer um comentário depois, mais especificamente sobre isso, educação básica e EJA.

**Kátia Nunes** - Está certo, obrigado! Vamos chamar agora, para compor nossa mesa o professor doutor Raul Oliveira. Boa noite, professor Raul! Seja bem-vindo!

**Raul Carlos** - Boa Noite!

**Kátia Nunes** - Que satisfação o ter na nossa mesa, professor Raul. Professor Raul é grande parceiro, está aí também na luta, no trabalho com a socioeducação, faz parte de uma rede de pesquisadores que trabalham com a privação de liberdade, em uma rede nessa situação nacional. Eu vou ler currículo do senhor e depois eu passo a palavra para o senhor estar nos contemplando com a sua apresentação e com a sua colaboração. Carlos Oliveira possui graduação em economia pela Universidade Federal de Mato Grosso, mestrado e doutorado em educação e pós-doutorado em economia pela Universidade Federal de Mato Grosso também, atualmente é professor de economia da Universidade do estado de Mato Grosso e coordenador da Câmara Setorial Temática, referente ao sistema socioeducativo e penitenciário.

**Raul Carlos** - Obrigado senhores! Boa noite para todos! É uma honra participar desse Encontro de Estudos e Pesquisa Emancipatória e Linguagem. Agradeço o convite, para mim é uma honra. Na verdade, a professora doutora Kátia disse que estou dentro da área, mas, eu sou uma pessoa nova, estamos aprendendo, estou aprendendo a parte da socioeducação. Eu sou presidente da Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa, que está vinculado ao Núcleo das Comissões Temporárias, da secretaria parlamentar da mesa diretora, dentro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Todos os parlamentares têm uma oportunidade abrir uma Câmara Setorial Temática, na verdade, o que é a Câmara Setorial Temática? Ela é na verdade, um mecanismo de aperfeiçoamento do processo legislativo. Eu gostaria que se pudesse passar os slides, depois quem quiser, pode requerer esses dados. A Câmara Setorial Temática é um mecanismo de aperfeiçoamento do processo legislativo. A Assembleia Legislativa tem esse instrumento para integrar os agentes públicos, que são representados pelos Poderes Executivos, Judiciários e Legislativo, que integrará também a Sociedade Civil, as Organizações não Governamentais. Objetivo é diagnosticar, estudar e debater temas que sejam relevantes, que tem interesse público e tudo isso visa na verdade, a participação popular. Todo parlamentar tem esse instrumento a sua disposição, cabe a Assembleia Legislativa ou a Câmara Setorial Temática, discutir o tema, certamente, que motivou sua composição, realizar reuniões públicas com entidades da Sociedade Civil, solicitar informações de entidades públicas ou privadas, solicitar a cooperação. Então, quando o deputado pediu para a gente, na verdade a gente apresentou um projeto e ele gostou da ideia e disse: — Vamos abrir uma Câmara Setorial Temática, que eu acho que esse seria

o mecanismo de integração entre a sociedade e a universidade. Temos um projeto de pesquisa e ele nos deu a entender de que, como o projeto de pesquisa e o acesso a certas informações, é um pouco complicado dentro da dentro da formalidade ele disse: — A Câmara Setorial Temática, por ser parte da Assembleia Legislativa. Ela nas palavras do deputado: — Ela não pede, ela exige. Porque informação, ele não diz: — Por favor me passem essa informação. Ele diz: — Não, eu quero essa informação e vocês vão ter a disposição. Então, nesse sentido, eu acho que a sociedade ou as instituições públicas, as universidades, a instituição de pesquisa elas podem fazer parte de uma Câmara Setorial, elas podem abrir uma Câmara Setorial Temática e justamente se chama Câmara Setorial Temática, porque vai depender do segmento, do setor onde que eles querem pesquisar. Então, esses temas vão depender da importância ou da necessidade, se o deputado também estiver disposto, porque lógico, nós temos que entender, que deve haver vontade política. Então, o que aconteceu para nós? Nós fizemos uma reflexão ontem à noite, eu falo os professores de economia, da Universidade do estado de Mato Grosso, analisando o estado de Mato Grosso, alguns aspectos que serviam para nós como reflexão, por exemplo, o Estado de Mato Grosso é o terceiro maior estado do Brasil na área, possui uma área total de quase um milhão de quilômetros quadrados e uma população de mais de três milhões de habitantes, tem a apresentar, o problema foi o que? Ao observar o tamanho do estado Mato Grosso, o tamanho da população em comparação com outros estados, nós vimos que o estado Mato Grosso estava apresentando elevações na taxa de criminalidade e quando a gente esmiuçou em cima daquilo que a gente poderia pesquisar, nós não encontramos muitos dados que abordasse essa temática, por exemplo, para ter uma ideia, a taxa de homicídios registrada em Mato Grosso em 2016, foi de 35,7 quase 36 para cada 100 mil habitantes, essa taxa está acima da média nacional que é de 30 conforme a publicação do Atlas da violência para 2019. Então isso, nos pegou ainda a aprofundar um pouco mais os nossos estudos, criamos e apresentamos o projeto de pesquisa e o deputado criou uma Câmara Setorial Temática para trazer à tona, essas questões que precisariam ser pensadas. A principal delas passa por estruturar por exemplo, políticas de Estado, então o objetivo final da Câmara Setorial Temática é estruturar mecanismos ou políticas de estado, visando a prevenção social do crime, com ações focalizadas na infância na juventude e nas regiões mais vulneráveis. Até então, isso ia acontecendo quase que por si próprio, nós no primeiro momento, não tínhamos

esse objetivo, como professor de economia e por conta da minha formação, bastante positivista, a gente só queria dados, nós não queríamos envolver, queríamos os dados, a gente vai ao IBGE, Atlas da violência, aos documentos que tivermos a disposição, mas nós não encontramos a informações, vamos dizer assim, confiáveis. E essa necessidade de obter dados confiáveis, para a tomada de decisões e na elaboração das políticas públicas, especialmente no setor bastante numerado que a segurança pública, falta um motivo para a instalação de uma Câmara Setorial Temática, que permitiria a partir daí, discutir e analisar os diferentes tipos de transgressões, crimes, qual é a correlação espacial entre os municípios do estado Mato Grosso, ou seja, onde acontecem mais crimes, que tipo de crimes, tudo isso, então, a partir daí nós vimos a necessidade de elaborar um projeto, além do mais ao estudar (1:35:40) dados, descobrimos por exemplo, que o estado de Mato Grosso, ele tem uma característica que distingue dos outros estados da federação, as taxas de homicídio nos municípios da região metropolitana, ou seja, nos centros, nas capitais elas costumam ser normalmente mais altas nos outros estados da federação. Em Mato Grosso, os maiores municípios da região metropolitana que são Cuiabá e Várzea Grande por exemplo, as taxas possuem na média inferior, em Cuiabá 28 quase 29 para cada 100 mil habitantes e em Várzea Grande 29, percebemos que taxas mais elevadas, eram apresentadas em outros municípios do interior do estado. De fato, muitos desses municípios com população (1:36:30) menores do que 10 mil habitantes, estavam localizados no sudeste e norte de Mato Grosso, possuíam altíssimas taxas de letalidade, sendo por exemplo Alto Garças 112,7 quase 113 para cada 100 mil habitantes, muito acima da média do estado Mato Grosso, que era 36, Nova Bandeirante 76, Itaúba 157, Araguainha 107, São Pedro de Cipa 110. São Pedro de Cipa está bem aqui, então, isso chamou a atenção da gente, diferente dos outros municípios que foram citados, por exemplo Nova Bandeirantes, a gente pode entender, que os conflitos por terra pode ser a explicação para altas a taxa de homicídios, mas todas essas preocupações e essas peculiaridades, levaram a gente a necessidade de entender, qual é a correlação que existe entre as transmissões ao crime ou a violência e a economia? De fato, é um fator econômico. E o que tem a ver com a economia? A gente aprende desde a graduação, o materialismo dialético, que diz que “As relações econômicas determinam em última instância o comportamento social dos indivíduos”, ou seja, é atividade econômica que determina o comportamento social e, portanto, é atividade econômica que, é aquela história de

superestrutura, infraestrutura e superestrutura de Marx. Nós pensávamos, se existe uma relação, se isso se confirma, se as relações econômicas determinam em última instância o comportamento social dos indivíduos, então, vamos ver de que maneira eles determinam. Qual é o grau de correlação entre o comportamento atividade econômica e ao comportamento social desses indivíduos? Aí, nos debruçamos em alguns teóricos e descobrimos que já na década de 70, o economista Gary Becker nos Estados Unidos, ganhador do prêmio Nobel de economia, tinha publicado um artigo intitulado “Crime e Punição um Enfoque Econômico” que foi publicado em um periódico da economia, no qual fez uso do raciocínio econômico, para explicar as variáveis que eram consideradas previamente, ele dizia que: — O indivíduo, ele considera previamente essas variáveis econômicas, antes de tomar a decisão. Antes da decisão de praticar condutas penalmente ilícitas, vamos dizer assim, a ideia central do modelo, e aí ele elaborou um modelo econométrico, chamado “Modelo simples de crimes racional” ele disse: — A ideia central do modelo, reside na ponderação realizada por esses indivíduos, entre custos da prática delituosa e os benefícios esperados. Isso não título de anedota, ele diz que começou a pensar nessa possibilidade, porque um dia ele tinha uma palestra para dar e se atrasou, quando ele atrasou e viu que não tinha mais vaga no estacionamento onde ele teria que colocar o carro e ele teria que procurar e procurando demoraria mais tempo e ele perderia a palestra e portanto não seria pago pela palestra e de repente ele viu uma vaga, mas, era uma vaga para portadores de necessidades especiais ou uma vaga reservada e o que ele fez? Ele disse: — Se eu parar aqui, eu vou levar uma multa, se eu levar uma multa e vou ter que pagar essa multa. E aí ele pensou, quanto que eu vou perder se eu não for para a palestra? Eu vou perder tanto a multa é tanto, então, vou levar a multa, então ele disse que estacionou na vaga que era reservada e ele fez a palestra e depois quando ele terminou a palestra e estava voltando para o carro e disse: — Devem ter multado o meu carro. Quando ele chegou no carro, infelizmente para a sorte dele ou felizmente para sorte dele, não tinha sido multado, aí ele disse: — Não é que compensou quebrar as regras. E a partir daí surgiu a ideia de que, será que as pessoas que cometem transgressões ou crimes, eles pensam dessa maneira? E aí elaborou aquilo que nós conhecemos como um modelo simples de crime racional, que é um econométrico, que propõe que todo ato humano é baseado em um cálculo de custo e benefício, incluir essas decisões que comprometem a nossa honestidade, a partir daí, baseado nesse modelo, os professores da Universidade do Estado de

Mato Grosso, nos reunimos e sobre minha a coordenação, elaboramos um projeto de pesquisa, intitulado “Economia do crime, adolescente em conflito com a lei e o modelo simples de crime racional”, porque dentro dos participantes, eu conhecia uma ex-aluna minha, que ele tinha feito a pós-graduação e ela era servidora em Sinop do socioeducativo e tinha um amigo aqui em Cuiabá, que também trabalhava na antiga Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, hoje a Secretaria de Segurança Pública e também estava envolvido nesse tipo de pesquisa e eu combinei com eles, olha vocês não querem participarem? Na intenção na verdade, de ter um ponto ou uma porta aberta nesse ambiente, porque até então, eu não tinha ideia de como era o ambiente das pessoas em privação de liberdade, nós começamos com os jovens, porque a minha ideia dizia assim, se a gente faz um projeto para o sistema prisional é muito grande, demanda muito tempo, então vamos começar primeiro com os jovens. Na elaboração do projeto em que eu fui aprendendo, ainda estou aprendendo, não sei muita coisa sobre o sistema socioeducativo. Esse projeto de pesquisa, foi realizado junto à 63 adolescentes, a ideia era, num primeiro momento, por exemplo, a gente fez um levantamento do SINASE, documento que vocês conhecem muito bem e descobrimos que o estado de Mato Grosso pertence ao conjunto dos estados da federação, com menos de 200 adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo, conforme os dados do SINASE em 2016, que é um Ministério de Direitos Humanos, que o levantamento anual que a SINASE faz, em 2014 foram 130, em 2015 foram 142, em 2016 , em 2017 a mesma quantia eventualmente, são esses dados, que a gente pega daqueles documentos. Então, a partir daí, a ideia foi vamos fazer o seguinte, com um número menor, é muito mais fácil a ideia era essa, é muito mais fácil trabalhar com números menores, do que por exemplo, com a população carcerária em Mato Grosso, no estado todo deve passar de 10 mil. Então, foi justamente elaborar um projeto em cima do socioeducativo, jovens em conflito com a lei, só que descobrimos durante o processo que os adolescentes, eles não ficam permanentemente, eles entram e sai. Então, nós tivemos que fazer esse levantamento, entre os meses de abril de 2017 em março de 2018, ao longo de um ano e nem todos os adolescentes que passaram pelo centro socioeducativo, foram entrevistados, elaboramos lógico, um questionário, como foi apresentado pelo doutor Iberê, o centro do socioeducativo não fica só em Cuiabá, tem oito centros socioeducativos em diferentes municípios, tem o feminino, o masculino em Cuiabá, o feminino em Cuiabá, tem a de Cárceres, tem a de Barra do Garças e assim por diante.



Naquela época eu estava lotado no campus de Sinop, então, era muito difícil fazer essa pesquisa, ou seja, fazer as entrevistas e solicitamos ajuda gentilmente e fomos ajudados pelos servidores, pelos técnicos, profissionais, psicólogos, cientistas sociais, de alguns centros de atendimento socioeducativo e conseguimos fazer um levantamento juntos a 63 adolescentes em conflito com a lei, que estava cumprindo medida socioeducativa, naquela época de internação provisória naqueles oito centros. Os dados para análise, foram obtidos através de um questionário, como disse, foi estruturado e apresentado entre os meses de abril de 2017 e 2018, obviamente essa pesquisa, esse questionário e o projeto todo, teve que passar pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso, com parecer aprovado e tudo isso. Como é que a gente fez? As variáveis dessa pesquisa, apresentam características socioeconômicas e individuais dos adolescentes em conflito com a lei, que se encontra internos nesses oito centros. A verdade o questionário visava ouvir também naquele momento, extrair desses jovens a sua herança familiar, o ambiente onde eles estão, o que levou eles a entrar por exemplo a cometer um ato infracional e além de descobrir algumas características como escolaridade, renda, estado civil, origem, meio urbano, meio rural, bairro, tipo de ato infracional e tudo isso. Isso para mim, foi um descobrimento, porque descobrimos algumas características, que eu não imaginava, por exemplo, que os jovens no centro de atendimento socioeducativo da região de Cáceres, tem um comportamento diferente, embora o ato infracional seja o mesmo, mas o problema é que eles veem o crime de uma maneira diferente dos meninos que estão em Sinop, esta é uma observação nós temos usado, que nós temos a correlação, mas, foi uma observação quase que a olho nu que nós descobrimos, espera aí os meninos de Cáceres, tem um rapaz, tem um menino aí, que é de boa família, os pais são educados, ele tem educação, ele tem dinheiro, mas ele está no crime, mas por que que eles está crime? Ou seja, cometeu um ato infracional e o mesmo ato infracional que aquela menino de Cáceres, e aquele menino de Cáceres, por exemplo, a gente poderia até entender, porque vem de uma família desestruturada, analfabetos e o pai está sem dinheiro, então, praticamente ele sobrevive disso, para ele é uma questão de vida ou morte fazer isso. Lá em Cáceres já aparecem meninos de Sinop, estou colocando Sinop e Cáceres só como exemplo, não que tenha acontecido, mas é como como um exemplo, para os meninos de outras cidades, parece que eles querem se amostrar, então foi dessa maneira que a gente obteve esses dados, fizemos a correlação

através da econometria e descobrimos algumas coisas interessantes, por exemplo que o modelo da análise padrão econométrica, um modelo matemático, que a implementação do modelo se deu com a utilização de uma forma linear, em que o crime é uma equação, é o crime contra o patrimônio por exemplo, por n habitantes relaciona-se como função do produto interno bruto, do PIB per capita e do nível de ocupação da densidade demográfica, da chefia feminina da família, da média de anos de escolaridade, da população, do índice Gini, das ocorrências do tráfico, então, nós temos aí uma equação. Essa equação é mostrada nesses nesse slide. Então, esse é um modelo matemático, um modelo econométrico, pega as variáveis, pega os dados e coloca nas variáveis e o modelo mostrar isso, a partir daí a gente faz uma correlação. A correlação significa, quantos por cento, determina por exemplo a escolaridade ou a falta de escolaridade, daquela pessoa cometeu um ato infracional, quantos por cento o uso de algo, e aí, às vezes os números podem mostrar uma coisa e uma visão que quase a olho nu, nós não percebemos por ser muito diferente. Mas a partir daí, a gente começa ver de certas semelhanças com outros grupos e se a gente puder fazer sempre ou permanentemente esse tipo de levantamento, nós poderíamos a partir daí, ter de repente respostas de uma série indagações que a gente faz. O que leva uma pessoa? Qual é o mapa? Por exemplo, de meninos em conflitos com a lei do estado Mato Grosso, a gente pode fazer um mapeamento e a partir daí podemos dizer, que pessoa que está tomando as decisões de elaboração de políticas públicas, ela pode usar esses dados, para de fato elaborar políticas públicas a **(01:50:30)**, ou seja específicas para aquela região, às vezes replicar uma política pública que deu certo no estado de São Paulo, pode não ser viável aqui em Mato Grosso, pode ser também, não sabemos, mas se a gente tiver dados genuínos, primários da nossa região, é muito mais fácil para avaliação das políticas públicas. A função crime, pode ser apresentada pela equação, onde por exemplo  $Y = P_0 + P_1 * F_1$  que significa por exemplo, que Y é o crime ou o ato infracional podemos dizer assim. F1 são os fatores das causas para tomada daquela decisão, P1 são os pesos importantes que se atribui a cada fator, dessa forma, os fatores correspondem a variáveis como nível de pobreza, benefício do roubo, nível de penas, probabilidade de ser pego, etc. A gente coloca uma series de fatores e sob o modelo simples de crime racional, as variáveis seriam a probabilidade de ser pego, o tempo da sentença, os ganhos obtidos com o crime, o custo de planejar o ato e com tudo isso, afinal de contas o quê que a gente percebe? Descobrimos que tomar a decisão de entrar por

exemplo, cometeu um ato infracional é a mesma coisa que você abrir um negócio, como se fosse um empreendedor, você vai abrir um negócio você faz uma análise do mercado, que que está dando, o que que não dá certo ou acho que eu vou começar a vender roupa, vou lá comprar roupa em Goiânia e estar empreendendo, não deu certo perdeu. Essa decisão, por isso o modelo se chama modelo simples de crimes racial e a partir daí, nos descobrimos algumas características por exemplo, a questão da relação raça e cor. Quanto aos principais aspectos por exemplo, referentes aos dados extraídos dos questionários aplicados naquelas entrevistas, com os adolescentes, nós observamos que 51% se consideram pardos, 24% brancos e 25% negros e quando a gente compara com a média nacional, esses dados acompanham contexto nacional de 59%, onde a predominância de adolescentes afrodescendentes, conforme os dados do levantamento anual do SINASE 2016. E até aí tudo bem, essa questão está certa ou pelo menos parece, que não está muito errada. Quando a gente analisa o fator na religião por exemplo, chamou muita atenção nisso, um aspecto importante diz respeito à prática religiosa. Nota-se que 65% dos entrevistados são evangélicos, 21% são católicos e 14% de outras religiões. O senso comum, ou seja, nos diria que, os adolescentes em conflito com a lei, que a maioria desses adolescentes deveriam ser sem religião ou católicos não praticantes, porém, o que chama atenção, é que a maior parte desses jovens, fazem parte de igrejas evangélicas, que em tese deveriam coibir ou tolher do crime. E tem mais que eu não coloquei aqui, mas, quando a gente fez a pergunta, a pergunta era bem clara, além de dizer qual religião você participa ou não participa, pertence ou não pertence, dizia. Você é evangélico ou católico? Era antes ou depois? Então, nós descobrimos por exemplo, que a grande maioria dos meninos que estavam em conflito com a lei ou 65%, eram de religião evangélica e 21% da religião católica e 14% de outras religiões. Serviu como alerta para nós, o que está acontecendo? A partir daí, entra a composição familiar, se é uma família nuclear, ou seja, pai e mãe ou uma família mono parental, ou seja, só o pai, ou só a mãe, ou avó ou algum outro tipo de família. Nós vemos que por exemplo, 40% dos entrevistados têm famílias mono parentais, sendo chefe da família sendo pai ou mãe ou avó, nesse quesito as informações apresentam famílias, onde o chefe da família é a mãe, 40% são de famílias nucleares e somente 14% das famílias consideradas extensas. E aí nós temos outros dados também, antecedentes criminais na família 52% não tinha antecedentes e 48% sim, então a resposta não foge muito da média nacional, daquilo que se esperava e

quando a gente fez o cruzamento entre por exemplo, a duas variáveis ou três variáveis por exemplo, raça e religião vamos cruzar aí, quero destacar que ao fazer essa análise parcial do cruzamento dos dados, para estabelecer a correlação que existe entre eles, observa-se que quando os dados são raça e religião, a maioria dos católicos são brancos e a maioria dos evangélicos são pardos, então, são questões que a gente precisa se debruçar e se aprofundar, não quero dizer que isso aqui é uma verdade absoluta, só estou dizendo que são esses são os dados obtidos junto à 63 adolescentes, de um total, de um universo de 192, ou seja, só 33% provavelmente do universo. Mas nós colocamos e através da Câmara Setorial Temática, nos colocamos a disposição para o centro socioeducativo, para que esse tipo de pesquisa seja feito e tem mais, acho que o socioeducativo já faz isso, eles têm um tal de PIA que é um acompanhamento que é permanente. Nós que estamos de fora, precisamos de muita ajuda do pessoal da direção do superintendente, o doutor Iberê de repente, se lembra da gente, a gente estava sempre solicitando **(01:57:13)** a permissão e nós fomos sempre atendidos, em todas as ocasiões. Mas nos colocamos à disposição, para que um tipo projeto desses, possa ser interinstitucional e tem mais, de repente possa ser da própria instituição, possa surgir um projeto desse tipo da própria instituição e nós podemos colaborar com eles, naquilo que eles precisam e a Câmara Setorial Temática serve para isso, está aberta, é um instrumento que permite, que está à disposição para que, todos os segmentos da sociedade queiram discutir aquele tema, que é relevante para aquele segmento possa ser discutido. Já quase terminando aqui a apresentação dos slides. Quando a gente cruza a religião ao uso de álcool, faz o cruzamento, eu percebi que é uma grande correlação entre esses dados, existe uma relação grande entre o uso de álcool e evangélico, então, quando os evangélicos usam álcool, geralmente têm uma tendência maior a cometer um ato infracional. Outro aspecto importante é a escolaridade dos pais ou responsáveis, como já foi falado pelo doutor Elismar, é muito importante trabalhar essa questão, às vezes a gente pensa que, a não são os meninos que estavam disfarçados, mas às vezes e nas maiorias das vezes como doutor Elismar apontou na sua fala, uma grande parcela da população de fato está disfarçada, quando não são analfabetos técnicos, são analfabetos funcionais, então, nós precisamos estar sempre aprendendo constantemente. Embora os dados apresentados possam parecer expressivos, importante mencionar a necessidade de aprofundar a pesquisa para não correr o risco de superestimar ou subestimar aqueles resultados, de qualquer maneira está claro

que é um ambiente socioeconômico possui uma grande influência sobre o crime ou sobre o ato infracional. Mas, sabe assim, questão de infringir a lei ou não é uma questão de custo de oportunidade, essa foi a grande lição que nós descobrimos, que na maioria das vezes, eles tomaram essa decisão, por uma questão de custo de oportunidade, vale a pena ou não vale a pena, precisamos repensar essas questões. O modelo simples de crime racional, mostrou que existe uma correlação positiva entre o uso de álcool, cigarro e drogas com os atos infracionais, aquilo que o senso comum já diz, assim como a influência de parceiros, baixa escolaridade, organização familiar mono parental ou desestruturado. De qualquer maneira o modelo para embora mostrar-se uma correlação entre salários e criminalidade, ou seja, quando a gente fala correlação negativa, significa que, quanto menores os salários, maior a tendência a criminalidade, isso daí é quase uma verdade, é uma observação que a gente tem no dia a dia. A pesquisa na verdade está fundamentada em questionários aplicados a jovens atendidos pelo sistema socioeducativo e por se tratar de o processo para atingir os objetivos, precisa passar pelo caminho sinuoso da burocracia, então, é um dos problemas que os pesquisadores têm, quando nós não fazemos parte. Então, o que eu chamo, para que pesquisadores de dentro do sistema socioeducativo, surjam e elaborem **(02:00:56)** poder, porque tendo esses dados, vai ser, lógico, vai facilitar a tomada de decisões e o planejamento vai ser de fato estratégico. Como o doutor Iberê mencionou com o seu plano decenal, plano de dois, três, quatro anos, é um plano de curto médio prazo, mas um plano decenal é um planejamento estratégico, estratégico porque ele considera as variáveis a longo prazo e além de ser estratégico, esse plano se tornou um plano tático e com aquela relação, ela pode ser considerada dentro daquele momento, para atingir os objetivos que são almejados. Muito bem, essa foi uma primeira versão leiga, uma pequena e parcial parte do que se espera, ainda falta mais informações para encontrar e a partir daí a Câmara Setorial Temática foi elaborada, foi criada com esse objetivo, para permitir e como ela faz parte das comissões temporárias, ela tem somente uma vida útil de um ano, vamos dizer assim e sempre é criada para ser 180 dias, prorrogáveis por mais 180 dias, ou seja, 6 meses mais 6 meses, que dá um ano. Mas a partir daí, nós vimos a necessidade por exemplo, a Câmara Setorial Temática do sistema prisional, nós realizamos o relatório final, mas, o próprio gabinete do deputado, já colocou à disposição para criar uma outra Câmara Setorial e nós já criamos uma outra Câmara Setorial, com a rede de proteção às pessoas privadas de liberdade, da qual quero reconhecer o apoio

permanente constante da doutora Kátia, do doutorando Wellington Oliveira que trabalha na Secretaria de Segurança Pública e nos colocamos a disposição para qualquer eventualidade ou se alguém tiver um projeto para ser apresentado ou mesmo que seja, chamar para discussão, para debate e ou manter um fórum permanente de discussão sobre esse tema, a Câmara setorial temática está à disposição de toda a população, especialmente a doutora Kátia sabe disso, porque ela faz parte da Câmara Setorial Temática e está à disposição, especialmente nessa área, porque a rede de proteção a pessoas que estão privação de liberdade, é o tema dessa nova Câmara Setorial Temática. Eu agradeço a oportunidade doutora Kátia e a organização do NEPEL. Obrigado!

**Kátia Nunes** - Obrigado professor doutor Raul, muito obrigado pela explanação, por trazer esse viés riquíssimo para nossa compreensão da economia do crime, dessa relação social, do social, do político e da economia muito interessante, traz indicadores até para a gente estar finalizando e propor passos e caminhos para estar minimizando essa questão da criminalidade, eu achei muito interessante que o senhor colocou a questão da juventudes, porque a gente não fala a juventude, a gente fala juventudes, então assim, mostrou bem que nesse território nosso mato-grossense, temos uma juventude em Cáceres, que tem uma outra visão do que vem a ser a questão do crime, da economia lá de Sinop e eu posso dizer para o senhor com assim, propriedades que em São Paulo também, no meu doutoramento eu participei, fiz iniciação em várias unidades, dentre elas de semiliberdade de privação, conheci. E são jovens, que ali naquele mesmo estado, território também tem visões diferentes, do que seja a sociedade, a questão do crime, da economia. Então, é muito interessante mesmo esse trabalho e esses indicadores que o senhor trouxe na sua pesquisa, pode nos proporcionar algumas diretrizes, medidas para minimizar, eu não digo assim “combater”, não sei nem se a gente pode usar essa palavra, do combate ao crime, mas, deste enfrentamento, de propor algumas, como é o nosso tema diz “Soluções e Perspectivas”, para isso. Então muito obrigado e no final a gente faz todo esse debate, faz esse entrelaçamento das nossas colaborações, muito obrigado. Eu vou chamar a próxima palestrante, que a doutora Maria das graças Costa.

**Maria das graças** - Boa noite!

**Kátia Nunes** - Boa noite doutora Maria das Graças! É um prazer tê-la na nossa mesa sobre sócio educação, doutor Túlio a indicou e falou assim: — Olha, eu não vou estar, mas, tem uma pessoa maravilhosa para estar nos representando. E indicou a senhora. Muito prazer em conhecê-la, porque eu estou conhecendo aqui na mesa, seja bem-vinda a nossa mesa, contamos com a sua colaboração, porque essa mesa interinstitucional, é uma mesa colaborativa, a gente está aqui trazendo uma temática muito importante, que a gente tá falando de jovens, que estão cumprindo está no isolamento, foram retiradas ali do seu convívio familiar, comunitária e social e estão ali, cumprindo sua medida socioeducativa, afastados do convívio social, mas, também tem um convívio, porque a gente fala assim, afastado do convívio social, mas, ali também no socioeducativo, é um grupo social, ali existe um grupo social com todas as, vamos dizer assim, com todas as regras e normas também, porque ali tem, então, estão convivendo ali, é um convívio social. Por isso que a gente fala assim: — A reeducação, será que é uma reeducação mesmo? Eles não vão ali sem nenhuma perspectiva, sem nenhuma noção, eles já estão ali, eles saíram daquele determinado grupo, estão ali constituindo outro grupo social. Então, é um prazer tê-la aqui, eu vou ler o currículo da Senhora e depois eu passo a palavra para a senhora estar enriquecendo a mesa. Maria das graças Gomes da Costa, paulista de nascimento, mato-grossense de coração, formada em direito pela UFMT em 1990, pós-graduada em direito penal e processo penal pela Estácio de Sá, juíza de direito desde 1996, titular da Vara da infância e Juventude de Rondonópolis desde 2010

**Maria das Graças** - Boa noite a todos! Que bom que eu estou contando aí na mesa com o Iberê, meu parceiro de sempre, o professor Elismar que eu tive o prazer de conhecer, o nosso cientista de pesquisa o doutor Raul, então vamos conversar. Eu estou aqui há um bom tempo, desde que eu entrei na magistratura, isso faz muito tempo, eu lido com criança e adolescente e a partir de 2010. Eu sou a titular aqui em Rondonópolis, onde, segundo o nosso querido Iberê comentou, nós vamos ter uma unidade nova no final desse mês ou no próximo mês de agosto, e ouvindo a todos que me antecederam, eu tenho que dizer o seguinte, eu sou muito esperançosa no futuro, mas, eu sou muito realista com o que a gente tem hoje e o que a gente tem hoje são adolescentes em conflito com a lei, originários de famílias mal estruturadas e de um estado que não vem mantendo ou fazendo bem o seu papel conforme a Constituição define. E nesse papel, nessa sociedade que não cumpre o seu papel, eu

também me incluo, porque afinal de contas, eu já estou há tantos anos e talvez não tenha feito o suficiente, e o que que eu digo para vocês, o adolescente infrator de Rondonópolis, como adolescente infrator de Sinop, onde eu mantive ali a minha jurisdição por dez anos, de 1999 e 2009, ele tem uma certa semelhança, e o que é essa semelhança? É a falta de estrutura familiar, é a falta de educação básica, não só a educação básica no sentido da escola, aquela que ensina a ler e escrever e as quatro operações, essas também estão em falta, mas, a educação de casa, aquela regrinha do por favor, obrigado, dá licença isso não está existindo e há muito tempo não existe. Então, infelizmente, hoje em Rondonópolis, eu tenho uma família que eu atendi, quando a moça ainda, hoje, uma mãe de família já, de quatro filhos, ela era adolescente lá em Sinop e não que ela tenha me seguido, mas, aí a gente se encontrou aqui, ela não se recorda, com certeza ela não se recorda, mas eu sei que eu atendi em Sinop e a família dela era totalmente sem estrutura e sem estrutura de toda ordem, como eu estou dizendo, uma estrutura moral, uma estrutura espiritual, a estrutura econômica, como professor Raul colocou, tudo isso tem a ver, então assim, tudo contribui, como a bíblia fala: “Tudo contribui para aquele que nos fortalece”. Então, quando nós buscamos a luz em tudo que a gente vai buscando, nos leva a luz, quando infelizmente essa luz não existe, tudo nos leva pra escuridão, então, essa escuridão que eu estou colocando hoje, é a escuridão que nossa criança, nosso adolescente tá vivendo agora nesta pandemia e que vai resultar daqui a nove, dez anos no socioeducativo. Então, se nós não acordarmos para o agora, nós vamos ficar discutindo aqui em mesas, em mesas, em mesas e não vamos fazer nada, eu falo isso, porque além do ato infracional, eu também aqui processo medidas protetivas, que são as fases anteriores ao ato infracional, então é aquilo, antes, ou seja, é o menor de 12 anos, é a criança e aqui eu estou vendo muito de criança abandonada, muito de criança abusada, muito de criança violentada e essa criança violentada e abusada, ela tá no seio da família, ela está dentro da família, não é que assim, nossa mais ela tá na rua. Não! Ela não está na rua, se ela tivesse na rua, se ela estivesse tão exposta assim, o conselho tutelar deveria ou estaria cuidando dela, como hoje nós temos 26 crianças acolhidas na nossa casa de abrigo aqui em Rondonópolis e não são crianças posta para adoção, para se pensar, são 26 crianças e adolescentes que estavam em situação de risco, que o conselho tutelar soube e levou para casa. Então, a gente tem que, não só olhar o nosso adolescente em conflito com a lei, hoje, mas dá uma ré e olhar quem é ele, de onde ele veio, qual foi a causa dele chegar até



ali e vê que tem crianças, hoje, na mesma situação, se nós não as atuarmos, elas serão um número maior no futuro. Então, tudo bem, graças a Deus o governo estadual está se prontificando, a ter com unidades de internação, ou seja, privação de liberdade, olha que é um dos mais relevantes valores "Vida e Liberdade". Nós estamos dando vida, está vivo, mas tirando a liberdade, estamos privando de liberdade e a gente está tendo o nosso governo, com um olhar muito positivo, não questiono, estão colocando ali, as unidades, como eu terei uma aqui. Uma unidade, com uma visão física muito boa, uma visão pedagógica que eu quero acreditar que tudo vai dar certo, com uma visão de atividades laborativas, para que eles têm essa ideia de que o trabalho realmente dignifica o homem e aí a gente vai conseguir colocar isso em ordem. Mas, não adianta, nós não precisamos que querer tanto unidades socioeducativas privativas de liberdade, se nós tivermos escola, se nós tivermos um planejamento familiar, se nós tivermos pessoas na saúde básica, que falem sobre higiene, que falem sobre sexualidade, diversidade, respeito e educação. Então, eu quero fazer para vocês aqui, não uma visão só de uma juíza que aplica uma medida socioeducativa privativa de liberdade, de semiliberdade, por que o ato infracional foi tão forte que mereceu essa medida socioeducativa, eu quero trazer para vocês uma visão de alguém que está tentando fazer com que, a nossa academia, com que a nossa população, com que as nossas entidades, elas não fiquem só nessa reprimenda do adolescente infrator, do adolescente em conflito com a lei, mas, que a gente vá buscar antes disso, eu acho que nós devemos focar no antes, antes é o que? Eu tenho esse adolescente, essa adolescente está gestante, eu tenho que fazer realmente a primeira infância com ela, eu tenho que levá-la para projetos, eu tenho que educá-la, eu tenho que fazer com que abra a mente dela, inclusive para possibilidade de entregar esse neném, já que eu não tenho condições, eu não tenho estrutura, eu não tenho mentalidade para ser mãe, eu posso entregar numa entrega legal, eu posso entregar para adoção, eu posso dar para alguém que esteja preparado para ser realmente o pai e mãe dessa criança. Então, eu estou tentando colocar aqui para vocês, uma visão antes do ato infracional, porque depois do ato infracional, depois que infelizmente o nosso adolescente, que é o ser humano com idade superior a 12 e antes dos 18 anos completos, que esta pessoa, ela tenha realmente oportunidade. Não adianta a gente só ficar aqui nos PIAS da vida, como o doutor Raul falou, olha tem um PIA que é o Plano individualizado de atendimento. Esse plano previsto no SINASE, é ótimo, então, a gente conversa com o adolescente, com a sua

família, com a instituição e vamos colocar no papel, um plano que seguiremos no tempo de medida socioeducativa, no caso ali da internação, é bonito, a gente coloca ali, mas nós não temos por vezes, dentro da instituição, professores humanizados o suficiente para lidar com esse adolescente, nós não temos muitas vezes, sócio educadores com capacidade psicológica para lidar com esse adolescente, nós não temos muitas vezes, uma equipe interdisciplinar talhada para isso, tudo isso doutora Maria das Graças pode ser sanado com um bom concurso público, nem sempre, por vezes as pessoas se dispõem, mas depois não se compromissam, então eu acho que, mais do que, tão somente o nosso falarmos, nós temos que vestir esta camisa. No socioeducativo de Rondonópolis por exemplo, eu estou buscando muito, eu já falei aqui com alguns professores e eu busco uma parceria, nós precisamos levar para dentro do socioeducativos, pessoas que tenham uma visão do ser humano, do internato, pessoas que se compromissam em conhecê-lo, em saber da sua dificuldade e que busquem, não é tornar-se ele, mas fazer-se na pessoa dele, colocar-se no seu lugar e sentir o que ele realmente está passando e aí, se comprometer ajudá-lo, esse ajudá-lo é bem a história do peixe e da Vara, não é dar o peixe, mas é, proporcionar que ele consiga pescar, então, é ensiná-lo. Eu não sei se vocês, professor Raul com certeza nessa pesquisa que ele fez, ele viu, nós temos adolescentes infratores, em conflito com a lei, que eu pergunto, qual sua escolaridade? E ele me diz assim: — Oitavo ano. — Nono ano. Aí eu pergunto você sabe ler e escrever? Aí ele me responde: — Aí, eu sei um pouco ler. — Eu sei assinar meu nome. E outros dizem: — Eu não sei. Então, nós estamos falhando, nós estamos falhando no nosso princípio maior lá na Constituição, lá naquele artigo que diz que: “Criança e adolescente é são responsabilidade da família, da sociedade e do estado”. Então todos nós estamos nesse barco e nós não estamos trabalhando bem e essa é a nossa realidade. Hoje nós temos mais ou menos, creio eu, 14 ou 16 meninos adolescentes internados aqui em Rondonópolis e eles aqui estão, porque praticaram ato infracional de natureza grave, a gente só deixa recolhido hoje, os de natureza grave, grave mesmo, com uso de arma, com ameaça a pessoa, aquele assim em último grau. Mas eu os trato com a dignidade que o ser humano merece, que o ser humano precisa, só que, além de tratá-lo, eu tenho que contar com essa equipe maravilhosa, que eu não questiono, a equipe do socioeducativo, é uma equipe assim muito boa, é óbvio que como em todos os casos, deve ter ali uma maçãzinha não tão boa, mas, em regras são, eles tratam o adolescente como pessoas em

desenvolvimento mesmo, é com essa temática que eu quero trabalhar na nova instituição que a gente vai inaugurar. Ela vai ter um número maior, então, veja bem, de 14 ou 15, teremos 60, nem todos serão de nossa cidade, como aqui já estão, de outras cidades também. Mas a todos, a gente sempre abre o espaço do diálogo, o espaço da humanização, eu acho que fundamental, para quem trabalha com criança adolescente, é você se sentir como se estivesse, não talvez eu consiga, mas assim, eu tento sempre me colocar na situação deles e nessa condição, é que eu vejo que muitos dos meus colegas também o fazem, embora o estado de Mato Grosso não tenha, como o professor Raul colocou, não tenham um histórico muito positivo, a gente tem uma situação bastante criminalidade tudo, mas, a gente se coloca no lugar e a gente tem que se realmente alertar para isso, porque o crime organizado está chegando cada vez mais próximo do nosso adolescente em conflito com a lei, a nossa cidade aqui, nós já temos um grande número de meninos, que se dizem apadrinhados, afiliados, eu não sei qual é a colocação lá, mas essa situação. Então, eu faço aqui para vocês, essa provocação, eu acho que nós temos que nos aproximar mais do ser humano, sabe? Não é só questionar-se, a maioria penal deve baixar ou não deve baixar, não é isso, é nós nos preocuparmos com a nossa criança, com nosso bebê que está nascendo, o nosso brasileirinho, nós temos que procurar um lá na fonte, sabe? Porque é ele, que daqui a 13 anos, será um adolescente em conflito com a lei, então, por que não trabalharmos com ele agora? Sabe, a gente tem uma lei maravilhosa, temos aí o marco da primeira infância, que são situações em que se busca conhecer desde a gestação, até todo o cuidado. Vamos procurar trabalhar nisso, esse sistema grandioso, maravilhoso que nós temos é que tem que se prestar isso, ele não pode só ficar aqui, nas consequências, mas ele tem que ir lá na fonte, vamos conversar mais, vamos tirar esse preconceito, esse preconceito de planejamento familiar sim, porque nós temos filhos demais, tem família Rondonópolis que tem 7 filhos, 9 filhos, pelo amor de Deus, quem é que dá conta de criar bem 7, 9 filhos? Não dá! Não tem ser humano nesse mundo que consiga, você não consegue suprir necessidades financeiras, psicológicas, presenciais, porque se você vai cuidar de ter dinheiro, você tem que trabalhar, para você trabalhar, você tem que desempenhar o seu tempo lá no trabalho, como é que você vai ser pai, mãe? Não tem como! Então, vamos raciocinar, vamos usar dessa grandiosidade que nós temos de inteligência nesse país, para organizarmos a nossa sociedade, vamos usar dessa espiritualidade que a gente tem, nós temos ali Buda, nós temos Jesus, nós temos “N”

entidades, que possamos nos apegar, para tratar com humanização, em busca de uma divindade, vamos pegar nisso, sabe. Vamos deixar de ficar com tanta vaidade, quem é que tem um plano disso, o plano daquilo, que é a sacola ou sei lá, o raio que o parta lá, que vai receber N dinheiro, nós temos que dar é condições, educação, educação, educação. Quando nós tivemos uma criança higienizada, vacinada, educada, ela vai ser um grande cidadão, é nisso que eu tenho que buscar, é nisso que eu quero colocar para vocês aqui, eu não sei se o doutor Túlio me colocou com essa pretensão, mas é essa que eu quero colocar. Amanhã por exemplo, eu vou ter uma reunião com a nossa assistente social, aqui na Secretaria e o que nós estamos buscando? Pelo amor de Deus, vamos ver o que que a gente vai fazer com esse povo que fica no farol, no farol aí de Cáceres, no farol de Sinop, no farol de Cuiabá, no farol de Rondonópolis, no farol de Várzea Grande que fez uma cartilha, que eu tenho até um exemplar aqui, não sei como é que eu mostro aqui, "Crianças, não exposição de semáforos". E outra, eu busquei lá, não é que eu fui criar a roda, eu quero que a minha população, ela tenha uma oportunidade e não uma miséria, uma coisa de ficar patinando naquele maranhado de situações, que não vai fazer criar nada além, de uma pessoa sem dignidade, sem caráter. Então, é isso que eu vim buscar com vocês hoje, eu aqui aplico sim à medida socioeducativa de internação, por quê? Porque a lei determina, eu sou cumpridora da lei e dentro da medida mais adequada, para cada ato infracional, eu tenho aplicado. Deixo mais do que seis meses? Nem sempre, porque seis meses, é o máximo que eu tenho dentro do ECA, para reavaliar essa medida socioeducativa e aí eu sou muito honesta dizer a vocês, eu olho como que o estado se prontificou, a reintegrar esse adolescente ao seio da sociedade. Ele prestigiou esse adolescente com o ensino? Nem sempre, às vezes, ele sai tão analfabeto, quanto entrou. Ele prestigiou esse adolescente com uma visão cultural, com esporte, com laser? Nem sempre. Ele prestigiou esse adolescente com uma convivência familiar mais harmônica? Diante da pandemia, nem sempre. Então, eu olho com a crítica? Sim, para a minha função na magistratura. Porque, eu sinto que, eu não sou a juíza que eu deveria ser, se todos os instrumentos fossem postos a minha disposição, mas, como cidadã, eu busco criar também condições, para que esses instrumentos, mesmo que não tão plenos, eles sejam postos, então vamos lá, é assim que eu ajo e é assim que eu tenho certeza, de que a maioria dos meus colegas, agem também. Então temos aí, Leila Marques que trabalha maravilhosamente na Vara da infância, o doutor Túlio, o doutor Cleber, o doutor Jacó

em Sinop, então são pessoas que eu sei que fazem o melhor que podem e é assim que a gente se prontifica para uma mesa como essa, de discussão para melhorarmos o nosso trabalho. Eu, como juíza, coloco a vocês, que têm críticas sim, do poder judiciário, que não cumpre plenamente o seu trabalho, também como cidadã, do estado de Mato Grosso, eu também crítico meu estado, porque também não dispõem de todos os instrumentos, mas, como mais ainda, uma pessoa que quer o melhor para todos nós, eu me critico também e sempre me coloco a disposição para melhorar uma pessoa que trabalha na sociedade, uma pessoa que se dispõem a ver nas mídias as necessidades e que tem que ajudar, afinal de contas eu sou privilegiada, graças a Deus, eu tenho uma família, eu tenho uma crença, eu tenho uma profissão. Então, é nesse sistema sim, de troca, que eu venho me dispor por aqui, para que vocês possam também colocar suas críticas e eu possa ouvi-los e melhorar o meu trabalho, é nesse sentido que eu coloco a minha posição, muito obrigada e eu estou à disposição para discussões.

**Kátia Nunes** - Obrigada doutora Maria das graças pela contribuição. Na sua fala, na sua explanação, na sua colocação, nesse decorrer do meu estudo, eu sempre de uma parte, eu pego ali, a história de vida, eu gosto de apresentar a história de vida desse menino. Então, eu vou dialogando com ele e perguntando para ele, fala um pouco de você, como que você chegou aqui, então assim, todos no mestrado ou doutorado, fazendo uma comparação, todos eles tiveram seus direitos negados, todos eles tiveram seus direitos violados, a maioria, a escola apresentou a falha no sistema em todos os sentidos educacional, falta de políticas públicas de educação em tempo integral, educação integral, a gente percebe isso por quê? Relatavam sempre que estavam fora da escola, que não entrava na escola, que chegava perto da escola saiam, essa questão desse conflito da própria adolescência, que é a transgressão e ali o recrutamento de outros, porque a família é muito pobre, que precisava levar, não sei se a senhora viu um vídeo disso, eu precisava comprar comida precisava, de alguma coisa e aí eu não tinha alternativa. Então assim, às vezes não tem outras possibilidades, aí eles acabam adentrando. Sempre eles relatam isso aí, quando a gente conversa com eles, olha, eu não tive, como se não tivesse outra opção, eles não vislumbraram outra opção, porque a família estava padecendo, porque eles consideravam que era mais fácil, a gente sabe que não é fácil, vida do crime não é fácil, jeito nenhum, é sofrida e explorada, então, ele sempre apontava isso aí na sua

história de vida, mas assim, o que mais me deixava sempre entristecida, era a falha do sistema de modo geral, ali o social falhou, ali a educação também, teve sua contribuição, saiu daqui foi dali, a escola não entendeu tirou ele daqui e mandou para ali, então assim, é uma série de fatores que colaborou, por isso que a gente fala: — O adolescente, não é adolescente em conflitos com a lei. Aí você se pergunta, quem está em conflito com a lei? É o estado, na verdade é o estado que está em conflito com esse jovem, com esse menino, porque ali tudo falhou para ele, então, ele não teve. Imagina o menino de 13 anos de idade ali, pobreza, pais desempregados ou a escola, então assim, é uma série de fatores que está aí e muitos também por opção, porque eu já vi menino ali, que também fala: — Não, eu quero. — Eu quis, eu estou ali. Então assim, a gente vê uma diversidade nesse sentido, porque eles adentram ali nessa questão da criminalidade. Mas assim, muito obrigado pela sua explanação, por essa ênfase em cuidar das nossas crianças, essa medida protetiva, estar ali fazendo toda uma prevenção, porque a medidas de internação ela é última e ela é uma medida cruel, a gente sabe disso, para os jovens que estão lá, tirar ele do convívio. Então assim, é preciso investir realmente nessa rede, eu achei bonito a senhora falar que temos que trabalhar em rede, nessa visão institucional, porque se um adolescente está ali cumprindo a medida socioeducativa, é falha nossa também, é uma perda muito grande, você vê um jovem, então, toda a sociedade falhou ali. Então, é uma questão de você ter que trabalhar antes, de que o menino possa cair ali, porque todas as portas já foram fechadas, as possibilidades e por isso que ele está ali. Então o estado, que está em conflito com a lei na verdade. Mas muito obrigada, no final a gente faz o debate, as discussões, as perguntas. Obrigada! Nós vamos chamar agora, o nosso último palestrante, que é o doutor Roberto Tadeu Vaz Curvo. Olá, doutor Roberto, boa noite! Será que a conexão caiu?

**Túlio Gontijo** - Kátia boa noite, acreditamos que o professor Roberto caiu, porque ele não está na sala agora.

**Kátia nunes** - Mas ele estava?

**Túlio Gontijo** - Ele esteve durante um tempo, mas não está no momento. Acho que a gente pode começar o nosso debate e aí após ele terminar, ele pode fazer explanação dele.

**Katia Nunes** – Ah, sim! Então vamos começar. Então vamos chamar todos os palestrantes. Olá, boa noite, sejam bem-vindos, eu separei algumas perguntas, eu acho que a gente pode começar a nossa discussão em torno das perguntas também. Eu vou aqui estar fazendo, bem, eu tenho aqui a pergunta do professor doutor Túlio Adriano, ele faz a seguinte pergunta, quais órgãos que compõem o SINASE? E quais são os princípios de atendimento socioeducativo previsto na lei do SINASE? Acho que o doutor Iberê pode estar respondendo, órgãos que compõem o SINASE e quais são os princípios de atendimento socioeducativo previsto na lei do SINASE?

**Iberê Ferreira** - Primeiro, é importante esclarecer o que é o SINASE. SINASE é o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Como eu disse, o CONANDA que é o órgão maior do conselho de defesa do direito da criança do adolescente, eles em 2006 editaram a resolução, de estar trazendo as normativas sob o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Em 2012, foi promulgada a lei do Sinase a Lei Nº. 2.594. Então o sistema, ele envolve além dos poderes relacionado ao Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria, o próprio estado que executa a medida socioeducativa, não só da privação de liberdade, porque a gente sabe que os municípios também têm a sua respectiva responsabilidade, a gente tem todos os outros atores, que participam desse processo. Como a própria doutora Maria colocou, não é apenas o estado em si, é dever do estado cuidar das crianças do adolescente, bem como, a família e a sociedade, então, quem participa desse processo, são todos, porque é nosso dever, não só como família, estado e sociedade cuidar desse público, como já foi dito na sala (2:37:47) do palestrantes, esse adolescente quando ele chega numa unidade socioeducativa, é porque muitas outras etapas, elas não foram cumpridas e aí a gente até costuma dizer que o socioeducativo acaba sendo uma UTI, na tentativa de recuperar esse adolescente, porque todos sabem, que o adolescente, ele é uma pessoa em desenvolvimento e por isso que as políticas públicas voltada ao adolescente, elas são diferentes do adulto, por isso que acreditamos sim, que a responsabilidade aí, é de todos, é claro que uma em maior grau aí de responsabilidade, mas todos participam, direta ou indiretamente desse sistema de atendimento socioeducativo.

**Kátia Nunes** - Podemos estar também, dependendo da pergunta e da resposta do palestrante também, os palestrantes podem estar interagindo aí, sobre essas

questões também, pode estar dando a sua contribuição. Mas muito interessante doutor Iberê e é bom enfatizar, que o SINASE, ele veio para dá uma diretriz a esse jovem que está cumprindo essa medida, ele é um instrumento, ele é um sistema que tem as diretrizes todas ali, vamos dizer assim o modelo para os estados de como deve se aplicar a medida socioeducativa, de como pode ser a equipe da gestão, da segurança, toda a parte da educação, dos projetos culturais, então é assim, é um documento, é uma lei, vamos dizer assim, é uma lei de extrema importância, porque a 20 anos atrás não havia o SINASE, então, o entendimento do jovem que cumpria a medida socioeducativa, era outro, era uma questão mais punitiva, não que a medida socioeducativa não tenha o cunho de sanção, mas era muito mais punitiva há 20 anos atrás, essa questão do cumprimento da medida. Então hoje, as medidas socioeducativas, ela traz esse cunho de natureza sociopedagógica, então, são ações pedagógica para estar trabalhando, por isso que quando é o senhor colocou, há uma grande diferença entre a medida socioeducativa e a prisão, a gente mistura tudo agora, eu estou participando do grupo que fala “o cárcere”, mas assim, quando você fala do cárcere, eles falam do cárcere, eles colocam no mesmo pacote do socioeducativo, o penitenciário e o socioeducativo são realidades diferentes, são marcos conceituais, marcos legais, situacionais todos diferentes do sistema penitenciário, então, o SINASE, ele é composto órgãos de proteção.

**Iberê Ferreira** – Exato! E a gente não pode esquecer, que o adolescente privado de liberdade, ele só tem de privação a sua liberdade, os demais defeitos que a eles são assegurados, pela própria Constituição brasileira, bem como ratificado aí no ECA, a ele é garantido, a não ser que na sentença, haja alguma outra determinação a esse adolescente, mas em regra, o adolescente só tem privado a sua liberdade, mas isso não significa que esse adolescente, ele não possa sair de uma unidade e ir num posto de saúde, pelo contrário, à medida socioeducativa ela serve exatamente para inserir esse adolescente, naqueles locais, na qual ele nunca teve acesso. Infelizmente hoje nesse atendimento dos adolescentes, a gente observa que tem adolescentes que nunca teve um atendimento médico, com 16 anos, 15 anos ou o primeiro atendimento médico de uma adolescente, é quando ela procura um médico porque está gestante. Então, a gente sabe que o SINASE, quando ele estabelece dentro dos eixos, as linhas do atendimento é justamente para garantir aquilo que já é garantido a ele, infelizmente essa é a regra, só para complementar aí a primeira parte.



**Maria das Graças** - Eu também gostaria de fazer aqui um adendo, que o CNJ, está trabalhando em várias frentes, para colocar realmente, na pauta do dia, esse direito que o adolescente em conflito com a lei, ele tem previsto na Constituição, nas demais leis, inclusive no ECA, mas que por vezes não está sendo bem colocado, então, nós temos a previsão dos núcleos de atendimento individualizado, inicial que é o NAE, então, são situações dentro de um complexo único, de um prédio ou de salas, em que nós tenhamos o adolescente em conflito com a lei, entrando, ele vai ser atendido pelo Ministério público, ele vai ainda interagir, óbvio, com autoridade policial, depois que o Ministério público, logo com o Juiz e aí vai ter outros serviços ali, para colocá-lo na melhor forma, mais rápido possível, novamente, se é que ele já foi um dia, inserido, de repente, às vezes a gente fala reinserido, mas ele não está reinserido, porque ele nunca foi inserido, Como o Iberê colocou. Então, a gente vai, o colocar no primeiro momento, em contato com a educação, em contato com o meio ambiente, voltado com habitação, em contato com lazer, com esporte. Então, são situações que nós vamos pô-lo, de forma a que ele tenha oportunidade de realmente mudar de vida, já que ele está vindo para um caminho não muito correto e essa situação por exemplo, nós vamos buscar colocar aqui em Rondonópolis, nós não temos esse NAE, mas, é nossa pretensão, que estamos trabalhando junto com o GMF, que é a mobilização monitoramento e fiscalização, que é um grupo que no qual o Iberê também faz parte, o meu parceiro e a gente têm ali, situações para serem colocadas e discutir junto com os poderes, para a gente colocar em prática. Porque é aquela história, a nossa legislação é maravilhosa, você lê e fala nossa tudo isso está previsto, que bom, onde é que está em prática? é difícil.

**Elismar Bezerra** - A nossa discussão eu acho que muito, é também no sentido de entender o problema, para além das aparências, entender o problema concretamente. Então, a primeira questão talvez a gente deveria se levantar, era a seguinte, não é a lei que está em conflito com essa criança, com esse adolescente, porque veja bem, esse menino não estuda ou não tem aproveitamento em grande parte, antes dele cometer alguma infração ou algum problema, ele não tem sucesso por assim dizer, na escola e muito por uma questão econômica. Econômica porque nós vivemos na sociedade do comércio, quem não tem nada para vender, vende o que? A sua força de trabalho, quando não tem trabalho, lugar para ele vender, ele vende o que? Essa é a condição dessas famílias todas, então, nessa situação toda, você tem instalado

uma situação de miséria e a miséria quando falta comida, não tem ânimo para nada mais, a não ser para tentar conquistar isso, eu não estou querendo justificar todos os problemas, estou dizendo que nós precisamos entender o problema concretamente, então veja, o SINASE, tudo isso que nós temos, o sentido de tentar amparar esse menino, essa menina que já está nessa situação toda, é um remendo na verdade, de um problema criado por uma questão estrutural de sociedade, nós precisamos nas nossas discussões ter sempre isso presente. Veja, nós estamos na pandemia agora, onde na educação, nós vivenciamos, todos nós, não só aqui no Mato Grosso, no Cuiabá em Chapada, no Brasil inteiro, no mundo inteiro. Os educadores tentando saber, tentando entender como educar de forma remota e o que nós verificamos aqui na escola pública nossa, seja na EJA, na chamada educação regular de crianças e adolescentes, que é uma falácia essa história da sociedade da comunicação, sabe por quê? Porque a maioria dos meninos, dos jovens e dos adultos brasileiros, têm um aparelho celular, às vezes o mais precário e com um pacote de internet que não lhe permite estudar, não lhe permite acessar as plataformas de estudo, ou seja, o que nós estamos vendo, é que após a pandemia, nós já estamos verificando um caos na questão da proficiência, da aprendizagem, nós vamos ter mais problema, o governo do estado recentemente tomou a medida muito importante, que foi de garantir aos professores um notebook mais um recurso para ajudar no pagamento de acesso à internet, por quê? Porque o problema é grave, muitos professores estavam bancando o seu trabalho com recurso próprio, com o seu computador, com seu celular, com o dinheiro que pagava internet etc. Essa ajuda é fundamental, porque ela afirma o professor como profissional, que tem que ter do estado, as condições para ele trabalhar, porque é um dos poucos profissionais, que trabalham com recurso próprio, com os próprios meios por assim dizer. Ora, se nós minimizamos o problema do professor, como é que está desse estudante que tem uma condição de vida pior do que a do professor? Veja, esse é o problema, quer dizer quando você tem isso, como é que você vai resolver o problema? Ele vai cair lá no sistema socioeducativo e você já está com problema, e você já está com a explosão do problema, quer dizer, você vai tentar remediar, fazer o que diante dessa situação toda? Então, é preciso a gente compreender essa questão, do ponto de vista, sem dúvida nenhuma, material econômico, porque daí decorre muita coisa. Olha, eu lembro sempre de uma experiência que eu vi, assim, escola era o fato de muitas crianças, sentarem a primeira vez a uma mesa, para tomar uma refeição na escola, a primeira vez que ele

se sentou em um vaso, que do lado tinha um papel higiênico, foi na escola. Quer dizer, imagina a espiritualidade ou conhecimento, a concepção de mundo, a concepção do outro, a concepção de sucesso, a concepção de amor, de relação e etc. que essa criança que esse indivíduo tem na sociedade. Então, nós precisamos tratar isso e esse problema é complexo, é complexo por quê? Porque, por exemplo, o governo do estado garantir hoje, por exemplo, as condições para esse menino estudar a distância, quanto custa? Mas, se nós compararmos esse custo, com outros custos que o estado tem, inclusive com um alto empresariado brasileiro, é mínimo, a questão é, nós topamos fazer essa discussão? Eu acho que são coisas que o parlamento brasileiro, desde uma Câmara de vereador, passando pela Assembleia Legislativa, precisam fazer essa discussão, porque se não, nós vamos ficar feito loucos aqui discutindo o problema que está nas nossas mãos, quando nós não damos conta de resolver o problema. Veja, eu dizia aqui, depois o Raul falava na pesquisa muito importante que eles tão fazendo, desenvolvendo muito interessante, é fundamental a ciência realmente verificar, exatamente os problemas sociais, assim concretamente, por suas múltiplas determinações etc. E agora eu perdi o que eu ia falar, mas enfim, o que eu estou querendo dizer, é que esse problema todo que nós que nós estamos, lembrei! Eu citei antes. Ora, eu fui dar uma palestra esses tempos atrás num determinado município, que é tido como município do agronegócio e quando eu estava no hotel, estava revisando algumas coisas, aí alguém puxou assunto e eu comentando e falando que eu ia dizer e daquela da educação, a situação da educação no estado, ele começou com aquelas conversas besta, aqueles chavões idiotas, que ninguém mais aguenta, dizer que a escola não dá conta, que a escola isso, não presta etc. Eu falei qual é a tua formação? Há eu não preciso estudar, eu fui trabalhar tal e tal, não tinha o ensino médio completo. E sabe o que ele me dizia? Que naquele município, a maioria tinha curso superior completo ou estava estudando e sabe o que era o dado concreto, era que 2/3 da população eleitora, não tinha educação básica concluída e está realidade, da sociedade brasileira do estado de Mato Grosso. Então veja, que o problema educacional é maior, é mais complexo, a sociedade nossa, é semialfabetizada na sua maioria, mas nós, principalmente nos municípios mais ricos, somos de uma arrogância tão grande, que posa como se fosse doutores. Nós precisamos enfrentar isso e dizer, não é, informação não é conhecimento, não é você saber que a soja é uma commodity, que movimenta a economia etc. Isso não te permite saber o que que é o agronegócio, é preciso dizer,

o agronegócio que se desenvolve com a tecnologia de ponta, produzido inclusive fora do Brasil e importado a peso de ouro, para essa produção extraordinária que nós temos, a peso de ouro. Ele não precisa para empregar a mão de obra necessária, para essa produção toda, que que a nossa população tenha sequer a educação básica concluída, esse é um problema, mas, para um projeto societário, inclusive que está na Constituição federal, que é um projeto liberal, não estamos falando aqui de socialismo e comunismo nem nada, é um projeto liberal, para esse projeto se realizar conforme está consignado na Constituição, nós precisamos ter a população com a educação básica concluída, por quê? Porque a educação básica, pressupõe um conjunto de conhecimentos, tidos como fundamentais para o cidadão se qualificar e qualificar o processo social, é este o grande problema que eu penso que nós temos que discutir e discutir inclusive com nossos colegas professores, com nossos educadores da educação básica, mas também da universidade, ou seja, nós precisamos determinar concretamente, claramente o que é educação básica, em relação com o nosso processo social, isto é, com o processo produtivo, com o nosso desenvolvimento, nós precisamos tratar disso, olha esse estado de Mato Grosso. Desculpa está falando muito, mas já estou concluindo. Esse estado nosso, tem quantos milhares de pequenos produtores rurais, que vive lá com sua família e tal? Quanto é um problema econômico que decorre dali? Quantos dessas famílias, têm condições de garantir estudo dos seus filhos? Quais os incentivos que esses pequenos produtores têm recebido, no sentido de produzir, ficar naquele pequeno pedaço de terra e impactar a sua vida produtiva, com o que conseguiu produzir? Eu só estou levantando algumas questões, que eu acho que são fundamentais a gente revisitá-las, com paciência, com cuidado e com esse compromisso que todos os colocaram aqui, o Iberê, a Juíza, o Raul, você mesmo, todos, que esse compromisso no fundo, que nós estamos querendo dizer e o seguinte, essa criança e adolescentes se apresentam como um problema para a sociedade, mas, a sociedade está sendo um problema para ela, é a sociedade que está criando isso também. Onde está? Como é que nós enfrentamos isso mesmo, antes do problema e eclodir da forma como nós estamos vendo? A são 20, são 30 são quantos? São 150 em 2021, da 150, 200 que estão nessas medidas no estado todo, parece pequeno, mas essa é a ponta do iceberg, o problema está em baixo, que a gente não está enxergando.

**Katia Nunes** - Bem só um minuto, como nós já estamos assim com o horário, quase que para encerrar, tem algumas perguntas ainda, eu vou pedir para assim, vamos responder um pouco mais breve, mas eu tenho aqui, algumas perguntas muito pertinentes e interessante para a gente estar respondendo. Muito obrigada viu professor Elismar, doutor Iberê pela resposta, pela explanação para essa colaboração das questões assim, riquíssimas. Eu tenho aqui, a pergunta da professora Alexina Oliveira, que fala o seguinte, ela pergunta o seguinte. Eu acho que é para o professor Raul. Como é feita a distribuição do orçamento para a segurança pública, para enfrentar esse cenário? Não sei se a para professor Raul ou professor Iberê, que vai estar respondendo, como é feito orçamento? porque o senhor apresentou. É possível?

**Raul Carlos** – Bom, eu não sei como é feita, eu não faço parte do executivo, faço parte do planejamento estratégico do estado, com respeito a isso, quem sabe o doutor Iberê saiba melhor e como funciona, eu imagino que a distribuição é feita primeiro através de planejamento plurianual e depois com orçamento anual, mas é como é que é feita, como é decidido, deve ser a Câmara de deputados do estado, deve delimitar esse orçamento, o quanto que eles mandam, mas não sei exatamente, não sei o procedimento, não sei o processo, talvez o doutor Iberê, tem mais conhecimento disso.

**Iberê Ferreira** – Sim! A distribuição do orçamento, dentro da Secretaria, como a das demais secretarias de estado, ela se baseia no plano plurianual mesmo, então, dentro desse PPA, que é um planejamento de 4 anos, no caso da nossa Secretaria da Sesp. O sistema socioeducativo ele tem, a mesma equivalência que qualquer outra força de segurança, até porque nós fazemos parte da Sesp, então, o sistema socioeducativo, ele tem um programa, que é o Sistema Socioeducativo Mato Grosso, dentro da Secretaria e dentro desse programa, nós temos várias ações, justamente ações que contemplam aqueles eixos previstos no SINASE, sinalização, profissionalização, esporte, cultura, lazer, enfim, a questão das manutenções, das unidades socioeducativas, também a questão das capacitações dos servidores, dos programas de reinserção do adolescente, aí eu vou de encontro que a doutora Maria também colocou, não é reinserção, é inserção, porque que eles não eram inseridos antes, apesar que usa esse termo reinserção, mas não é isso, é inserção mesmo. Então hoje, dentro do programa Socioeducativo – MT, nós temos sete eixos de ação e eles

perpassam aí, esses eixos já previstos no SINASE, nós fazemos um planejamento e aí a cada ano, a cada ciclo do PPA, a Secretaria de fazenda encaminha para cada Secretaria de estado, um orçamento macro e aí dentro desse orçamento, ele é distribuído entre os programas de governo, então, o socioeducativo, só para vocês terem uma ideia, no governo anterior, para quatro anos, nós tínhamos um orçamento de um milhão de reais, pasmem, para quatro anos um orçamento de um milhão. Neste governo agora, para quatro anos, nós temos um orçamento de 15 milhões de reais, por isso que eu digo que o sistema socioeducativo ele está evoluindo, porque sem orçamento, nós não conseguiremos aí, concretizar tudo o que está previsto na lei do SINASE e conseqüentemente esses adolescentes, eles não terão aquilo que eles deveriam como a própria doutora colocou, o estado ele está cumprindo o papel dele, é claro que isso é falho em vários aspectos, mas hoje, eu posso dizer, estou no sistema 11 anos e nós estamos em um momento sim, de investimento na política de socioeducação aqui no estado. Em resumo, é assim que funciona a distribuição do orçamento, primeiro tem que ter um planejamento e posterior esse orçamento é disponibilizado e ele pode ser suplementado, ao longo do exercício, então assim, até o momento deste ciclo, a gente não teve dificuldade, pelo contrário nós tivemos uma suplementação orçamentária, que possibilitou aí doutora Maria, aquisição dos uniformes dos adolescentes, o enxoval, a gente já assinou o contrato tem duas semanas, acredito que no próximo mês, todos os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa, terão aí o seu enxoval, que é uniforme personalizado para esse adolescente, coisa que antes a gente não tinha e a doutora sabe muito bem disso.

**Katia Nunes** - Tem uma pergunta que vai para o Elismar ou para todos não sei. O que fazer para evitar que a escola, não seja uma ferramenta de exclusão para o adolescente que cumpre medidas socioeducativas no meio fechado?

**Elismar Bezerra Arruda** - Então, acho que nessa fala longa que eu fiz, já respondi muito disso, eu acho que estrutura é política de formação, qualificação de professores, não política pedagógica, clara em vista das diferenças todas dos nossos estudantes, é isso, não tem mistério para assim dizer, não tem mistério, como Iberê dizia, sem recurso não se faz nada, que você vê o salto de qualidade que teve em recurso aí. E mesma coisa da escola pública, é preciso nós temos a infraestrutura e

temos a política para realizar aquilo, que no fundo dos professores sabe fazer, preciso formação a mais, para que façam melhor, o que já está fazendo.

**Katia Nunes** - Certo.

**Raul Carlos** - Eu queria contribuir na fala do professor Elismar. Eu vou dar uma percepção minha, eu não sou brasileiro, embora more a mais de 30 anos no Brasil, ainda não me naturalizei, continuo estrangeiro, sou mais brasileiro que muitos brasileiros, sou mais brasileiro que os meus filhos, porque eu tenho mais tempo no Brasil. Uma percepção que eu sinto, é que não há uma articulação das políticas públicas, embora, a gente saiba, eu faço parte por exemplo, sou professor concursado da Universidade do estado de Mato Grosso desde 2006 e participei, fui coordenador da elaboração do projeto estratégico de desenvolvimento, o plano de desenvolvimento institucional, para os próximos quatro, cinco anos da UNEMAT, isso em 2008, em 2008 nós fizemos para oito anos, baseado naquele MT+20, não sei se vocês ouviram falar, tem um planejamento estratégico, planejamento a longo prazo e que todas as instituições, autarquias, tem que fazer PDI, Plano Desenvolvimento Institucional. E a percepção que eu tenho, é que não é uma articulação quando se elabora as políticas públicas, especialmente em um contexto como hoje, nós temos por exemplo, a necessidade de que essas políticas públicas, elas sejam articuladas e pensadas, para atender todas as diferenças, não somente daqueles que são privados de liberdade, mas sim, pensar nos demais grupos que são invisíveis pelo poder público, como a população negra, LGBTQI+, idosos, refugiados, dentre outros, eu sinto falta por exemplo, aqui na no centro da cidade, aqui em Cuiabá, que há um desrespeito pelos portadores de necessidades especiais, um poste no meio da calçada, um cadeirante por exemplo, não tem como se deslocar dentro da cidade. Então, eu acho que o planejamento estratégico, é importante, o estado de Mato Grosso, ele tem que coordenar todos os municípios, todas as autarquias, as instituições, elas têm que ter planejamento estratégico, mas tem que abrir uma articulação entre todas essas instituições. E eu só vou terminar por um minutinho dizendo, quando eu cheguei ao Brasil, estudei o que era o Brasil, comecei a conhecer o Brasil, estudei um pouco da história do Brasil e nos últimos anos, tenho debruçado para ver, essa relação de desenvolvimento econômico, crescimento econômico, os dados. E em que momento, o Brasil foi pensar a longo prazo? Isso pode até chocar a mesa, tem gente que não vai gostar do que vai ouvir, mas, eu vou dizer o que eu

descobri, é que o Brasil foi pensado em quatro momentos a longo prazo, um primeiro momento, vamos dizer assim, foi em 1930, Getúlio Vargas, vamos colocar os nomes nos indivíduos, como se chama, “Os pingos nos I”. Getúlio Vargas do estado novo e tudo isso, então, nós tivemos uma mudança e um crescimento, os dados mostram isso, não sou eu, são os dados econômicos mostrando o crescimento, o desenvolvimento. Uma tentativa de industrialização, Getúlio Vargas trouxe as primeiras indústrias automobilísticas e tudo isso. No segundo momento é em 1955 Juscelino Kubitschek, 1956, 1957, então estamos aqui, em outro momento em que o Brasil pensa a longo prazo. Um terceiro momento é 1975, 1976, aquilo que os historiadores economistas também chamam de milagre brasileiro, a ditadura militar, industrialização baseada na substituição das importações, fechamento do mercado e tudo isso, mas houve crescimento e houve mudança, tanto que o parque industrial que nós temos, temos que agradecer a esse período de milagre brasileiro. E um outro momento que os dados mostram, é que houve um crescimento entre 2002 e 2010, esses oito anos, coincidentemente, são os anos em que o governo de Lula da Silva estava, houve um crescimento econômico, houve um desenvolvimento, houve uma inclusão social e nós perdemos esse momento, eu acho que porque as políticas públicas, eram votadas ou pelo menos se não eram votadas, havia uma sensação de que havia inclusão social, houve uma expansão da educação das universidades, muitos incentivos. Os concursos públicos eu sabia que existiam, mas, quase ninguém sabia o que acontecia, eu quando cheguei por exemplo, concurso público? Concurso público é carta marcada, só entra o filho do cara que faz parte, então é uma questão das (3:08:02), você não tem jeito, primeiro que você não é brasileiro, então, não tem como, você teria que ser brasileiro e teria que ter uma carteirada, alguma (3:08:12). Mas foi em 2006, que eu entrei no concurso público e foi quando alguém me disse: — Olha peruano, você não vai fazer um concurso público para universidade? Eu falei eu sou peruano, nem me naturalizei, não posso fazer esse concurso público. Ele disse: Não, você pode, leia a Constituição. Então (3:08:32) eu entrei na constituição, que disse, que você pode fazer concurso público para institutos de pesquisa ou ensino superior, opa e a Universidade do Estado de Mato Grosso? Espera aí, Mato Grosso tem universidades do estado? Eu achava que era só federal. — Não, a Universidade do Estado de Mato Grosso fica em Cárceres, eles têm e tem vários Campos. Eu não tinha conhecimento disso e olha já tinha feito um mestrado, ou seja, não era tão analfabeto assim. Fiz o concurso, passei no concurso, foi aprovado e estou até hoje.



Então em 2006 houve uma popularização, ou seja, esclarecimento disso, muita gente, muitos excluídos como eu, queria uma oportunidade de entrar na universidade por conta disso, então, eu acho que esses quatro momentos servem de exemplo para nós e nós precisamos de fato pensar planejamento estratégico, pensar no que precisamos, articular as políticas públicas e ajudar o estado e aqueles que estão na direção do estado, que aquelas políticas públicas possam ser realizadas de maneira figurada e pensando sempre nos vulneráveis, no caso os jovens e adolescentes em conflito com a lei, isso é a minha contribuição que eu posso dizer. Desculpa, é um pouco que eu sei sobre o Brasil, mas posso estar errado também, obrigado.

**Katia Nunes** – Tudo bem doutor Raul, Grandes contribuições, foi de extrema importância. Tem mais duas perguntas aqui, mas eu creio que a doutora Maria das Graças, o Iberê, já até respondeu, mas, eu vou ler, porque eu achei muito interessante a pergunta, que ele fala daquela questão do choque das instituições e fala da questão da formação dos profissionais que trabalham no contexto, a doutora Maria já pontuou, que essas pessoas, elas são pessoas que tem que ter um perfil humanizado, tem que ter uma certa afinidade, porque para você trabalhar nesse contexto, não pode ser um profissional que não tenha conhecimento das questões legais e também que tenham perfil para se trabalhar, porque não vai entrar, é um contexto diferente daqui da comunidade, então, ela fala o seguinte, O que seria pertinente no contexto das socioeducação, realizar um trabalho com esse sucesso, de termos um treinamento divergente da proposta humanizada dos agentes e dos profissionais? Não teríamos que mudar isso? É o que a Senhora falou, são práticas humanizadas, ações humanizadas, formações humanizadas, profissionais humanizados, porque os jovens já estão numa situação bem peculiar e especial, ele já não entrou ali no sistema de uma forma, vamos dizer feliz, está sendo privado de liberdade, então, quem tiver ali naquele trabalho, com esse jovem, a doutora Maria das Graças já respondeu sobre isso, que tem que ser uma pessoa humanizada, o trabalho tem que ser humanizado, para que ele possa ter o seu retorno na sociedade com êxito, não adianta o jovem entrar ali e sofrer mais violações ainda.

**Maria das Graças** - O que a gente busca hoje, principalmente na magistratura é realmente, que as promoções, as lotações, para as varas especializadas, elas tenham esse caráter de perfil de cada pessoa, porque é do ser humano, ele tem uma tendência a ser mais técnico ou a ser mais cético. Mas o importante, é que situações

essas características deles, sejam buscadas, para aquela finalidade maior, porque as varas especializadas, elas já sim, definem, que elas são especializadas para aquela área. Então, por exemplo, família são pessoas que têm uma vocação muito grande para ouvir, porque nas audiências das varas de família, as pessoas buscam mais desabafar, do que se resolver, elas se resolvem desabafando, essa que é a questão, na infância também, então, a gente tem ali que ter uma paciência bastante grande, aquela tendência ao ouvir mais do que falar, porque as pessoas buscam em varas sociais como esta, é se colocar, se apresentarem e quando elas não fazem isso, nós temos que cutuca-las, nós temos que fazer com que elas realmente se apresentem, porque através do conhecimento dela, que a gente vai poder pacificar aquele conflito, então, no adolescente em conflito com a lei, não é diferente, porque antes dele se inserir como um infrator, ele já estava com problemas outros, que não era aquele ato infracional ali praticado. Então, a gente tem que buscar isso lá, para conseguir adequar para ele a medida socioeducativa mais eficaz, nem sempre a internação, por vezes a liberdade assistida e na maioria das vezes o é, porque justamente a liberdade assistida, faz com que a gente tenha um acompanhamento dele, através da orientação, através do acompanhamento na sala de aula, na família e tudo mais e aí a gente consegue um êxito maior, realmente a privação de liberdade como você já colocou, é a são aqueles casos muito graves e que a gente não tem outra alternativa, senão privá-lo naquele momento, por um certo tempo da liberdade, mas ela em regra, ela não é aplicada, a gente aplica muito mais em meio aberto e está na ajuda dos municípios, através dos CREAS e assim por diante. Então a gente tem buscado assim, então esse perfil, essa pessoa que deve lidar com o adolescente, é muito importante, mas mais do que isso, toda a sociedade hoje, está sendo assim, como é que eu vou dizer? Incentivada, quando a gente vê esses movimentos, em relação ao respeito, à diversidade, em respeito às opções sexuais, tudo isso é um contexto muito importante, para a gente chegar no nosso adolescente e no nosso cidadão do amanhã, é isso que eu acho que a gente tem que colocar, o respeito é fundamental, o respeito a todos e a todas as opiniões que possam ser colocadas.

**Katia Nunes** - Ele faz uma indagação aqui, a pessoa, e faz uma pergunta. Ele coloca aquele ditado, que está sendo difundido por aí, que bandido bom é bandido morto, ele pergunta se tem efeito, se essa colocação que está sendo difundida, de bandido bom bandido morto, tem efeito no processo socioeducativo, ali no socioeducativo?

**Maria das Graças** - Tem um efeito, efeito da morte, pelo amor de Deus, eu fico assim bestificada, com toda essa discussão que a gente coloca e de repente quando eu vejo, por exemplo, ao que a gente vivenciou a semana passada, do Lázaro, o Lázaro foi o personagem do ano, o ano 2021, no nosso país. Só que, se a gente olhar o Lázaro, ele é a incompetência da gente assinado em baixo, por todos nós. O Lázaro, eu assisti a história dele lá na televisão, ele foi um menino, que tinha que correr pelo mato, porque o pai chegava bêbado em casa e espancava todo mundo, então assim, é de novo, essa situação que eu, o professor Elismar, o Raul, o Iberê, nós estamos falando aqui, é uma falha geral e nós produzimos elementos como o Lázaro, como “N” pessoas, que a gente depois intitula e coloca ali na mídia como nossa “o cara do mal”, só que o cara do mal, foi produzido por nós mesmos. Então assim, eu sei parece romantismo, quando alguém me ouve, fala assim, mais essa juíza é uma beleza, ela ganha bem, trabalha lá em casa, assim é fácil ser, mas não é isso, eu também não nasci aqui, eu vim de um grupo lá bem menos favorecido, o meu pai, ele é pintor de paredes, tem o quarto ano primário, minha mãe era analfabeta, então assim, foram buscadas em mim, qualificações, ambição positiva, no sentido de eu estudar e ter esse caminhar, então, eu sou produto disso que eu falo, sabe? Eu sou produto dessa engenharia de seres humanos, que buscam o bem maior e o Lázaro ou o José ou o Benedito, são produtos, de uma não estrutura, de um não investimento, porque o investir do ser humano, é assim, aquele eu falo que investir em filho é aquele de, aí gente como é que fala? É fundo perdido, você não sabe o que vai dar, mas você tem que colocar todas as suas energias e tudo de positivo, por que corre sério risco de dar certo e se não der você fez o melhor e ele vai ter para onde voltar, porque ele vai ter raiz. Então, eu acho que o fundamental aqui, não é o bandido bom é bandido morto, não, bandido nunca é bom, bandido não deve ter, bandido não é nada de produtivo, então, nós temos que fazer tudo, para não ter o bandido e a gente tem condições disso, só que a gente tem que investir, sabe? Deixar esse preconceito, deixar essa falácia e realmente olhar para o outro, não adianta só ficar criando personagens, isso não vai nos levar a nada, é isso que eu acho.

**Elismar Bezerra** - Katia, se me permite, uma questãozinha rápida. Veja, só para refletir, nossa sociedade, nós estamos todos prontos para consumir, não é? Desde um determinado sabonete, até uma roupa, carro etc. E por que isso? Porque cria-se, pelas empresas, pelo governo, por tudo, um ambiente de consumo na sociedade, nós

vivemos isso. Também é possível nós criarmos um ambiente educativo na sociedade positivo. Eu acho que essa questão é central, entendeu? Eu acho que os órgãos da Justiça, do Executivo, do Legislativo, precisavam investir nisso, no sentido do seguinte, é necessário o poder público de um modo geral, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e todo mundo, criar campanhas publicitárias fortes, amplas para dizer, lugar de criança é na escola, lugar de adolescente é na escola, tenho que estudar, pai e mãe, tem a obrigação de ir à escola pelo menos tantas vezes por semestre, se não for, tem que ser punido também etc. Essas coisas simples meu Deus céu, nós precisamos instituir na sociedade brasileira, do governo federal, do governo e do município, passando para Judiciário, Legislativo para todo mundo, isso é fundamental, precisamos criar esse ambiente educativo na sociedade, nós já temos ambiente do consumo e aí todo mundo quer consumir, mas muitos não tem dinheiro e vira esse desespero todo, precisamos criar o contrário, um ambiente de educativo.

**Katia Nunes** – Certo! Bem pessoal estamos aqui chegando ao nosso final da nossa mesa, porque já são 9:19, tem pessoas de outro estado, então já são 10:19 em outros estados, mas eu quero agradecer a contribuição de todos vocês, foi assim uma contribuição riquíssima, só pontuando que o Iberê, a doutora Maria das graças falou da questão da reinserção e da inserção, é muito interessante isso, porque, quando eu fiz a pesquisa de doutorado no centro socioeducativo de Cuiabá, eu fiz uma oficina temática, trabalhei com rodas de conversa, leituras, gêneros textuais com eles, para poder tentar tirar, todas as falas desse jovem, em torno desse programa e uma coisa que me ficou muito clara, os programas de medidas socioeducativas, eles deixaram bem claro a questão do diálogo, porque é importante esse diálogo, eles pedem muito essa questão do diálogo ali no centro, eles querem ser ouvidos, querem falar, querem dizer o que eles têm a dizer, mas uma coisa muito interessante que me chamou atenção, que muitos, tiveram contato pela primeira vez com oftalmologista ou com dentista ou os seus documentos, ali dentro do programa e isso é muito triste, então professor Elismar disse muito claro aqui, a senhora também, o próprio professor Raul, professor doutor é Iberê, que como é possível? Que estado é esse? Que o menino de 15 anos de idade, nunca conseguiu uma consulta ao oftalmologista nesse tempo todo, nesses 15 anos de vida dele, mas, ele foi conseguir lá, lá ele conseguiu óculos, lá ele conseguiu documento, não que lá seja uma maravilha ou tem que ir ali para conseguir, não é isso, mas é triste de ouvir isso. Porque ali fora, o estado ali,

não professora, como a senhora falou, não é reinserção, ele nunca foi inserido na verdade, porque para ele ter um contato a primeira vez com oftalmologista, com dentista dentro do sistema de privação de liberdade, é muito triste, quer dizer, que toda essa trajetória, como ele explica: — Minha mãe tentou várias vezes marcar para mim, nunca consegui, demorou tanto tempo, eu nunca consegui documentos.

**Maria das Graças** - É muito triste mesmo e infelizmente é essa nossa realidade, a gente tem muitos adolescentes, como o Iberê colocou, que só tendo esse conflito com a lei, é que eles são vistos por nós, então a nossa visão está muito perdida, está muito tampada, e a história da justiça com a sua venda, eu acho que está na hora da gente tirar essa venda, mas não só da justiça, da sociedade como todo, falta muito da gente, falta dos órgãos de educação, de saúde, de previdência, do judiciário e assim por diante. Nós como sociedade, nós estamos muito falhos e nós devemos buscar inclusive, essa participação, até quando um adolescente pode, a partir dos 16 anos, votar e a gente não busca isso, também é uma forma de discriminação, eu sou juíza eleitoral hoje, da décima zona aqui de Rondonópolis, eu acho que a gente tem que buscar muito, sabe? O adolescente, ele tem que exercer sim, o seu direito de voto, ele tem que optar, ele tem que se manifestar, ele tem que dizer o porquê que ele está querendo tal coisa, ou porque, ele não quer aquele outro, eu acho que a participação é fundamental e essas discussões aqui nessas rodas, nessas colocações que a gente está tendo hoje, através das *Lives*, elas são muito importantes e a gente não deve deixar de falar. No ano passado, eu busquei nas creches, nas escolas e fazer uma campanha de mais proximidade, com as mães, monitores, professores e assim por diante, infelizmente a pandemia veio nos caçar um pouco, essa liberalidade, mas eu acho muito importante, nós temos que fazer parte mesmo da nossa comunidade, nós não devemos nos calar, é dos calados e assim permanecerem, que os barulhentos fazem esse escândalo todo e a gente não consegue ser ouvido.

**Katia Nunes** – Exatamente! Bem pessoal, vamos finalizar o debate, está muito bom, eu ficaria aqui até onze, meia-noite aqui com vocês discutindo sobre isso, porque assim tem muita coisa para se falar realmente, para se colocar, mas o horário já está bem avançado. Eu quero agradecer assim profundamente a presença de todos e a colaboração, dizer que nós no grupo do Enepel, estamos aqui, a disposição de vocês também, nós estamos com um trabalho agora, de um projeto de leitura, que está em

parceria com GMF, não sabemos a data que vai começar, mas nós estamos nesse diálogo e o projeto piloto será em Cuiabá e Cáceres, é um projeto de leitura.

**Maria das Graças** - Coloca Rondonópolis!

**Katia Nunes** - Sim, vamos colocar. Com a possibilidade de reavaliação da medida, então, essa mesa, ela é fruto de todo o nosso esforço, que vem desde 2016, com estudos dentro da socioeducação, são estudos que vem apontando essa relação das instituições, essa relação de poder, essa relação interinstitucional, as composições de toda a socioeducação, então, a gente vem estudando, porque nós fazemos parte da pesquisa emancipatória e a pesquisa emancipatória tem esse cunho transformador, de apontar possíveis caminhos, para que possa melhorar essa situação, então, todos os nossas pesquisas lá na no nosso trabalho, as análises, apontam, desvela toda uma situação, mas também aponta as possibilidades, para que essa realidade possa ser mudada. Então, nós temos trabalhos de mestrado, pesquisa de doutorado, pesquisa de doutorado em andamento, que trabalha, até vou comentar, que tem uma professora, que está finalizando o trabalho de doutorado, que ela está trabalhando com o plano decenal e essa representação desses gestores, em torno dá medida de meio aberto, desse jovem que sai da privação e já volta para a sociedade, então, muitos jovens no trabalho dela de mestrado, de jovens que encontraram dificuldade, até par voltar para a escola, porque chegava na escola, muitas vezes a escola falava que não tinha vaga, aí tem que recorrer a Secretaria, ao conselho tutelar e aí ela apontou, que tinha uma escola, que estava de braços abertos para recebê-los, que era escola Almira de Amorim, que acolhia esses jovens, nessa situação e hoje ela trabalha com o plano decenal e a representação desses gestores, quanto ao meio aberto, como está sendo o trabalho da equipe responsável pelo meio aberto, quando esse menino sai de sistemas socioeducativo? Porque no meu mestrado, eu lembro que foi uma dificuldade muito grande para entrevistar esses meninos, porque eles saem com muito medo e muitos estavam assim fora da escola, não estava nem morando com a família, cumpriram a medida, eu os conheci na medida, entrevistei no período da medida, estava estudando, participando de projeto, aí fora da medida, aqui na comunidade, eles estavam por aí, não estavam indo na escola, muitos não estavam nem ainda, voltaram para a família, ficaram com tio e estavam perambulando por aí, então assim, é uma situação, que a gente tem que ter um olhar muito atento, porque a gente também tem essa questão, do retorno desse

menino para a comunidade, como é que fica o retorno desse menino? Quem o acompanha ele? Ele está na escola? Ele está em um projeto? Então a gente vai.

**Túlio Gontijo** - É lindo ver pessoas que estão apaixonadas pelo assunto falado, a Katia é exemplo disso e eu entrei para poder falar, Katia não temos mais tempo!

**Kátia Nunes** - Isso, já encerrou, isso que eu estava falando. Então eu quero agradecer a presença de todos vocês, muito obrigado e estamos à disposição, o Nepel, para projetos, trabalhos e um grande prazer e gratidão.

**Participantes** - Obrigado, boa noite!

**Tulio Gontijo** – Pessoal muito obrigado, Maria das Graças, Raul, Iberê, professor Elismar, Kátia, maravilhosa mesa de vocês, parabéns! Como eu disse agora, é lindo ver pessoas que são comprometidas com um trabalho, que gostam daquilo que fazem, que sabem da importância daquilo do que faz, na análise do discurso a gente fala sobre quebrar fissuras, criar fissuras sociais é isso que vocês estão fazendo aqui hoje, gostaria de agradecer imensamente a todos vocês, agradecer a presença de todos e lembrando que amanhã nós estaremos participando das nossas comunicações orais, a partir das 8:00 pelo ZOOM, agradeço então, o Pedro da Transmissão, Gustavo e Angélica pela interpretação. Um boa noite a todos vocês e nos vemos então amanhã, até mais pessoal.